**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

**Brasília**
**MARÇO/2013**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

## Unidades Consolidadas:

- Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari/AM
- Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA Javari/AM
- Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo
- Coordenação Regional da Funai Xavante/MT
- Coordenação Regional da Funai do Xingú/MT
- Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT
- Coordenação Regional da Funai de Ribeirão Cascalheira/MT
- Coordenação Regional da Funai do Médio Purus/AM
- Coordenação Regional da Funai do Interior Sul/SC
- Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA
- Coordenação Regional da Funai do Nordeste I/AL
- Coordenação Regional da Funai de Ponta Porã/MS
- Diretoria de Administração e Gestão – DAGES
- Diretoria de Proteção Territorial - DPT
- Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPS

**BRASÍLIA**
**MARÇO/2013**

## LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AcadeBio - Academia Nacional de Biodiversidade
AHE - Aproveitamento Hidroelétrico
ALAP - Área de Limitação Administrativa Provisória
APA – Área de Proteção Ambiental
APIZ - Associação do Povo Indígena Zoró
APL - Arranjo Produtivo Local
APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ARPIPAN - Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal
Art. - Artigo
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATIX - Associação da Terra Indígena do Xingu
BR - Rodovias Federais
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEF - Caixa Econômica Federal
CEPAC/UNB - Centro de Pesquisa e Pós-graduação das Américas da Universidade de Brasília
CEV - Centro de Exposição e Vendas
CFT - Comissão de Finanças e Tributação
CGAM - Coordenação Geral de Gestão Ambiental
CGE - Câmara de Gestão Estratégica
CGE – Coordenação-Geral de Educação
CGETNO - Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento
CGGAM – Coordenação-Geral Gestão Ambiental
CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoal Territorial
CGIIRC - Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recente Contato
CGLIC - Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental
CGMT - Coordenação Geral de Monitoramento
CGOF - Coordenação Geral de Orçamento e Finanças
CGPC - Coordenação-Geral de Promoção de Cidadania
CGPDS - Coordenação geral de promoção dos Direitos Sociais
CGPIMA – Coordenação-Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente
CGU – Controladoria-Geral da União
CNATER - Conferência Nacional de ATER
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNJ Conselho Nacional de Justiça
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPIR - Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
COGER - Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais
COGETI - Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPF - Cadastro de Pessoal Física
CPMA - Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
CR - Coordenação Regional
CRAS – Conselho Regional de Assistência Social
CTL - Coordenação Técnica Local
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DAGES - Diretoria de Administração e Gestão
DAP - Declaração de Aptidão Produtiva
DAP I - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DEA - Despesas de Exercícios Anteriores
DEM/MT – Partido dos Democratas/Mato Grosso
DF - Distrito Federal
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOE – Diário Oficial do Estado
DOU - Diário Oficial da União
DPDS - Diretoria de promoção ao Desenvolvimento Sustentável
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPT – Diretoria de Proteção Territorial
DRP - Diagnostico Rápido Participativo
DSEI - Distritos Sanitários Especiais Indígenas
ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FENAFRA - Feira Nacional de Agricultura Familiar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE - Frente de Proteção Etnoambiental
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GASMAT – Revendedora de Gás Natural LTDA
GATI - Projeto Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
GEAP - Fundação de Seguridade Social-,
GEF – Fundo Internacional para o Meio Ambiente
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBAMA- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
IEPÉ–Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IES - Instituições do Ensino Superior
IMIBI - União das Mulheres Indígenas do Baixo Içana
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA - Instituto Socioambiental
LOA – Lei Orçamentária Anual
LT - Linha de Transmissão
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MD - Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimentro Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MI - Museu do Índio
MJ - Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MPF - Ministério Público Federal
MPOG - Ministério do Planejamento e Gestão
MPS - Ministério da Previdência Social
MS - Ministério da Saúde
MT - Estado do Mato Grosso
OCI - Órgão de Controle Interno
OE - Objetivo Estratégico
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAN - Operação Amazônia Nativa
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACIG - Programa de Apoio às Comunidades Indígena Guarani
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido
PADC - Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação
PBA – Projeto Básico Ambiental
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria
PCH - Pequenas Centrais Hidroelétricas
PCPR - Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República
PDPI - Programa Demonstrativo para Povos Indígenas
PGF - Procuradoria Geral Federal
PGPM-Bio - Programa de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA - Plano de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
PIN - Posto Indígena
PL - Projeto de Lei
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNSB - Plano Nacional da Sociobiodiversidade
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
PRES - Presidência da FUNAI
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RANI - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RG – Relatório de gestão
RPMA - Redes Locais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
SAF - Sistema Agro Florestal
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SDH - Secretaria de Direitos Humanos
SEAD – Setor Administrativo da UJ
SEAS - Serviço de Assistência Social Indígena da UJ
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDUC- Secretarias de Educação Estaduais
SEGAT - Serviço de Gestão Ambiental e Territoria
SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASI - Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena da Funasa
SICONV - O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SII - Sistema Indigenista de Informação
SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
SPM - Secretaria de Política para as Mulheres
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SRH/MP Secretaria de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
STI – Sistema de Terras Indígenas
SUS - Sistema Único de Saúde
TAC - Termo de Ajuste Conduta
TAKINA - Assembléia das Mulheres Indígenas do Mato Grosso
TC - Termo de Cooperação
TCU – Tribunal de Contas da União
TI - Terra Indígena
TMI - Taxa de Mortalidade Infantil
TNC - The Nature Conservancy
TO - Tocantins
UFC - Universidade Federal do Ceará
UG - Unidade Gestora
UHE - Usina Hidroelétrica
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

**LISTA DE QUADROS**


Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado....14
Quadro3.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Interno da UJ....26
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático....32
OBJETIVO 0943 - (DPT)....34
OBJETIVO 0945 - (DPDS/DPT....44
OBJETIVO 0948 - (DPDS)....54
OBJETIVO 0949 - (MUSEU DO ÍNDIO)....59
OBJETIVO 0950 - DPT e DPDS....60
OBJETIVO 0951 - (DPT)....61
OBJETIVO 0952 - (DPDS)....62
OBJETIVO 0953 - (DAGES)....65
Quadro 4.1.3.1 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ....69
INICIATIVA 0403 - (DPDS)....69
INICIATIVA 0406 - (DPT)....69
INICIATIVA 0408 - (DPT)....71
INICIATIVA 040A - (DPT)....71
INICIATIVA 040B - (DPT)....71
INICIATIVA 040R - (DPDS)....72
INICIATIVA 040S - (DPDS)....72
INICIATIVA 040T - (DPDS)....73
INICIATIVA 040U - (DPDS)....73
INICIATIVA 040X - (DPDS)....74
INICIATIVA 040Y - (DPDS)....74
INICIATIVA 040Z - (DPDS)....75
INICIATIVA 0411 - (DPDS)....75
INICIATIVA 0413 - (DPDS)....76
INICIATIVA 0414 - (DPDS)....77
INICIATIVA 0415 - (DPDS)....77
INICIATIVA 0416 - (DPDS)....79
INICIATIVA 0421 - (DPDS)....80
INICIATIVA 0422 - (DPDS)....80
INICIATIVA 0423 - (DPDS)....81
INICIATIVA 0424 - (DPDS)....82
INICIATIVA 0425 - (DPDS)....82
INICIATIVA 0426 - (DPDS)....83
INICIATIVA 0428 - (DPDS)....84
INICIATIVA 0429 - (DPDS)....84
INICIATIVA 042A - (MUSEU DO ÍNDIO)....85
INICIATIVA 042B - (MUSEU DO ÍNDIO)....86
INICIATIVA 042C - (MUSEU DO ÍNDIO)....88
INICIATIVA 042D - (CGGE)....89
INICIATIVA 042E - ((DPDS)....89
INICIATIVA 042F - (DPT)....90
INICIATIVA 042G - (DPDS)....90
INICIATIVA 042H - (DPDS)....91
INICIATIVA 042I - (DAGES)....92
INICIATIVA 042J (PRESIDÊNCIA)....92
INICIATIVA 042K - (DAGES)....93
Quadro 4.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ....94
AÇÃO VINCULADA (PRESIDÊNCIA) 13D7....95
AÇÃO VINCULADA (DAGES)....95
AÇÃO VINCULADA (DPT)....96

AÇÃO VINCULADA (DPT) ..... 96
AÇÃO VINCULADA (DPDS) ..... 97
AÇÃO VINCULADA (DPDS) ..... 99
AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO) ..... 99
AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO) ..... 100
AÇÃO VINCULADA (DPDS) ..... 101
AÇÃO VINCULADA (DPT) ..... 102
AÇÃO VINCULADA (DPT) ..... 102
AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO) ..... 102
AÇÃO VINCULADA (DPDS) ..... 104
AÇÃO VINCULADA (DAGES) ..... 106
AÇÃO VINCULADA (DPT) ..... 107
Quadro 4.1.5.1 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção ..... 108
Quadro 4.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ ..... 113
Quadro 4.2.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ ..... 118
Quadro 4.2.2.1.1 – Programação de Despesas Correntes ..... 118
Quadro 4.2.2.2.1 – Programação de Despesas de Capital ..... 119
Quadro 4.2.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa ..... 120
Quadro 4.2.4.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários ..... 121
Quadro 4.2.4.1.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários ..... 122
Quadro 4.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação ..... 124
Quadro 4.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação ..... 125
Quadro 5.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores ..... 127
Quadro 5.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores ..... 128
Valores em R$ 1,00 ..... 128
Quadro 5.3.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência ..... 130
Quadro 5.3.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios ..... 133
Quadro 5.3.3.1 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes ..... 134
Quadro 5.3.4.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse ..... 135
Quadro 5.3.5.1 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse ..... 136
Quadro 5.4.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) ..... 137
Quadro 5.4.1.3.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador ..... 138
Quadro 5.4.1.4 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) ..... 140
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) ..... 141
Quadro 6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 ..... 142
Quadro 6.1.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 ..... 143
Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) ..... 144
Quadro 6.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 ..... 145
Quadro 6.1.2.2.1 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 ..... 145
Quadro 6.1.3.1 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores ..... 146
Quadro 6.1.4.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro ..... 148
Quadro 6.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 ..... 148
Quadro 6.1.7.1.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) ..... 149
Quadro 6.1.7.1.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) ..... 150

Quadro 6.1.7.1.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....150
Quadro 6.1.7.2.1 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....150
Quadro 6.1.7.3.1 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....151
Quadro 6.2.1.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....152
Quadro 6.2.2.1 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....152
Quadro 6.2.3.1 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....158
Quadro 6.2.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....159
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....159
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....160
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....161
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....161
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....162
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....163
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....163
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....164
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....164
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....165
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....165
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....166
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....167
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....167
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....168
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....168
Quadro 6.2.5.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....170
Quadro 6.2.6.1 - Composição do Quadro de Estagiários.....181
Quadro 7.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..185
Quadro 7.2.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....190
Quadro 7.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....192
Quadro 8.1.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....197
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - FUNAI - SEDE - UG – 194035.....199
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) - UG – 194011.....200
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR PAULO AFONSO - UG – 194018.202
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - UG – 194019.....203
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR PASSO FUNDO - UG – 194027....204
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA - UG – 194042.....205
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR MÉDIO PURUS - UG – 194048....207
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR INTERIOR SUL - UG – 194061....208
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR NORDESTE I (MACEIÓ) - UG – 194077.....209
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR PONTA PORÃ - UG – 194085.....210
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – CR VALE DO JAVARI - UG – 194007 .....212
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – CR NORTE DO MATO GROSSO (COLÍDER) - UG – 194036.....213
Quadro 9.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....215
Quadro 10.1.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....219

Quadro 10.1.2.1 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício ..... 222
Quadro 10.1.3.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI ..... 224
Quadro 11.1.4.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício ..... 234
CGGE ..... 253
Quadro 11.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. ..... 272
Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual ..... 276
Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 331
Quadro 5.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 334
Quadro 5.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 334
Quadro 6.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores– RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 336
Quadro 6.3.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 337
Quadro 6.3.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 337
Quadro 6.3.3.1 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 338
Quadro 6.3.4.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 338
Quadro 6.3.5.1 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 339
Quadro 10.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 343
Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 344
Quadro 12.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA ..... 346

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS ....14
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO ....14
INTRODUÇÃO ....16
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAISDA FUNAI ....19
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA FUNAI ....21
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS ....22
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO ....22
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS ....22
2.1 . PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES ....23
2.2 INDICADORES ....23
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO ....24
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ....24
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS ....26
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO ....28
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU ....28
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ....32
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ ....32
*4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ ....32*
*4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ ....34*
*Análise Situacional ....35*
Metas da Gestão Territorial e Ambiental ....36
4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ ....94
*4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ ....108*
Medidas de Gestão da DAGES ....109
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA ....118
*4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ ....118*
*4.2.2 Programação de Despesas ....118*
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes ....118
4.2.2.2Programação de Despesas de Capital ....119
*4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa ....120*
*4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa ....121*
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários ....121
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários ....121
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários ....122
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação ....124
5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação ....124
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação ....125
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ....127
*5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores ....127*
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – MUSEU DO ÍNDIO ....128
*5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores ....128*
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ....130
*5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício ....130*

*5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios* ..... *133*
*5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes* ..... *134*
*5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse* ..... *135*
*5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse* ..... *136*
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS ..... 137
*5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos* ..... *137*
5.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral ..... 137
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) ..... 138
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ ..... 140
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos ..... 141
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS ..... 142
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS ..... 142
*6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada* ..... *142*
61.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada ..... 143
*6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho* ..... *144*
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade ..... 145
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade ..... 145
*6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada* ..... *146*
*6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas* ..... *148*
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria ..... 148
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada ..... 148
*6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos* ..... *149*
*6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação* ..... *149*
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC ..... 149
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico ..... 150
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos ..... 151
*6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos* ..... *151*
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS ..... 152
*6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão* ..... *152*
*6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público* ..... *152*
*6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados* ..... *158*
*6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada* ..... *159*
*6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão* ..... *170*
*6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários* ..... *181*
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO ..... 182
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS ..... 182
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO ..... 185

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial....185
*7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros*....*190*
*7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ*....*192*
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO....197
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)....197
*8.1.2 Análise Crítica*....*198*
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL....199
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS....199
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA....215
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS....219
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO....219
*10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício*....*219*
*10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício*....*222*
*Aguardado resposta da Corregedoria*....*222*
*10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício*....*224*
*10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício*....*234*
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA....266
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93....267
*10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93*....*267*
*Análise Crítica*....*267*
10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV....269
*Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV*....*269*
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS....271
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO....271
*11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos*....*271*
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS....272
*11.2.1 DECLARAÇÃO COM RESSALVA*....*272*
CONCLUSÃO....273
NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA....274
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA....276
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA....276
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA277
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA....278
2. INTRODUÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA....278
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES....279
3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA....279
*3.1) Responsabilidades institucionais*....*279*
*3.1.1) Competência institucional*....*279*
*3.1.2) Objetivos estratégicos*....*280*
3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS....285
*3.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida*....*285*
3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES....292
*3.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão*....*292*
4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA....331

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....334
*5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa* .....*334*
5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários .....334
5.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....334
5.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....334
5.2.4.2.3 Análise crítica.....335
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....336
6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....336
6.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....336
6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....337
6.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....337
6.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....337
6.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VICENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....338
6.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....338
6.3.4.2 Análise Crítica.....339
6.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....339
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....343
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....343
11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....344
11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....344
*11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício* .....*344*
11.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....344
11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....344
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....346
12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....346
*12.2.1 Declaração Plena* .....*346*
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....346
18. RESULTADOS E CONCLUSÕES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....346
18.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012 – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....346
18.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA .....347

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS
## 1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QUADRO 1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

| **Poder e Órgão de Vinculação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo | | | |
| **Órgão de Vinculação**: Ministério da Justiça | | **Órgão de Vinculação**: Ministério da Justiça | |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora** | | | |
| **Denominação Completa**: Fundação Nacional do Índio | | | |
| **Denominação Abreviada**: Funai | | | |
| **Código SIORG**: 000173 | **Código LOA:** 30202 | **Código SIAFI:** 194088 | |
| **Situação:** ativa | | | |
| **Natureza Jurídica**: Fundação do Poder Executivo | **CNPJ**: 00.059.311/0001-26 | | |
| **Principal Atividade**: Administração Pública Geral | | **Código CNAE:** ***8411-6/00*** | |
| **Telefones/Fax de contato**: | (61) 3313-3500 | 3500 (61) 3313-3700 | Fax: (61) 3226-8782 |
| **Endereço Eletrônico**: funai@funai.gov.br – presidência@Funai.gov.br | | | |
| **Página na Internet**: *http://www.funai.gov.br* | | | |
| **Endereço Postal**: Setor de Edifícios Públicos Sul, Quadra 702/902, Projeção "A", Edifício Lex, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.390-025 | | | |

| **Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nome | CNPJ | Código SIAFI | Situação | Código SIORG |
| Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari/AM | 00059311006590 | 194007 | ativa | 120210 |
| Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA | 00059311004032 | 194018 | ativa | 88104 |
| Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo | 00059311001289 | 194019 | ativa | 87621 |
| Coordenação Regional da Funai Xavante/MT | 00059311000983 | 194029 | ativa | 88135 |
| Coordenação Regional da Funai do Xingú/MT | 00059311006167 | 194031 | ativa | 87956 |
| Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT | 00059311006752 | 194036 | ativa | 88054 |
| Coordenação Regional da Funai de Ribeirão Cascalheira/MT | 00059311006833 | 194042 | ativa | 88117 |
| Coordenação Regional da Funai do Médio Purus/AM | 00059311007481 | 194048 | ativa | 108028 |
| Coordenação Regional da Funai do Interior Sul/SC | 00059311005942 | 194061 | ativa | 87791 |
| Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA | 00059311005780 | 194074 | ativa | 87987 |
| Coordenação Regional da Funai do Nordeste I/AL | 00059311004628 | 194077 | ativa | 87910 |
| Coordenação Regional da Funai de Ponta Porã/MS | 00059311005004 | 194085 | ativa | 87608 |
| Diretoria de Administração e Gestão – DAGES | 00059311000126 | 194035 | ativa | 87501 |
| Diretoria de Proteção Territorial - DPT | 00059311000126 | 194151 | ativa | 87876 |
| Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPS | 00059311000126 | 194152 | ativa | 87847 |
| **Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas** | | | | |

| Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas |
|---|
| • Constituição de 1988 – especialmente o Capítulo VIII - Dos Índios – que é um marco fundamental do direito dos povos indígenas<br>• Lei de Criação da Funai - da Lei n.º 5.371 de 5/12/1967 em substituição ao SPI.<br>• Lei n.º 6.001 de 19/12/1973 - Estatuto do Índio<br>• Decreto 5051/04, que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho<br>• Decreto nº 7.778, de 27/07/2012, publicado no Diário Oficial da União de 30/07/2012, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio.<br>• Decreto nº 1.775, de 08/01/1996, dispõe sobre procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas. |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas |
| • Portaria Nº 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012, definição e aprovação de seu Regimento Interno da Funai e sua estrutura organizacional;<br>• Portaria No 1.746/PRES, de 28 de dezembro de 2012, institui a sistemática de planejamento, monitoramento |

e avaliação Funai;

- Portaria Nº 849/PRES, de 04 de agosto de 2009, regulamenta o acesso de estudante indígena ao ensino superior;
- Portaria Nº 744/PRES, De 01 De Agosto de 2007. Regulamentação Para Concessão De Apoio Financeiro A Indígenas;
- Portaria Interministerial Nº 127, DE 29 de maio de 2008 que estabelece normas relativas às transferências de recursos da união mediante convênios e contratos de repasse.
- Portaria 1.682/2011, 8 de Dezembro de 2011, estabelece as diretrizes e critérios para a concepção e execução de ações de proteção territorial e etnoambiental em terras indígenas.
- Portaria Nº 180/PRES/FUNAI, de 27 de fevereiro de 2009, que regulamenta a concessão de certidão a indígenas como extrativista artesão.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

- Manual De Promoção Ao Etnodesenvolvimentoem Terras Indígenas. Diretoria De Assistência, Coordenação Geral De Desenvolvimento Comunitário, 2008.
- Instrução Normativa Nº 001/2012 regulamenta procedimentos para o processo de acompanhamento e licenciamento ambiental.
- Instrução Normativa Nº 004/2012 retifica disposições da IN 001/2012.
- Acordo De Cooperação Técnica, Julho De 2009, Entre Ministério Da Previdência Social E A Fundação Nacional Do Índio (Funai) Visando A Realização Da Inscrição E Comprovação Da Atividade Da População Indígena Brasileira Como Segurado Especial.. A Funai É Responsável Pela Inclusão E Certificação Dos Dados Relativos Aos Indígenas No Cadastro Nacional De Informações Sociais (CNIS).
- Instrução Normativa Nº 45 INSS/PRES, De 06 De Agosto De 2010, Regulamenta Que O Indígena Pode Ser Enquadrado Como Segurado Especial.
- Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de abril de 2012, que disciplina a emissão de Atestados Administrativos e Declaração de Reconhecimento de Limites de Terras Indígenas.
- Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de fevereiro de 2012, que disciplina o pagamento de indenização pelals benfeitorias derivadas de boa fé em terras indígenas.

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas**

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

| Código SIAFI | Nome |
|---|---|
| 194088 | FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI |

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

| Código SIAFI | Nome |
|---|---|
| 19208 | FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI |

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

| Código SIAFI da Unidade Gestora | Código SIAFI da Gestão |
|---|---|
| 194007 | 19208 |
| 194018 | 19208 |
| 194019 | 19208 |
| 194029 | 19208 |
| 194031 | 19208 |
| 194036 | 19208 |
| 194042 | 19208 |
| 194048 | 19208 |
| 194061 | 19208 |
| 194074 | 19208 |
| 194077 | 19208 |
| 194085 | 19208 |
| 194035 | 19208 |
| 194151 | 19208 |
| 194152 | 19208 |

## INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Fundação Nacional do Índio-Funai, referente ao exercício financeiro de 2012, está estruturado em conformidade às disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012. As informações foram elaboradas para destacar as principais atividades realizadas pela Funai ao longo do exercício de 2012, incluindo as atividades desempenhadas pelas Coordenações Regionais indicadas para apresentarem suas atividades no presente relatório de Gestão consolidado. Estão também inclusas neste RG a execução das ações relativas à Renda do Patrimônio Indígena (RPI).

Destaca-se como realização da Funai, no exercício de 2012, as iniciativas e ações de garantia aos povos indígenas da plena ocupação e gestão de suas terras; de implantação e de desenvolvimento da política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas; da promoção de acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania; da preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas; da articulação das políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas; da promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato em situação de extrema vulnerabilidade física e cultural; promoção do direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, destacando-se, ao final, a definição de seu Regimento Interno e a normatização da modernização de seu processo de gestão administrativa.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II do anexo II da DN TCU nº 119/2012 que não se aplicam à natureza jurídica da UJ e que não constam do presente documento.

- 3.3. Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal. *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- QUADRO 4.2.2.3.1 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA
- 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
- 6.1 Reconhecimento de Passivos
- 6.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro 6.1.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 6.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
- Quadro 6.4.1.2.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
- 6.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB
- Quadro 6.5.10.1 - Ações da RFB
- 6.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- Quadro 6.5.1.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
- 6.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- Quadro A.5.14 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- 6.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
- Quadro 6.5.3.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

- Quadro 6.5.3.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
- 6.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica
- Quadro 6.5.4.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro 6.5.4.2 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
- 6.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária
- Quadro 6.5.5.1 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
- 6.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- Quadro 6.5.6.1 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- 6.5.7 Comunicações à RFB
- Quadro 6.5.7.1 - Comunicações à RFB
- 6.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- Quadro 6.5.8.1 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- 6.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal
- 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- QUADRO 15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- 12.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO -
- 14. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 16. AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 17. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS - (Item 38 da Parte B do Anexo II da DN 119/2012) - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 17.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA
- Quadro 17.1.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício
- 17.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS
- Quadro 17.2.1 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria
- Quadro 17.2.2 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência
- 17.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS
- Quadro 17.3.1 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria
- (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)
- Quadro 17.3.2 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- 17.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA

- Quadro 17.4.1 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira
- 19.1 – ÍNTEGRA DO PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE - Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionaisda Funai

A Fundação Nacional do Índio – Funai é uma fundação pública instituída em conformidade com a Lei no 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Desde 1989 está vinculada ao Ministério da Justiça com jurisdição em todo o território nacional. Por ditame constitucional, compete à Funai proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União; garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos princípios do reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas; no respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações; na garantia ao direito originário, à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes; na garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contatá-los; na garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas; na garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas; e na garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito. Compete ainda à Funai exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas.

A FUNAI é dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por três Diretores e pelo Presidente, que a preside. A Fundação está estruturada em três Diretorias, sendo duas finalísticas, de acordo com sua área de atuação: a Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Diretoria de Promoção dos Direitos Sociais (DPDS) e Diretoria de Administração e Gestão (DAGES), além do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

A Diretoria de Proteção Territorial (DPT) atua coordenando as ações de planejamento, coordenação e implementação das as políticas de proteção territorial; realização de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas; realização da demarcação e regularização fundiária das terras indígenas; monitoramento das terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluídas as isoladas e de recente contato; proteção aos grupos isolados e recém contatados; implementação das políticas nas terras ocupadas por populações indígenas de recente contato; aprovação das informações e dados geográficos que compõem cada terra indígena e o processo de regularização fundiária; disponibilização de informações e dados geográficos; implementação de ações de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas e retirada dos invasores; e coordenação das atividades das Frentes de Proteção Etnoambiental.

À Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) compete o planejamento, coordenação, implementação e monitoramento das políticas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas; a promoção de políticas de gestão ambiental para a conservação e a recuperação do meio ambiente; a promoção do etnodesenvolvimento; a promoção e proteção dos direitos sociais indígenas; o monitoramento das ações de saúde das comunidades indígenas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde; e o monitoramento das ações de educação escolar indígena realizadas pelos Estados e Municípios, em articulação com o Ministério da Educação.

A Diretoria de Administração e Gestão (DAGES) atua na execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de Recursos Humanos, de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, de Serviços Gerais, e de Organização e Inovação Institucional.

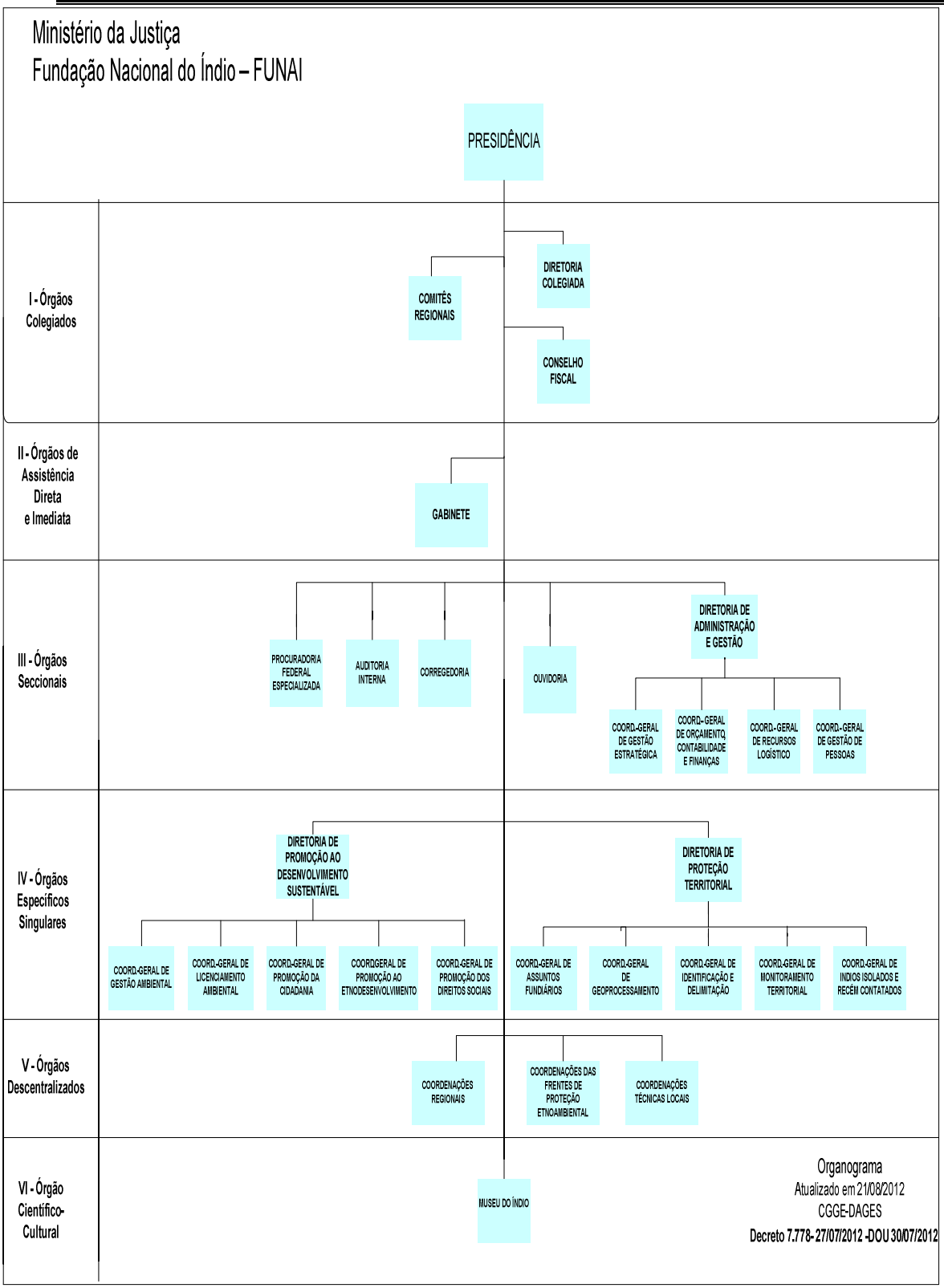
Compete também à FUNAI, por intermédio do Museu do Índio, resguardar as manifestações culturais representativas da história e tradições das populações étnicas indígenas brasileiras, bem

como coordenar programas de estudos e pesquisas de campo, nas áreas de etnologia indígena e indigenismo e divulgar estudos e investigações sobre as sociedades indígenas; executar a política de preservação, conservação e proteção legal dos acervos institucionais-etnográficos, textuais, imagéticos e bibliográficos com objetivo cultural, educacional e científico, dentre outras.

Uma importante fonte de consulta dos anseios das comunidades indígenas e instância de deliberação foi a instituição de Comitês Regionais para cada Coordenação Regional. Esses comitês são compostos por representantes da Funai, representantes indígenas locais e de órgãos e entidades da administração pública federal de atuação local.

No ano de 2012, a FUNAI deu especial atenção à adequação de sua estrutura organizacional com a definição e aprovação de seu Regimento Interno, pela Portaria Nº 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012.

## 1.3 Organograma Funcional DA Funai



## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

Em 2012 concentrou-se esforços na construção e publicação do regimento interno da Funai, por meio da portaria nº1.733,de 27 de dezembro de 2012, em substituição ao anterior datado de 21 de dezembro 1993. A definição dos macroprocessos finalisticos será objeto de ação a ser desenvolvida em 2013.

## 1.5 Macroprocessos de Apoio

Em 2012 concentrou-se esforços na construção e publicação do regimento interno da Funai, por meio da portaria nº1.733,de 27 de dezembro de 2012, em substituição ao anterior datado de 21 de dezembro 1993. A definição dos macroprocessos de apoio será objeto de ação a ser desenvolvida em 2013.

## 1.6 Principais Parceiros

A Funai mantém parcerias com órgãos públicos, tendo em vista o cumprimento de sua missão constitucional, sobretudo no que tange ao acesso das comunidades indígenas aos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família do Governo Federal. Com esse propósito, procedeu a integração de suas bases cartográficas da FUNAI com o Incra e o IBGE e integração das bases de dados do Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena da Funasa (SIASI), com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e o Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Foram realizadas 19 ações para a retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em parceria com a Polícia Federal, IBAMA, Força de Segurança Nacional e ICMBio.

Com o objetivo de promover o Desenvolvimento Sustentável e os Direitos Sociais dos Povos Indígenas, A Funai empreendeu grandes esforços na área da gestão ambiental na construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - PNGATI, instituída por meio do Decreto nº 7747 de 05 de junho de 2012. A FUNAI coordenou, com o apoio do projeto Carteira Indígena, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a implementação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, que contemplou 32 terras indígenas em todos os biomas do Brasil.

Com relação a programações de cunho ambiental demandadas pelos povos indígenas em 2012, com apoio da Embrapa, foi realizada a implantação do Sistema Agro Florestal – SAF na aldeia Mapuera; participação em reunião de avaliação qualitativa do Programa ICMS-Ecológico no estado de Mato Grosso do Sul. Além dessas ações de parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na gestão de mosaicos na Academia Nacional de Biodiversidade, AcadeBio, nos Conselhos de Mosaicos das Terras Indígenas Xacriabá – MG,

Tumucumaque e Waiãpi, assim como a formalização junto ao MMA da inclusão da Terra Indígena Parque Tumucumaque e Waiãpi no Mosaico AM – Norte do Pará.

Destacam-se os esforços para adequar e ampliar o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentáveis, que resultaram na criação da DAP I - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para Indígenas; na elaboração da Chamada Pública do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) para 3.000 famílias indígenas; Termos de Cooperação com a EMBRAPA, para promoção e proteção da agrobiodiversidade indígena, e com o MDS, para apoio a projetos do SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) - em benefício de 1.082 famílias indígenas. Na área da segurança alimentar e nutricional, foram distribuídas, em parceria com a CONAB, cerca de 5.347.000 kg de alimentos para mais de 65.200 famílias indígenas, totalizando 219.998 cestas de alimentos. Cabe destacar, ainda a implementação de ações em parceria com instituições como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Destaca-se os esforços da FUNAI para adequar e ampliar o acesso dos povos indígenas às demais políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, o PRONAF, o Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida.

## 2.1 . Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

No início do ano de 2012 houve a tentativa de construção de uma sistemática unificada de planejamento estratégico no âmbito da FUNAI que previa a consolidação de um único plano de ação da Fundação para o exercício, a fim de favorecer os processos de monitoramento e avaliação de suas ações. A sistemática consistia na elaboração de Planos de Trabalho pelas Coordenações Regionais e de Planos de Ação pelas Coordenações Gerais da sede com a utilização de formulários padrão dispostos em um banco de dados, tendo como referência os objetivos traçados para o PPA 2012-2015. Não obstante os esforços empreendidos, as unidades alegaram dificuldades de operacionalização da metodologia, o que inviabilizou a consolidação do Plano de Ação, conforme inicialmente previsto. Assim, as funções de planejamento e acompanhamento da execução das ações foram desenvolvidas com a utilização de instrumentos próprios no âmbito de cada Diretoria.

Porém, perseguindo o propósito de adotar as práticas de planejamento em conformidade com o que estabelece a Decisão Normativa 119/2012, cabe enfatizar a institucionalização do novo modelo de gestão da Funai por meio da Portaria nº 1.746, de 28 de dezembro de 2012, que será implantado no decorrer de 2013. Este modelo de gestão partiu do alinhamento dos objetivos estratégicos da instituição Funai aos objetivos estratégicos do Ministério da Justiça, com foco na gestão por resultados. Estabelece a classificação dos objetivos em 04 grandes eixos que são agrupados por subeixos e os instrumentos plano de ação e planos de trabalhos que serão construídos de forma participativa com toda a instituição. Prevê ainda como modelo de governança a criação da câmara de gestão, do comitê de monitoramento e avaliação e avaliação e das redes locais de planejamento, monitoramento e avaliação.

## 2.2 Indicadores

A FUNAI utiliza o seguinte indicador para mensurar o atingimento das metas : número de terras indígenas com ocupantes não índios extrusados no processo de indenizações de benfeitorias de boa-fé e número de terras indígenas em operações de extrusão invasores. O índice de referência,

apurado em 31/10/2011, era de 382 TIs,. A Fórmula de cálculo utilizada é a seguinte: número de terras indígenas regularizadas (415) menos número de terras regularizadas (33) com a presença de ocupantes ou invasores não indígenas.

No exercício de 2012, houve iniciativa da FUNAI para atingimento do indicador de terras regularizadas e da posse plena em 4 Terras Indígenas (TI)com o pagamento da indenização das benfeitorias de boa-fé e a retirada dos ocupantes não índios, além das ações de fiscalização e extrusão de invasores, dentre elas podemos citar as TIs Apyterewa/PA, Yanomami/RR, Krikati/MA e Maraiwatsede/MT. Nessa última, a FUNAI realizou em 2012, com o apoio de outros órgãos do Governo Federal (INCRA, Polícia Federal e Rodoviária, Força Nacional de Segurança Pública, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Defesa) a completa extrusão dos invasores. A referida TI foi regularizada para o povo Xavante, em 1999, mas, por impedimento judicial, a FUNAI encontrava-se impossibilitada de retirar os invasores. Com a finalização do processo de desintrusão, os indígenas estão na posse plena de suas terras. Para 2013, as terras regularizadas que a Funai pretende trabalhar para retirada de ocupantes e invasores serão a TI Awa/MA, Alto Rio Guama/PA, Paumari do Lago Maraha/AM e a continuidade dos processos de desintrusão das TIs Pankararu/PE, Entre Serras/PE e Apyterewa/PA.

Fatores externos podem interferir no processo de extrusão de não indígenas das TIs, tais como a resistência de invasores não indígenas em sair das TIs, a judicialização dos processos de regularização fundiária, o contingenciamento de recursos e o reduzido número de servidores especializados no processo de regularização fundiária. Esses fatores podem ocorrer e, normalmente, resultam em ações que se desenvolvem por um longo período.

O tema indicadores é considerado  prioritário no conjunto de medidas a serem realizadas para a implantação do novo modelo de gestão, instituído pela portaria 1.746 de 2012, prevista para o exercício de 2013.

## 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

### 3.1 Estrutura de Governança

A estrutura organizacional da FUNAI contempla os seguintes órgãos seccionais com vistas a governança e autocontrole da gestão: Auditoria Interna; Corregedoria e Ouvidoria.

A Auditoria Interna tem por competência realizar auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão, sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, pessoal e de sistemas, objetivando maior eficiência, eficácia, economicidade, equidade e efetividade nas ações da FUNAI, conforme o plano anual de auditoria interna; avaliar os procedimentos administrativos e operacionais quanto à conformidade com a legislação,regulamentos e normas; avaliar e propor medidas saneadoras para eliminar ou mitigar os riscos internos identificados em ações de auditoria; realizar auditoria de natureza especial, não prevista no plano de atividades de auditoria interna, e elaborar estudos e relatórios específicos, quando demandado pelo Conselho Fiscal ou pela Direção da FUNAI; examinar a prestação de contas anual da FUNAI e da renda do patrimônio indígena, e emitir parecer prévio; estabelecer planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando maior eficiência, eficácia e efetividades dos controles internos; elaborar o plano anual de auditoria interna e relatório anual auditoria interna, assim como manter atualizado o manual de auditoria interna; coordenar as ações para prestar informações, esclarecimentos e

justificativas aos órgãos de controle interno e externo; examinar e emitir parecer sobre tomada de contas especial, quanto ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo; e prestar orientação às demais unidades da FUNAI, nos assuntos inerentes à sua área de competência.

A Corregedoria tem por competência promover correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento; instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares; examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais; julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias; instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassaç ão de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e exercer as demais competências previstas no art. 5o do Decreto no 5.480, de 30 de junho de 2005.

À Ouvidoria compete encaminhar denúncias de violação dos direitos indígenas individuais e coletivos; contribuir na resolução dos conflitos indígenas; e promover a articulação entre a FUNAI, povos, comunidades e organizações indígenas, instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, que tratam dos direitos humanos, para prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos e garantir a convivência amistosa das comunidades indígenas; e contribuir para o desenvolvimento de políticas em prol das populações indígenas.

## 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO3.2.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNO DA UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ambiente de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | X | |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | X | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | **X** | | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | **X** | | | | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | **X** | | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | **X** | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | **X** | |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | | X |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | **X** | | |
| **Avaliação de Risco** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | X | |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | X | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | **X** | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | **X** | | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | **X** | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | **X** | | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | X | | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| **Procedimentos de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | X | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | X | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | X | | |
| **Informação e Comunicação** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | **X** | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | **X** | |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | **X** | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | **X** | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | **X** | |
| **Monitoramento** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | X | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | X | | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | X | | |
| **Análise Crítica:** | | | | | |
| **Escala de valores da Avaliação:**<br>**(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.<br>**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.<br>**(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.<br>**(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ. | | | | | |

## 3.3 Sistema de Correição

A Corregedoria, Órgão Seccional de Assistência direta ao Presidente desta Fundação, tem suas atividades definidas no Decreto nº 7.778/2012, em seu artigo 16, conforme demonstrado a seguir *ipsis litteris*:

À Corregedoria compete:

I - promover correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento;

II - instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares;

III - examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais;

IV - julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias;

V - instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassaç ão de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e

VI - exercer as demais competências previstas no art. 5o do Decreto no 5.480, de 30 de junho de 2005.

## 3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

| **CGU-PAD** | **Controladoria Geral da União** |
|---|---|
| **RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS** | |
| **Quadro Consolidado Global** | Período: 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quantidade de Órgãos: 15 | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 1 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 11 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 12 |
| **Administração Executiva Regional de São Luís** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 3 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 3 |
| | |
| **Coordenação Regional de Barra do Garças** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |

| | |
|---|---|
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Coordenação Regional de Chapecó** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Coordenação Regional de Colider** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Coordenação Regional de Governador Valadares** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 1 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 1 |
| | |
| **Coordenação Regional de Imperatriz** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 5 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 5 |
| | |
| **Coordenação Regional de Maceió** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Coordenação Regional de Paulo Afonso** | |

| | |
|---|---|
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Coordenação Regional de Ponta Porã** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 1 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 2 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 3 |
| | |
| **Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | |
| Total de Procedimentos | 0 |
| **Coordenação Regional do Purus** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| | |
| **RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS** | |
| **Coordenação Regional do Purus** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Coordenação Regional do Xingu** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Diretoria de Administração e Gestão** | |

| | |
|---|---|
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |
| | |
| **RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS** | |
| **Diretoria de Proteção Territorial** | |
| Período: | 01/01/2012 a 31/12/2012 |
| Quadro Consolidado: | Número de Procedimentos |
| Total de Processos Administrativos Disciplinares | 0 |
| Total de Ritos Sumários | 0 |
| Total de Sindicâncias | 0 |
| Total de Sindicâncias Patrimoniais | 0 |
| Total de Procedimentos | 0 |

## 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
## 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ
### 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

| **Identificação do Programa de Governo** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Código Programa | 2065 | | | |
| Título | Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | |
| Órgão Responsável | Fundação Nacional do Índio - Funai | | | |
| **Fontes de Recursos (PPA e LOA)** (em R$ 1,00) | | | | |
| Fontes de Recursos | | Valores do Exercício 2012 | | a) Valor Remanescente (d – e) |
| | | e) Previsto no PPA | f) Fixado na LOA | |
| a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social | | 793.307.000 | 102.161.660 | 2.883.453.000 |
| b) Outras Fontes | | 0 | 0 | |
| c) Subtotais (a + b) | | 793.307.000 | 102.161.660 | |
| d) Valor Global Previsto no PPA | | 3.676.761.000 | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira do Programa** (em R$ 1,00) | | | | |
| **Despesa Empenhada** | **Despesa Liquidada** | **Restos a Pagar** | | **Valores Pagos** |
| | | **Processados** | **Não Processados** | |
| 66.570.293 | 40.169.389 | 6.713 | 26.400.904 | 40.162.675 |

| **Objetivos Relacionados ao Programa** | | |
|---|---|---|
| **Código** | **Descrição** | **Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento** |
| **0943** | - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis. | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |
| **0945** | - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |
| **0948** | - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |
| **0949** | - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade. | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |
| **0950** | - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais. | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |
| **0951** | - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |
| **0952** | - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social. | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |
| **0953** | - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação | **Fundação Nacional do Índio - Funai** |

| | | |
|---|---|---|
| | intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física. | |

**Análise crítica**

O Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas reúne as principais ações de governo para os povos indígenas com vistas a promover sua cidadania plena e seus direitos sociais por meio de iniciativas integradas e articuladas. Essas ações visam o desenvolvimento sustentável, respeitando a identidade social e cultural, os costumes, tradições e instituições das comunidades indígenas. São efetivos os investimentos do Estado nas áreas de gestão territorial e ambiental das terras indígenas, na gestão cultural, na gestão dos direitos sociais como a educação, saúde, promoção social, habitação e saneamento ambiental, com participação indígena sempre estimulada.

Segundo o recente censo do IBGE, realizado em 2010, a população indígena brasileira alcança um total de 817.963 pessoas e que habitam 689 Terras Indígenas, distribuídos em todo território nacional, inclusive no Distrito Federal. O Governo Federal atua fortemente para garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis e de maior gravidade onde os povos indígenas encontram-se confinados e desprovidos de terras necessárias para seu sustento e sobrevivência física e cultural.

Com o Programa os povos indígenas têm amplo e qualificado acesso aos direitos sociais e de cidadania. Considerando a situação de extrema vulnerabilidade física e cultural, os povos indígenas de recente contato contam com a promoção e a proteção de seus direitos por meio de iniciativas para a proteção e salvaguarda de seus territórios. Permeando todo o Programa, ações para preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas são tomadas por meio de pesquisa, documentação, divulgação, além de ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos.

O direito a uma educação diferenciada em todos os níveis está sacramentado na Constituição como um direito fundamental dos povos indígenas, com vistas a sua autonomia e sustentabilidade por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social e transmissão do saber. Como se percebe na prática, promover e proteger os povos indígenas brasileiros é um evidente exercício de cidadania e um efetivo reconhecimento da pluralidade étnica e da multiplicidade linguística nacionalidade brasileira.

O Programa reúne as principais ações de governo para os povos indígenas com vistas a promover sua cidadania plena e seus direitos sociais por meio de iniciativas integradas e articuladas. O Programa está estruturado em cinco indicadores, nove objetivos, 75 metas e 51 regionalizações de metas, abrangendo as seguintes ações: plena ocupação e gestão das terras indígenas, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados; ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas; acesso amplo e qualificado aos direitos sociais e de cidadania; ações de preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas; acesso às políticas públicas de governo; ações de proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato; promoção do direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e consolidação da reestruturação organizacional da Funai.

Em 2012, destacam-se as atuações da Funai nas seguintes ações: fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas; delimitação de Terras Indígenas; proteção Social dos Povos Indígenas; documentação de Línguas e Culturas Indígenas; adequação e Modernização das Unidades da Funai; capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais; promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas; construção da Sede da Fundação Nacional do Índio – Nacional; fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas; preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas; gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas; promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas; promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

OBJETIVO 0943 - (DPT)

| **Identificação do Objetivo** | |
|---|---|
| Código | **0943** |
| Descrição | - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis. |
| Programa | 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas |
| Órgão Responsável | Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 32.913.965 | 30.395.393 | 24.827.722 | 16.229.827 | 413 | 8.597.894 | 16.229.413 |

**Metas do Exercício**

| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras | Unidade | 2 | 0 | - | - |
| 02 | Delimitação de 56 terras indígenas | Unidade | 14 | 13 | - | - |
| 03 | Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas. | Unidade | - | - | - | - |
| 04 | Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas | Unidade | 11 | 2 | - | - |
| 05 | Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas | Unidade | - | - | - | - |
| 06 | Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas | Unidade | 3 | 2 | - | - |
| 07 | Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela | Unidade | 1 | 1 | - | - |
| 08 | Estudos e localização de 8 novas referências de | Unidade | 2 | 2 | - | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas | | | | | |
| 09 | Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente | Unidade | 52 | 167 | - | - |
| 10 | Homologação da demarcação de 40 terras indígenas | Unidade | 10 | 7 | - | - |
| 11 | Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas | Unidade | 10 | 10 | - | - |
| 12 | Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas | Unidade | 0 | 0 | - | - |
| 13 | Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas | Unidade | 10 | 10 | - | - |
| 14 | Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira | Unidade | 0 | 0 | - | - |
| 15 | Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas | Unidade | - | - | - | - |
| 16 | Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento | Unidade | 5 | 30 | - | - |
| 17 | Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento | Unidade | 0 | 47 | - | - |
| 18 | Regulamentação do poder de polícia da FUNAI | Unidade | - | - | - | - |

**Análise Situacional**

As metas que a Funai não conseguiu cumprir foi em razão dos seguintes desafios para a execução:

- A Funai não dispõe de orçamento suficiente para a aquisição de terras, com vistas a constituir reservas indígenas; Problemas relativos a documentação das terras a serem adquiridas;
- Delimitação de terras indígenas: o número de técnicos reduzido para os estudos de identificação e delimitação das reivindicações indígenas; e a judicialização do processo administrativo na fase de delimitação.
- Emissão de Portaria declaratória: Ato administrativo de competência do Ministro da Justiça, nos termos do Art. 2º, § 10, I, do Decreto n.º 1775/96; Falta de governabilidade da Funai, em razão da competência ministerial; Judicialização do processo administrativo na fase de declaração.
- Homologação da demarcação de terras indígenas: Ato de competência da Presidência da República, nos termos do Decreto n.º 1775/96; Falta de governabilidade da Funai em razão da competência presidencial; Judicialização do processo na fase de homologação.
- Indenização e extrusão dos ocupantes de boa fé de terras indígenas: Conflitos entre índios e não índios impedem os estudos fundiários; Judicialização do processo nesta fase; Dificuldade no reassentamento em outra área e isso é de competência do INCRA; Recusa dos ocupantes em receber a indenização e/ou sair da área; Número de técnicos reduzido para a realização do levantamento fundiário.

RESTOS A PAGAR:

R$ 2.060.626,65 - No fechamento do exercício de 2012, um quinto (20,1%) dos recursos descentralizados de Fiscalização e Monitoramento Territorial estava inscrito como Empenho a Liquidar. O valor, aplicado principalmente em bens de investimento, corresponde a R$2.060.626,65 e foi inscrito como Restos a Pagar em 2013. O principal motivo da não liquidação dos empenhos

em 2012 foi o atraso no recebimento dos recursos financeiros, em função do contingenciamento que durou até o mês de setembro. Quatro Coordenações Regionais foram responsáveis por metade desse valor, a saber: CR Cuiabá (629.903,71), CR Ponta Porã (197.453,15), CR Maranhão (108.781,17) e CR Alto Purus (105.573,03). Até o dia 13 de março de 2013, as 4 CRs já haviam conseguido liquidar 84,5% da soma dos respectivos Restos a Pagar.

R$ 2.5343.790,21 – valor em indenizações a serem pagas a ocupantes de boa fé não índios em terras indígenas, esses valores começaram a ser pagos em 2012, e R$ 144.142,98 já foram pagos em 2013, porém, ocorreram as seguintes situações que pararam os pagamentos e permaneceram inscritos em restos a pagar: falta de documentação a ser apresentada pelos ocupantes não índios, necessária para realização do pagamento; não concordância dos não índios no valor da avaliação das benfeitorias, contudo a Funai já iniciou os processos judiciais para consignação em pagamento, no entanto cabe ao Poder Judiciário autorizar, por meio de depósito judicial, os valores relativos as indenizações.

R$ 3.168.117,00 - já foram pagos em 2013 R$115.566,18, e foram inscritos considerando que o processo licitatório foi finalizado somente no final do ano de 2012, em decorrência dos prazos de assinatura de contrato, publicação em DOU, todo o trâmite administrativo, as etapas administrativas do processo de licitação iniciou em junho, somente finalizando em dezembro. E ainda, não foi possível a inicialização dos trabalhos no ano de 2012, por não ter tempo hábil para a mobilização da equipe técnica da Funai e de aparato policial para a garantia da execução dos trabalhos, visto que a demarcação física é uma etapa conflituosa do processo de regularização fundiária. Os demais valores são de despesas executadas em 2012 mas que somente está sendo possível serem pagas em 2013.

***Metas da Gestão Territorial e Ambiental***

***Constituição de reservas indígenas***

No ano de 2012, foram realizados os estudos técnicos em três imóveis rurais que tem como finalidade a constituição de áreas reservadas a comunidade indígenas desprovidas de suas terras. Os estudos executados compreendem os imóveis denominados Ilhas da Tapera, situado no município de Orocó, em Pernambuco, que visa atender o grupo indígena Truká; imóvel Fazenda Jenipabeiro, localizado no município de Santa Rita de Cássia, no estado da Bahia, para atender a comunidade indígena Atikum e o imóvel Fazenda Montana, situado no município de Eldorado, no estado de São Paulo, para os indígenas Guarani, em processo de aquisição por compromisso firmado na compensação para a instalação de empreendimento que impactaram a comunidade indígena.

Diversos são os procedimentos na constituição de áreas reservadas a indígenas e sua execução pode perdurar por anos até a efetiva conclusão do processo. O processo tem inicio nos estudos de campo com a identificação da área, qualificação quanto a situação antropológica e de sustentabilidade agronômica e ambiental, medição, vistoria e avaliação das terras, análise cartorial. Outra parte refere-se ao procedimento administrativo na elaboração e aprovação do relatório para constituição da área reservada, análise das peças técnicas da avaliação, a aprovação jurídica e da Presidência do órgão, finalizado com a obtenção do imóvel e sua escrituração em cartório, quando a aquisição seguir na forma consensual junto ao proprietário. Em caso de desacordo pelo proprietário caberá a edição de decreto desapropriação do imóvel e quando necessário medida judicial.

Como explicado, as diversas atividades de ordem técnica e administrativa que realizadas para conclusão do processo de aquisição das terras que objetiva a constituição de uma reserva indígena segue por longo período até a finalização do processo.

Em 2012, nas áreas trabalhadas foram realizadas atividades de campo na avaliação de três imóveis. Dessa forma a continuidade do processo será em 2013, além de outras duas áreas que serão iniciados os procedimentos técnicos no decorrer do ano.

Destaca-se que a aquisição de terras requer a disponibilidade de recursos que sempre são foram contemplados no orçamento de 2012, bem como ocorreu contingenciamento. Neste sentido, a FUNAI buscou parceria junto ao INCRA para a disponibilização de recursos por meio destaque do orçamento, considerando que aquela Autarquia possui orçamento para aquisição de terras, contudo, não houve posicionamento favorável.

Os estudos para aquisição de terras não é procedimento usual da FUNAI, considerando que o objetivo maior é a demarcação de território tradicional de indígenas (Art. 231 CF), portanto, tem como meta regulamentar normativa que visa nortear e agilizar o processo de aquisição de terras para as comunidades indígenas.

***Delimitação de terras indígenas***

A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos antigos em todos os estados da Federação, com destaque para 05 terras ocupadas pelo povo Mura, no Amazonas, cujos processos demarcatórios foram iniciados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Em 2012 foram delimitadas 13 terras indígenas (TIs), a saber: Jauary (AM), Kanela Memortumré (MA), Menkü (MT), Murutinga (AM), Paquiçamba (PA), Ponciano (AM), Sissaíma (AM), Taego Ãwa (TO), Tenondé-Porã (SP), Tremembé da Barra do Mundaú (CE), Tuwa Apekuokawera (PA), Vista Alegre (AM) e Wassú-Cocal (AL).

Ainda no ano de 2012, foram constituídos 07 novos Grupos Técnicos (GTs) visando a delimitação de terras indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Anacé (CE /Reserva), Baixo Seruiní/Baixo Tumiã (AM), Fazenda Remanso Guaçu (TI Yvy-Katu/ Porto Lindo) (MS), Lomba do Pinheiro, Lami, Estiva e Capivari (RS), Riozinho (AM) e Tereza Cristina (MT).

Foram constituídos também 13 GTs de estudos complementares: Anacé (CE), Caxixó (MG), Iguatemipegua (MS), Itaporanga e Barão de Antonina (SP), Jaraguá (SP), Karitiana (RO), Kapôt Nhinore (MT/PA), Kaxarari (RO), Ñandevapegua (MS), São Luiz do Tapajós e Pimental (PA), Cahy Pequi (BA), Tekoa Peguaoty, Tekoa Amba Porá, Tekoa Uruity e Tekoa Jaikoaty (SP) e Tekoa Pindoty, Tekoa Guaviraty (Subaúma), Tekoa Itapuã (Icapara I), Tekoa Jejyty (Toca do Bugio) e Tekoa Itaoka (Icapara II) (SP).

Para o planejamento de ações de 2013, com base em critérios técnicos, serão priorizadas as delimitações das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Ñandeva no cone sul do Mato Grosso do Sul; de TIs de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas,ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA, no interior da ALAP (Área de Limitação Administrativa Provisória) das BRs 317 e 319; das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de

situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA.

### *Implantação do Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas*

Essa meta ainda está na fase de planejamento. No âmbito da etapa de planejamento em 2012 foram feitas a análise de pré-requisitos para implantação do sistema e a verificação dos dados cartográficos a serem utilizados pelo sistema

Emissão de portarias declaratórias da posse indígena

No ano de 2012 foram encaminhados 7 processos (Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas/AM, TI Guanabara/AM, TI Votouro/Kandóia/RS, TI Barra Velha do Monte Pascoal/BA, TI Tremembé de Queimadas/CE, TI Tumbalalá/BA e TI Tupinambá de Olivença/BA) com vistas a expedição de Portaria Declaratória pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça.

Foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígena Tembé, com uma superfície de 720 ha; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4230 ha. Apesar dessas terras terem sido declaradas no ano de 2012 esses processos foram encaminhados ao MJ em 31/08/2011 (Despacho n.º 20) e 27/09/2011 (Despacho n.º 62), respectivamente.

### *Acordos de cooperação técnica*

Após as articulações técnicas e políticas iniciadas entre os órgãos públicos federais competentes para tratar da temática de incêndios florestais em terras indígenas, foram encaminhadas às Presidências do Ibama e do ICMBio as propostas de Acordos de Cooperação Técnica visando uma atuação conjunta e articulada entre os órgãos envolvidos para o enfrentamento e combate a incêndios florestais em terras indígenas. No entanto, a proposta do referido Acordo de Cooperação Técnica ainda está em análise no âmbito dos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. A despeito do Acordo de Cooperação ainda não ter sido efetivado, já estão sendo executadas diversas ações que fortalecem o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de uma estratégia articulada, principalmente entre Funai e IBAMA. Houve uma orientação conjunta entre Funai/Sede e IBAMA/Sede às suas respectivas unidades descentralizadas estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada com a definição conjunta das terras as serem trabalhadas e apoio logístico entre os órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas.

Para atuar na prevenção a incêndios, novos grupos indígenas foram capacitados nas Terra Indígenas (TI): Pirakuá (MS), Fazenda Guarani (MG), Xakriabá (MG), Kraolândia (TO), Apinayé (TO) e no Parque Indígena do Xingu (MT). No caso da Terra Indígena Kadiwéu (MS) houve contratação por parte do IBAMA de uma brigada formada exclusivamente por indígenas para o combate e prevenção de incêndios florestais. As referidas Terras Indígenas estão localizadas no bioma Cerrado, região mais vulnerável a incêndios floresta. Além disso, servidor da Funai foi formado como instrutor de brigada, numa parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Durante o período crítico de seca, a Funai participou ativamente do Centro Integrado Multiagências (Ciman), que coordena os esforços nacionais de combate a incêndios. Outra ação foi o monitoramento realizado por técnicos da fundação que, analisando imagens de satélite, identificaram focos de calor e acionaram as equipes das Coordenações Regionais da Funai para checagem das informações e adoção das ações subsequentes. Os órgãos

responsáveis pelas ações de combate a incêndios – Ibama e ICMBio – receberam apoio logístico e material da Funai para agir nas Terras Indígenas.

### *Estruturação de Frentes de Proteção Etnoambiental*

No processo de estruturação das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental, a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados realizou uma série de medidas para incrementar a infra-estrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancioso na infra-estrutura física Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) Uru-Eu-Wau-Wau e FPE Guaporé.

### *Estruturação de unidades descentralizadas*

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas áreas de maior vulnerabilidade aos ilícitos territoriais e ambientais em região de fronteira. São definidas a partir do processo de planejamento as áreas as serem priorizadas em cada exercício. Em 2012 decidiu-se pela estruturação da Coordenação Regional do Vale do Javari, unidade descentralizada da Funai, localizada na região da fronteira Brasil-Peru e a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, unidade descentralizada especializada na proteção de índios isolados, também localizada na região da fronteira Brasil-Peru. Neste sentido, foi construída uma base de fiscalização flutuante na região do rio Curuçá na Terra Indígena Javari, área mais vulnerável aos ilícitos transfronteiriços (contrabando) e ilícitos ambientais (pescadores, caçadores e madeireiros ilegais).

Ademais, foram adquiridos diversos equipamentos (barcos, motores, placa solares, GPS, geradores de energia, rádios, etc..) para o serviço de monitoramento territorial da Coordenação Regional da Funai no Vale do Javari e para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, dotando as respectivas unidades com estrutura adequada para o desenvolvimento de ações de proteção e fiscalização da terra indígena Vale do Javari, localizada na região de fronteira entre Brasil e Peru. Foram alocados recursos de investimento no valor de R$ 71.700,00 para a estruturação da base de fiscalização do Curuçá e R$ 118.000,00 para estruturação dos serviços de monitoramento Coordenação Regional do Javari e Frente de Proteção Etnoambiental, totalizando um valor global de investimento de cerca de R$ 190.000,00 para cumprimento da meta.

### *Estudos e localização de novas referências de povos indígenas isolados*

Foram realizadas fiscalizações de forma conjunta com outros órgãos e instituições em 8 Terras Indígenas, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Foram realizadas 19 atividades de localização de índios isolados sob referências não confirmadas. Cada atividade de localização compreende um conjunto de: estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevôo. Foram confirmadas 2 referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima.

Para mensurar ou para conhecer a importância dessas atividades segue um relato de um servidor especializado recém contratado por concurso para realizar estudos de localização de povos indígenas isolados. Relato de caso: Depois de aproximadamente 15 dias incomunicáveis, devido a uma viagem a trabalho pela terra indígena Vale do Javari e depois de quase mil quilômetros percorridos por barco, visitadas cinco aldeias, depois de uma caminhada de 40 km no meio da floresta, percorridos em dois dias, estou esgotado fisicamente e com os pés inchados. Foi uma experiência riquíssima, em todos os sentidos! Muito mais pessoal do que profissional. Aprendi e vi muitas coisas. Cheguei a ficar dois dias sem pisar em terra firme e todos os dias dormíamos na rede. Na maioria dos dias tomei banho na beira do rio; comi carne de todos os tipos (macaco, anta, paca,

queixada, veado, jacu, surubim e até de papagaio). Também comi muito mingau de banana, goiaba, banana e suco de cupuaçu. Fiz pintura corporal, tomei rapé e "tomamos" veneno de sapo. Na caminhada pela floresta, pegamos chuva durante o caminho, andei com água até a cintura, passamos por cima e por baixo de troncos e árvores; tínhamos de usar troncos e árvores como pontes. Devido às condições, realmente não é um trabalho fácil. É preciso abrir mão de certas coisas, principalmente do luxo e do conforto e tentar se despir de pré-conceitos.

Apesar do contato que as etnias da terra indígena mantém com a sociedade envolvente (como a acesso a tecnologias e bens de consumo, programas de transferência de renda e geradores de energia em algumas aldeias), esses indígenas ainda conseguem manter vivos certos ritos e particularidades do seu jeito de viver. É emocionante poder ver isso pessoalmente, em certos relances, em alguns momentos no dia-a-dia da aldeia. Há o lado triste da história que se reflete principalmente entre os jovens, que seduzidos pela vida nas cidades, abandonam suas aldeias para viver nas cidades do entorno da terra indígena. Acabando no mundo das drogas e do álcool, além de cada vez menos compartilharem os costumes de sua etnia. Agora estou em Cruzeiro do Sul, no Acre. Aproveitamos a distância e viemos pra cá, resolver alguns assuntos pela Funai. Bom, são tantas coisas que somente por texto não dá pra repassar.

### *Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas*

A mudança no PPA ocasionou o desmembramento da ação anteriormente existente e a qual estavam incorporadas as ações monitoramento e fiscalização. Esse fato transferiu uma proporção maior do orçamento existente para outra ação o que reduziu substancialmente o orçamento disponível para essa e por consequência a capacidade orçamentária e financeira de apoiar as atividades vinculadas a ação. Contudo, no ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 alcançadas, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

### *Homologação da demarcação de terras indígenas*

Foram homologadas por meio de Decreto Presidencial 7 Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM. Esses processos foram encaminhados ao Ministério da Justiça com vistas a emissão do Decreto Presidencial nas seguintes datas: 09/09/2011 (Despachos 23 e 25), 27/01/2010 (Despacho 02), 27/09/2011 (Despacho 61), 19/10/2010 (Despacho 54), 27/01/2010 (Despacho 01), 13/04/2010 (Despacho 9). Apesar de terem sido encaminhados em anos anteriores, os Decretos só foram publicados no ano de 2012. No ano de 2012 a Funai encaminhou ao MJ o processo da Terra Indígena Arara da Volta Grande/PA (25/06/2012), com vistas a emissão do Decreto de Homologação Presidencial.

### *Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas*

Houve em 2012 a discussão da proposta metodológica, a definição dos conteúdos programáticos do programa e a contratação de profissionais que atuarão no Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas. Objetivando habilitar servidores e indígenas para as atividades de fiscalização e vigilância das terras indígenas, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ),

um conjunto de materiais didáticos sobre os temas: Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Testes piloto do material foram realizados por meio de cursos ministrados em comunidades indígenas e em Coordenações Regionais da Funai. O material referente a temática de Legislação Indigenista e Ambiental e Cartografia Básica e Uso de GPS foi aplicado na capacitação de indígenas nas Terras Indígenas Igarapé Ribeirão/RO, Igarapé Lages/RO e Kaxarari/AM/RO, para atuar nas ações de vigilância das respectivas terras, tendo sido, inclusive, contratados pela empresa responsável pela implementação dos Programas de Compensação Ambiental das UHEs Jiráu e Santo Antonio. Foram realizados cursos de Cartografia Básica e Uso de GPS para servidores nas Coordenações Regionais da Funai no Litoral Sul (Florianópolis) e Xavante (Barra do Garça), com o objetivo de capacita-los e instrumentaliza-los para as ações de proteção das terras indígenas sob suas jurisdições. Ademais, foram realizados 06 (seis) cursos de Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em áreas estratégicas (Bioma Cerrado) voltadas prioritariamente para indígenas, a fim de minimizar a ocorrência e o impacto desses eventos nas respectivas terras indígenas. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) produção do conteúdo pelos profissionais, b) análise e aprovação do material produzido, c) processo de publicação desses conteúdos (revisão, diagramação, editoração...), edição de normatização para o programa e, finalmente aplicação. Implementação de 10 cursos no âmbito do Programa de Capacitação em Proteção Territorial, somando cerca de 150 pessoas (servidores e indigenas) capacitadas, em 2012. O material didático produzido e aplicado como experiência piloto, foi avaliado e aprimorado após as capacitações, encontrando-se em fase de edição para publicação em 2013.

***Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas***

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012 foi contratado um profissional para a produção de proposta para o Projeto bem como a aprovação, por parte da Funai, da proposta apresentada. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) construir o processo de licitação, à partir do projeto básico aprovado, b) licitar a prestação de serviço (fábrica de software), c) treinamento de usuários, d) cronograma de instação do sistema nas Coordenações Regionais. Conforme consta na análise situacional da meta a ser alcançada será quantificada no fim da etapas, com um sistema implementado.

***Indenização e extrusão de ocupantes de boa-fé***

Para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas No processo de indenização de benfeitorias de boa-fé foram constituídas 7(sete) Comissões de Pagamentos, com a aplicação de recursos na ordem de R$ 3,5 milhões, seja na forma da indenização direta aos ocupantes não índios ou por meio de consignação em depósito judicial. No ano de 2012, ocorreram os procedimentos para as indenizações de benfeitorias a ocupantes não índios nas seguintes terras indígenas: Apyterewa/PA, Boa Vista/PR, Brejo do Burgo/BA, Comboios e Tupiniquim/ES, Krikati/MA, Lago do Marinheiro/AM, Palmas/SC, Xukuru-Kariri/AL, Yanomami/RR, Jatuarana/AM.

Também foram formados 5 (cinco) grupos técnicos de vistoria e avaliação de benfeitorias nas terras indígenas: Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Pankararu/PE, Rio dos Índios/RS, Arroio-Korá/MS e Ribeirão Silveira/SP, com o cadastro de 1.100 ocupações não índios. No tocante a análise da boa-fé das benfeitorias construídas por ocupantes em terras indígenas, foram publicadas 5

(cinco) resoluções. Nesse tema é importante ressaltar a atualização com a publicação de normativa que visa o procedimento da análise sobre a boa-fé das benfeitorias.

O procedimento para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas requer diversas atividades em campo e a aprovação na esfera administrativa, que tem início o processo a partir da edição da Portaria da posse indígena por ato do Ministro da Justiça.

Os procedimentos referente os estudos técnicos de campo compreende na vistoria e a avaliação das benfeitorias instaladas em ocupações de não índios, na análise técnica do material fundiário e dos recursos interpostos pelos ocupantes referente a avaliação. O trabalho de campo a depender da situação fundiária e da extensão da terra indígena, pode se estender por alguns anos até a conclusão, considerando posição contrataria dos não índios em autorizar os técnicos da FUNAI a realizar a vistoria, sendo em alguns casos necessário a interposição de medidas judiciais e o uso da força policial.

Nos procedimentos administrativos tem-se a aprovação e análise de recursos sobre a boa-fé, a aprovação da jurídica e da Presidência autorizando o pagamento, a constituição de comissão para as indenizações das benfeitorias e a retirada dos ocupantes da terra indígena, além do acompanhamento do reassentamento a cargo do INCRA. Também nas atividades de pagamento há certa demora em se efetivar conclusão do processo da indenização dos ocupantes não índios e a sua retirada da área, em decorrência da manifestação contrárias dos ocupantes em aceitar o pagamento na forma consensual ou que busca na esfera judicial a paralisação do processo.

Diante das diversas atividades que decorrem para se chegar a conclusão do processo de indenização e a extrusão de ocupantes de terras indígenas e ainda as ações judiciais apresentadas pelos não índios que busca atrasar o processo, tem-se dificuldades para execução das metas. Dessa forma, preve-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas com as atividades já realizadas em 2012 e dar início aos procedimentos técnicos em outras 10 (dez) terras indígenas.

### *Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira*

A relevância da participação da Funai nas ações de combate a ilícitos transfronteriços, de forma a justificar a inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira, pode ser verificada na ampliação do número de operações conjuntas com órgãos de segurança e de defesa nacional realizadas em terras indígenas, situadas na faixa de fronteira, bem como na participação da Funai nas diversas instâncias de integração dos órgãos de inteligência e de segurança nacional. A Funai participou das Operações Ágatha, coordenadas pelo Exército Brasileiro, nas regiões fronteiriças, além das operações Curare, Seta, Piaba de Ouro, Piracema, de abrangência regionalizada nos estados do AM e RR, coordenadas também pelo Exército brasileiro. Conforme consta na análise situacional da meta as diversas ações realizadas, no âmbito do executivo, objetivaram influenciar na Política Nacional de Fronteiras. Atuou-se na produção de informações e conteúdo que serviu de subsídio para influenciar/orientar as diretrizes do Ministério da Justiça acerca do tema Segurança Pública. O aumento da participação da Funai nas operações realizadas na região da faixa de fronteira, tanto no planejamento quanto em sua execução, bem como os resultados positivos obtidos nas referidas operações conjuntas no que se refere ao combate aos delitos transfronteiriços, tem conferido maior credibilidade a instituição para atuação da Funai na inserção do componente indígena, nas políticas de fronteiras, além de evidenciar que a proteção das

terras indígenas deve ser considerada como componente estratégico para quaisquer políticas de segurança nacional e de fiscalização das fronteiras implementadas pelo Estado brasileiro.

***Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas***

Foram realizadas diversas ações que apoiaram a discussão para que seja incorporado um componente específico para os povos indígenas na Política Nacional de Mudanças do Clima, no âmbito do executivo e legislativo. Foi produzida notas técnicas da Funai com o posicionamento da Funai sobre a inclusão do componente indígena na Política Nacional de Mudança Climática, especificamente no que se refere aos pagamento por serviços ambientais e REDD+, de forma a orientar as Assessoria Parlamentares da Funai e do Ministério da Justiça nas articulações e reuniões realizadas no Congresso Nacional, no âmbito das tramitações dos Projetos de Leis PL nº 195/2011 - REDD+ (institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal, (REDD+)), proposto pela Deputada Federal Rebecca Garcia; e PL nº 792/2007 - Pagamento de Serviços Ambientais (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais), proposto pelo Deputado Federal Anselmo de Jesus, respectivamente. A Funai também participa do Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Estratégia Nacional de REDD. Neste sentido, portanto, foram realizadas diversas reuniões de natureza técnica e política, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Ministérios afins, além de parlamentares responsáveis pelos supracitados Projetos de Lei, visando garantir a inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas. No âmbito da atuação didática da Funai sobre a temática, foram produzidos três vídeos explicativos sobre as relações entre mudanças climáticas, povos indígenas e serviços ambientais. Os vídeos traduziram para uma linguagem acessível – visando a divulgação nas aldeias – as discussões nacionais e internacionais sobre mecanismos de compensação financeira para Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), com o propósito de combater a especulação e o assédio aos povos indígenas. Ademais, a Funai participou ativamente de oficinas, seminário e fóruns de discussão sobre mudança climática e povos indígenas, promovidas por organizações não-governamentais e associações indígenas, visando o esclarecimento dos povos indígenas sobre o posicionamento institucional acerca do tema. E por ocasião da Rio+20, a Funai realizou, no âmbito de sua programação no Museu do Índio, uma mesa de debate, com participação de povos indígenas, organizações não-governamentais e representantes do Ministério do Meio Ambiente e Funai, para discutir e esclarecer a temática relacionada aos povos indígenas e mudanças climáticas.

***Monitoramento de terras indígenas com maior índice de desmatamento***

Análise Situacional da Meta: Procura-se, por meio das ações vinculadas à essa meta, atuar de forma diferenciada nas 20 terras indígenas (TI) com maior índice de desmatamento, que representam cerca de 70% do desmatamento total em TI. Neste sentido, foram realizadas 30 (trinta) operações em articulação interinstitucional (FUNAI, DPF, IBAMA, FNSP, BPMA, ICMBio) nas terras indigenas com maiores índices de desmatamento. Foram realizadas 30 operações em articulação interinstitucional.

***Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas***

Ações de fiscalização e monitoramento nas seguintes Terras Indígenas: URUBU BRANCO, TENHARIM DO RIO MARMELOS, KAYAPÓ, KARIPUNA, RAPOSA SERRA DO SOL, ALTO

TURIAÇU, AWÁ, CARU, BACURIZINHO, PORQUINHOS, KADIWÉU, KRIKATI, KAPOT NHINORE, SETE DE SETEMBRO, PIRAHÃ, PARQUE DO ARIPUANÃ, SERRA MORENA, ARIPUANÃ, SEPOTI, GAVIÃO, ROOSEVELT, SISSAÍMA, GOVERNADOR, PARQUE DO ARAGUAIA, MENKRAGNOTI, URU-EU-WAU-WAU, PORQUINHOS DOS CANELA APANJEKRA, CACHOEIRINHA, APIAKÁ-KAYABI, MENKÜ, ENAWENÊ-NAWÊ, CACHOEIRA SECA, XACRIABÁ, GUAPORÉ, PEQUIZAL, EWARE, MARAIWATSEDE, RIO NEGRO OCAIA, SAGARAMA, XAMBIOÁ, COATA LARANJAL, MUNDURUKU, FAZENDA GUARANI, KAXARARI, ARARA DO RIO AMONEA, MAMOADATE, CABECEIRA DO RIO ACRE, e essas atividades visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos na Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos de segurança pública e/ou governamentais (IBAMA, ICMBio, DPF, Força Nacional, BPMA e Exército).

***Regulamentação do poder de polícia***

Foram realizadas diversas ações que tem por objetivo regulamentar o poder de polícia da Funai, inclusive por ser recomendação do TCU (Acordão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministro da Justiça e as áreas competentes daquele Ministério (Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria de Segurança Pública, Consultoria Jurídica) para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes da atribuições do Órgão indigenista relativas a fiscalização e proteção territorial. Como resultado, está prevista para o 1º sementre de 2013 a realização de um seminário com diversos Órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando dar encaminhamento ao processo de regulamentação do Poder de Polícia da Funai.

***Metas para 2013***

Para 2013, a Funai pretende intensificar as ações de regularização fundiária, com a identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá e Ñandeva, no Mato Grosso do Sul e das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, no interior da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) das BRs 317 e 319; de antigas demandas por terra no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; de áreas Munduruku, no médio Tapajós/PA. A Funai atuará em 2013 nos registros e regularização fundiária com a extrusão de ocupantes não-índios em 10 terras indígenas. Com vistas a proteger os índios isolados e de recente contato, a Funai atuará a partir de 2013 identificação e localização de referências de índios isolados, especialmente nas Frentes de Proteção do Médio Xingu e Cuminapanema. É propósito da Funai concluir a extrusão da Terra Indígena Yanomami, com a construção de outras duas bases de Proteção Etnoambiental. Para 2013 está prevista a demarcação física de 18 terras indígenas e aviventação dos limites de 09 terras. Em 2013, serão realizadas atividades de campo para a avaliação de para efetivar a aquisição das terras que constituirão as reservas indígenas. Parcerias

Prevê-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos e das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas, com as atividades realizadas em 2012 e iniciar os procedimentos técnicos em outras 10 (dez) terras indígenas. Diante das diversas atividades que decorrem para se chegar a conclusão do processo de indenização e a extrusão de ocupantes de terras indígenas, tem-se dificuldades para quantificação a meta.

OBJETIVO 0945 - (DPDS/DPT

| **Identificação do Objetivo** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | **0945** | | | | | | |
| Descrição | - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas | | | | | | |
| Programa | 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | | | |
| Órgão Responsável | Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 19.661.839 | 16.361.839 | 11.294.528 | 4.822.441 | 0 | 6.472.087 | 4.822.441 | |

| **Metas do Exercício** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas | Unidade | - | - | - | - |
| 02 | Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena | Unidade | - | - | - | - |
| 03 | Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas | Unidade | - | - | - | - |
| 04 | Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante | Unidade | - | - | - | - |
| 05 | Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda | Unidade | - | 4 | - | - |
| 06 | Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades | Unidade | - | 2 | - | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | produtivas sustentáveis em terras indígenas | | | | | |
| 07 | Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas | Unidade | 7 | 2 | - | - |
| 08 | Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos | Unidade | - | - | - | - |
| 09 | Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas | Unidade | 80 | 12 | - | - |
| 10 | Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas | Unidade | 678 | 396 | - | - |
| 11 | Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas | Unidade | 51 | 2 | - | - |
| 12 | Implementar 5 Centros de Formação Indígena | Unidade | 5 | 0 | - | - |
| 13 | Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas | Unidade | 600 | 0 | - | - |
| 14 | Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros | Unidade | 2 | 0 | - | - |
| 15 | Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos | Unidade | 2 | 2 | - | - |
| 16 | Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável | Unidade | - | - | - | - |

**Análise Crítica**

***No exercício foram executadas as seguintes ações:***

Implementação de 12 Planos de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PGTAs): foram apoiados ao longo de 2012, 10 (dez) Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras indígenas, em diferentes etapas, desde a elaboração até a finalização dos mesmos. Ressalta-se que a maioria do PGTAs foi executada por outras instituições como a Emater, no caso do PGTA da TI Munduruku (PA), Governos de Estado, como o do Acre e Cooperação Técnica Alemã, nos

casos dos PGTAs das TIs Alto Rio Purus, Jaminawa do Igarapé Preto e Kaxinawa/Kampa do Rio Breu no Acre, ou organizações da sociedade civil, como a OPAN no caso dos PGTAs das TIs Nambikwara, Myky e Manoki (MT), IEPE e ECAM no caso do Diagnóstico Socioambiental das Tis Nhamundá Mapuera, Trombetas Mapuera, Parque do Tumucumaque e Paru'Deste e ISA para o PGTA do Parque Indígena do Xingu havendo o apoio da CGGAM (técnico e financeiro) por meio de descentralização de recursos às Coordenações Regionais da Funai para organização e custeio de Oficinas e acompanhamento técnico das atividades por servidores das mesmas. Concluídos em 2012 os PGTAs Timbira e Povos do Oiapoque.

Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas: Houve a continuidade da formatação de uma proposta de Formação Continuada em Gestão Territorial e Ambiental de terras Indígenas, iniciada em setembro de 2011, culminando o exercício de 2012, com a apresentação de uma Proposta de Curso Básico de Formação Continuada em PNGATI, em uma reunião extraordinária do Comitê Gestor do Projeto GATI, em dezembro de 2012. O Curso Básico tem como público alvo indígenas e não indígenas (Funai, MMA e ICMBio) membros dos Comitês Regionais da FUNAI e membros dos Conselhos Regionais do Projeto GATI. Está estruturado em cinco módulos, cada um com duração de 40 horas/aula presenciais, totalizando 200 horas/aula, em 12 meses. A Meta é de que as oito turmas, portanto, 240 gestores indígenas e não-indígenas comecem sua Formação no ano de 2013.

Destacamos ainda, a participação da Funai na Conferência Rio + 20 em diversos espaços e, em especial, a programação realizada no Museu do Índio com a divulgação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental – PNGATI (Decreto nº 7.747/2012) com a participação de servidores da Funai, Ministério do Meio Ambiente- MMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, Organizações e representantes indígenas além de outros parceiros como a Organização não governamental "The Nature Conservancy – TNC e a Cooperação Alemã "Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

Ainda na linha dos projetos, é importante ressaltar a coordenação pela FUNAI da implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF – Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, fruto de parceria entre a FUNAI, Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil. A expectativa é que o Projeto sirva como "laboratório para testar e consolidar novas metodologias e abordagens, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI. O Projeto incide sobre 32 terras indígenas jurisdicionadas em 17 Coordenações Regionais da Funai em todos os biomas brasileiros, distribuídos em 8 núcleos regionais (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Amazônia/Cerrado, Nordeste I, Nordeste II, Pantanal/Cerrado, Sul e Sudeste). Foram realizadas neste âmbito capacitações e intercâmbios, envolvendo a participação de aproximadamente 261 indígenas, apoio à adequação dos projetos da Carteira Indígena – MMA, reuniões de esclarecimentos sobre o projeto GATI em 29 TIs, instalação de 6 Comitês Regionais do Projeto GATI e 4 reuniões do Comitê Diretor do GATI. O Decreto de instituição da PNGATI foi assinado em junho de 2012 ano.

Com as contratações efetivadas dos consultores regionais nos 8 Núcleos Regionais em 2012, o Projeto o GATI se estruturou para consolidar e avançar na execução das atividades a serem

realizadas nas TIs. A execução das ações do Projeto GATI possibilitou também a discussão técnica e nivelamento de entendimentos sobre conceitos, princípios, diretrizes e ferramentas para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que constituem mais um dos instrumentos para gestão das TIs.

Ainda no contexto do GATI, as diversas ações desempenhadas tiveram o envolvimento de várias Coordenações Gerais (CGGAM, CGETNO, CGMT, dentre outras); de outros órgãos governamentais e não governamentais e de organizações indígenas, contribuindo para a efetividade das ações propostas. Neste sentido, o Projeto GATI pode ser considerado como um exemplo de processo participativo na implementação de políticas para os povos indígenas.

Entre as parcerias, além do apoio técnico e financeiro de diversas Coordenações Gerais da Funai, já mencionados, destacamos a Cooperação Alemã "Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) " e também a Organização não governamental “The Nature Conservancy - TNC” no âmbito do Termo de Cooperação Técnica FUNAI/TNC que objetiva uma cooperação técnica, visando o fortalecimento e implementação de políticas públicas ambientais e de etnodesenvolvimento para as terras indígenas.

Em 2012, com uma equipe de 13 técnicos, a CGLIC trabalhou com um universo de cerca de 615 processos, com diferentes graus de complexidade, mas que possuem necessidade de intervenção da Funai acerca do componente indígena. Destaca-se a participação da Funai nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na área de geração e transmissão de energia (exemplos: complexo hidrelétrico do Tapajós, UHE Belo Monte, UHE Mauá, UHE Jirau, UHE Santo Antônio e diversas linhas de transmissão), na área de transportes (exemplos: BR 230/PA, BR-280/SC, BR-101/Nordeste, BR- 101/Sul, BR-116/RS, Ferrovia de Integração Centro Oeste e Ponte do Rio Negro) e no monitoramento dos programas de compensação e mitigação ambientais (exemplos: BR 163/PA, UHE Serra da Mesa e LT Venezuela - Brasil).

Também relevante no processo de articulação, iniciado no âmbito da CGGAM, foi a construção do módulo de acompanhamento do licenciamento ambiental no Sistema de Informação Indigenista – SII, instrumento importante para estruturar informações e acompanhar as diversas fases dos processos acompanhados pela Funai que possuem componente indígena.

### 3. Comentário sobre as ações implementadas

No tocante à execução da Iniciativa 0413, especialmente no que se refere a atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas, destacamos a publicação do Decreto 7.778/12 a partir do qual foi realizada, a partir de um processo de profunda reformulação, qualificando os procedimentos de licenciamento e os processos de gestão ambiental envolvendo as TIs no Brasil, a divisão da CGGAM, criando assim a COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - CGLIC.

A CGLIC surgiu a partir do processo de amadurecimento do papel da Funai na interveniência junto aos processos de Licenciamento Ambiental de atividades ou obras que possam afetar negativamente povos e terras indígenas. As ações da CGLIC, até então conduzidas no âmbito da Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), têm como objetivo principal garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas envolvidos em processos de licenciamento ambiental.

Em 2012, com uma equipe de 13 técnicos, a CGLIC trabalhou com um universo de cerca de 615 processos, com diferentes graus de complexidade, mas que possuem necessidade de intervenção da Funai acerca do componente indígena. Destaca-se a participação da Funai nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na área de geração e transmissão de energia (exemplos: complexo hidrelétrico do Tapajós, UHE Belo Monte, UHE Mauá, UHE Jirau, UHE Santo Antônio e diversas linhas de transmissão), na área de transportes (exemplos: BR 230/PA, BR-280/SC, BR-101/Nordeste, BR- 101/Sul, BR-116/RS, Ferrovia de Integração Centro Oeste e Ponte do Rio Negro) e no monitoramento dos programas de compensação e mitigação ambientais (exemplos: BR 163/PA, UHE Serra da Mesa e LT Venezuela - Brasil).

Também relevante no processo de articulação, iniciado no âmbito da CGGAM, foi a construção do módulo de acompanhamento do licenciamento ambiental no Sistema de Informação Indigenista – SII, instrumento importante para estruturar informações e acompanhar as diversas fases dos processos acompanhados pela Funai que possuem componente indígena.

**Ações que apresentaram problemas de execução**

O cumprimento de 75% da meta prevista para a Ação decorreu de diversas dificuldades que vêm sendo sistematicamente enfrentadas pela Funai com medidas que, no entanto, demandam tempo para apresentar impactos positivos sobre a execução. Destacam-se como as principais dificuldades:

a) Baixo retorno das Coordenações Regionais quanto à execução dos projetos. **Medida**: novo modelo de gestão para 2013;
b) Quadro de servidores reduzido, tanto na sede como nas Unidades Descentralizadas para realização e acompanhamento das ações a serem desempenhadas pela Funai.
c) Limites orçamentários com restrições para despesas com diárias, passagens e locomoção. Atividades finalísticas foram prejudicadas tendo em vista a necessidade de elaboração dos projetos em conjunto com as comunidades indígenas e servidores das Unidades Descentralizadas da Funai, primeiramente, e posteriormente na execução e acompanhamento destes projetos. Destacamos a relevância destas despesas dada a necessidade de informar, orientar, construir, consultar, ouvir e firmar acordos com as comunidades envolvidas.
d) judicialização dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam as terras e povos indígenas.

**Principais resultados alcançados pela Ação**

i. Implementação de ações estruturantes para garantir a gestão ambiental e territorial das terras indígenas;
ii. Melhoria significativa da capacidade de ação articulada da FUNAI, tanto interna quanto externamente, dando um salto de qualidade na implementação dos projetos e políticas públicas governamentais;
iii. Normatização de procedimentos da Funai no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos, condição fundamental para uma atuação ordenada, legal e que garanta a participação dos povos indígenas;
iv. Estabelecimento das orientações e diretrizes para a elaboração dos PGTAs, as quais deverão ser utilizadas tanto pela própria Funai - nos caso em que as Coordenações

Regionais estiverem executando a elaboração de PGTAs nas TIs - quanto para diversas instituições governamentais e não-governamentais que também atuam com PGTAs. Merece ênfase que Funai passou a acompanhar e discutir de forma mais qualificada a elaboração de PGTAs em diferentes TIs do Brasil;

v. Elaboração da proposta do Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - nos Biomas Amazônia, Mata-Atlântica e Caatinga em parcerias formadas pela Funai, MMA, Icmbio e IEB (Instituto de Educação do Brasil).

**Restos a pagar:** Os restos a pagar refletem aporte de recursos ao final do ano, o que não ocorreu com freqüência ao longo do exercício de 2012, que levou as unidades descentralizadas da Funai e não conseguirem empenhar e executar uma parte das atividades propostas para o ano de 2012.

***Chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas.***

Em 2012, foram definidos critérios para eleição das terras indígenas a serem atendidas pelas "Chamadas Públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígena". Observa-se, entretanto, que não realizaram-se as Chamadas Públicas em 2012, e tal fato deveu-se à decisão de planejá-las para ocorrer nos anos 2013-2015, de forma a criar sinergia com os avanços na implementação do Projeto GATI, em especial quanto à implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA - nas terras indígenas que são Áreas de Referência deste Projeto, e com a meta relativa aos diagnósticos da agrobiodiversidade. Considerou-se que, sendo o foco da Chamada as terras indígenas que correspondem às áreas de referência do Projeto GATI, cujos resultados e atividades são estratégicos para o Objetivo 0945, o lançamento desta Chamada no período 2013/2014, garantiria maior potencial de alcance dos resultados almejados. Está previsto, para 2013, o lançamento de duas Chamadas Públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas.

***Problemas de execução:***

- não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc
- reduzida capacidade técnica e operacional das unidades regionais e respectivas CTLs; reduzido quadro de pessoal técnico dos SEGATs;
- ausência de ações de capacitação continuada junto às equipes técnicas; fragilidade da infra-estrutura operacional), em maior ou menor medida, impactaram sobre esse quadro da execução orçamentária de 2012,
- dotação insuficiente, contingenciamento, com impactos significativos sobre a regularidade das descentralizações orçamentárias às Unidades Regionais para execução das atividades dentro de margem de tempo adequada.

***Restos a pagar:***

Observa-se, quanto a este fato, um círculo vicioso que precisa ser rompido, exigindo, para tanto, maior agilidade das Unidades Regionais no envio dos Planos de Trabalho anuais, bem como nas análises dos projetos destes Planos. Todavia, esta agilidade por si só não é suficiente para a reversão do quadro atual. Mudanças efetivas requerem, no curto e médio prazo, a tempestividade necessária nos aportes orçamentários à Ação 2711, a melhoria das condições de trabalho na Sede, a efetiva estruturação das CRs e CLTL, o aperfeiçoamento de procedimentos e instrumentos que

permitam agilidade nas rotinas no âmbito das unidades da sede e das CRs. No caso destas Unidades, além de maior agilidade na elaboração dos Planos e projetos, é fundamental garantir as condições de efetivação dos procedimentos licitatórios que, no caso das atividades produtivas, são mais complexos e demorados, por envolverem grande quantidade e diversidade de insumos.

È fundamental considerar, nesse contexto, que a implementação de atividades produtivas que efetivamente contribuam para a autonomia das comunidades não ocorreu no período de um exercício apenas e, em larga medida e em todas as regiões do país, segue calendários agrícolas e extrativistas próprios. Assim sendo, as descentralizações orçamentárias requerem que seja observada a sazonalidade das atividades produtivas regionais, a fim de que os recursos possam ser disponibilizados nos tempos predeterminados pelos diversos calendários. A não observância destes calendários nos aportes de recursos à Ação 2711, bem como nas descentralizações pela Sede e nas execuções orçamentárias pelas CRs dificultará sobremaneira a reversão do alto volume de recursos em restos a pagar, que vem se repetindo ano a ano.

Foram iniciados, em 2012, diálogos com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ e a Embrapa a fim de definir a metodologia a ser utilizada em 2013 nos diagnósticos da agrobiodiversidade dos Povos Guarani, Krahô, Paresi e Xavante.

***Arranjos produtivos locais***

Foi realizada, em 2012, uma oficina de planejamento da meta, envolvendo a participação da Cooperação Técnica Alemã – GIZ, que incluiu uma abordagem teórica sobre o tema das Cadeias de Valor e a eleição dos APLS e respectivos produtos a serem apoiados, considerando-se o potencial produtivo das áreas indígenas, parcerias estabelecidas, dentre outros aspectos. São os seguintes os produtos e territórios eleitos: Região Norte: Borracha/Corredor Tupi-Mondé (MT e RO); Pescado/Purus (AM); Fibras – piaçava e cipó-titica/Rio Negro (AM); Mel/Kayapó Sul do Pará e Parque Indígena Xingu (PA/MT). Estes territórios foram validados na referida Oficina, em conjunto com a Diretoria de Proteção Territorial e coordenações da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Região Nordeste: Mel/TI Wassu-Cocal (AL), Pescado e Frutos Nativos, ambos com território a ser definido; ii) realizada uma Oficina de Capacitação em Cadeias de Valor com os atores envolvidos em todos os APLs eleitos.

**Problemas de execução:** são os mesmos apresentados em relação à execução das metas anteriores.

***Articulação com instituições e órgãos parceiros***

Durante o exercício de 2012 foram firmados 2 Termos de Ajustamento de Conduta – TAC com a finalidade de disciplinar o fim dos arrendamentos nas TIs Kadiwéi e Paresi.

O Objetivo principal desta meta é garantir o usufruto das TIs pelos indígenas. Com a formalização destes acordos pretende-se criar um cronograma para a extrusão dos arrendatários das Terras Indígenas e, paralelamente, incentivar os indígenas a práticas produtivas sustentáveis em substituição ao arrendamento. Na Ti Kadiwéu objetiva-se ao final de oito anos formar um rebanho de 8 mil reses para a comunidade, retirando, ao término, os arrendatários, sem prejuízo econômico aos indígenas. A despeito das grandes dificuldades de se alcançar este objetivo, com a formalização deste acordo foram iniciados trabalhos de vistorias, essenciais para um maior controle sanitário pelo Estado na região. Ressaltamos ainda que o alcance do objetivo depende basicamente do acompanhamento da Funai e no envolvimento dos indígenas neste Projeto. Já o compromisso

assinado pela Funai e indígenas para retirada de sojicultores na TI Paresi foi assinado no segundo semestre de 2012, sendo que a maioria dos indígenas vem cumprindo com a obrigação de reservar 50 % dos ganhos da safra na compra de equipamentos. Desta forma , entendemos que, com o devido acompanhamento da Funai e envolvimento do indígenas, o objetivo poderá ser alcançado.

Problemas de execução:

- Dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc.

- No que concerne ao TAC Kadiwéu a principal dificuldade de execução é o custo dos trabalhos de vistoria, Considerando que a TI Kadiwéu possui mais de 500.000 hectares, sendo que mais de 350.000 são arrendados para 40.000 cabeças. Um trabalho de vistoria contínua duraria mais de 6 meses e seus custos comprometeriam uma parte significativa do orçamento. Já no que tange ao TAC Paresi não tivemos problemas com execução.

***Superações significativas das metas estabelecidas***

Considerando a complexidade dos trabalhos, o alcance de 50 % da meta em 1 ano superou as expectativas. Isso se deve ao fato de que tanto na TI kadiweu quanto na TI Paresi as discussões já tinham sido iniciadas antes do PPA 2012 a 2015. Além disso, deve-se enfatizar que a formalização do acordo não finda as atividades

**Restos a pagar:** Não houve inscrição em Restos a Pagar de recursos relacionados a esta meta.

***Conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas***

Em 2012, foram apoiados dois eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais de agricultura e alimentação indígena: i) I Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais e; ii) apoio à Feira de Sementes Paresi III – Raiz, Planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes tradicionais do povo Paresi.

Problemas de execução: mesmos problemas que prejudicaram a execução das metas anteriores.

***Processos e projetos de etnodesenvolvimento***

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R$ 8.799.023,49, executados R$ 2.792.443,84 e R$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior

ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluímos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

***Problemas de execução:***

- o processo de execução da meta tem como característica o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras metas, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.
- Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.
- greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro;
- quadro reduzido da equipe técnica, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

***Superações significativas das metas estabelecidas***

Das 678 terras indígenas, foram alcançadas 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de alcance da meta, sendo este considerado significativo, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012, bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta. Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

***Restos a pagar***

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

***Etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas***

Em 2012 foi realizado o planejamento trianual de atividades para execução da meta; acompanhamento de casos piloto para subsidiar tecnicamente a proposta de regulamentação, em

conformidade com os direitos territoriais e sociais destes povos, como segue: i) participação no GT de Turismo do estado do Acre; ii) acompanhamento do X Festival Yawa, na Terra Indígena Rio Gregório (aldeias Nova Esperança e Mutum); iii) participação e apoio à Oficina inter-setorial sobre o desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Indígena do Xingu, envolvendo CTLs, representantes indígenas, Coordenações Gerais (CGETNO, CGGAM, CGPDS, CGMT e CGPC – além da Ouvidoria e AEAI); iv) acompanhamento de monitorias complementares entre os Yanomami (AM) e 16 etnias que coabitam o Parque Indígena do Xingu (MT); v) reunião com MMA, ICMBio, Ministério do Turismo, para nivelamento sobre a meta e identificação de contribuições destas instituições ao processo de regulamentação da atividade em tela; vi) elaboração de Roteiro de Monitoria e Avaliação de Atividades Turísticas em Terras Indígenas, baseado nas atividades de monitoria e avaliação realizadas nas TIs e em estudos anteriores feitos pela FUNAI, para subsidiar as CRs no desenvolvimento de atividades ligadas à meta.

Problemas de execução: mesmos problemas que prejudicaram a execução das metas anteriores.

OBJETIVO 0948 - (DPDS)

| **Identificação do Objetivo** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | **0948** | | | | | | |
| Descrição | - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. | | | | | | |
| Programa | 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | | | |
| Órgão Responsável | Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 27.087.356 | 26.604.920 | 14.989.238 | 8.783.796 | 0 | 6.205.442 | 8.783.796 | |

| **Metas do Exercício** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas | Unidade | 150 | 172 | - | - |
| 02 | Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento | Unidade | - | - | - | - |
| 03 | Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados | Unidade | - | - | - | - |
| 04 | Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas | Unidade | 10.000 | 0 | - | - |
| 05 | Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas | Unidade | 36 | 14 | - | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 06 | Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país | Unidade | 1 | 1 | - | - |
| 07 | Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena. | Unidade | - | - | - | - |
| 08 | Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos | Unidade | - | - | - | - |
| 09 | Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itensproduzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena | Unidade | 13 | 0 | - | - |
| 10 | Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas | Unidade | 4 | 0 | - | - |

**Análise crítica**

Em 2012 foram executadas as seguintes ações visando o cumprimento das metas estabelecidas, itens 1 a 10:

Realização de reuniões estratégicas com a SNJ, MDA, SESAI, SDH para discutir e elaborar propostas de ações para os jovens indígenas. O valor financeiro para essa ação foi de R$ 30.000,00. Entretanto verificou-se certa dificuldade em atender todas demanda por falta de recursos.

Viabilizou-se e acompanhou-se as iniciativas dos povos indígenas através das Coordenações Regionais que visam o fortalecimento organizacional e político com recorte de gênero e geracional, ou seja, os eventos pontuais a nível local, regional e nacional das organizações e/ou departamentos de mulheres e jovens indígenas, tais como assembléias gerais e extraordinárias ocorridas anualmente. O recurso gasto com essas ações foi da ordem de R$ 106.373,24. Essa ação também encontrou dificuldades em razão da insuficiência de recursos necessários para atender as demandas.

Apoiou-se e acompanhou-se as iniciativas das Coordenações Regionais com recorte de gênero e geracional. O recurso foi de R$ 90.430,86 e também encontrou dificuldades de operacionalização por falta de recursos.

Viabilizou-se e acompanhou-se as iniciativas das mulheres, jovens e idosos indígenas através das Coordenações Regionais, voltadas para os temas prioritários que beneficiem mais de uma comunidade indígena. O valor empregado nessa ação foi de R$ 28.520,00 e também houve dificuldade em atender todas demanda que chegaram por falta de recursos.

Viabilizou a participação de mulheres, jovens e idosos indígenas, em articulação com as Coordenações Regionais, nos fóruns de discussão, elaboração e gestão das políticas públicas e de direitos relacionados aos povos indígenas, em geral, e às questões de gênero e geracionais, em

particular. O valor do recurso foi de R$ 28.770,02 . Houve dificuldade em atender todas demanda que chegaram à por falta de recursos.

Foram apoiados no ano de 2012, 172 eventos num total de R$ 307.327,85. Essa situação de superação de meta se deu pela preocupação da FUNAI em atender as demandas de Mobilização social que também entram no bojo dessa meta do PPA. Apesar de ter sido um ano difícil por conta da restrição orçamentária que acabou por vetar vários eventos que estavam sendo pensados, e até mesmo para dialogar com o movimento indígena sobre as dificuldades e mudanças que a FUNAI tem passado, essas agendas foram priorizadas.

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, foram efetivadas mais de 30 mil novas emissões de documentos devido a realizações de mutirões nas regiões de Atalaia do Norte, São Gabriel da Cachoeira, Ponta Porão, Palmas, Cacoal, Ji Paraná e o Maranhão, ultrapassando o exercício de 2011, em parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretária Nacional dos Direitos Humanos. O grande momento foram os mutirões em regiões de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e São Gabriel da Cachoeira que continuam a ação. Essa Coordenação-Geral juntamente com as Coordenações Regionais empenharam-se em 2012 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nominação próprias dos indígenas.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de RANIS, Registros Civil de Nascimento, CPF, Carteira de Identidade e Carteira de trabalho emitidas no ano de 2012.

| **Nº RANICADASTRADOS** | **Nº RANIEMITIDOS** | **Nº RCN EMITIDOS** | **C.P.F.** | **CARTEIRA DE IDENTIDADE** | **CARTEIRA DE TRABALHO** | **TOTAL** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **7935** | **11266** | **8514** | **3245** | **4501** | **2062** | **37523** |

Avalia-se que essa meta vem sendo cumprida, uma vez que a própria emissão do RANI é considerada uma forma para que o indígena tenha acesso ao seu registro civil de nascimento e conseqüentemente as outras documentações.

Foram realizadas reuniões com instituições responsáveis pela execução de projetos de infraestrutura em terras indígenas, como por exemplo, Caixa Econômica Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e SESAI, com o objetivo de definir diretrizes que fortaleçam a autonomia dos Povos Indígenas no desenvolvimento de programas e projetos nas seguintes áreas: a)Engenharia Civil e Arquitetura (habitações, escolas, casas comunitárias, postos de saúde e enfermarias); b)Acesso à água potável para consumo humano; c)Saneamento ambiental (lixo, esgoto, águas pluviais, conforto doméstico); d)Acesso e mobilidade territorial (estradas, pontes, caminhos, portos fluviais, pistas de pouso); e)Matriz Energética (energias alternativas e convencionais, sistemas de transmissão de energia) e; f) Comunicação (sistemas de telecomunicações e radiofonia)..

Com relação a esta ação vale destacar que o papel da Funai é o de: a)realizar o levantamento sobre a situação das infraestruturas comunitárias nas terras indígenas; b)realizar consultas aos indígenas que serão beneficiados com projetos de infraestrutura comunitária, prestando os

esclarecimentos necessários sobre os aspectos positivos e negativos do projeto e registrar a manifestação dos indígenas em forma de ata, inclusive com assinatura dos servidores da Funai, dos representantes das instituições parceiras e dos indígenas; c)auxiliar na elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura das obras de infraestrutura comunitária, adequando-os aos aspectos culturais das comunidades indígenas, na fiscalização das obras executadas pelos parceiros e na mobilização das comunidades indígenas para acesso aos recursos disponíveis; d)apoiar inciativas próprias das comunidades indígenas na construção e manutenção das suas moradias tradicionais, inclusive aos aspectos relativos ao uso de matéria-prima de uso tradicional e; e)apoiar as comunidades indígenas que se encontram em acampamentos ou que foram impactadas por evento climáticos com a implantação de abrigos provisórios em madeira removível.

Em 2012, destacaram como realizações:

- acompanhamento e fiscalização das obras em andamento;
- articulação com o MME no intuito de atender as comunidades indígenas com o programa "Luz para Todos"
- Autorizações para implantação de 300 (trezentas) unidades habitacionais em terras indígenas pelo Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR;
- Descentralização de recursos e apoio técnico para implantação de 285 (duzentos e oitenta e cinco) abrigos provisórios e removíveis em madeira para famílias em situação de vulnerabilidade;
- Autororização para implantação 1 (uma) Casai/Munduruku;
- Autorização, descentralização de recursos e apoio técnico para implantação de 1(um) Centro Cultural no Oiapoque;
- Autorização para implantação de 1 (um) Centro Comunitário Maxacali;
- Autorização e apoio técnico para implantação de 1(uma) Casa de Apoio em Apucarana-PR;
- Autorização e apoio técnico para implantação 1.280 (mil duzenta e oitenta) ligações de energia em terras indígenas pelo Programa Luz para Todos;
- Descentralização de recursos para a manutenção e reforma de 40 (quarenta) casas tradicionais;
- Autorização para munutenção de estradas de acesso às aldeias da Terra Indígena Xukuru;
- Descentralização de recursos para apoiar técnicamente a manutenção e melhoria de estradas em terras indígenas;
- Apoio técnico para implantação dos fogões agroecológico na Terra Indígena Panambizinho-MS;
- Acompanhamento e fiscalização do Convênio Nº003/2010. Implantação de 200 (duzentas) unidades habitacionais em terras indígenas Kaingang;
- Acompanhamento e fiscalização do Convênio Nº002/2010. Implantação de 40 (quarenta) unidades habitacionais em Maraiwatsede;
- Elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização da implantação de casas, escolas e postos de saúde nas terras indígenas Guarani no âmbito do PACIG;
- Descentralização de recursos e apoio técnico para implantação de projetos de captação e armazenamento de água potável em terras indígenas dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Ceará;

O Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência de 2009, prevê a realização de oficinas regionais sobre o segura especial com todas as CRs a fim de que os servidores possam acessar os canais remotos da Previdência. No entanto, no ano de 2012, devido ao corte orçamentário, foi realizada apenas uma oficina na cidade de tabatinga pra capacitar os

servidores da FUNAI e ajudar no diálogo com os gestores municipais e estaduais. Essa oficina abrangeu as seguintes regionais e CTLS:

- Coordenação Regional do Alto Solimões
  - Coordenação Técnica Local Tabatinga AM
  - Coordenação Técnica Local Santo Antonio de Iça AM
  - Coordenação Técnica Local Tonantins AM
  - Coordenação Técnica Local São Paulo de Olivença AM
  - Coordenação Técnica Local Benjamin Constant AM
  - Coordenação Técnica Local Tefé AM
  - Coordenação Técnica Local Carauari AM
- Coordenação Regional do Vale do Juruá/Javari
  - Coordenação Técnica Local Atalaia do Norte AM
  - Coordenação Técnica Local Palmeira do Javari AM
  - Coordenação Técnica Local Eirunepé AM
  - Coordenação Técnica Local Feijó AC
  - Coordenação Técnica Local Tarauacá AC
  - Coordenação Técnica Local Jordão AC
  - Coordenação Técnica Local Marechal Thaumaturgo AC
  - Coordenação Técnica Local Mancio Lima AC
  - Coordenação Técnica Local Cruzeiro do Sul AC
- Coordenação Regional de Manaus
  - Coordenação Técnica Local Presidente - Figueiredo AM
  - Frente de Proteção Etnoambinetal Waimiri-Atroari
  - Coordenação Técnica Local Borba AM
  - Coordenação Técnica Local Parintins AM
  - Coordenação Técnica Local Maués AM
  - Coordenação Técnica Local Nhamundá AM
  - Coordenação Técnica Local Manicoré AM
  - Coordenação Técnica Local Autazes AM
  - Coordenação Técnica Local Nova Olinda do Norte AM
  - Coordenação Técnica Local Coari AM
  - Coordenação Técnica Local Manacaouru AM
  - Coordenação Técnica Local Oriximiná PA

Essa meta já foi cumprida com a publicação da Resolução Conjunta Nº 03, de 19 de Abril de 2012 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Essa é uma meta que continua pendente. No ano de 2012 não foram realizadas muitas ações com a rede de assistência social para que essas políticas fossem qualificadas. Muito por conta do corte orçamentário que a FUNAI sofreu no ano de 2012. Entretanto é uma das agendas prioritárias para o ano de 2013 visto as emergências que surgem principalmente nas áreas do cone sul do MS. No dia 08/03/2012 foi realizada reunião com a SNAS – MDS para iniciar as tratativas sobre o assunto.

Na área da segurança alimentar e nutricional, em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 mil famílias indígenas beneficiadas. Em 2013, haverá continuidade nas ações de articulação de programas e ações focadas para esse fim.

OBJETIVO 0949 - (MUSEU DO ÍNDIO)

| **Identificação do Objetivo** | |
|---|---|
| Código | **0949** |
| Descrição | - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade. |
| Programa | 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas |
| Órgão Responsável | Fundação Nacional do Índio - Funai |

**Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo** (em R$ 1,00)

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 7.598.500 | 8.135.648 | 6.927.460 | 5.166.169 | 0 | 1.761.290 | 5.166.169 |

**Metas do Exercício**

| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais | Unidade | 42 | 43 | - | - |
| 02 | Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios | Unidade | 40 | 41 | - | - |
| 03 | Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas | Unidade | - | - | - | - |
| 04 | Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas | Unidade | - | - | - | - |
| 05 | Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país | Unidade | 30 | 31 | - | - |
| 06 | Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades | Unidade | - | - | - | - |
| 07 | Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas | Unidade | 40.000 | 42.000 | - | - |

## Análise Crítica

Como resultado dos trabalhos realizados no âmbito das três Ações Orçamentárias sob sua atribuição no PPA 2012-2015 – Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas, Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas e Pesquisa sobre Populações Indígenas – em 2012 o Museu do Índio conservou, documentou e divulgou os bens culturais sob sua guarda e novos objetos adquiridos durante o ano visando formar coleções etnográficas contemporâneas; promoveu atividades e eventos de valorização das culturas indígenas; desenvolveu projetos de pesquisa em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país; e capacitou pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de pesquisa e documentação linguística, cultural e de gestão de seu patrimônio, de natureza material e imaterial. Na área de divulgação e comunicação, o Museu teve

um público de mais de 400 mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

A instituição enfrentou alguns problemas para a realização e cumprimento de seu programa de trabalho durante o exercício, tais como o período de greve dos servidores e o contingenciamento dos recursos - tendo sido liberados apenas cerca de 25% do orçamento até setembro/2012. Na área de recursos humanos, o Museu perdeu uma funcionária da área financeira, que fez concurso para outro órgão, mas foi incorporado um funcionário em seu lugar. Por sua vez, a UJ recebeu mais cinco funcionários, aprovados no último concurso da FUNAI, além de dois transferidos de outras unidades. Foi consolidada a transferência de duas unidades descentralizadas que passam a ser vinculadas ao Museu do Índio - de Cuiabá e Goiânia - aguardando-se ainda, porém, as comissões de passagem de responsabilidade.

As metas estabelecidas para cada uma das Ações e Iniciativas a cargo da UJ foram devidamente cumpridas e, em alguns casos, superadas de forma significativa.

OBJETIVO 0950 - DPT E DPDS

| **Identificação do Objetivo** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | **0950** | | | | | | |
| Descrição | - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais. | | | | | | |
| Programa | 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | | | |
| Órgão Responsável | Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

| **Metas do Exercício** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território | Unidade | - | - | - | - |
| 02 | Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista | Unidade | 1 | 0 | - | - |
| 03 | Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas | Unidade | - | - | - | - |

**Análise crítica**

Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território.

Na ocasião da concepção do PPA 2012-2015, essa meta foi definida com o propósito de elaboração de planejamento regionalizado com vistas à integração das ações dos diversos ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas, sob a coordenação da FUNAI. A proposta é que esse planejamento regionalizado fosse materializado nos Planos Regionais Indigenistas. A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da FUNAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios

Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos.

Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista

A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, foi instalada em abril de 2007 e no mesmo dia dada a posse dos membros pelo presidente Lula. A CNPI é composta por 20 representantes dos povos indígenas, 10 com direitos a voto e 10 a voz, representando mais de 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais, e a presidente da FUNAI que preside a Comissão e é voto minerva. A representação indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos.

Com a criação da CNPI não se faz mais políticas para os índios e sim com os índios. A CNPI faz parte do Ministério da Justiça. Quando for convertida em Conselho pelo Congresso Nacional, a presidência do Conselho será de 04 anos para representante de governo e 04 anos para representação de indígenas. A CNPI tem 10 Subcomissões: Acompanhamento de Empreendimento com Impactos em Terras Indígenas; Justiça, Segurança e Cidadania; Terras Indígenas; Etnodesenvolvimento; Assuntos Legislativos; Saúde; Educação Escolar Indígena; Cultura e Comunicação; Gênero, Infância e Juventude e Política Públicas, Orçamento e Gestão.

Em 2012 foram realizadas três reuniões da CNPI. Foi realizada em Brasília/DF, no período de 05 a 06/06/2012 a 7ª Reunião Extraordinária da CNPI. Também em Brasília foram realizadas as 18ª e 19ª Reuniões da CNPI, nos períodos de 29 e 30/08/2012 e 03 a 06/12/2012, respectivamente. Com os seguintes assuntos: tramitação no Congresso Nacional do PL 3571/2008, que institui o Conselho Nacional de Política Indigenista. O CNPI será um órgão de composição paritária com representação do Executivo, dos povos indígenas e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas. O autor do PL é o Poder Executivo. Aguarda a inclusão na pauta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com parecer do Relator Dep. André Vargas (PT/PR), pela compatibilidade e adequação.

Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas

As ações para a consecução dessa meta serão incorporadas nos Planos de Ação da Funai de 2013 e 2014.

OBJETIVO 0951 - (DPT)

<table>
<tr><td colspan="8">Identificação do Objetivo</td></tr>
<tr><td>Código</td><td colspan="7">0951</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="7">- Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.</td></tr>
<tr><td>Programa</td><td colspan="7">2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</td></tr>
<tr><td>Órgão Responsável</td><td colspan="7">Fundação Nacional do Índio - Funai</td></tr>
<tr><td colspan="8">Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Dotação</td><td colspan="2">Despesa</td><td colspan="2">Restos a Pagar</td><td rowspan="2">Valores Pagos</td></tr>
<tr><td>Inicial</td><td>Final</td><td>Empenhada</td><td>Liquidada</td><td>Processados</td><td>Não Processados</td></tr>
<tr><td>900.000</td><td>900.000</td><td>848.281</td><td>561.247</td><td>0</td><td>287.034</td><td>561.247</td></tr>
<tr><td colspan="8">Metas do Exercício</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Ordem</td><td rowspan="2" colspan="2">Descrição</td><td rowspan="2">Unidade de</td><td colspan="2">Meta Física</td><td colspan="2">Meta Financeira</td></tr>
<tr><td>Prevista</td><td>Realizada</td><td>Prevista</td><td>Realizada</td></tr>
</table>

| | | Medida | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato | Unidade | 0 | 0 | - | - |
| 02 | Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI | Unidade | 3 | 5 | - | - |
| 03 | Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI | Unidade | 3 | 2 | - | - |
| 04 | Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato | Unidade | 9 | 9 | - | - |
| 01 | Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato | Unidade | 0 | 0 | - | - |

OBJETIVO 0952 - (DPDS)

| **Identificação do Objetivo** | |
|---|---|
| Código | **0952** |
| Descrição | - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social. |
| Programa | 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas |
| Órgão Responsável | Fundação Nacional do Índio - Funai |

**Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo** (em R$ 1,00)

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 7.000.000 | 6.300.000 | 4.987.616 | 4.343.640 | 6.300 | 643.975 | 4.337.340 |

**Metas do Exercício**

| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia | Unidade | - | - | - | - |
| 02 | Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas | Unidade | - | - | - | - |
| 03 | Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis | Unidade | - | - | - | - |
| 04 | Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena | Unidade | - | - | - | - |
| 05 | Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena | Unidade | - | - | - | - |
| 06 | Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas | Unidade | - | - | - | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | pelas comunidades indígenas | | | | | |

### *Apoio a estudante indígena*

No ano de 2012, a FUNAI manteve o apoio financeiro aos estudantes indígenas em Instituições do Ensino Superior, matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade nas respectivas instituições.

No entanto, sobre esta meta há considerações fundamentais a serem realizadas. Trata-se do seguinte: o Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, da Presidência da República, atribui ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI. Além disso, as ações previstas no referido Decreto, determinam que serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação.

Nesse sentido, a FUNAI, atualmente, tem apenas um papel consultivo, de monitoramento e de fiscalização dessa política pública. Porém, mesmo não tendo mais a obrigatoriedade pela execução da Educação Escolar Indígena no Estado brasileiro, a FUNAI assumiu, através de Termos de Cooperação e Convênios firmados com Instituições de Ensino, desde o final da década de 1990, a responsabilidade de apoiar diversos programas de acesso e permanência de estudantes indígenas matriculados em cursos superiores regulares, em licenciaturas específicas e no ensino médio de Instituições de Ensino.

Em 2012, a liberação de recursos orçamentários para a manutenção dos auxílios financeiros aos estudantes indígenas impactou sobremaneira nas ações no âmbito da promoção aos processos educativos comunitários voltados à sustentabilidade, visto estar executando uma política pública que não é mais de sua competência.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de ajustes no cumprimento dos prazos estabelecidos/previstos nos instrumentos já pactuados, conseqüência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de 17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de diversas ações, tendo que algumas serem adiadas e/ou reajustadas, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas.

### *Cursos de formação de professores indígenas*

Apoiou técnica e financeiramente a formação de 160 (cento e sessenta) professores indígenas no magistério visando assegurar o atendimento às demandas das escolas e participação nas instâncias de controle social da educação escolar indígena. Além disso, nesta meta foram incluídos projetos de ações educativas de base comunitária voltado para a sustentabilidade e valorização dos processos indígenas de transmissão de conhecimentos.

Nesse sentido, em 2012 foram apoiados 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de ajustes no cumprimento dos prazos estabelecidos/previstos, conseqüência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de

17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de diversas ações, tendo que algumas serem adiadas e/ou reajustadas, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas.

***Instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena***

Em 2012 a FUNAI em articulação com o Ministério da Educação apoiou as ações e atividades decorrentes das discussões e implantação dos Territórios Etnoeducacionais (TEE) contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos de pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas. Foi pactuado 01 TEE e realizadas 03 (três) reuniões de Comitês Gestores de 03 (três) TEE's, com recursos da FUNAI.

***Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena***

No ano de 2012, a FUNAI não elaborou subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena, já que a ação tem como perspectiva a articulação das discussões com o MEC e envolvendo os povos indígenas por meio de suas entidades de representação, sendo que no decorrer do ano as mudanças administrativas ocorridas nas duas Instituições obrigaram a definição de outras ações mais urgentes.

***Controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena***

No ano de 2012, a FUNAI apoiou encontros e assembléias de professores indígenas, e a participação de indígenas e servidores em reuniões com Secretarias Estaduais de Educação, Conselhos de Educação e representações do Ministério Público Federal nos estados para tratar de temas relacionados aos direitos indígenas nas políticas públicas de educação.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de mudança de agendas previamente definidas em conseqüência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de 17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de algumas atividades e em casos mais drásticos o adiamento ou cancelamento, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas com Instituições e povos indígenas.

***Implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas***

No decorrer do ano de 2012 foi dado continuidade ao processo de discussão com algumas Unidades dos Institutos Federais de Educação com a finalidade de implantar cursos de ensino médio técnico atendendo demandas de alguns povos indígenas, com projetos específicos de formação profissional atendendo as necessidades de algumas comunidades indígenas de formar quadros que contribuam para a sustentabilidade e a gestão. Foi dado apoio para consolidação dos Cursos: i) Médio Técnico em Agroecologia dos Povos Indígenas do Sul do Pará, em parceria com o Instituto Federal de Educação do Pará; ii) Projeto Ibaorebu de Formação Integral do Povo Munduruku, que inclui cursos da modalidade médio técnico de agroecologia, enfermagem e magistério. Prosseguimento da agenda de discussão para implantação dos Cursos: i) Médio Técnico em Meio Ambiente dos Povos Krikati, Gavião e Guajajara de Araribóia, em parceria com o Instituto Federal de Educação do Maranhão-IFMA (Campus Imperatriz), ii) Formação Profissional Inicial Agricultura Mehi, em parceria com o Campus de Barra do Corda (IFMA);iii) Contatos e discussões iniciais para a implementação de cursos médio técnico com foco na sustentabilidade para os povo Apinajé e Krahò.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de mudança de agendas previamente definidas em conseqüência do contingenciamento

orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme o Decreto n. 7680 de 17/02/2012, que teve como conseqüência o adiamento ou cancelamento de algumas atividades, a exemplo das articulações com os Institutos Federais do Rio Grande do Sul e do Tocantins, com prejuízos para as agendas anteriormente pactuadas que envolvia Instituições e povos indígenas.

OBJETIVO 0953 - (DAGES)

| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | **0953** | | | | | |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física. | | | | | |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | | |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | | | | | | |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | 8.851.667 | 2.695.446 | 262.267 | 0 | 2.443.179 | 262.267 |

| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI | Unidade | - | - | - | - |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas | Unidade | - | 15 | - | - |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão | Unidade | - | 891 | - | - |
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena | Unidade | - | - | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Identificação das Unidades Orçamentárias da uj | Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI | Unidade | - | - | - | - |

**Análise Crítica**

***Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenaçõesregionais da FUNAI***

Com o objetivo de consolidar a reestruturação organizacional da FUNAI foram adquiridos 110 aparelhos de comunicação, 98 equipamentos de áudio e vídeo, 67 notebooks, 40 impressoras, 45 estabilizadores, 14 aparelhos de GPS, 682 mobiliários diversos, 115 utensílios domésticos, 6 veículos de serviço, 11 caminhonetes, 01 motocicleta e 01 Van.

A meta em análise contou com o reforço de recursos orçamentários da Ação de Administração Unidade da Funai, com a aquisição de 02 motocerras, 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-simile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22 compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01 motocicleta e 34 caminhonetes.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

No tocante ao suporte tecnológico os seguintes fatores contribuíram para a execução da Meta: cumprimento de normas estabelecidas pela SLTI para os órgãos que compõem o SISP (IN/SLTI nº 4/2010); observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI e maior orçamento destinado à Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação (COGETI); planejamento para atualizar e modernizar a infraestrutura de TI, e, adotar as boas práticas e procedimentos relacionados à Tecnologia da Informação; dotar a FUNAI com infraestrutura física e lógica, suficiente para atender demandas operacionais na rede corporativa do PDTI 2012-2015 da FUNAI. É importante ressaltar que a meta em questão contou com recursos da Ação de Administração e Gestão da Unidade tendo como principais realizações em 2012 às aquisições e contratações para prover meios físicos e lógicos para dar suporte à Sede da FUNAI e suas Coordenações Regionais, com a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir, de imediato, a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da FUNAI; aquisição de microcomputadores com sistema operacional; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai e suas Coordenações Regionais, gerando economia de custos e maior produtividade.

Neste particular, registramos a aquisição com recursos da Ação de Administração da Unidade 01 central de switch, 1.069 desktops, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceivers e 23 aparelhos de GPS.

A ampliação e a modernização da estrutura física ocorrida ao final de 2012 permitirão avanços na prestação de serviços à sociedade a partir de 2013.

Os fatores que dificultaram a execução do Objetivo foram a reduzida equipe técnica e deficiente quadro de servidores da área de TI da Funai, acarretando considerável esforço para execução das atividades rotineiras e aquelas necessárias à implementação de novos projetos.

Outro fator relevante gerador de dificuldade na obtenção das metas foi o forte contingenciamento experimentado pela Funai, conforme comentário abaixo, na análise crítica dos Restos a Pagar.

***Capacitação representantes indígenas dos comitês regionais***

No exercício de 2012, foram instalados 15 Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros decada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã e controle social. Também se realizou, na Instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos membros dos Comitês.

A meta foi atingida parcialmente com a participação dos representantes das comunidades indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai, fortalecendo o processo de gestão participativa. Para o exercício de 2013, pretende-se instalar o restante dos Comitês Regionais num total de 10, com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada Coordenação Regional, ou seja, 37.

***Desenvolvimento e implantação de sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena***

As principais realizações foram a implantação da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), nos módulos Fundiário; Informações Indígenas; Proteção Territorial; Índios Isolados; Licenciamento Ambiental; e Administrativo (Funcionalidades Complementares); Áreas gestoras em processo de cadastro das informações/dados pertinentes a cada um dos respectivos módulos, bem como a utilização dos mesmos para apoiar as ações pertinentes às atividades finalísticas da FUNAI; a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), implantação prevista para o 1º Semestre de 2013, teve todas as atividades de levantamento, especificação e validação de seu escopo encerradas em 2012, módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM).

Os seguintes fatores contribuíram para a execução da meta: todas as ações para o desenvolvimento e implantação doSistema Indigenista de Informações da Funai (SII), estão em concordância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2012-2015) desta Fundação, em especial as metas: “8. Adoção de sistemas de gerenciamento e controle de atividades finalísticas da FUNAI” e “12. Dispor de base de dados unificada”; Os fatores que dificultaram a execução da meta foi o processo de implantação da primeira etapa do sistema que foi dificultado por problemas gerenciais e operacionais da empresa responsável pelo desenvolvimento desta etapa, bem como as dificuldades no processo de levantamento de requisitos e a rotatividade dos envolvidos das áreas de negócio da FUNAI.

O processo de desenvolvimento e implantação da segunda etapa do sistema está sendo dificultado por problemas gerenciais e operacionais da empresa responsável pelo desenvolvimento desta etapa, bem como pelas mudanças de gestores das áreas de negócio da FUNAI , prejudicando a continuidade das atividades previamente planejadas.

***Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos***

Tendo em vista o desenvolvimento de pessoal e em cumprimento aos dispositivos legais, no ano de 2012 a Funai publicou a Portaria nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012, que contempla os procedimentos institucionais relativos àcapacitação dos servidores em exercício na Funai. O referido dispositivo tem por finalidade nortear a elaboração e execução das ações de capacitação de servidores desta Fundação, bem como orientá-los sobre os procedimentos internos sobre o assunto. Tais ações objetivam desenvolver as competências individuais por intermédio do diálogo com o servidor e em consonância com as necessidades institucionais.

No ano de 2012 foram capacitados 891 servidores, ao custo de aproximadamente R$ 715.000,00, os referidos cursos realizados tiveram por finalidade atuar nas seguintes trilhas de desenvolvimento, previstas na Portaria nº 797/PRES: Institucional, Promoção da Excelência Administrativa, Gerencial, Gestão Orçamentária e Técnico-Institucional.

Deste total foram contemplados 222 servidores pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Funai e o Tribunal de Contas da União-TCU, para prestação de serviços de ensino a distância na área de Planejamento Governamental, a custo zero para esta Fundação. O cardápio de assuntos engloba os cursos de Licitações e Contratos, Controles da Administração Pública, Estrutura e Gestão Pública, Gestão Orçamentária e Financeira, Prestação de Contas e Convênios, Prestações de Contas: Fundamentos da Democracia e Exercício de Cidadania. A referida cooperação teve como objetivo primordial promover o intercâmbio de experiências e cooperação técnico-científica com o Tribunal de Contas da União para especialização dos servidores, bem como para o desenvolvimento institucional e da gestão pública da Funai, e consequentemente alcançar a melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI .

Destaca-se os cursos in company das áreas de logística e de orçamento realizados, respectivamente, em parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e com a ESAF – Escola de Administração Fazendária, no Centro de Formação em Política Indigenista.

***Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI***

**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012 foram concentrados esforços na elaboração e publicação do Regimento Interno da FUNAI, por meio da Portaria nº 1.733/PRES/FUNAI, de 27/12/2012, primeira etapa do redesenho de processos. Definidas as competências regimentais, será possível adotar dar prosseguimento às medidas complementares que garantam o alcance desta meta.

**Restos a pagar:**

A maior dificuldade enfrentada no exercício 2012 decorre do forte contingenciamento orçamentário experimentado pela FUNAI. A título de informação, entre janeiro e junho, esta Fundação contou com apenas 37% da dotação autorizada, e 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro, alcançando 85% da dotação em dezembro. O valor autorizado até junho foi insuficiente para fazer face à dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de agosto, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada. Consequentemente, a execução se concentrou no último trimestre, o que

resultou em altos valores em restos a pagar não processados. Todavia, a execução alçou 94% do limite de autorização de gasto no exercício em análise.

### 4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.3.1 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

INICIATIVA 0403 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0403 |
| Descrição | - Articular a garantia da participação indígena nos processos de discussão e regulamentação da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e outros mecanismos relacionados a mudanças climáticas e pagamento por serviços ambientais. |
| Objetivo | 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| - | Não possui metas. | - | - | - | - | - |

INICIATIVA 0406 - (DPT)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0406 |
| Descrição | - Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental |
| Objetivo | 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 8.745.399 | 11.616.827 | 10.072.388 | 8.011.761 | 0 | 2.060.026 | 8.011.761 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Fiscalização e Monitoramento Territorial | Unidade | 89 | 59 | 8.745.399 | 8.011.761 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | das Terras Indígenas; | | | | | |
| 02 | Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato; | Unidade | 0 | 0 | 0 | 0 |

**Análise crítica**

**Cumprimento das metas:** As 10 metas do PPA 2012-2015 para a Ação Orçamentária Fiscalização e Monitoramento Territorial tiveram avanços em 2012. A quase totalidade (96,4%) da dotação orçamentária (R$10,4MI) foi descentralizada, e, desse montante, praticamente tudo (98,2%) foi empenhado. As principais ações foram realizadas em 159 Terras Indígenas (TIs), sendo 30 ações nas 20 TIs com maior índice de desmatamento. A Coordenação Regional do Vale do Javari, que atende à segunda maior TI do país, foi priorizada nos investimentos de estruturação do serviço de monitoramento territorial. Cursos de capacitação para indígenas e servidores de todo o país também foram estruturados. Mantém-se a expectativa de que todas as metas sejam cumpridas ao final de 2015.

**Eventuais problemas de execução:** O principal problema ocorrido em 2012 foi o contingenciamento dos recursos financeiros, de maio a setembro, que atrasou o início de muitas ações. Os diversos setores da Funai envolvidos na gestão territorial, coordenados pela Sede em Brasília, prepararam-se para executar as ações mais importantes após o término do contingenciamento. Porém, em função da longa duração do contingenciamento, vários planos de trabalho elaborados no início do ano, com ênfase na prevenção de ilícitos, tiveram que ser substituídos por planos emergenciais mais reduzidos, com ênfase no combate aos ilícitos e conflitos já instalados. Entretanto, a prevenção continuou sendo reforçada como política de médio e longo prazo, por meio da produção de material didático para a capacitação de indígenas e servidores e da articulação cada vez maior com outros órgãos de governo e com a sociedade civil organizada.

**Superações significativas das metas estabelecidas:** Não houve superação significativa das metas, mas os resultados alcançados permitem-nos acreditar que poderia ter havido se não tivesse ocorrido o contingenciamento e se o aporte de recursos financeiros tivesse sido maior.

**Restos a pagar:** No fechamento do exercício de 2012, um quinto (20,1%) dos recursos descentralizados de Fiscalização e Monitoramento Territorial estava inscrito como Empenho a Liquidar. O valor, aplicado principalmente em bens de investimento, corresponde a R$2.060.626,65 e foi inscrito como Restos a Pagar em 2013. O principal motivo da não liquidação dos empenhos em 2012 foi o atraso no recebimento dos recursos financeiros, em função do contingenciamento que durou até o mês de setembro. Quatro Coordenações Regionais foram responsáveis por metade desse valor, a saber: CR Cuiabá (629.903,71), CR Ponta Porã (197.453,15), CR Maranhão (108.781,17) e CR Alto Purus (105.573,03). Até o dia 13 de março de 2013, as 4 CRs já haviam conseguido liquidar 84,5% da soma dos respectivos Restos a Pagar.

**Outros aspectos:** A área de Fiscalização e Monitoramento Territorial da Funai teve uma execução física e financeira acima da média em 2012, e isso vem ocorrendo de forma consistente nos últimos anos. Considerando que a demanda por ações é imensa, e que a capacidade de realização atualmente está limitada pelo teto orçamentário-financeiro, espera-se que um aumento na dotação de 2013 deverá resultar na superação das metas inicialmente previstas no PPA, que ainda são modestas em face da dimensão das Terras Indígenas, correspondentes a 13% do Território Nacional. Nesse sentido, duas Emendas (de números 60030005 e 50300001) aprovadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Câmara dos Deputados deverão aumentar consideravelmente a dotação de 2013.

INICIATIVA 0408 - (DPT)

| Identificação da Iniciativa | |
|---|---|
| Código | 0408 |
| Descrição | - Localizar e proteger povos indígenas isolados |
| Objetivo | 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

**Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00)

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3.200.000 | 2.900.000 | 2.857.874 | 2.242.509 | 0 | 615.365 | 2.242.509 |

**Metas do Exercício Para a Iniciativa**

| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados; | Unidade | *6* | *4* | *3.200.000* | *2.242.509* |

INICIATIVA 040A - (DPT)

| Identificação da Iniciativa | |
|---|---|
| Código | 040A |
| Descrição | - Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas |
| Objetivo | 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

**Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00)

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 20.968.566 | 15.878.566 | 11.897.459 | 5.975.556 | 413 | 5.921.902 | 5.975.142 |

**Metas do Exercício Para a Iniciativa**

| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas. | Unidade | *4* | *0* | *20.968.566* | *5.975.556* |

INICIATIVA 040B - (DPT)

| Identificação da Iniciativa | |
|---|---|
| Código | 040B |
| Descrição | - Regulamentar o poder de polícia da FUNAI |
| Objetivo | 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| - | Não possui metas. | - | - | - | - | - |

INICIATIVA 040R - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 040R |
| Descrição | - Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 1.500.000 | 1.500.000 | 120.000 | 75.865 | 0 | 44.135 | 75.865 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas | Unidade | - | - | 1.500.000 | 75.865 |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Considerando que esta iniciativa é de responsabilidade conjunta com a CGGAM, a CGETNO vem a apoiandoa por intermédio de alguns projetos compartilhados, como o GATI.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM.

INICIATIVA 040S - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 040S |
| Descrição | - Articulação e promoção da economia criativa de povos e comunidades indígenas, por meio da identificação de arranjos produtivos locais, do estímulo à formação de competências criativas, à produção, difusão, distribuição, consumo e fruição de produtos e de sua inserção nos mercados nacional e internacional, de modo promover a diversidade cultural, a geração de renda e a inclusão social dos povos indígenas, respeitadas suas especificidades e autonomia |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |

| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Não foram realizadas ações relacionadas a esta iniciativa.

INICIATIVA 040T - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 040T | | | | | | |
| Descrição | - Articular a qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural em áreas indígenas para a gestão de seus territórios e estruturação dos processos de produção e acesso a mercados diferenciados | | | | | | |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Foi realizada no início de 2012 uma oficina nacional sobre ATER indígena.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.

INICIATIVA 040U - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 040U |
| Descrição | - Articular a qualificação e adequação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a ampliação de entidade emissoras e capacitação das comunidades, para garantir o acesso dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento rural sustentável |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| Responsável | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Após diversas reuniões com MDA e parceiros, foi instituída a DAP indígena permitindo aos mesmos a acessarem diversos programas como PNAE, PAA e etc.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.

INICIATIVA 040X - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 040X | | | | | | |
| Descrição | - Articular parceria para apoio e fomento a projetos produtivos voltados para o autoconsumo e a inclusão produtiva com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas | | | | | | |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Considerando que esta iniciativa é de responsabilidade conjunta com a CGGAM, a CGETNO vem apoiando por intermédio de alguns projetos compartilhados, como o GATI.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM

INICIATIVA 040Y - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 040Y |

| | |
|---|---|
| Descrição | - Articular parceria para a qualificação de acordos de pesca, cadeias de valor do pescado e acesso diferenciado dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento sustentável da pesca |
| | |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Foi priorizado dois arranjos produtivos locais, Purus e Nordeste. Ressaltamos que o APL do Purus já foi iniciado.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária.

INICIATIVA 040Z - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 040Z |
| Descrição | - Consolidar parceria com a EMBRAPA para qualificação de processos e projetos voltados para a conservação da agrobiodiversidade, com foco nas sementes tradicionais. |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Foi aditivado Termo de Cooperação com a Embrapa
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária.

INICIATIVA 0411 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** |
|---|

| | |
|---|---|
| Código | 0411 |
| Descrição | - Participação em fóruns e conselhos de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e inserção do desenvolvimento sustentável, com ênfase no etnodesenvolvimento, nas políticas públicas voltadas aos povos indígenas |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: A CGETNO colaborou na redação da Nota Técnica e o roteiro de elaboração dos PGTA.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária.

INICIATIVA 0413 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0413 |
| Descrição | - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 5.985.839 | 5.485.839 | 2.624.077 | 1.770.074 | 0 | 854.002 | 1.770.075 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) (MMA) | Unidade | - | - | 3.638.600 | 0 |
| 02 | Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas | Unidade | 16 | 0 | 5.985.839 | 1.770.075 |
| 03 | Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas (MMA) | Unidade | 16 | 0 | 226.250 | 110.000 |

**Análise crítica**

Promoção de 16 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas: foram apoiadas iniciativas em diversos projetos de cunho ambiental como implantação do Sistemas Agro Florestais – SAFs e quintais agroflorestais nas Terras Indígenas (TI) Aguapeu, Peruíbe, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará e Paranapuãna; recuperação de área degradada) na TI Sararé; enriquecimento da biodiversidade com palmeira Jussara no Litoral Sudeste ns TI's Aguapeu, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará, Paranapuã, Tekoa Guaviraty, Tekoa Itapoã, Tekoa Jeyty, Acarau/Ilha do Cardoso, Tekoa Pindoty, Tekoa Peguaoty, Miracatu/Itariri, ; recuperação de nascentes nas TIs de Minias Gerais; reflorestamento de áreas de caatinga nas TIs Massacará e Tumbalalá; construção de aceiros com quebra ventos na TI Maraiwatsede, reflorestamento na TI Umariaçu, viveiros em divesas TIs jurisdicionadas a Coordenação Regional de Cacoal bem como, o projeto- Etnoecologia: promoção à sustentabilidade alimentar, ambiental e cultural nas TIs Areões e Pimentel Barbosa. **Foram realizados 12 projetos.**

Além destes projetos ressaltamos outras atividades apoiadas como a participação em oficinas de discussão e planejamento de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas, participação nos Conselhos de Mosaicos das Terras Indígenas Xacriabá – MG, assim como a formalização ao MMA da inclusão das Terras Indígenas Parque Tumucumaque e Waiãpi no Mosaico AM – Norte do Pará; da Feira de Sementes Kayapo; Encontro dos Povos do Cerrado em Brasília com participação de aproximadamente 180 indígenas, dentre outros.

INICIATIVA 0414 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 0414 | | | | | | |
| Descrição | - Promover articulação com instituições federais visando à ampliação do acesso diferenciado das comunidades indígenas aos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, à conservação da agrobiodiversidade e à garantia da segurança alimentar e nutricional | | | | | | |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Após diversas reuniões com MDA e parceiros, foi instituída a DAP indígena permitindo aos mesmos a acessarem diversos programas como PNAE, PAA e etc.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.

INICIATIVA 0415 - (DPDS)

| Identificação da Iniciativa | |
|---|---|
| Código | 0415 |
| Descrição | - Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 13.676.000 | 10.876.000 | 8.670.451 | 3.052.366 | 0 | 5.618.084 | 3.052.366 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas | Unidade | 527.993 | 424.130 | 13.676.000 | 3.052.367 |
| 02 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0014 – No estado de Roraima | Unidade | 9.615 | 0 | 250.000 | 0 |
| 03 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0064 – Oiapoque/AP | Unidade | 3.846 | 0 | 100.000 | 0 |
| 04 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas – 0058 – Ilhéus/BA | Unidade | 9.615 | 0 | 250.000 | 0 |

## Análise crítica

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados na CGETNO, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R$ 8.799.023,49, executados R$ 2.792.443,84 e R$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluímos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

Para 2013, a CGETNO está aperfeiçoando seus procedimentos e instrumentos de análise, caracterizando melhor a noção de etnodesenvolvimento e sustentabilidade, para a sua adoção em processos e projetos, e estabelecendo diálogos mais estreitos com as equipes técnicas das Regionais para a adoção destes critérios em seus Planos de Trabalho.

2 – Eventuais problemas de execução

A CGETNO tem o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras Coordenações Gerais, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.

Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.

Na Sede, enfrentamos alguns problemas em 2012: greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro; adoção de novos procedimentos de trâmite dos Planos de Trabalho, pela DAGES, com reflexos diretos nas Coordenações Gerais e dificuldades na gestão documental; quadro reduzido da equipe técnica da CGETNO, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

3 – Superações significativas das metas estabelecidas

Das 678 terras indígenas, alcançamos 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de atingimento. Ainda que não tenhamos alcançado a Meta, consideramos significativo este resultado, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012 bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta.

Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

**4 – Restos a pagar**

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

INICIATIVA 0416 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0416 |
| Descrição | - Rever a regulamentação da comercialização de produtos indígenas feitos a partir do uso de insumos de origem animal |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por |

| | |
|---|---|
| | meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Não foram realizadas ações relacionadas a esta iniciativa.

INICIATIVA 0421 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0421 |
| Descrição | - Apoio nas ações de transversalização da temática de gênero e geracional na implementação e construção de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas |
| Objetivo | 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

A meta atrelada a essa iniciativa é a de "Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país em suas iniciativas próprias e em processos de formação para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas." Entretanto, para além desta meta, essa iniciativa é colocada e pensada em todas as metas da CGPDS uma vez que sempre que há discussão de novas políticas essa temática é levantada.

INICIATIVA 0422 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0422 |
| Descrição | - Articular a adequação do conjunto de políticas públicas e programas de desenvolvimento social e segurança alimentar e nutricional para povos indígenas, considerando as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos |
| Objetivo | 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. |

| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

Existem algumas metas que dão materialidade a essa iniciativa, são elas:

- Instituição de Acordo de Cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país.
- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento.
- Implantação de sistema interligado nas 36 Coordenações Regionais da Funai aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas.
- Entretanto, para além das metas específicas, essa iniciativa contempla na verdade uma das ações regimentais da CGPDS que é a articulação dessas políticas e programas para os Povos indígenas, ou seja, faz parte da rotina desta coordenação-geral tal iniciativa.

INICIATIVA 0423 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 0423 | | | | | | |
| Descrição | - Articular a promoção da adequação de políticas públicas, programas e ações de combate ao uso de álcool e drogas, considerando as especificidades étnico-cultural e territoriais dos povos indígenas | | | | | | |
| Objetivo | 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

A meta que está atrelada a esta iniciativa é a de "Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país em suas iniciativas próprias e em processos de formação para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas." Entretanto, como este assunto vem sendo um tema latente para

os povos indígenas, outras ações estão sendo pensadas em parceira com a SESAI e recentemente com a Secretaria de Assistência Social por meio dos CRAS e CREAS. Ainda é um assunto que precisa ser melhor trabalhado pelos órgãos possuem competência para tratar do assunto

INICIATIVA 0424 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0424 |
| Descrição | - Atuar em cooperação entre os países que fazem fronteira com o Brasil, com o intuito de regulamentar e promover políticas de proteção dos direitos sociais dos povos indígenas |
| Objetivo | 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

As metas que dialogam com essa iniciativa são:

- Instituição de Acordo de Cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país.
- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento.
- Implantação de sistema interligado nas 36 Coordenações Regionais da Funai aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas.

Sendo assim, a consolidação das informações já citadas nas metas anteriores servem para justificar esta iniciativa.

INICIATIVA 0425 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0425 |
| Descrição | - Definir estratégias articuladas entre Estado, sociedade civil e organizações indígenas no desenvolvimento de ações e programas de infraestrutura voltados para os povos indígenas que promovam a sua autonomia, o usufruto exclusivo e a proteção de seus territórios |
| Objetivo | 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. |
| Órgão ou Unidade | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| Responsável | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

As metas que estão atreladas ao cumprimento dessa iniciativa são:

- Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados.
- Executar 10.000 obras de Infraestrutura Comunitária ou de habitações em Terras Indígenas.

Sendo assim, a consolidação das informações já citadas nas metas anteriores servem para justificar esta inicitiva.

INICIATIVA 0426 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 0426 | | | | | | |
| Descrição | - Instituir mecanismos de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, incluindo o monitoramento de seus determinantes diversos, orientando o desenvolvimento de políticas e ações norteadas pelo conceito de etnodesenvolvimento, com foco em áreas e grupos vulneráveis | | | | | | |
| Objetivo | 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

**Análise crítica**

As metas que estão atreladas ao cumprimento dessa inicitiva são:

- Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica distribuída em aldeias com déficit de produção por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena.
- Realizar quatro pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas.

Sendo assim, a consolidação das informações já citadas nas metas anteriores servem para justificar esta iniciativa.

INICIATIVA 0428 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0428 |
| Descrição | - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos. |
| Objetivo | 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 27.087.356 | 26.704.920 | 15.088.238 | 8.783.796 | 0 | 6.304.442 | 8.783.796 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0001 – Nacional | Unidade | 3.453 | 2.894 | 27.087.356 | 8.783.796 |
| 02 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0014 – No Estado de Roraima. | Unidade | 123 | 0 | 1.000.000 | 0 |
| 03 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0015 – No Estado do Pará | Unidade | 2 | 0 | 250.000 | 0 |
| 04 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0016 – No Estado do Amapá | Unidade | 111 | 0 | 900.000 | 0 |
| 05 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0074 – Território da Aldeia Cinta Vermelha - No Estado de Minas Gerais | Unidade | 197 | 0 | 1.600.000 | 0 |
| 06 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0076 – Região do Alto do Rio Negro – No Estado da Amazônia | Unidade | 62 | 0 | 500.000 | 0 |
| 07 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0084 – Águas Belas No Estado de Pernambuco/PE | Unidade | 2 | 0 | 450.000 | 0 |
| 08 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0101 – Municípios de até 50 mil habitantes – Programa Territórios da Cidadania. | Unidade | 200 | 138 | 1.615.700 | 250.770 |
| 09 | Realização dos Jogos dos Povos Indígenas | Unidade | - | - | 100.000 | 0 |

INICIATIVA 0429 - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 0429 |
| Descrição | - Promover, por meio de articulação intersetorial, a identificação de tecnologias adequadas de captação e armazenamento de água para consumo humano e fomento de atividades produtivas dos povos indígenas |
| Objetivo | 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Não foram realizadas ações relacionadas a esta iniciativa.

INICIATIVA 042A - (MUSEU DO ÍNDIO)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 042A |
| Descrição | - Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas |
| Objetivo | 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 5.442.000 | 5.979.148 | 4.825.076 | 3.165.109 | 0 | 1.659.966 | 3.165.109 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas (M. Cultura) | Unidade | - | - | 500.000 | 0 |
| 02 | Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas | Unidade | 42 | 43 | 2.442.000 | 1.149.205 |
| 03 | Preservação Cultural dos Povos Indígenas | Unidade | - | - | 3.000.000 | 2.015.904 |

**Análise crítica**

No caso da Iniciativa (042A) voltada para o apoio a projetos e eventos visando à valorização cultural dos povos indígenas, foi realizada a avaliação técnica dos projetos recebidos e a orientação técnica às Coordenações Regionais, além da elaboração dos documentos de aprovação e descentralização dos recursos para os projetos, o acompanhamento e monitoramento dos trabalhos. Tomou-se como referência para a escolha dos projetos a promoção de atividades que tivessem como foco as diversas formas de expressões culturais dos povos indígenas e cujo estímulo refletisse de maneira positiva o modo de produção social e os fluxos de transmissão de saberes, pautando-se pelo reconhecimento das formas próprias das organizações indígenas, pela plena e efetiva participação das comunidades na elaboração e desenvolvimento dos projetos; pelo reconhecimento do valor do seu patrimônio cultural, incluindo além da produção de cultura material, também expressões artísticas contemporâneas, como o registro audiovisual e de cantos indígenas.

Foram apresentados 77 projetos, sendo descentralizados recursos para o apoio a 43 projetos (de um total de 46 processados) provenientes de 22 Coordenações Regionais-CRs, a saber:

- Norte: Altamira (PA), Cacoal (RO), Manaus (AM), Marabá (PA), Purus (AM), Rio Branco (AC), Rio Negro (AM), Tucumã (PA/AM), Palmas (TO), Vale do Juruá (AM), Imperatriz (MA)
- Centro Oeste: Juína (MT), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Colider (MT), Xingu (MT)
- Nordeste: Fortaleza (CE), Paulo Afonso (BA)
- Sudeste: Governador Valadares (MG), Litoral Sudeste/Itanhaem (SP)
- Sul: Litoral Sul/Florianópolis (SC), Interior Sul/Chapecó (PR)

Com relação a problemas na execução dos trabalhos, cumpre mencionar que, em vista do volume de informações a serem processadas, tornar-se-ia necessário dispor de um apoio administrativo específico para acompanhamento e colaboração direta no processo de trabalho, incluindo junto ao setor financeiro. Da mesma forma, a cada ano, fica evidente a necessidade de capacitação técnica das equipes das Coordenações Regionais e de disponibilizá-las com equipamentos – computadores e telefones - para gestão, administração e execução dos projetos. Faltam, especificamente, servidores com formação técnica apropriada para realização de licitações para realização de pregões eletrônicos para compras e despesas e para execução administrativa dos projetos. A reduzida disponibilidade de recursos para viagens e diárias para os servidores também limita a capacidade dos mesmos de acompanhar em campo as atividades apoiadas.

Outro aspecto que afeta o desenvolvimento das atividades diz respeito à comunicação e articulação com as Coordenações Regionais, tornando-se necessário aperfeiçoar as parcerias e os mecanismos das Coordenações no processo de implementação da Ação. Neste sentido, já se avançou bastante em relação aos anos iniciais desta atividade de fomento, mas ainda é um ponto a ser reforçado, o que poderia ser feito por meio de oficinas de capacitação para realização de projetos culturais junto as CRs. Há também dificuldades do Museu do Índio em obter informações a respeito do que se passa nas áreas. As CRs não informam com rapidez nem com detalhamento o que é realizado e as razões porque não realizam certas atividades, o que deveria ser feito por meio da entrega do Relatório de Atividades, referente à execução do projeto e cumprimento das metas físicas.

Durante o ano, a gestão desta Iniciativa se viu prejudicada por alguns fatores, entre eles o contingenciamento de recursos em maio, o que suspendeu a descentralização de recursos para as CRs por praticamente cinco meses. Este intervalo entre maio e setembro promoveu a quebra no ritmo de entrada de informações e de repasse de recursos, concentrando todas as atividades do segundo semestre para os meses de setembro e outubro. Apesar dos problemas descritos, foram apoiados 43 projetos de atividades e eventos culturais, superando a meta em 2,3%, uma vez que as CRs optaram por um número maior de projetos de pequenos valores para executar.

A execução da Ação Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas é de responsabilidade do Ministério da Cultura.

INICIATIVA 042B - (MUSEU DO ÍNDIO)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 042B |
| Descrição | - Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas |
| Objetivo | 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade. |
| Órgão ou Unidade | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| Responsável | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 2.156.500 | 2.156.500 | 2.102.384 | 2.001.059 | 0 | 101.324 | 2.001.059 | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Pesquisa sobre Populações Indígenas | Unidade | 30 | 31 | 2.156.500 | 2.001.060 | |

Análise crítica

Quanto à Iniciativa (042B) que contempla o desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos e a capacitação de pesquisadores indígenas, foram desenvolvidos 31 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de povos indígenas em todas as regiões do país, em parceria com as respectivas comunidades, suas lideranças e organizações. Os trabalhos tiveram a participação direta de jovens pesquisadores indígenas, treinados em oficinas e atividades de capacitação, contando sempre com a assessoria de mestres e velhos conhecedores das tradições de seus povos, qualificando e avalizando as informações produzidas. Entre os principais resultados alcançados podemos destacar;

- na área de línguas, a elaboração de gramáticas descritivas, dicionários, vocabulários, cartilhas, além de diagnósticos sociolinguísticos;

- na área de culturas indígenas, pesquisa, levantamentos e documentação de saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões linguísticas e modos de fazer associados a aspectos específicos de cada cultura, focalizando temas tais como territorialidade mítica, tecnologias de produção, circulação e partilha de alimentos, processos de manejo da diversidade, música e sonoridades.

Os materiais produzidos incluem publicações de obras didáticas e paradidáticas bilingues e coleções audiovisuais de vídeos, gravações sonoras e fotos, além de filmes de curta e média metragem.

Na área de acervos, priorizou-se a documentação da cultura material, com o registro de padrões gráficos, técnicas e conhecimentos aplicados na confecção de artefatos, assim como elementos de natureza imaterial associados, iniciativa que tem contribuído também para a formação de coleções etnográficas contemporâneas.

Os produtos resultantes de todos os projetos incluem ainda arquivos digitais multimídia e, principalmente, dossiês reunindo todos os materiais coletados e processados para entrega às comunidades indígenas. A divulgação dos trabalhos produzidos se dá também por meio de exposições etnográficas e mostras fotográficas, a par de publicações de catálogos e boletins informativos mensais.

Foi igualmente alcançada a meta referente à capacitação de pesquisadores indígenas, associada também a esta Iniciativa, num total de 41 jovens treinados em oficinas e atividades desenvolvidas nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, visando à sua habilitação em métodos e técnicas de pesquisa e documentação de suas línguas, culturas e acervos. Com esse resultado bastante positivo, aliado à crescente demanda de outros povos por participarem do Programa desenvolvido em cooperação com a UNESCO, espera-se que, a médio e longo prazo, seja possível aumentar o número de participantes das atividades de treinamento.

Os problemas já referidos, de contingenciamento de recursos da União, a partir do primeiro semestre, e da greve dos servidores da FUNAI, no início do segundo semestre, também afetaram a execução do programa de trabalho desta Iniciativa, com impactos no cronograma de algumas atividades, como oficinas e treinamentos, nas aldeias ou no Museu do Índio, que sofreram adiamentos, seja pela dificuldade momentânea de repasse de recursos ao Programa para deslocamento das equipes, seja pela impossibilidade temporária de uso das instalações da instituição para oficinas e trabalhos de consultores e pesquisadores ou o acesso aos materiais das reservas técnicas para consulta e qualificação dos acervos por parte de representantes e mestres indígenas, estando os servidores em greve. Em alguns casos, as viagens e oficinas tiveram de ser canceladas, uma vez que o período de sua realização havia sido planejado para atender, simultaneamente, ao calendário de atividades rituais e econômicas de cada etnia. Por sua vez, tal como em anos anteriores, algumas atividades tiveram de ser reprogramadas em função da necessidade de atendimento a fatores de ordem interna dos próprios grupos indígenas participantes, como período de luto das comunidades, ou mudança de local de aldeias – ou mesmo fatores de ordem climática.

Os problemas apontados, no entanto, não impediram o alcance dos resultados previstos, que superaram as expectativas das duas metas estabelecidas para a Iniciativa em referência, não apenas em termos quantitativos, como qualitativos, em vista da relevância da contribuição e do desempenho dos participantes indígenas das equipes, na realização sistemática e cuidadosa de coleta, transcrições e traduções de vocabulários e textos, na produção de materiais significativos para o registro de suas línguas e culturas e que já têm sido utilizados nas escolas das aldeias, como dicionários, cartilhas, gramáticas, além da documentação audiovisual, com registro de narrativas, mitos, rituais, técnicas e modos de fazer, saberes e formas de expressão de seus universos socioculturais, de grande importância, sobretudo, para transmissão aos mais jovens, considerando-se a exposição de muitas de suas comunidades a rápidos processos de mudança das regiões circunvizinhas. Dentre os resultados promissores desse trabalho, cabe destacar, em especial na área de capacitação em registro audiovisual, a participação e premiação de pesquisadores indígenas, treinados nas oficinas do projeto, em festivais e mostras cinematográficas, nacionais e internacionais.

INICIATIVA 042C - (MUSEU DO ÍNDIO)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 042C |
| Descrição | - Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas |
| Objetivo | 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3.000.000 | 3.000.000 | 2.922.976 | 2.015.904 | 0 | 907.071 | 2.015.904 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Preservação do Conhecimento | Unidade | 40.000 | 42.000 | 3.000.000 | 2.015.904 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | dos Povos Indígenas. | | | | | |

**Análise Crítica**

A meta estabelecida para a Iniciativa (042C) referente à preservação do patrimônio indígena sob a guarda do Museu, em especial aquele em situação de vulnerabilidade, foi amplamente atingida no exercício, com o desenvolvimento pelas equipes técnicas dos trabalhos necessários para assegurar o nível de excelência requerido para o cuidado com as diversas categorias de materiais envolvidas, abrangendo procedimentos sistemáticos de registro, conservação e divulgação dos documentos que compõem os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico custodiados (iconográfico, sonoro, fílmico, textual e cartográfico).

Na área de comunicação com o público o Museu teve mais de 400 mil visitantes, sendo vinte mil presenciais, entre escolares e o público em geral, e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais. No que se refere especificamente ao público escolar, foram recebidas turmas de 366 instituições de ensino – das quais 161 públicas e 205 particulares - abrangendo 13.198 pessoas, entre estudantes e professores, além de nove mil pessoas atendidas pelas atividades resultantes do empréstimo de coleções, peças etnográficas, kits, jogos e materiais educativos diversos elaborados pelo Museu do Índio, de acordo com os dados fornecidos pelas escolas.

Os problemas enfrentados pela UJ com relação ao cumprimento do programa de trabalho desta Iniciativa foram de ordem financeira e funcional, como já referido anteriormente, envolvendo o contingenciamento de recursos e a greve dos servidores da FUNAI.

INICIATIVA 042D - (CGGE)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 042D | | | | | | |
| Descrição | - Integrar o planejamento e a execução das ações indigenistas do Estado Brasileiro por meio da implementação de Planos Regionais Indigenistas | | | | | | |
| Objetivo | 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| - | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

INICIATIVA 042E - ((DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 042E |
| Descrição | - Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS ações de atenção à saúde que contemplem as especificidades da política de proteção e promoção dos povos indígenas de recente contato |
| Objetivo | 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. |
| Órgão ou Unidade | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| Responsável | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| - | - | - | - | - | - | - | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| - | Não possui metas | - | - | - | - | - | |

INICIATIVA 042F - (DPT)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 042F | | | | | | |
| Descrição | - Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos | | | | | | |
| Objetivo | 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 900.000 | 900.000 | 848.281 | 561.247 | - | 287.034 | 561.247 | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato. | *2* | *5* | *900.000* | *561.247* | *2* | |

INICIATIVA 042G - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 042G | | | | | | |
| Descrição | - Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas | | | | | | |
| Objetivo | 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social. | | | | | | |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 7.000.000 | 6.300.000 | 4.987.616 | 4.343.640 | 6.300 | 643.975 | 4.337.340 | |
| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 01 | Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas. | Unidade | 260 | 260 | 7.000.000 | 4.337.340 | |

**Análise crítica**

Apoiou técnica e financeiramente a formação de 160 (cento e sessenta) professores indígenas no magistério visando assegurar o atendimento às demandas das escolas e participação nas instâncias de controle social da educação escolar indígena. Além disso, nesta meta foram incluídos projetos de ações educativas de base comunitária voltado para a sustentabilidade e valorização dos processos indígenas de transmissão de conhecimentos.

Nesse sentido, em 2012 foram apoiados 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Nesses projetos foram implementadas ações importantes que possibilitaram trabalhos diretamente com povos indígenas em suas comunidades tais como o Projeto "Sou Bilíngüe" de Educação Complementar em Língua e Cultura dos povos Apurinã e Paumari, Projeto de Educação para Sustentabilidade do Povo KRAHÔ, e para o povo Xavante nas TI´s Areões, Pimentel Barbosa e Maraiwatsede. Essas ações vislumbram uma política de Educação para a Sustentabilidade no campo da educação não-escolar voltada à extensão e socialização de técnicas e conhecimentos úteis à gestão territorial e à sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental dos povos indígenas sendo a mesma uma política transversal associada às atividades de capacitação/formação desenvolvidas pelas principais coordenações gerais finalísticas da FUNAI, sobretudo a CGGAM, CGETNO e a CGMT, tendo a CGE como catalisadora em termos pedagógicos.

Para além dos setores da FUNAI, e no que se refere à educação escolar, a execução política articula-se com MEC e SEDUC's, organizações indígenas e demais instituições parceiras, para promover a inclusão do tema Sustentabilidade de interesse de cada povo, no Projeto Político Pedagógico de suas escolas, de modo a ampliar a discussão e reflexão desses assuntos nas comunidades.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de ajustes no cumprimento dos prazos estabelecidos/previstos, consequência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de 17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de diversas ações, tendo que algumas serem adiadas e/ou reajustadas, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas.

INICIATIVA 042H - (DPDS)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 042H |
| Descrição | - Regulamentar os instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações de educação indígenas |
| Objetivo | 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| - | - | - | - | - | - | - |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Não possui metas | - | - | - | - | - |

**Análise crítica**

Está em andamento um Módulo do Sistema Indigenista de Informações da FUNAI – SII denominado "Educação", que deverá ser adequado a nova estrutura, Decreto n. 7680 de 17/02/2012, para Promoção da Cidadania, que visa à criação de instrumentos de monitoramento e avaliação das ações de educação indígena, além dos processos comunitários com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas.

INICIATIVA 042I - (DAGES)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 042I |
| Descrição | 042I - Construção do edifício sede da FUNAI |
| Objetivo | 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3.000.000 | 5.251.667 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio. | Unidade | 6 | 1 | 3.000.000 | 0 |

**Análise crítica:**

Em 2012 foi elaborado o Pré-Programa de Necessidades aprovado pelo Diretor de Administração e Gestão desta Fundação que norteará a contratação de projeto básico/executivo para elaboração do projeto arquitetônico. Representa cerca de 1% da meta. Cabe destacar que, devido ao forte contingenciamento, não foi possível iniciar as contratações relativas ao projeto arquitetônico, o que garantiria o alcance da meta prevista. Diante disso, a escolha foi priorizar o reforço das estruturas das Coordenações Regionais e suas Coordenações Técnicas Locais, de sorte a ampliar e modernizar a prestação de serviços à sociedade.

Cabe esclarecer que a dotação inicial de R$ 3,0 milhões foi suplementada com o aporte de recursos de R$ 3,55 milhões, mediante edição de Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, como Crédito Extraordinário, e alterações orçamentárias de remanejamento de crédito de R$ 1,3 milhão para garantir o pagamento das despesas fixas das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais (Decreto de 16/10/2012, e Lei nº 12.759, de 19/12/2012).

INICIATIVA 042J (PRESIDÊNCIA)

| **Identificação da Iniciativa** | |
|---|---|
| Código | 042J |
| Descrição | - Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas |
| Objetivo | 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu |

| | |
|---|---|
| | aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 1.000.000 | 900.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| **Metas do Exercício Para a Iniciativa** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais. | Unidade | 139 | 0 | 1.000.000 | 0 |

**Análise Crítica:**

- No Exercício de 2012 não foram promovidas atividades relativas à capacitação de indígenas para atuação dos comitês regionais e outros colegiados da Funai.

INICIATIVA 042K - (DAGES)

| Identificação da Iniciativa | |
|---|---|
| Código | 042K |
| Descrição | **- Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI** |
| Objetivo | 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processos de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física. |
| Órgão ou Unidade Responsável | Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai |

| Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3.000.000 | 2.700.000 | 2.695.446 | 262.267 | 0 | 2.433.179 | 262.267 |

| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI. | Unidade | 30 | 30 | 3.000.000 | 262.267 |

## Análise crítica:

*Mesmo com a alteração orçamentária via remanejamento, a meta foi atingida. A maior parte do recurso foi destinada a 30 unidades administrativas da Funai, com destaque para as aquisições de 19 veículos para suporte às atividades finalísticas e meio, 180 equipamentos de informáticas, 2 grandes barcos para navegação na região amazônica, 110 aparelhos de comunicações, dentre outros.*

Ainda com o objetivo de promover a reestruturação organizacional da FUNAI, a Iniciativa em análise contou com o reforço de recursos orçamentários da Ação de Administração Unidade, com a aquisição de 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-simile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22 compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01

motocicleta e 34 caminhonetes. Foram adquiridos ainda equipamentos de informática tais como 01 central de switch, 1.069 desktop, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceiver e 23 aparelhos de GPS.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

**Restos a pagar:**

A maior dificuldade enfrentada no exercício 2012 decorre do forte contingenciamento orçamentário experimentado pela FUNAI. A título de informação, entre janeiro e junho, esta Fundação contou com apenas 37% da dotação autorizada, e 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro, alcançando 85% da dotação em dezembro. O valor autorizado até junho foi insuficiente para fazer face à dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de agosto, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada. Consequentemente, a execução se concentrou no último trimestre, o que resultou em altos valores em restos a pagar não processados. Todavia, a execução alçou 94% do limite de autorização de gasto no exercício em análise.

## 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.4.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| **Identificação da Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 13D6 | | | | | |
| Descrição | Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| Iniciativa | 042I - Construção do edifício sede da FUNAI | | | | | |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3.000.000 | 5.251.667 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| **01** | Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio. | Unidade | 6 | 1 | 3.000.000 | 0 |

*Análise crítica:*

Em 2012 foi elaborado o Pré-Programa de Necessidades aprovado pelo Diretor de Administração e Gestão desta Fundação, que norteará a contratação de projeto básico/executivo para elaboração do projeto arquitetônico, e representa cerca de 1% da meta. Cabe destacar que, devido ao forte contingenciamento, não foi possível iniciar as contratações relativas ao projeto arquitetônico, o que garantiria ao alcance da meta prevista. Diante disso, a escolha foi priorizar o reforço às estruturas das Coordenações Regionais e suas Coordenações Técnicas Locais, de sorte a ampliar e modernizar a prestação de serviços à sociedade.

Cabe esclarecer que a dotação inicial de R$ 3,0 milhões foi suplementada com o aporte de recursos de R$ 3,55 milhões, mediante edição de Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, como Crédito Extraordinário, e alterações orçamentárias de remanejamento de crédito de R$ 1,3 milhão para garantir o pagamento das despesas fixas das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais (Decreto de 16/10/2012, e Lei nº 12.759, de 19/12/2012).

AÇÃO VINCULADA (PRESIDÊNCIA) 13D7

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 13D7 |
| Descrição | Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais |
| Iniciativa | 042J - Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 1.000.000 | 900.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| **01** | Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais. | Unidade | 139 | 0 | 1.000.000 | **0** |

AÇÃO VINCULADA (DAGES)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 148B |
| Descrição | - Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI |
| Iniciativa | 042K Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3.000.000 | 2.700.000 | 2.695.446 | 262.267 | 0 | 2.433.179 | 262.267 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI | Unidade | 30 | 30 | 3.000.000 | 262.267 |

**Análise crítica:**

Mesmo com a alteração orçamentária via remanejamento, a meta foi atingida. A maior parte do recurso foi destinada a 30 unidades administrativas da Funai, com destaque para as aquisições de 19 veículos para suporte às atividades finalísticas e meio, 180 equipamentos de informáticas, 2 grandes barcos para navegação na região amazônica, 110 aparelhos de comunicações, dentre outros.

Ainda com o objetivo de promover a reestruturação organizacional da FUNAI, a Iniciativa em análise contou com o reforço de recursos orçamentários da Ação de Administração Unidade, com a aquisição de 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-simile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22

compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01 motocicleta e 34 caminhonetes. Foram adquiridos ainda equipamentos de informática tais como 01 central de switch, 1.069 desktop, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceiver e 23 aparelhos de GPS.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

**Restos a pagar:**

A maior dificuldade enfrentada no exercício 2012 decorre do forte contingenciamento orçamentário experimentado pela FUNAI. A título de informação, entre janeiro e junho, esta Fundação contou com apenas 37% da dotação autorizada, e 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro, alcançando 85% da dotação em dezembro. O valor autorizado até junho foi insuficiente para fazer face à dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de agosto, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada. Consequentemente, a execução se concentrou no último trimestre, o que resultou em altos valores em restos a pagar não processados. Todavia, a execução alçou 94% do limite de autorização de gasto no exercício em análise.

AÇÃO VINCULADA (DPT)

| **Identificação da Ação** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 20IB | | | | | | |
| Descrição | - Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas | | | | | | |
| Iniciativa | 0406 Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental | | | | | | |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio | | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio | | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 8.745.399 | 10.445.399 | 10.072.388 | 8.011.761 | 0 | 2.060.626 | 8.011.761 | |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas | Unidade | *89* | *59* | *8.745.399* | *8.011.761* |

AÇÃO VINCULADA (DPT)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 20R7 |
| Descrição | - Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato |
| Iniciativa | 042F Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | |

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 900.000 | 900.000 | 848.281 | 561.247 | 0 | 287.034 | 561.247 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato | Unidade | *2* | *5* | *900.000* | *561.247* |

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

| Identificação da Ação | |
|---|---|
| Código | 2711 |
| Descrição | - Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas |
| Iniciativa | 0415 Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 13.676.000 | 10.876.000 | 8.670.451 | 3052.366 | 0 | 5.618.084 | 3.052.366 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Proteção Social dos Povos Indígenas Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas | Unidade | 527.993 | 424.130 | 13.676.000 | 3.052.366 |

**Análise crítica**

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados na CGETNO, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R$ 8.799.023,49, executados R$ 2.792.443,84 e R$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluímos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através

de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

Para 2013, a CGETNO está aperfeiçoando seus procedimentos e instrumentos de análise, caracterizando melhor a noção de etnodesenvolvimento e sustentabilidade, para a sua adoção em processos e projetos, e estabelecendo diálogos mais estreitos com as equipes técnicas das Regionais para a adoção destes critérios em seus Planos de Trabalho.

2 – Eventuais problemas de execução

A CGETNO tem o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras Coordenações Gerais, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.

Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.

Na Sede, enfrentamos alguns problemas em 2012: greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro; adoção de novos procedimentos de trâmite dos Planos de Trabalho, pela DAGES, com reflexos diretos nas Coordenações Gerais e dificuldades na gestão documental; quadro reduzido da equipe técnica da CGETNO, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

3 – Superações significativas das metas estabelecidas

Das 678 terras indígenas, alcançamos 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de atingimento. Ainda que não tenhamos alcançado a Meta, consideramos significativo este resultado, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012 bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta.

Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

4 – Restos a pagar

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

| **Identificação da Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 2713 | | | | | |
| Descrição | - Fomento e Valorização dos processo Educativos dos povos Indígenas | | | | | |
| Iniciativa | 042G Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas | | | | | |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 7.000.000 | 6.300.000 | 4.987.616 | 4.343.640 | 6.300 | 643.975 | 4.337.340 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Fomento e Valorização dos processo Educativos dos povos Indígenas | Unidade | 260 | 260 | 7.000.000 | 4.337.340 |

**Análise crítica**

Assessoramento às comunidades escolares indígenas nas ações de implementação e manutenção das políticas públicas relativas à educação escolar indígena de forma interinstitucional e na construção de propostas de educação complementar, visando o pleno desenvolvimento dos educandos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Acompanhamento e fiscalização das ações de educação escolar nas terras indígenas, valorizando os conhecimentos e atividades tradicionais e implementação e acompanhamento de programas e atividades de educação complementar e comunitária visando promover o protagonismo dos adolescentes e jovens indígenas. Apoio ao acesso, permanência e manutenção dos estudantes indígenas, prioritariamente os de nível superior de universidades públicas já em curso e atender novas demandas de acordo com a capacidade orçamentária da FUNAI. Continuidade do processo de capacitação e formação dos professores indígenas e técnicos em educação intercultural que atuam diretamente com os povos indígenas.

AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO)

| **dentificação da Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 2724 | | | | | |
| Descrição | - Pesquisa sobre Populações Indígenas | | | | | |
| Iniciativa | 042B Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas | | | | | |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 2.156.500 | 2.156.500 | 2.102384. | 2.001.059 | 0 | 101.324 | 2.001.059 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Pesquisa sobre Populações Indígenas | Unidade | 30 | 31 | 2.156.500 | 2.001.059 |

**Análise crítica**

Foram amplamente cumpridas as metas estabelecidas para as três Ações a cargo da UJ no exercício.

- Com relação à Ação (2724) voltada para a pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos dos povos indígenas e a capacitação de pesquisadores indígenas em oficinas e treinamentos, nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio: a par do pleno alcance das metas quantitativas programadas, num total de 31 projetos desenvolvidos e a capacitação de 41 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios, avalia-se de forma bastante positiva os resultados qualitativos dos próprios trabalhos, pela relevância dos materiais e, sobretudo, dos conteúdos produzidos com a participação sistemática dos pesquisadores indígenas em todas as etapas das atividades, abrangendo:

- gravações e processamentos de áudio-vídeo de diferentesgêneros de fala de treze línguas indígenas, devidamente anotadas (transcrição ortográfica oufonética, traduçãopara o português, notas antropológicas e gramaticais) nosformatos dos programas adotados para a documentação linguística;
- bases de dados lexicais, em diferentes campos semânticos, elicitados, gravados e digitados;
- gramáticas descritivas;
- arquivos de áudio e vídeo documentando aspectos linguísticos e culturais, com sessões definidas pelos linguistas e pesquisadores e editadas pela equipe de audiovisual;
- documentos iconográficos, incluindo fotos, negativos, diapositivos e desenhos, incorporados ao acervo e, em parte já digitalizados, integrantes das coleções doadas por pesquisadores;
- coleções de registros fotográficos digitais e desenhos já digitalizados, resultantes de oficinas e atividades de documentação;
- imagens geradas de objetos etnográficos capturados digitalmente;
- produção de filmes de curta e média metragem;
- criação de sites para os diversos segmentos dos trabalhos de pesquisa e documentação, abrangendo línguas, culturas e acervos dos povos indígenas;
- publicações de livros, catálogos, materiais didáticos e paradidáticos, incluindo textos bilingues e de autoria indígena;
- publicações mensais do Boletim Informativo sobre os projetos relativos a todas as etnias indígenas envolvidas nos trabalhos de pesquisa, documentação e capacitação;
- exposições etnográficas e mostras fotográficas, concebidas e montadas com a participação dos pesquisadores indígenas e membros das suas comunidades, no Museu do Índio, externas e itinerantes por diferentes localidades em todo o País.

AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO)

| **Identificação da Ação** | | | |
|---|---|---|---|
| Código | 2814 | | |
| Descrição | - Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas | | |
| Iniciativa | 042C Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas | | |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio | | |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | |
| Dotação | Despesa | Restos a Pagar | Valores Pagos |

| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.000.000 | 3.000.000 | 2.922.976 | 2.015.904 | 0 | 907.071 | 2.015.904 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas | Unidade | 40.000 | 42.000 | 3.000.000 | 2.015.904 |

**Análise crítica**

Os trabalhos vinculados à Ação referente à Preservação do conhecimento dos povos indígenas (2814) resultaram num total de 43 mil bens culturais preservados por meio de atividades de conservação, documentação e divulgação na base de dados, exposições, mostras, sites, etc. de itens museológicos, textuais, iconográficos, fílmicos, sonoros audiovisuais, incluindo digitalização e criação de acervos digitais, entre outras. A superação em 5% da meta quantitativa estabelecida para o exercício se deve, em parte, à continuidade dos esforços promovidos nos últimos anos no sentido de incentivar a doação de coleções de pesquisadores independentes, constituídas, em sua maioria, de documentos audiovisuais coletados durante pesquisas de campo. Outro resultado que contribuiu para essa superação se relaciona aos trabalhos voltados para a formação e documentação de acervos contemporâneos de cultura material, adquiridos diretamente dos povos indígenas e confeccionados, sobretudo, a partir de materiais disponibilizados pelo Museu do Índio, como miçangas - bastante valorizadas por inúmeras etnias para a confecção de artefatos, técnica hoje em dia em processo de desaparecimento devido ao alto custo de aquisição do produto da qualidade requerida.Tais acervos irão integrar a grande exposição etnográfica em fase de organização sobre o tema da miçanga, com a participação direta de pesquisadores, mestres e artesãos de cada etnia indígena envolvida. Outro conjunto de novos acervos adquiridos resultou de oficinas de documentação e atividades de estímulo à revitalização de técnicas e matérias primas tradicionais como, por exemplo, a confecção de objetos feitos da casca do caramujo pelos Kalapalo do Xingu.

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

| Identificação da Ação | |
|---|---|
| Código | 6698 |
| Descrição | - Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas. |
| Iniciativa | 0413 Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 20.968.566 | 15.878.566 | 11.897.459 | 5.975.556 | 413 | 5.921.902 | 5.975.142 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | - Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas. | Unidade | 16 | 12 | 20.968.566 | 5.975.142 |

**Análise crítica**

- Cumprimento das metas: Considerando que esta iniciativa é de responsabilidade conjunta com a CGGAM, a CGETNO vem apoiando a por intermédio de alguns projetos compartilhados, como o GATI.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM

AÇÃO VINCULADA (DPT)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 4390 |
| Descrição | - Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas. |
| Iniciativa | 040A Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 5.985.839 | 5.485.839 | 2.624.077 | 1.770.074 | 0 | 854.002 | 1.770.074 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas. | Unidade | *4* | *0* | *5.985.839* | *1.770.074* |

AÇÃO VINCULADA (DPT)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 6914 |
| Descrição | - Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados; |
| Iniciativa | 0408 Localizar e proteger povos indígenas isolados |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3.200.000 | 2.900.000 | 2.857.874 | 2.242.509 | 0 | 615.365 | 2.242.509 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados. | Unidade | *6* | *4* | *3.200.000* | *2.242.509* |

**Análise crítica**

AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 8635 |
| Descrição | - Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas |
| Iniciativa | 042A Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 2.442.000 | 2.979.148 | 1.902.099 | 1.149.204 | 0 | 752.894 | 1.149.204 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. | Unidade | 42 | 43 | 2.442.000 | 1.149.204 |

**Análise crítica**

- No âmbito da Ação 8635 - Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, de um total de 36 Coordenações Regionais (CRs) da Funai, 75% apresentaram projetos de atividades (27 CRs), que foram submetidos à análise técnica, sendo que somente 22 CRs contaram com apoio para o desenvolvimento dos projetos, após a análise e seleção dos projetos, uma vez que alguns não foram aprovados. Dos 77 projetos enviados, foram desenvolvidos 43, superando-se, dessa forma, em 2,38% a meta prevista para a Ação. Em relação ao acompanhamento da gestão realizada pelas CRs, do conjunto das 22 CRs que tiveram apoio, somente 10 enviaram relatórios e informações (45%) sobre a execução de seus projetos, o que nos permite o acompanhamento da execução de somente 26 projetos, ou seja, 60% do total.

No que se refere ao perfil dos projetos, de acordo com a definição das linhas temáticas apresentadas no edital - produção de bens materiais, comercialização e distribuição, divulgação de bens culturais, registro e documentação do patrimônio cultural, capacitação de indígenas e celebrações e eventos – observa-se a prevalência do interesse na realização de festas, rituais e outros eventos (feiras, encontros, mostra de cinema, entre outros), denominada em seu conjunto de "celebrações". Outra atividade de grande interesse também é a produção de bens de cultura material. No entanto, observamos que tem sido crescente o interesse em atividades de capacitação de indígenas, divulgação, registro e documentação do patrimônio cultural. A comercialização e distribuição de bens de cultura material pelos próprios indígenas ainda é relativamente pouco desenvolvida e, pela complexidade quanto à gestão de negócios, criação de marcas, desenvolvimento de embalagens e logística de distribuição, ainda tem pouca procura.

Como já referido anteriormente, os problemas que interferiram, em parte, no desenvolvimento dos trabalhos previstos no conjunto de Ações a cargo da UJ foram relacionados à questão do contingenciamento de recursos e ao período de greve dos servidores da FUNAI, implicando, em ambos os casos, na necessidade de reprogramação de algumas atividades tanto dos Serviços técnicos, quanto das equipes dos projetos de línguas e culturas em andamento. Em relação ao fluxo de créditos disponibilizados para as CRs, dentro da Ação 8635, com a retenção prolongada de grande parte dos recursos e sua liberação somente no final do ano, o Museu do Índio realizou, com máxima urgência, gastos de praticamente 2/3 dos recursos desta ação no Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, na compra de "storages" para o armazenamento de arquivos que resultaram dos projetos de pesquisa e documentação e também na compra de um automóvel para apoiar os projetos apoiados pela U.J.

**RESTOS A PAGAR**

O contingenciamento e a liberação tardia dos recursos impactaram negativamente a execução das ações administrativas para a aquisição e contratação dos serviços necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da UJ. Apesar de todos os esforços empreendidos pela equipe, o curto prazo disponível para a conclusão dos processos licitários impossibilitou a execução da

despesa no exercício, uma vez que a conclusão dos procedimentos e o efetivo empenho da despesa só ocorreram no mês de dezembro.

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 2384 |
| Descrição | - Proteção Social dos Povos Indígenas; |
| Iniciativa | 0428 Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 27.087.356 | 26.604.920 | 14.989.238 | 8.783.796 | 0 | 6.205.442 | 8.783.796 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Proteção Social dos Povos Indígenas | Unidade | 3.453 | 2.894 | 27.087.356 | 8.783.796 |
| 02 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0014 – No Estado de Roraima. | Unidade | 123 | 0 | 1.000.000 | 0 |
| 03 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0015 – No Estado do Pará | Unidade | 2 | 0 | 250.000 | 0 |
| 04 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0016 – No Estado do Amapá | Unidade | 111 | 0 | 900.000 | 0 |
| 05 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0074 – Território da Aldeia Cinta Vermelha - No Estado de Minas Gerais | Unidade | 197 | 0 | 1.600.000 | 0 |
| 06 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0076 – Região do Alto do Rio Negro – No Estado da Amazônia | Unidade | 62 | 0 | 500.000 | 0 |
| 07 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0084 – Águas Belas No Estado de Pernambuco/PE | Unidade | 2 | 0 | 450.000 | 0 |
| 08 | Proteção Social dos Povos Indígenas – 0101 – Municípios de até 50 mil habitantes – programa Territórios da Cidadania. | Unidade | 200 | 138 | 1.615.700 | 250.770 |
| 09 | Realização dos Jogos dos Povos Indígenas (M. Espostes) | Unidade | - | - | 100.000 | 0 |

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 2711 |
| Descrição | - Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas; |
| Iniciativa | 0415 Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a |

| | |
|---|---|
| | processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 13.676.000 | 10.876.000 | 8.670.451 | 3.052.366 | 0 | 5.618.084 | 3.052.366 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - Nacional | Unidade | 527.993 | 424.130 | 13.676.000 | 3.052.366 |
| 02 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0014 – No estado de Roraima | Unidade | 9.615 | 0 | 250.000 | 0 |
| 03 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0064 – Oiapoque/AP | Unidade | 3.846 | 0 | 100.000 | 0 |
| 04 | Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas – 0058 – Ilhéus/BA | Unidade | 9.615 | 0 | 250.000 | 0 |

**Análise crítica**

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados na CGETNO, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R$ 8.799.023,49, executados R$ 2.792.443,84 e R$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluímos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

Para 2013, a CGETNO está aperfeiçoando seus procedimentos e instrumentos de análise, caracterizando melhor a noção de etnodesenvolvimento e sustentabilidade, para a sua adoção em

processos e projetos, e estabelecendo diálogos mais estreitos com as equipes técnicas das Regionais para a adoção destes critérios em seus Planos de Trabalho.

**2 – Eventuais problemas de execução**

A CGETNO tem o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras Coordenações Gerais, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.

Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.

Na Sede, enfrentamos alguns problemas em 2012: greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro; adoção de novos procedimentos de trâmite dos Planos de Trabalho, pela DAGES, com reflexos diretos nas Coordenações Gerais e dificuldades na gestão documental; quadro reduzido da equipe técnica da CGETNO, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

**3 – Superações significativas das metas estabelecidas**

Das 678 terras indígenas, alcançamos 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de atingimento. Ainda que não tenhamos alcançado a Meta, consideramos significativo este resultado, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012 bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta.

Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

**4 – Restos a pagar**

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

AÇÃO VINCULADA (DAGES)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 13D6 |
| Descrição | - Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio |
| Iniciativa | 042I Construção do edifício sede da Funai. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Unidade Responsável | | Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| Unidade Orçamentária | | 30202 – Fundação Nacional do Índio | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| 3.000.000 | 5.251.667 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio | Unidade | 6 | 0 | 3.000.000 | 0 |

*Análise crítica:*

Em 2012 foielaborado o Pré-Programa de Necessidades aprovado pelo Diretor de Administração e Gestão desta Fundação, que norteará a contratação de projeto básico/executivo para elaboração do projeto arquitetônico, e representa cerca de 1% da meta. Cabe destacar que, devido ao forte contingenciamento, não foi possível iniciar as contratações relativas ao projeto arquitetônico, o que garantiria ao alcance da meta prevista. Diante disso, a escolha foi priorizar o reforço às estruturas das Coordenações Regionais e suas Coordenações Técnicas Locais, de sorte a ampliar e modernizar a prestação de serviços à sociedade.

Cabe esclarecer que a dotação inicial de R$ 3,0 milhões foi suplementada com o aporte de recursos de R$ 3,55 milhões, mediante edição de Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, como Crédito Extraordinário, e alterações orçamentárias de remanejamento de crédito de R$ 1,3 milhão para garantir o pagamento das despesas fixas das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais (Decreto de 16/10/2012, e Lei nº 12.759, de 19/12/2012).

AÇÃO VINCULADA (DPT)

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 20UF |
| Descrição | - Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato; |
| Iniciativa | 0406 Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental. |
| Unidade Responsável | Fundação Nacional do Índio |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 0 | 1.171.428 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato | Unidade | 0 | 0 | 0 | 0 |

**Análise crítica:**

- Crédito extraordinário bloqueado no exercício de 2012 pela SOF.

### 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.5.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

| **Identificação do Programa de Governo** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Código Programa | 2112 | | | | | |
| Título | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça | | | | | |
| Órgão Responsável | Ministério da Justiça – Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira do Programa** (em R$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 328.102.475 | 373.489.113 | 348.313.259 | 327.605.044 | 224.263 | 20.708.214 | 327.380.781 |

**Análise Crítica**

Cabe esclarecer que a dotação acima engloba benefícios (contribuição PSS, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar, auxílio transporte, auxílio alimentação, exames periódicos, etc.) que somam R$ 249,0 milhões da dotação inicial.

No que diz respeito à manutenção e administração da unidade, a dotação orçamentária de R$ 79,0 milhões não foi suficiente para fazer face às despesas administrativas das unidades da Funai, razão pela qual solicitou-se crédito suplementar de remanejamento no valor de R$ 13,3 milhões.

Ainda sobre o assunto, a Funai recebeu a título de créditos extraordinários o montante de R$ 8,3 milhões em Despesas de Investimentos, todavia sem a respectiva autorização de gasto.

Ocorreram dificuldades na execução dentro dos prazos contratuais previstos, em consequência do contingenciamento, e em especial, a disponibilidade pela setorial de apenas 37% da dotação autorizada no período de janeiro a junho, 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro e o restante até dezembro. O valor autorizado até junho não cobria nem mesmo a dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de setembro, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada.

Foram executadas na Ação de Administração Unidade despesas com a aquisição de 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-simile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22 compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01 motocicleta e 34 caminhonetes, bem como aquisição de equipamentos de informática, tais como, 01 central de switch, 1.069 desktops, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceivers e 23 aparelhos de GPS.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

## *Medidas de Gestão da DAGES*

### *Atos de Modernização realizados em 2012 pela FUNAI*

#### *1. Ações vinculadas ao programa de capacitação de servidores da Funai.*

A Funai, por intermédio de sua Diretoria de Administração (DAGES), realizou durante o ano 2012, as capacitações de servidores abaixo relacionadas, além das capacitações de caráter individual:

a) "III Oficina para Elaboração do Relatório de Gestão", realizada no Centro de Formação de Política Indigenista – Sobradinho/DF com a carga horária de 24 horas/aula. Durante a Oficina, que contou com a participação de 22 unidades regionais mais a sede da Fundação, foram dadas orientações de elaboração do relatório de gestão, com o fornecimento de material relativo a execução orçamentária e financeira, para os 70 servidores participante desse evento.
b) "Primeira Oficina de Gestão de Pessoas", com objetivo de consolidar e ampliar a integração dos gestores envolvidos na área, promovendo-se, assim, o intercâmbio de experiências. Com a participação de 36 representantes das Coordenações Regionais, durante 2 dias, foram discutidos diversos temas, tais como a importância da comunicação no processo avaliativo, avaliação de desempenho e procedimentos e orientações da administração de pessoal.
c) "1ª Oficina de Trabalho sobre a Renda Indígena e a Funai", realizado no Centro de Formação de Política Indigenista – Sobradinho/DF, e desenvolvida por intermédio de debates com as áreas envolvidas com projetos da renda. O evento contou com a participação das Diretorias (DAGES, DPT e DPDS), Auditoria Interna, Procuradoria e Presidência, que teve por objetivo nivelar conhecimentos acerca do tema e, discutir propostas de trabalho em relação às atribuições organizacionais, com a participação de 50 servidores nesse evento.
d) "II Encontro de Administração e Gestão", dando continuidade à formação continuada das equipes de administração e à política de aprimoramento das competências em gestão pública. Na oportunidade, foram oferecidos aos servidores das Coordenações Regionais os seguintes cursos: Elaboração de editais, Formação de Pregoeiro, Registro de Preços, SIAFI Operacional, SIAFI Gerencial e Contabilidade Pública, com a participação de 118 servidores desse evento.
e) "Capacitação da Terceira Turma do Curso GFIP", a qual foi ministrada pelo servidor da própria Fundação e integrante da Comissão da GFIP, nas suas unidades de Macapá, Paulo Afonso e Colíder-MT.
f) "IX Oficina Regional de Capacitação de Servidores da Funai sobre o Segurado Especial e as Políticas de Proteção Social para os Povos Indígenas", cujo objetivo foi capacitar e qualificar os servidores da Funai, designados para executarem as atividades que garantam o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania. Nesse curso foram capacitados 47 servidores.
g) "CAPACITAÇÃO MODULO I - ETNODESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PUBLICAS", voltado para os processos produtivos e econômicos dos povos indígenas, formação em indigenismo. O objetivo desse evento foi o de formar e atualizar os servidores nas áreas de atuação na CGETNO, visando o fortalecimento da capacidade técnica. O curso contou com a participação de 60 servidores.

h) “MODULO I DO PROGRAMA DE AMBIENTAÇÃO DOS AUXILIARES INDIGENISTAS”, cujo objetivo primordial foi o de contribuir para a formação de 150 dos Auxiliares em Indigenismo da Fundação Nacional do Índio, que tomaram posse a partir do concurso público realizado em 2010, que atuam nas expedições na floresta, em áreas fluviais e terrestres, para a prestação de apoio a levantamento de vestígios sobre a presença de índios isolados e de recente contato, cooperando com a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade organizacional.

i) Visando, ainda, o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela DAGES, esta Fundação, por intermédio de sua Coordenação-Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças (CGOF) deu início ao Processo Seletivo (Edital nº 01, de 1º/08/2012) para a Concessão da gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), visando selecionar 03 (três) servidores capacitados na área de Ciências Contábeis. O referido processo foi realizado por meio de análise curricular e entrevista realizadas pela Comissão do processo avaliativo, cabendo a seleção dos candidatos pelo Coordenador-Geral da CGOF.

***2. Ações vinculadas ao programa de gestão e administração de servidores da Funai:***

j) Convocação de mais 212 concursados do concurso de 2010, entre 100 indigenistas especializados, 75 agentes em indigenismo e 37 auxiliares em indigenismo.

k) Assinatura do Termo de Cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual esta Fundação aderiu ao Programa Espaço Livre – Aeroportos do Conselho Nacional de Justiça, que terá vigência de 25 anos. A referida Cooperação teve como objetivo evitar o perecimento de 5 (cinco) aeronaves da Funai que se encontravam em solo. Enfatiza-se que tal termo consiste no deslocamento das aeronaves para Belém (PA), Macapá (AP), Rio Branco (AC), Cuiabá (MT) e Boa Vista (RR), onde serão usadas de forma compartilhada pelo Poder Judiciário dos Estados pelas Secretarias de Segurança. Como contrapartida, a Funai conta com horas de vôo. Ademais, destaca-se que o compartilhamento em questão faz parte de uma série de ações que vem sendo tomadas pela Funai, buscando a melhoria da gestão do patrimônio e dos recursos públicos, redução dos gastos, além de aprimorar os serviços prestados às comunidades indígenas localizadas próximas ao estados contemplados.

l) Reunião com os coordenadores regionais para tratar dos Planos de Trabalho das Coordenações Regionais e o Planejamento Orçamentário e Financeiro de 2012, dentre outros assuntos administrativos, com a participação de 37 servidores. Também foi discutido durante o encontro, o Plano de Investimentos das Coordenações Regionais, onde cada unidade apontou suas necessidades de investimentos.

Para fazer face às necessidades apontadas nos Planos de trabalho, no que diz respeito a área administrativa, e diante do contexto orçamentário experimentado pela Fundação (o espaço orçamentário disponível; o cenário de limite de execução; a capilaridade da instituição; e a demanda reprimida ao longo dos anos), associado à característica de rigidez das despesas tidas com “fixas”, foi necessário maior cautela na gestão dos recursos de sorte a garantir a eficiência, eficácia e qualidade do gasto.

Em resposta, a Fundação implantou nova metodologia de análise e desembolso bimestral dos recursos orçamentários destinados às despesas administrativas, com base nos planos de trabalhos resultado do planejamento institucional, de sorte a permitir à sede e suas unidades regionais melhores condições de planejamento e capacidade de execução, evitando-se, dessa forma, execução em dissonância das boas práticas, conferindo maior eficiência e eficácia na utilização dos

recursos públicos por parte dos gestores. Outros benefícios, além do adequado planejamento, foram os de conferir maior flexibilidade na execução dos recursos, de cumprimento dos prazos contratuais, e conformidade legal evitando-se despesas sem prévio empenho.

m) Em cumprimento a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), a Funai instalou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), órgão este vinculado à Ouvidoria desta Fundação, cuja atribuição é atender e orientar o cidadão quanto ao acesso a informações, bem como receber os pedidos de informações referentes à Funai e fornecer diretamente ao cidadão, resposta ao pedido de informações relativo às suas unidades administrativas.
n) Contratação de empresa especializada em gestão documental para classificar e definir o tempo de vida da documentação específica emitida pelas áreas finalísticas. Esse instrumento tem como finalidade primordial servir de base inicial de informações requeridas pela Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, bem, como pela Lei nº 12.527/11, que regula o acesso a informações previsto nos artigos 5º, 37 e 216 da CF/88.
o) Conclusão do levantamento dos bens móveis e imóveis das suas Coordenações Regionais e Sede, constituindo a primeira fase do inventário patrimonial. Também concluiu a primeira fase da implantação do Sistema de Patrimônio (SIADS) da Funai, com o cadastramento e transferência para o SIADS, todos os bens da Sede e do Centro de Formação Indigenista de Sobradinho-DF.
p) Aprovação das normas internas para a avaliação de desempenho individual de seus servidores e de normas de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGE) e da Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista (GDAIN). A referidas avaliações de desempenho correspondem ao período de 1º/07/2011 a 30/02/2012 e foram conduzidos pelo Serviço de Avaliação Funcional da Funai (SEAF/CGGP) e contou com a colaboração de seus sevidores. A divulgação do resultado do referido ciclo de avaliação publicado por meio da Portaria nº 1.025/PRES, de 15.08/2012.
q) Recebimento da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Justiça, o termo de cessão do imóvel constituído pelo lote nº 076, da Quadra 903, do Setor de Grandes Áreas Sul – SGAS, Brasília/DF destinado à construção da Sede da Fundação. Com isso, pretende-se resgatar a importância da Fundação, conferindo local próprio e adequado para atendimento da missão institucional, melhores condições de trabalho aos seus servidores, aplicação de serviços prestados à comunidade, bem como redução significativa com gastos de aluguel, considerando que há mais de 15 anos esta Fundação encontra-se situada SRTVS 702/902, Bloco "A", Edifício Lex, em Brasília/DF. Ressalte-se que, além de ser uma edificação antiga e do precário estado de conservação, as instalações não comportam adequadamente toda a força de trabalho. Por último, cabe informar que foi consignada dotação específica para esse fim no orçamento da União.
r) Com o objetivo de desenvolvimento de políticas de Qualidade de Vida, instalou o Programa de Gerenciamento de Dados de Perfil de Saúde do Servidor. A Funai aprovou, em consonância com o Decreto nº 5.707/2006, a Norma de Implementação dos Programas de Capacitação, Desenvolvimento de Recursos Humanos, cuja finalidade primordial é dar acesso aos seus servidores de ações voltadas à ampliação do campo cognitivo, aprimoramento das atitudes e ao desenvolvimento de habilidades no interesse da administração por meio do Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos – PADC.

s) Disponibilização na Intranet do Formulário de Perfil de Saúde do Servidor, o qual busca traçar e registrar o perfil da saúde de seus servidores. Esta ação faz parte do Programa de Gerenciamento de Dados de perfil de Saúde do Servidor que tem como objetivo o desenvolvimento de políticas de qualidade de vida.

t) Aprovação do Primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), referente ao período de 2012 a 2015, por meio da Portaria Funai/CGTI nº 1, de 24 de julho de 2012, instrumento esse que proporciona visa e um controle para gerir os recursos de Tecnologia da Informação.

u) Autorização, pelo Ministério da Justiça (MJ), a locação de novo prédio para funcionamento da Sede da Funai, em Brasília/DF, imóvel esse situado no Setor Bancário Sul, Quadra 02, lote 14, que proporcionará um maior com conforto e organização para o desenvolvimento das atividades dos servidores desta Fundação, enquanto não se constrói a sede em terreno cedido pela SPU. Destaca-se a consolidação do programa de mudança para o novo prédio da Sede desta Fundação, com a divulgação do cronograma de mudança por setores desta Fundação.

v) Elaboração e a aprovação, por intermédio do Decreto nº 7.778, de 27/017/2012, o seu regimento interno, instrumento esse que regulamenta e normatiza o funcionamento da Fundação.

w) Assinatura de novo Convênio de Adesão do Plano de Saúde com a Fundação de Seguridade Social – GEAP, com o objetivo de manter a assistência médica e odontológica a todos os servires ativos, aposentados e pensionistas da Fundação.

x) Institucionalização do novo modelo de gestão da Funai por meio da Portaria nº 1.746, de 28 de dezembro de 2012, que será implantado no decorrer de 2013. Este modelo de gestão partiu do alinhamento dos objetivos estratégicos da instituição Funai aos objetivos estratégicos do Ministério da Justiça, com foco na gestão por resultados. Estabelece a classificação dos objetivos em 04 grandes eixos que são agrupados por subeixos e os instrumentos plano de ação e planos de trabalhos que serão construídos de forma participativa com toda a instituição. Funai. Prevê ainda como modelo de governança a criação da câmara de gestão, do comitê de monitoramento e avaliação e avaliação e das redes locais de planejamento, monitoramento e avaliação.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.6.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| **Identificação da Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | 2004 | | | | | |
| Descrição | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes | | | | | |
| Unidade Responsável | Fundação nacional do Índio - Funai | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai | | | | | |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 6.000.000 | 5.500.000 | 4.841.703 | 4.831.703 | 5.000 | 10.000 | 4.826.703 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes | Unidade | 5.263 | 4.572 | 6.000.000 | 4.826.703 |

***Análise Crítica***

**Cumprimento das Metas:** Mesmo com a redução de beneficiarios assistidos por motivo de exclusão dos dependentes maiores de 21 anos e de estudante de faculdade até 24 anos, foi garantido aos servidores, empregados e seus dependentes, a assistência médica e Odontológica no exercício de 2012, conforme a adesão dos mesmos.

**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 2010 |
| Descrição | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e seus Empregados. |
| Unidade Responsável | Fundação nacional do Índio - Funai |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai |
| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | |

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 300.000 | 300.000 | 246.301 | 246.301 | 0 | 0 | 246.301 |

**Metas do Exercício Para a Ação**

| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e seus Empregados. | Unidade | 263 | 235 | 300.000 | 246.301 |

***Análise Crítica***

**Cumprimento das Metas:** Mesmo com a redução de beneficiários assistidos por motivo de exclusão dos dependente que completaram 5 anos, foi garantido aos servidores, empregados , a assistência pré-escolar no exercício de 2012, conforme Art. 4 do Decreto n°. 977/93 e Art. 1° da Emenda Constitucional n". 53, de 19/12/2006, o Art. 1° da Emenda Constitucional n". 53, de 19/12/2006.

**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 2011 |
| Descrição | Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados. |
| Unidade Responsável | Fundação nacional do Índio - Funai |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai |

**Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00)

| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 840.000 | 840.000 | 823.706 | 823.706 | 0 | 0 | 823.706 |

**Metas do Exercício Para a Ação**

| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados. | Unidade | 455 | 881 | 840.000 | 823.706 |

***Análise Crítica***

**Cumprimento das Metas:** Houve acrescimo no quantitativo de beneficiarios assistidos por motivo de ingresso de 212 servidores concursados no exercício de 2012, autorizado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão por meio da Portaria n 335/MP/2011, sendo assim, foi garantido

aos servidores e empregados o Auxilio Transporte no exercício de 2012, conforme adesão dos servidores.
**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve
**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve
**Restos a pagar:** não houve

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 2012 |
| Descrição | Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados. |
| Unidade Responsável | Fundação nacional do Índio - Funai |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 10.800.000 | 11.183.300 | 11.030.645 | 11.030.645 | 0 | 0 | 11.030.645 |

| **Metas do Exercício Para a Ação** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados. | Unidade | 2.961 | 2.996 | 10.800.000 | 11.030.645 |

***Análise Crítica***
**Cumprimento das Metas**: Houve acréscimo no quantitativo de beneficiários assistidos por motivo de ingresso de 212 servidores concursados no exercício de 2012, autorizado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão por meio da Portaria n 335/MP/2011, sendo assim, foi garantido aos servidores e empregados o Auxilio Alimentação no exercício de 2012.
**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve
**Superações significativas das metas estabelecidas**: não houve
**Restos a pagar:** não houve

| **Identificação da Ação** | |
|---|---|
| Código | 20CW |
| Descrição | Assistência Médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos. |
| Unidade Responsável | Fundação nacional do Índio - Funai |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Processados | |
| 309.456 | 309.456 | 23.190 | 23.190 | 0 | 0 | 23.190 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Assistência Médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos. | Unidade | 1.719 | 0 | 309.456 | 23.190 |

***Análise Crítica***

**Cumprimento das Metas:** não foi cumprida esta meta, tendo em vista que o processo que trata de contratação de empresa para a realização dos exames periodiocos não foi concluido no exercício de 2012. O Termo de referência encontra-se em fase de elaboração, aguardando deliberação superior quanto aos procedimentos a serem adotados.

**Eventuais Problemas de Execução**: não foi executado porque os exames não foram realizados.

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

| Identificação da Ação | |
|---|---|
| Código | 4572 |
| Descrição | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação |
| Unidade Responsável | Fundação nacional do Índio - Funai |
| Unidade Orçamentária | 30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai |

| **Execução Orçamentária e Financeira da Ação** (em R$ 1,00) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 2.000.000 | 1.600.000 | 759.010 | 499.523 | 0 | 259.486 | 499.523 |

| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação | Unidade | 940 | 891 | 2.000.000 | 499.523 |

***Análise Crítica***

**Cumprimento das metas:** A Meta Física da Ação foi quase que integralmente realizada, 95% cumprida, sendo que os 5% restantes estão programados para acontecer no primeiro semestre de 2013.

A Meta Financeira foi significativamente prejudicada devido, principalmente, ao contingenciamento de recursos para diárias e passagens, que repercute negativamente e diretamente nas ações de capacitação. Da dotação inicial, somente 38% foi executada, sendo, ainda, que 34% deste não foram processados em restos a pagar.

As atividades de ensino a distância desenvolvidas através de Termos de Cooperação com entidades governamentais e Escolas de Governo representaram uma economia significativa na meta.

**Eventuais problemas de execução**: A limitação na utilização dos recursos para a aquisição de passagens e pagamentos de diárias inviabiliza as ações de capacitação fora das Sedes das Unidades Descentralizadas da Fundação.

**Superações significativas**: Não houve.
**Restos a pagar:** Do montante total que ficou inscrito em restos a pagar, 52% são destinados ao pagamento de contrato assinado da FUNAI com a Universidade de Brasília/ CEPPAC para o Curso de Pós-Graduação em Direito dos Povos Indígenas, que capacitará 50 servidores da Fundação e que encontra-se atrasado em sua execução devido aos sucessivos ajustes de cronograma por parte daquela Instituição Superior de Ensino.Os demais 48% são recursos descentralizados às CRs para a aquisição de passagens que não foram ainda processadas.

## 4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO 4.2.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

| *Denominação das Unidades Orçamentárias* | *Código da UO* | *Código SIAFI da UGO* |
|---|---|---|
| *- Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari/AM* | *30202* | *194007* |
| *- Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA* | *30202* | *194018* |
| *- Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo* | *30202* | *194019* |
| *- Coordenação Regional da Funai Xavante/MT* | *30202* | *194029* |
| *- Coordenação Regional da Funai do Xingú/MT* | *30202* | *194031* |
| *- Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT* | *30202* | *194036* |
| *- Coordenação Regional da Funai de Ribeirão Cascalheira/MT* | *30202* | *194042* |
| *- Coordenação Regional da Funai do Médio Purus/AM* | *30202* | *194048* |
| *- Coordenação Regional da Funai do Interior Sul/SC* | *30202* | *194061* |
| *- Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA* | *30202* | *194074* |
| *- Coordenação Regional da Funai do Nordeste I/AL* | *30202* | *194077* |
| *- Coordenação Regional da Funai de Ponta Porã/MS* | *30202* | *194085* |
| *- Diretoria de Administração e Gestão – DAGES* | *30202* | *194035* |
| *- Diretoria de Proteção Territorial - DPT* | *30202* | *194151* |
| *- Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPS* | *30202* | *194152* |

4.2.2 Programação de Despesas

### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

*Valores em R$ 1,00*

QUADRO 4.2.2.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

| **Origem dos Créditos Orçamentários** | | | **Grupos de Despesas Correntes** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **1 – Pessoal e Encargos Sociais** | | **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | **3- Outras Despesas Correntes** | |
| | | | **Exercícios** | | **Exercícios** | | **Exercícios** | |
| | | | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** |
| **LOA** | **Dotação proposta pela UO** | | 316.761.866 | 252.031.988 | 0 | 0 | 145.570.312 | 221.861.656 |
| | **PLOA** | | 316.761.866 | 252.031.988 | 0 | 0 | 165.666.204 | 148.372.965 |
| | **LOA** | | 316.761.866 | 252.031.988 | 0 | 0 | 166.203.128 | 149.372.965 |
| **CRÉDITOS** | **Suplementares** | | 25.715.000 | 104.000.000 | 0 | 0 | 17.723.300 | 26.061.100 |
| | **Especiais** | **Abertos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | **Reabertos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | **Extraordinários** | **Abertos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | **Reabertos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | **Créditos Cancelados** | | -1.101.162 | -17.472.878 | 0 | 0 | -14.704.630 | -3.855.072 |
| **Outras Operações** | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | | | 341.375.704 | 338.559.110 | 0 | 0 | 169.221.798 | 171.578.993 |

**Fonte:** SIAFI Gerencial.

### 4.2.2.2Programação de Despesas de Capital

QUADRO 4.2.2.2.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

*Valores em R$ 1,00*

| *Origem dos Créditos Orçamentários* | | | *Grupos de Despesa de Capital* | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | *4 – Investimentos* | | *5 – Inversões Financeiras* | | *6- Amortização da Dívida* | |
| | | | *Exercícios* | | *Exercícios* | | *Exercícios* | |
| | | | *2012* | *2011* | *2012* | *2011* | *2012* | *2011* |
| **LOA** | **Dotação proposta pela UO** | | 32.429.688 | 85.327.200 | 1.000.000 | 53.000.000 | 0 | 0 |
| | **PLOA** | | 32.429.688 | 25.179.088 | 1.000.000 | 3.074.051 | 0 | 0 |
| | **LOA** | | 35.429.688 | 27.329.088 | 1.000.000 | 3.074.051 | 0 | 0 |
| **CRÉDITOS** | **Suplementares** | | 554.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | **Especiais** | **Abertos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | | **Reabertos** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | **Extraordinários** | **Abertos** | 16.301.550 | 0 | 309.595 | 0 | 0 | |
| | | ***Reabertos*** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | Créditos Cancelados | | -3.950.000 | -5.185.000 | 0 | -2.314.223 | 0 | 0 |
| ***Outras Operações*** | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ***Total*** | | | 48.335.238 | | | | | |

**Fonte:** SIAFI Gerencial

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 4.2.3.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

| **Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa** | | | | | | | **Valores em R$ 1,00** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Natureza da Movimentação de Crédito** | | **UG** | | **Classifica-ção da ação** | **Despesas Correntes** | | |
| | | **Conce-dente** | **Rece-bedora** | | **1 – Pessoal e Encargos Sociais** | **2 – Juros e Encargos da Dívida** | **3 – Outras Despesas Correntes** |
| **Movimentação Interna** | **Concedidos** | | | | | | |
| | **Recebidos** | | | | | | |
| **Movimentação Externa** | **Concedidos** | | | | | | |
| | **Recebidos** | 550008 | 194088 | 08306206984570001 | | | 243.779 |
| | | 200094 | 194088 | 06122211220000001 | | | 212.166 |
| | | 343026 | 194088 | 133912027IJ0001 | | | 85.000 |
| **Natureza da Movimentação de Crédito** | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | Conce-dente | Rece-bedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| **Movimentação Interna** | **Concedidos** | | | | | | |
| | **Recebidos** | | | | | | |
| **Movimentação Externa** | **Concedidos** | | | | | | |
| | **Recebidos** | 550008 | 194088 | 08306206984570001 | 138.363 | | |
| | | 393003 | 194088 | 26782207514900015 | 4.500.000 | | |
| **Fonte: SIAFI Gerencial** | | | | | | | |

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

**4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários**

**4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários**

QUADRO 4.2.4.1.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** |
| **1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)** | **30.468.192** | **23.111.396** | **30.420.862** | **22.914.665** |
| a) Convite | 0 | 0 | 0 | 0 |
| b) Tomada de Preços | 0 | 0 | 0 | 0 |
| c) Concorrência | 61.110 | 0 | 61.110 | 0 |
| d) Pregão | 30.407.082 | 23.111.396 | 30.359.752 | 22.914.665 |
| e) Concurso | 0 | 0 | 0 | 0 |
| f) Consulta | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **2. Contratações Diretas (g+h)** | **6.601.809** | **8.209.251** | **6.575.153** | **8.104.499** |
| g) Dispensa | 5.350.044 | 7.197.645 | 5.349.894 | 7.092.896 |
| h) Inexigibilidade | 1.251.765 | 1.011.606 | 1.225.259 | 1.011.606 |
| **3. Regime de Execução Especial** | **75.782** | **76.783** | **75.782** | **76.783** |
| i) Suprimento de Fundos | 75.782 | 76.783 | 75.782 | 76.783 |
| **4. Pagamento de Pessoal (j+k)** | **338.666.417** | **327.610.980** | **338.666.317** | **327.610.980** |
| j) Pagamento em Folha | 332.370.062 | 322.472.531 | 332.370.062 | 322.472.531 |
| k) Diárias | 6.296.255 | 5.138.449 | 6.296.255 | 5.138.449 |
| **5. Outros** | **27.668.892** | **28.416.129** | **27.664.392** | **28.413.519** |
| **6. Total (1+2+3+4+5)** | **403.481.092** | **387.424.539** | **403.402.506** | **387.120.446** |

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

### 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO 4.2.4.1.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R$ 1,00

| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não processados** | | **Valores Pagos** | |
| | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** |
| **1. Despesas de Pessoal** | **332.280.059** | **297.990.841** | **332.280.059** | **320.275.509** | **0** | **0** | **332.157.785** | **320.067.424** |
| 319011 - Vencimentos e vantagens fixas | 204.900.281 | 197.125.418 | 204.900.281 | 197.125.418 | 0 | 0 | 204.883.470 | 196.966.500 |
| 319001 – Aposentadorias RPPS | 60.039.835 | 59.099.449 | 60.039.835 | 59.099.449 | 0 | 0 | 60.039.835 | 59.088.479 |
| 319113 – Obrigações patronais | 43.093.845 | 41.765.974 | 43.093.845 | 41.765.974 | 0 | 0 | 43.093.845 | 41.765.974 |
| Demais elementos do grupo | 24.246.097 | 22.284.668 | 24.246.097 | 22.284.668 | 0 | 0 | 24.140.635 | 22.246.471 |
| **2. Juros e Encargos da Dívida** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| **3. Outras Despesas Correntes** | **82.032.012** | **75.612.570** | **65.121.956** | **64.518.932** | **16.910.055** | **11.093.637** | **65.038.470** | **64.230.262** |
| 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica | 16.876.522 | 10.150.101 | 8.029.678 | 8.034.618 | 8.846.843 | 2.115.483 | 8.003.022 | 8.010.495 |
| 339037 – Locação de Mão de Obra | 14.718.163 | 14.983.990 | 13.058.500 | 13.186.151 | 1.659.663 | 1.797.839 | 13.036.298 | 13.118.168 |
| 339046 – Auxílio-alimentação | 11.030.645 | 10.571.176 | 11.030.645 | 10.571.176 | 0 | 0 | 11.030.645 | 10.571.176 |
| Demais elementos do grupo | 39.406.682 | 39.907.303 | 33.003.133 | 32.726.987 | 6.403.549 | 7.180.315 | 32.968.505 | 32.530.423 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não Processados** | | **Valores Pagos** | |
| | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** |
| **4. Investimentos** | **13.981.885** | **4.373.575** | **6.079.681** | **1.215.712** | **7.866.446** | **2.579.541** | **6.079.681** | **598.379** |
| 449052 – Equipamentos e material permanente | 13.931.148 | 3.157.543 | 6.064.701 | 620.021 | 7.866.446 | 2.537.521 | 6.064.701 | 581.009 |
| 449051 – Obras e instalações | 50.707 | 59.390 | 14.980 | 17.370 | 35.727 | 42.020 | 14.980 | 17.370 |
| **5. Inversões Financeiras** | **0** | **578.321** | **0** | **578.321** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| 449061 – Aquisição de imóveis | 0 | 578.321 | 0 | 578.321 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **6. Amortização da Dívida** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

**Análise Crítica:**

Com relação ao Grupo 1 – Despesas de Pessoal, temos a esclarecer que aumento verificado no exercício de 2012 decorreu do crescimento vegetativo da folha de pagamentos desta Fundação, inércia típica dos gastos de pessoal.

No tocante ao Grupo 3 – Outras despesas correntes, informamos que no decorrer do exercício de 2012 ocorreram acréscimos de despesas com serviços de terceiros, pessoa jurídica, decorrentes da prestação de serviços diversos dentre eles a locação de imóveis de pessoas jurídicas decorrentes da instalação de novas Coordenações Técnicas Locais, serviços telefonia, fretes, manutenção de veículos, serviços de água, internet, etc,. Por outro lado, as despesas com locação de mão-de-obra, advindas da prestação de serviços de Apoio Administrativo, foram reduzidas em razão das rescisões de todos os contratos celebrados com a referida finalidade a partir de julho de 2012. Entretanto, foram celebrados vários outros contratos como de serviços de recepcionistas e motoristas, que visam ampliar a capacidade de atendimento das unidades, ao desonerar o servidor dessas tarefas e aportar o recurso humano especializado nas atividades finalísticas, bem com de vigilância, com o intuito de segurança patrimonial das unidades instaladas, conforme Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012.

No que se refere ao Grupo 4 – Investimentos, registra-se um acrescimento considerável de despesas nesta rubrica em razão do foco na modernização e reestruturação da estrutura física e suporte tecnológico das unidades administrativas, sendo destinado forte aporte de recurso (R$ 13,9 milhões) para a consolidação da reestruturação organizacional. Somente na renovação do acervo tecnológico foi investido o montante de R$ 7,2 milhões.

Quanto ao Grupo 5 – Inversões financeira, no exercício de 2012 não ocorreram despesas dessa natureza.

### 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
### 5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 4.2.4.2.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

| ***Modalidade de Contratação*** | ***Despesa Liquidada*** | | ***Despesa paga*** | |
|---|---|---|---|---|
| | ***2012*** | ***2011*** | ***2012*** | ***2011*** |
| ***7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)*** | ***53.101*** | ***185.771*** | ***53.101*** | ***65.392*** |
| *a) Convite* | *0* | *0* | *0* | *0* |
| *b) Tomada de Preços* | *0* | *0* | *0* | *0* |
| *c) Concorrência* | *0* | *0* | *0* | *0* |
| *d) Pregão* | *53.101* | *185.771* | *53.101* | *65.392* |
| *e) Concurso* | *0* | *0* | *0* | *0* |
| *f) Consulta* | *0* | *0* | *0* | *0* |
| ***8. Contratações Diretas (g+h)*** | ***4.955.360*** | ***105.004*** | ***4.928.703*** | ***98.006*** |
| *g) Dispensa* | *3.723.476* | *105.004* | *3.723.326* | *98.006* |
| *h) Inexigibilidade* | *1.231.884* | *0* | *1.205.377* | *0* |
| ***9. Regime de Execução Especial*** | ***180*** | ***0*** | ***180*** | ***0*** |
| *i) Suprimento de Fundos* | *180* | *0* | *180* | *0* |
| ***10. Pagamento de Pessoal (j+k)*** | ***2.162.984*** | ***10.197*** | ***2.162.984*** | ***10.197*** |
| *j) Pagamento em Folha* | *703* | *0* | *703* | *0* |
| *k) Diárias* | *2.162.281* | *10.197* | *2.162.281* | *10.197* |
| ***11. Outros – Não a****plicável* | ***4.550.890*** | ***35.396*** | ***4.550.890*** | ***35.396*** |
| ***12. Total (1+2+3+4+5)*** | ***11.722.515*** | ***336.368*** | ***11.695.858*** | ***208.991*** |

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

### 4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 4.2.4.2.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

| **DESPESAS CORRENTES** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não processados** | | **Valores Pagos** | |
| | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** |
| **1 – Despesas de Pessoal** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| **2 – Juros e Encargos da Dívida** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| **3 – Outras Despesas Correntes** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| 339033 – Passagens e despesas com locomoção | 74.746 | 53.215 | 52.834 | 43.658 | 21.911 | 9.556 | 52.834 | 43.658 |
| 339030 – Material de consumo | 58.157 | 264.595 | 446 | 174.676 | 57.710 | 89.918 | 446 | 85.239 |
| 339036 – Outros serviços de terceiros pessoa física | 50.890 | 33.708 | 50.890 | 31.428 | 2.280 | 0 | 50.890 | 31.428 |
| Demais elementos do grupo | 16.514 | 38.793 | 5.377 | 36.867 | 11.136 | 1.926 | 5.377 | 31.187 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não Processados** | | **Valores Pagos** | |
| **4 – Investimentos** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** | **2012** | **2011** |
| | **4.589.913** | **0** | **4.500.000** | **0** | **89.913** | **0** | **4.500.000** | **0** |
| 449039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica | 4.500.000 | 0 | 4.500.000 | 0 | 0 | 0 | 4.500.000 | 0 |
| 449052 – Equipamentos e material permanente | 89.913 | 101.477 | 0 | 39.540 | 89.913 | 61.937 | 0 | 7.281 |
| **5 – Inversões Financeiras** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| **6 – Amortização da Dívida** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

**Análise Crítica:**

Os recursos recebidos por movimentação tiverem sua origem nos acordos celebrados pela Fundação Nacional do Índio – Funai e alguns órgãos federais objetivando o desempenho das atividades finalísticas da Fundação.

No tocante ao Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, foram realizadas despesas com recursos do Fundo de desenvolvimento da Educação – FNDE, nas atividades referentes à implementação nacional dos Territórios Etnoeducacionais contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos e pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas (sugestão).

Foram executadas despesas com recursos oriundos do Ministério da Justiça. Foram utilizados no custeio das despesas com deslocamentos de representantes indígenas da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas – CNPI, fórum destinado a discussão de assuntos de interessa das comunidades indígenas.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, celebrou Termo de Cooperação tendo por objeto contribuir com a promoção da segurança alimentar e nutricional, com o etnodesenvolvimento e com a inclusão produtiva dos povos indígenas, por meio do apoio à ampliação da produção de alimentos para o consumo próprio, e à melhoria das condições de produção, beneficiamento e comercialização da produção extrativista e do artesanato, em comunidades indígenas.

A Secretaria de Cidadania Cultural, do Ministério da Cultura, destinou recursos orçamentários no apoio de projetos direcionas a cultura dos povos indígenas.

No Grupo 4 – Investimentos foram realizadas despesas relativas à construção de trechos rodoviários nos estados do Pará e Rondônia, respectivamente, BR 163, contou com recursos orçamentários do Departamento Nacional de Infrae-estrutura de Transportes-DNIT.

Quadro 6.1.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

No exercício de 2012 não constam registros relativos ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos nas Unidades Gestoras consolidadas 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

Quadro 6.4.1.2.1 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

No exercício de 2012 não foram realizadas despesas com Suprimento de Fundos por meio de Conta Tipo “B” nas unidades gestoras consolidadas 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

## 5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 5.2.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

| **Restos a Pagar Processados** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos Acumulados** | **Pagamentos Acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2012** |
| 2011 | 431.465,18 | -12.209,45 | 371.467,87 | 47.787,86 |
| 2010 | 69.147,16 | -2.160,00 | 17.677,40 | 49.309,76 |
| 2009 | 152.295,90 | 0,00 | 23.969,77 | 128.326,13 |
| 2008 | 29.115,50 | 0,00 | 1.515,45 | 27.600,05 |
| 2007 | 58.811,21 | 0,00 | 0,00 | 58.811,21 |
| 2005 | 1.180,00 | 0,00 | 0,00 | 1.180,00 |
| **Restos a Pagar não Processados** | | | | |
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos Acumulados** | **Pagamentos Acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2012** |
| 2011 | 14.361.570,07 | -1.514.469,07 | 9.422.325,74 | 3.424.775,26 |
| 2010 | 3.979.808,85 | -1.473.427,56 | 1.995.330,80 | 511.050,49 |
| 2009 | 409.721,26 | -96.796,25 | 229.390,99 | 83.534,02 |
| 2008 | 342.181,75 | -281.555,42 | 3.872,41 | 56.753,92 |
| 2007 | 32.277,90 | -7.070,00 | 0,00 | 25.207,90 |
| 2005 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**Fonte:** SIAFI Gerencial

Observações: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

### 5.2.2 Análise Crítica

No montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados foram considerados os montantes inscritos e reinscritos.

**A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ**

No exercício em análise priorizou-se os pagamentos dos restos a pagar processados observando a ordem cronológica dos empenhos emitidos, visando diminuir o passivo existente no âmbito das unidades gestoras consolidadas. Quanto aos restos a pagar não processados, a descentralização de recursos financeiros ocorreu à medida que eram solicitadas pelas Unidades Gestoras consolidadas, com base nos serviços devidamente prestados e comprovados.

**Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores.**

A gestão financeira permitiu a liquidação maciça dos saldos de resto a pagar (processado e não processados) à medida que as condições de pagamento foram satisfeitas.

**As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro**

O quadro acima demonstra os restos a pagar não processados decorrentes da ausência da comprovação da despesa de entrega de bens e serviços, como exemplo podemos a citar a Imprensa Nacional cujo crédito a receber representa o valor de R$ 463 mil, empresa LGO Topografias Ltda

no valor de R$ 122 mil, e Asserplan Engenharia e Consultoria Ltda, no valor de R$ 79 mil, como as despesas ainda em aberto relativas a demarcações de terras, SLC Serviços Aeroportuários Ltda, R$ 132 mil, Auto Posto Bela Vista Ltda, no valor de R$ 252 mil, e Posto 10 Ltda, no valor de R$ 163 mil, cuja prestação de serviços de fornecimento de combustíveis e lubrificantes foram prestados á Coordenação Geral da Funai Xavante, entre outras.

**A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício em referência sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto**

Não ocorreram reinscrições de empenhos não processados não contemplados nos Decretos de Prorrogação.

**Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP**

Como eventos negativos a ausência de comprovação por parte dos fornecedores da efetiva comprovação da entrega de bens e/ou prestação de serviços nas situações pactuadas. Evento positivo foi a existência de recursos financeiros condizentes com as demandas de restos a pagar no exercício.

## 5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – MUSEU DO ÍNDIO

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 5.2.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

*VALORES EM R$ 1,00*

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos Acumulados** | **Pagamentos Acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2012** |
| 2011 | 152.432,09 | 17.397,98 | 133.394,91 | 1.639,20 |
| 2010 | 575.770,00 | 0,00 | 575.770,00 | 0,00 |
| **Restos a Pagar não Processados** | | | | |
| **Ano de Inscrição** | **Montante Inscrito** | **Cancelamentos Acumulados** | **Pagamentos Acumulados** | **Saldo a Pagar em 31/12/2012** |
| 2011 | 2.648.423,73 | 153.282,56 | 1.987.934,73 | 507.206,44 |
| 2010 | 231.545,68 | 126.120,96 | 105.424,72 | 0,00 |
| 2009 | 23.829,84 | 23.829,84 | 0,00 | 0,00 |

**Fonte:** SIAFI Gerencial

Observações: Unidade Gestora considerada: 194022 (Museudo Índio)

### 5.2.2 Análise Crítica – Museu do Índio

Na abertura do exercício de 2012, o montante inscrito de Restos a Pagar Processados somou R$ 728.209,09, deste total, 726.562,89 foi liquidado e/ou cancelado, restando apenas R$ 1.639,20 para liquidação no ano de 2013.

Os Restos a Pagar não Processados somaram R$ 2.903.799,25, montante composto das inscrições referentes aos exercícios de 2011, 2010 e 2009. As medidas adotadas pela UJ para o acompanhamento dos Empenhos inscritos em Restos a Pagar foram positivas uma vez que todos os compromissos dos exercícios de 2009 e 2010 foram liquidados e/ou cancelados, restando apenas as obrigações de 2011, totalizando R$ 507.206,44. Este montante é composto, em sua grande maioria, de empenhos destinados à montagem da exposição permanente do Museu do Índio, que devido ao contingenciamento do orçamento de 2012, fez-se necessário retardar e/ou adiar a conclusão dos

processos de contratação de serviços e aquisições de materiais e equipamentos, tendo como consequência o dilatamento do prazo do cronograma da montagem da referida exposição.

No encerramento do exercício de 2012 a conta “Empenho a Liquidar” registrou o valor de R$ 1.885.621,97 a ser liquidado no próximo exercício, registrando um decréscimo de 28% comparado ao exercício de 2011.

## 5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 5.3.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

| **Unidade Concedente ou Contratante** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Fundação Nacional do Índio – FUNAI** | | | | | | | | |
| **CNPJ: 00.059.311/0001-26** | | | **UG/GESTÃO: 194035/19208** | | | | | |
| **Informações sobre as Transferências** | | | | | | | | |
| **Modalidade** | **Nº do instrumento** | **Beneficiário** | **Valores Pactuados** | | **Valores Repassados** | | **Vigência** | | **Sit.** |
| | | | **Global** | **Contrapartida** | **No Exercício** | **Acumulado até o Exercício** | **Início** | **Fim** | |
| 1 | 011/2000 | Universidade do Estado do Mato Grosso | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 15/12/00 | 30/06/14 | |
| 3 | 001/2003 | Universidade Federal de Roraima | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 13/05/2003 | 11/05/12 | |
| 3 | 001/2004 | Fundação Universidade de Brasília | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 16/02/2004 | 15/02/14 | |
| 3 | 001/2008 | Associação do Alto Xingu | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 14/04/2008 | 13/04/13 | |
| 3 | 001/2008 | Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 24/04/2008 | 23/04/13 | |
| 3 | 002/2008 | Estado do Acre | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 20/11/2008 | 19/11/13 | |
| 3 | 003/2008 | Centro de Trabalho Indigenista | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 02/01/2009 | 01/01/14 | |
| 1 | 003/2008 | GEAP | R$ 23.166.000,00 | 0 | R$ 275.710,00 | 7.162.334,00 | 30/12/2008 | Rescindido em 2012 | 6 |
| 4 | 001/2009 | Maggi Energia S.A. e Juruena Participações S.A. | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 02/07/2009 | Até o cumprimento das obrigações | |
| 3 | 001/2009 | Pref. Municipal de Oiapoque | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 12/06/2009 | 11/06/14 | |
| 3 | 001/2009 | Universidade Federal de Mato Grosso | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 24/04/2009 | 19/04/14 | |
| 3 | 002/2009 | ABC e PNUD | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 30/10/2009 | 03/10/14 | |
| 3 | 002/2009 | Estado do Pará | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 24/04/2009 | 23/04/14 | |
| 4 | 002/2009 | Monel - Monjolinho Enertica e Comunidades Indígenas | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 14/12/2009 | Até o cumprimento das obrigações | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 003/2009 | Estado da Bahia | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 18/08/2009 | 17/08/14 | |
| 4 | 003/2009 | Zarwal de Participação Ltda | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 29/01/2010 | 28/01/15 | |
| 3 | 004/2009 | Pref. Municipal de São Gabriel da Cachoeira | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 14/09/2009 | 13/9/24 | |
| 3 | 005/2009 | Pref. Municipal de Normandia | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 11/12/2009 | 10/12/14 | |
| 3 | 006/2009 | Estado do Amazonas | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 25/02/2010 | 24/02/15 | |
| 3 | 001/2010 | Departamento de Polícia Federal | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 09/04/2010 | 08/04/15 | |
| 3 | 001/2010 | Operação Amazônica Nativa | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 31/12/2010 | 30/12/13 | |
| 3 | 002/2010 | Universidade Federal de Minas Gerais | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 02/09/2010 | 31/12/12 | |
| 3 | 001/2011 | Universidade Católica Dom Bosco | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 16/02/11 | 15/02/15 | |
| 3 | 001/2011 | Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 19/04/11 | 18/04/12 | |
| 3 | 001/2011 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MG | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 20/01/11 | 19/01/15 | |
| 3 | 001/2011 | Univ. Estadual de Mato Grosso do Sul | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 09/09/11 | 08/09/15 | |
| 3 | 002/2011 | Universidade Anhanguera – UNIDERP | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 14/10/11 | 13/10/14 | |
| 3 | 002/2011 | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 24/03/11 | 23/03/15 | |
| 3 | 002/2011 | Universidade Federal de Feira de Santana | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 17/01/11 | 17/01/14 | |
| 3 | 003/2011 | Centro Universitário da Grande Dourado – UNIGRAN | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 25/02/11 | 24/08/14 | |
| 3 | 003/2011 | Associação Indígena Tupiniquim Guarani – AITG | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 08/02/11 | 07/02/16 | |
| 3 | 004/2011 | Universidade Federal do Pará | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 24/05/11 | 23/05/15 | |
| 3 | 005/2011 | Associação Indígena Tupiniquim Comboios – AITC | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 00,00 | 05/12/11 | 04/12/16 | |
| 3 | 001/2012 | Estado do Mato Grosso do Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 23/02/13 | 22/02/13 | |
| 4 | 001/2012 | Empresa de Transmissão do Alto Uruguai | 0 | 0 | 0 | 0 | 19/04/12 | Até o cumprimento das obrigações | |
| 1 | 001/2012 | GEAP | | | | | 09/10/12 | 08/10/17 | 1 |
| 3 | 001/2012 | Associação Watoholi | 0 | 0 | 0 | 0 | 01/01/12 | 06/07/34 | |
| 4 | 002/2012 | Raízen Caarapó S.A. Açúcar e Alcool | 0 | 0 | 0 | 0 | 20/04/12 | 19/04/15 | |
| 3 | 002/2012 | Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária | 0 | 0 | 0 | 0 | 02/10/12 | 31/12/12 | |
| 3 | 002/2012 | Defensoria Pública do Estado do Amapá | 0 | 0 | 0 | 0 | 02/10/12 | 01/10/17 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 003/2012 | Comando do Exército | 0 | 0 | 0 | 0 | 03/10/12 | 02/10/13 | |
| 3 | 003/2012 | Município de Santarém | 0 | 0 | 0 | 0 | 28/12/12 | 27/12/13 | |
| 3 | 004/2012 | Fundação Oswaldo Cruz | 0 | 0 | 0 | 0 | 13/12/12 | 12/12/17 | |

**LEGENDA**

**Modalidade:**

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

**Fonte: SIAFI**

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 5.3.2.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

| ***Unidade Concedente ou Contratante*** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | | |
| **CNPJ:** | | | | | | |
| **UG/GESTÃO:** | | | | | | |
| **Modalidade** | **Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício** | | | **Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)** | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | **2010** |
| **Convênio** | 0 | 0 | 3 | 0 | 1451652,4 | 3222383 |
| **Contrato de Repasse** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Termo de Cooperação** | 7 | 11 | 4 | 0 | 0 | 0 |
| **Termo de Compromisso** | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Totais** | 9 | 11 | 7 | 0 | 1451652,4 | 3222383 |

**Fonte: SIAFI**

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO 5.3.3.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

| **Unidade Concedente ou Contratante** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | | **UG/GESTÃO:** | | |
| **Modalidade** | **Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes** | **Valores** (R$ 1,00) | | | **% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012** |
| | | **Contratados** | **Repassados até 2012** | **Previstos para 2013** | |
| **Convênio** | 2 | | 7162334 | 0 | |
| **Contrato de Repasse** | 0 | | | 0 | |
| **Termo de Cooperação** | 31 | | | 0 | |
| **Termo de Compromisso** | 5 | | | 0 | |
| **Totais** | 38 | | 7162334 | 0 | |

Fonte: SIAFI

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO 5.3.4.1 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

*Valores em R$ 1,00*

| **Unidade Concedente** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | **UG/GESTÃO:** | | | |
| **Exercício da Prestação das Contas** | **Quantitativos e Montante Repassados** | | **Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado) | | |
| | | | **Convênios** | **Termo de Cooperação** | **Contratos de Repasse** |
| **2012** | **Contas Prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| | **Contas NÃO Prestadas** | **Quantidade** | 2 | | |
| | | **Montante Repassado** | 1175942,4 | | |
| **2011** | **Contas Prestadas** | **Quantidade** | 01 (GEAP) | | |
| | | **Montante Repassado** | 1684571 | | |
| | **Contas NÃO Prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| **2010** | **Contas Prestadas** | **Quantidade** | 1 | | |
| | | **Montante Repassado** | 1662622 | | |
| | **Contas NÃO Prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| **Anteriores a 2010** | **Contas NÃO Prestadas** | **Quantidade** | | | |
| | | **Montante Repassado** | | | |
| **Fonte:** | | | | | |

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO 5.3.5.1 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R$ 1,00

| **Unidade Concedente ou Contratante** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | | | | | |
| **CNPJ:** | | | **UG/GESTÃO:** | | |
| **Exercício da Prestação das Contas** | **Quantitativos e Montantes Repassados** | | | **Instrumentos** | |
| | | | | **Convênios** | **Contratos de Repasse** |
| **2012** | Quantidade de Contas Prestadas | | | | |
| | Com Prazo de Análise ainda **não Vencido** | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | Com Prazo de Análise V**encido** | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| **2011** | Quantidade de contas prestadas | | | **1** | |
| | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | | **1** | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante repassado (R$) | | | |
| **2010** | Quantidade de Contas Prestadas | | | **1** | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | **1** | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| **Exercícios Anteriores a 2010** | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |
| **Fonte: SIASG** | | | | | |

## 5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

### 5.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

QUADRO 5.4.1.1.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R$ 1,00

| **Suprimento de Fundos** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Código da UG** | **Nome da UG** | **Valores** | | | **Total Geral** |
| | | **Conta Tipo "B"** | **CPGF** | | |
| | | | **Saque** | **Fatura** | |
| 194018 | Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA | 0,00 | 0,00 | 38.239,96 | 38.239,96 |
| 194019 | Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo | 0,00 | 0,00 | 21.046,24 | 21.046,24 |
| 194077 | Coordenação Regional da Funai do Nordeste I | 0,00 | 0,00 | 14.300,39 | 14.300,39 |
| 194035 | Funai Sede – Brasília/DF | 0,00 | 0,00 | 2.580,20 | 2.580,20 |
| | **Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF** | **0,00** | 0,00 | 76.166,79 | 76.166,79 |

### Análise Crítica:

A sistemática de suprimentos de fundos foi utilizada pelas Unidades Gestoras mencionadas no quadro acima, com a finalidade de abastecer viaturas em deslocamentos para destinos, cujos trechos percorridos ultrapassaram a quilometragem assegurada pela autonomia de consumo das viaturas, considerando as grandes distâncias percorridas para atendimento às demandas da instituição no cumprimento de suas atividades institucionais, bem como a ausência de rede de abastecimento que atendam tanto nos centros próximos as Unidades demandantes quanto nos itinerários a serem percorridos. Quanto ao acompanhamento e controle da aplicação dos recursos foram seguidas, rigorosamente, as recomendações constantes dos normativos que disciplinam a matéria.

### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 5.4.1.3.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

*Valores em R$ 1,00*

| **Código da UG 194018** | Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA | **Limite de Utilização da UG** | R$ 120.000,00 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Portador** | **CPF** | **Valor do Limite Individual** | **Valor** | | **Total** |
| | | | **Saque** | **Fatura** | |
| PEDRO VIEIRA CRUZ | 00817517880 | 8.000,00 | 0,00 | 6.744,56 | 6.744,56 |
| JOAO MANOEL DE OLIVEIRA | 02997849837 | 8.000,00 | 0,00 | 3.667,72 | 3.667,72 |
| WILLIAM ELISEU CARIBE DE CARVALHO PIR | 14597969420 | 8.000,00 | 0,00 | 3.474,08 | 3.474,08 |
| JOSE ANTONIO DE ARAUJO | 23894121491 | 8.000,00 | 0,00 | 3.604,95 | 3.604,95 |
| MANOEL DE ASSIS CRUZ | 24984833300 | 8.000,00 | 0,00 | 5.866,06 | 5.866,06 |
| MANOEL RICARDO BARBOSA NETO | 27039021404 | 8.000,00 | 0,00 | 5.973,22 | 5.973,22 |
| JOSIAS ADELICIO RAMOS | 46314768500 | 8.000,00 | 0,00 | 4.245,32 | 4.245,32 |
| ROMILDO CRUZ DE ARAUJO | 48600598168 | 8.000,00 | 0,00 | 136,73 | 136,73 |
| CLENIO EDUARDO DA SILVA | 67070426534 | 8.000,00 | 0,00 | 1.686,96 | 1.686,96 |
| ELMO ADRIANO SOARES | 77004124487 | 8.000,00 | 0,00 | 827,03 | 827,03 |
| ANACLETO ANTONIO DA SILVA | 89993500887 | 8.000,00 | 0,00 | 2.013,33 | 2.013,33 |
| **Total Utilizado pela UG** | | | 0,00 | 38.239,96 | 38.239,96 |
| **Total Utilizado pela UJ** | | | 0,00 | 38.239,96 | 38.239,96 |

Fonte: SIAFI Gerencial

| **Código da UG 194019** | Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo | **Limite de Utilização da UG** | R$ 315.000,00 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Portador** | **CPF** | **Valor do Limite Individual** | **Valor** | | **Total** |
| | | | **Saque** | **Fatura** | |
| ADILSON DE ANDRADE SANTOS | 01529191807 | 2.000,00 | 0,00 | 1.703,82 | 1.703,82 |
| EDES NUNES | 207996086-53 | 3.000,00 | 0,00 | 285,42 | 285,42 |
| ELIETE XAVIER DE OLIVEIRA | 695323206-44 | 4.000,00 | 0,00 | 510,18 | 510,18 |
| RUBERVAL MATOS SILVA JUNIOR | 07489493641 | 150,00 | 0,00 | 353,27 | 353,27 |
| SEBASTIAO RODRIGUES DA CUNHA FILHO | 12598356691 | 500,00 | 0,00 | 4.195,76 | 4.195,76 |
| MAURILTON PEREIRA VASCONCELOS | 24156302504 | 500,00 | 0,00 | 7.787,87 | 7.787,87 |
| EDNALDO BORGES DA SILVA | 29289033649 | 400,00 | 0,00 | 6.383,76 | 6.383,76 |
| OSVALDINA SALOMAO FERRAZ ROCHA | 55043348615 | 3.000,00 | 0,00 | 964,41 | 964,41 |
| ELIETE XAVIER DE OLIVEIRA | 69532320644 | 500,00 | 0,00 | 370,79 | 370,79 |
| RONALDO PEREIRA BATISTA | 97986038853 | 2.500,00 | 0,00 | 2.856,58 | 2.856,58 |
| SANDRA MARA FASOLINI | 193695901-10 | 500,00 | 0,00 | 367,88 | 367,88 |
| **Total Utilizado pela UG** | | | 0,00 | 3.224,46 | 25.779,74 |
| **Total Utilizado pela UJ** | | | 0,00 | 3.224,46 | 25.779,74 |

Fonte: SIAFI Gerencial

| **Código da UG 194077** | Coordenação Regional da Funai do Nordeste I | **Limite de Utilização da UG** | R$ 50.000,00 | |
|---|---|---|---|---|
| **Portador** | **CPF** | **Valor do** | **Valor** | **Total** |

| | | Limite Individual | Saque | Fatura | |
|---|---|---|---|---|---|
| JOSINALDO RIBEIRO DA SILVA | 00811957454 | 302,00 | 0,00 | 199,71 | 199,71 |
| AMILTON DINIZ BOTELHO | 25992090487 | 12.250,00 | 0,00 | 1.768,18 | 1.768,18 |
| JONILSON ERNESTO DA SILVA | 27834654420 | 5.000,00 | 0,00 | 3.618,74 | 3.618,74 |
| CICERA DE LOURDES TORRES | 34190562491 | 1.520,00 | 0,00 | 1.355,37 | 1.355,37 |
| MARCO ANTONIO ELIHIMAS | 35502657434 | 1.501,00 | 0,00 | 1.154,21 | 1.154,21 |
| JOSE AUGUSTO DA SILVA | 40901971472 | 6.930,00 | 0,00 | 2.310,69 | 2.310,69 |
| ROMULO JOSE MOTTA MEDEIROS | 64707261434 | 10.500,00 | 0,00 | 2.596,16 | 2.596,16 |
| MAGDIEL FREITAS PEREIRA | 80413510425 | 7.600,00 | 0,00 | 1.297,33 | 1.297,33 |
| **Total Utilizado pela UG** | | | 0,00 | 0,00 | 14.300,39 |
| **Total Utilizado pela UJ** | | | 0,00 | 0,00 | 14.300,39 |

| **Código da UG 194035** | Funai Sede – Brasília/DF | **Limite de Utilização da UG** | R$ 80.000,00 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Portador** | **CPF** | **Valor do Limite Individual** | **Valor** | | **Total** |
| | | | **Saque** | **Fatura** | |
| JOSE BETANIO ALVES RODRIGUES | 09314970191 | 6.000,00 | 0,00 | 241,00 | 241,00 |
| PAULO SERGIO FERREIRA EWERTON | 24487139287 | 6.000,00 | 0,00 | 799,64 | 799,64 |
| ANTENOR ALVES DA SILVA FILHO | 34270213191 | 6.000,00 | 0,00 | 1.539,56 | 1.539,56 |
| **Total Utilizado pela UG** | | | 0,00 | 2.580,20 | 2.580,20 |
| **Total Utilizado pela UJ** | | | 0,00 | 2.580,20 | 2.580,20 |

### 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO 5.4.1.4 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R$ 1,00

| Suprimento de Fundos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Exercícios** | **Conta Tipo “B”/** Cartão Crédito Corporativo | | **Saque** | | **Fatura** | | **Total (R$)** |
| | **Quantidade** | **(a) Valor** | **Quantidade** | **(b) Valor** | **Quantidade** | **(c) Valor** | **(a+b+c)** |
| **2012** | 32 | 76.166,59 | 0,00 | 0,00 | 32 | 76.166,59 | 76.166,59 |
| **2011** | 29 | 75.906,31 | 0,00 | 0,00 | 29 | 75.906,31 | 75.906,31 |
| **2010** | 33 | 101.905,54 | 0,00 | 0,00 | 33 | 101.905,54 | 101.905,54 |

**Fonte:** Siafi Gerencial

### 5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

| ***Suprimento de Fundos*** | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Conta Tipo “B”** | | | | | | **CPGF** | | | | | |
| **Situação** | **2012** | | **2011** | | **2010** | | **2012** | | **2011** | | **2010** | |
| | **Qtd.** | **Valor** | **Qtd.** | **Valor** | **Qtd.** | **Valor** | **Qtd.** | **Valor** | **Qtd.** | **Valor** | **Qtd.** | **Valor** |
| PC não Apresentadas | | | | | | | | | | | | |
| PC Aguardando Análise | | | | | | | | | | | | |
| PC em Análise | | | | | | | **3** | **2.580,20** | | | | |
| PC não Aprovadas | | | | | | | | | | | | |
| PC Aprovadas | | | | | | | **101** | **77.745,31** | **134** | **76.632,46** | **165** | **99.241,62** |

***Fonte:Memo nº 200/GAB/CR BSF – Baixo São Francisco; Mensagem Eletrônica de 13/03/2013 – CR Interior Sul; Mensagem Eletrônica de 13/03/2013 – CR Minas Gerais e Espírito Santo nº 130/2013/GAB/CR NORDESTE 1/Funai e Processos nº 08620.035695/2012-05 e 08620.028707/2012-37.***

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

## 6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| *Tipologias dos Cargos* | *Lotação* | | *Ingressos no Exercício* | *Egressos no Exercício* |
|---|---|---|---|---|
| | *Autorizada* | *Efetiva* | | |
| ***1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)*** | ***5.965*** | ***2.608*** | ***257*** | ***103*** |
| *1.1. Membros de poder e agentes políticos* | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** |
| *1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)* | ***5.965*** | ***2.608*** | ***257*** | ***103*** |
| *1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão* | ***5.886*** | ***2.529*** | ***226*** | ***76*** |
| *1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado* | ***31*** | ***31*** | ***11*** | ***19*** |
| *1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório* | ***1*** | ***1*** | ***0*** | ***0*** |
| *1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas* | ***47*** | ***47*** | ***20*** | ***8*** |
| ***2. Servidores com Contratos Temporários*** | ***60*** | ***37*** | ***0*** | ***8*** |
| ***3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública*** | ***391*** | ***408*** | ***104*** | ***93*** |
| ***4. Total de Servidores (1+2+3)*** | ***6.416*** | ***3.053*** | ***361*** | ***204*** |

*Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013*

### 61.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.1.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

| *Tipologias dos afastamentos* | *Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro* |
|---|---|
| **1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)** | **75** |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | **14** |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | **12** |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | **49** |
| **2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)** | **3** |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | **0** |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | **1** |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | **0** |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País | **2** |
| **3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)** | **91** |
| 3.1. De Oficio, no Interesse da Administração | **50** |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | **38** |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | **1** |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | **2** |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | **0** |
| **4. Licença Remunerada (4.1+4.2)** | **1** |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | **0** |
| 4.2. Capacitação | **1** |
| **5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)** | **8** |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | **4** |
| 5.2. Serviço Militar | **0** |
| 5.3. Atividade Política | **0** |
| 5.4. Interesses Particulares | **4** |
| 5.5. Mandato Classista | **0** |
| **6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)** | **37** |
| 6.1. Licença Prêmio | **10** |
| 6.2. Licença Tratamento de Saúde c/exclusão de Pagamento | **1** |
| 6.3. Licença TRAT DE SAUDE, ART 202,LEI 8112/90 | **2** |
| 6.3. LICENÇA GESTANTE (120 DIAS)ART. 207 LEI 8112/90 | **2** |
| 6.4. PENALIDADE DISCIP.(SUSPENSAO)ART 130,L.8112/90 | **1** |
| 6.5. AFASTAMENTO SINDICANCIA (SUSPENSAO),LEI 8112/90 | **1** |
| 6.6. AFASTAMENTO PREVENTIVO, ART.147, LEI 8112/90 | **4** |
| 6.7. EXERCICIO PROVISORIO-ART. 84 P. 2.L.8112/90 | **1** |
| 6.8. SUSPENSAO TEMPORARIA ADMINISTRATIVA | **11** |
| 6.9. TRATAMENTO DOENCA ESPECIFICADA EM LEI | **2** |
| 6.10. AFASTAMENTO NO PAIS C/ ONUS/EST/DOUTORADO/MESTRADO | **2** |
| **7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)** | **215** |

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar n° 73/1993. Art16-B, Lei n° 11.356/2006, Lei n° 9020/1995, Lei n° 6.999/1982

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Cargos em Comissão** | **777** | **694** | **396** | **344** |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | **0** | **0** | **0** | **0** |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | **777** | **694** | **198** | **172** |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | **-** | **262** | **91** | **71** |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | **-** | **4** | **3** | **4** |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | **-** | **20** | **9** | **7** |
| 1.2.4. Sem Vínculo | **391** | **402** | **94** | **90** |
| 1.2.5. Aposentados | **-** | **6** | **1** | **0** |
| **2. Funções Gratificadas** | **323** | **261** | **59** | **54** |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | **-** | **258** | **58** | **54** |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | **-** | **0** | **0** | **0** |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | **-** | **3** | **1** | **0** |
| **3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)** | **1554** | **955** | **455** | **398** |

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 6.1.2.1.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| *Tipologias do Cargo* | *Quantidade de Servidores por Faixa Etária* | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | *Até 30 anos* | *De 31 a 40 anos* | *De 41 a 50 anos* | *De 51 a 60 anos* | *Acima de 60 anos* |
| ***1. Provimento de Cargo Efetivo*** | ***242*** | ***199*** | ***473*** | ***867*** | ***327*** |
| *1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos* | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** |
| *1.2. Servidores de Carreira* | ***242*** | ***180*** | ***467*** | ***865*** | ***325*** |
| *1.3. Servidores com Contratos Temporários* | ***0*** | ***19*** | ***6*** | ***2*** | ***2*** |
| ***2. Provimento de Cargo em Comissão*** | ***170*** | ***205*** | ***260*** | ***254*** | ***56*** |
| *2.1. Cargos de Natureza Especial* | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** |
| *2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior* | ***116*** | ***175*** | ***195*** | ***159*** | ***33*** |
| *2.3. Funções Gratificadas* | ***54*** | ***30*** | ***65*** | ***95*** | ***23*** |
| ***3. Totais (1+2)*** | ***412*** | ***404*** | ***733*** | ***1121*** | ***383*** |

***Fonte:*** *Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013*

### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 6.1.2.2.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| *Tipologias do Cargo* | *Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade* | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | *1* | *2* | *3* | *4* | *5* | *6* | *7* | *8* | *9* | *10* |
| ***1. Provimento de Cargo Efetivo*** | ***0*** | ***151*** | ***229*** | ***254*** | ***793*** | ***675*** | ***0*** | ***5*** | ***1*** | ***0*** |
| *1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos* | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** |
| *1.2. Servidores de Carreira* | ***0*** | ***151*** | ***229*** | ***254*** | ***793*** | ***639*** | ***0*** | ***5*** | ***1*** | ***0*** |
| *1.3. Servidores com Contratos Temporários* | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***36*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** |
| ***2. Provimento de Cargo em Comissão*** | ***0*** | ***18*** | ***21*** | ***92*** | ***417*** | ***389*** | ***0*** | ***6*** | ***2*** | ***0*** |
| *2.1. Cargos de Natureza Especial* | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** |
| *2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior* | ***0*** | ***11*** | ***14*** | ***66*** | ***299*** | ***280*** | ***0*** | ***6*** | ***2*** | ***0*** |
| *2.3. Funções Gratificadas* | ***0*** | ***7*** | ***7*** | ***26*** | ***118*** | ***109*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** | ***0*** |
| ***3. Totais (1+2)*** | ***0*** | ***169*** | ***250*** | ***346*** | ***1210*** | ***1064*** | ***0*** | ***11*** | ***3*** | ***0*** |

***LEGENDA***

***Nível de Escolaridade***

*1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.*

***Fonte:*** *Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013*

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.1.3.1 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

*Valores em R$ 1,00*

| Tipologia/ Exercícios | | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| | 2011 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| | 2010 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | R$ 54.791.129,88 | R$ 0,00 | R$ 10.029.397,21 | R$ 68.490.156,38 | R$ 8.218.085,39 | R$ 2.404.378,22 | R$ 1.007.160,83 | R$ 361.181,16 | R$ 902.334,63 | R$ 146.203.823,70 |
| | 2011 | R$ 113.175.009,14 | R$ 327.843,82 | R$ 9.344.850,88 | R$ 3.034.856,49 | R$ 4.692.400,35 | R$ 4.341.126,99 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 1.115.357,03 | R$ 136.031.444,70 |
| | 2010 | R$ 90.648.659,44 | R$ 249.483,50 | R$ 8.027.829,07 | R$ 2.543.168,84 | R$ 13.996.853,45 * | R$ 2.069.853,82 | R$ 0,00 | R$ 57.444,18 | R$ 785.475,98 | R$ 104.381.914,83 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | R$ 2.757.234,33 | R$ 0,00 | R$ 220.650,00 | R$ 94.186,44 | R$ 152.694,04 | R$ 0,00 | R$ 56.594,45 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 3.281.359,26 |
| | 2011 | R$ 778.880,00 | R$ 0,00 | R$ 1.460,83 | R$ 6.012,50 | R$ 167.174,22 | R$ 4.677,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 958.204,55 |
| | 2010 | R$ 3.646.388,52 | R$ 0,00 | R$ 288.865,00 | R$ 168.697,00 | R$ 0,00 | R$ 6.415,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 4.110.365,52 |
| Servidores Cedidos com Ônus ou sem Licença | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Exercícios | 2012 | R$ 2.443.240,68 | R$ 0,00 | R$ 407.302,57 | R$ 2.538.573,09 | R$ 245.126,08 | R$ 141.643,52 | R$ 0,00 | R$ 8.958,62 | R$ 63.430,77 | R$ 5.848.275,33 |
| | 2011 | R$ 4.841.207,61 | R$ 0,00 | R$ 422.321,83 | R$ 148.343,46 | R$ 1.493,98 | R$ 211.069,32 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 65.690,55 | R$ 5.690.126,75 |
| | 2010 | R$ 3.601.581,94 | R$ 0,00 | R$ 363.910,82 | R$ 105.115,27 | R$ 0,00 | R$ 119.735,05 | R$ 0,00 | R$ 8.184,68 | R$ 40.720,15 | R$ 4.239.247,91 |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| | 2011 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| | 2010 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | R$ 8.696.188,93 | R$ 18.613.537,14 | R$ 2.925.542,67 | R$ 10.890.587,24 | R$ 3.056.591,74 | R$ 354.231,04 | R$ 0,00 | R$ 147.594,07 | R$ 109.666,35 | R$ 44.793.939,18 |
| | 2011 | R$ 18.224.466,78 | R$ 18.348.000,08 | R$ 3.083.831,05 | R$ 1.211.193,75 | R$ 3.846.444,95 | R$ 871.159,46 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 143.048,14 | R$ 45.728.144,21 |
| | 2010 | R$ 14.791.700,20 | R$ 16.793.353,49 | R$ 2.787.830,17 | R$ 933.847,96 | R$ 0,00 | R$ 463.286,59 | R$ 0,00 | R$ 5.714,00 | R$ 47.996,26 | R$ 35.823.728,67 |
| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | R$ 8.740.402,23 | R$ 1.105.441,94 | R$ 1.657.794,29 | R$ 11.269.261,04 | R$ 1.255.070,60 | R$ 397.357,04 | R$ 94.421,10 | R$ 130.512,09 | R$ 80.680,79 | R$ 24.730.941,12 |
| | 2011 | R$ 19.066.849,16 | R$ 1.169.273,29 | R$ 1.767.643,41 | R$ 583.761,16 | R$ 1.005.746,62 | R$ 964.581,06 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 150.629,04 | R$ 24.708.483,74 |
| | 2010 | R$ 15.814.949,61 | R$ 1.050.299,79 | R$ 1.460.231,22 | R$ 501.255,67 | R$ 0,00 | R$ 525.371,12 | R$ 0,00 | R$ 25.205,73 | R$ 98.356,09 | R$ 19.475.669,23 |
| TOTAL | | R$ 362.017.888,45 | R$ 57.657.233,05 | R$ 42.789.461,02 | R$ 102.519.016,29 | R$ 22.640.827,97 | R$ 12.874.885,23 | R$ 1.158.176,38 | R$ 744.794,53 | R$ 3.603.385,78 | R$ 606.005.668,70 |

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

**6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria**

QUADRO 6.1.4.1.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | |
|---|---|---|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| **1. Integral** | **464** | **21** |
| 1.1 Voluntária | 286 | 11 |
| 1.2 Compulsória | 06 | 03 |
| 1.3 Invalidez Permanente | 105 | 07 |
| 1.4 Outras | 67 | - |
| **2. Proporcional** | **422** | **05** |
| 2.1 Voluntária | 355 | - |
| 2.2 Compulsória | 40 | 04 |
| 2.3 Invalidez Permanente | 27 | 01 |
| 2.4 Outras | - | - |
| **3. Totais (1+2)** | **886** | **27** |

**Fonte: Base de dados Sistema DW e SIAPE**

**6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada**

QUADRO 6.1.4.2.1 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---|---|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência |
| **1. Aposentado** | **-** | **14** |
| 1.1. Integral | - | 12 |
| 1.2. Proporcional | - | 02 |
| **2. Em Atividade** | - | 19 |
| **3. Total (1+2)** | **604** | **47** |

***Fonte: Base de dados Sistema DW e SIAPE***

- O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão mediante acordo de Cooperação Técnica da União de julho de 2009, com 14(quatorze) Estados da Federação, disponibilizou dados efetuando cruzamento junto a base do SIAPE e da base fornecida pelo Ministério da Previdência correspondente ao Cadastro Nacional de Informações Sociais-CNIS, no período de 2008 a 2011, foi detectado pela Auditoria –SRH/MP, possíveis irregularidades e disponibilizado o Sistema de Tratamento de Indícios de Irregularidade-STII, para esta Fundação sanar as possíveis pendencias até o final de 2011.

- Com o cruzamento de dados foi detectado situações pontuais com indícios de possíveis irregularidades neste órgão, os quais foram efetuados a correção no Sistema disponibilizado à época e encaminhado a Auditoria de Recursos Humanos pelo endereço eletrônico audir.cruzamentodedados@planejamento.gov.br, em atenção ao Ofício nº 288/AUDIR/SRH/MP de 15/10/2010.

- Dos acertos restaram possíveis irregularidades de acumulação que foram autuados em processos administrativos, que após apuração foi dado ao servidor a opção do cargo conforme a legislação aplicável ao caso.

**A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;**

- No caso de servidores públicos federais habilitados no Sistema SIAPE, o controle é automática. Pois como já citado o Sistema SIAPE está habilitado para detectar os casos de acumulação por meio de CPF quando da inclusão do provimento do cargo.

Não há um Sistema próprio de controle neste órgão para detectar acumulação em cargos empregos extra SIAPE, o que existe é o controle manual.

Ressaltamos que se houvesse a continuidade do acordo de Cooperação Técnica da União entre a Secretaria de Gestão Pública-SEGEP/MPOG, e o Ministério da Previdência e SIAPE, com o processamento do cruzamento de dados este órgão teria eficiência no acompanhamento gerenciando as possíveis correções.

**A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.**

- Foram detectados 04 (quatro) casos de servidores com indicio de acumulação indevida, sendo: 02 servidores lotados na Coordenação Regional de Campo Grande, 01 (um) na C.T.L em Recife subordinada a Coordenação Regional do Nordeste I, e 01 na Coordenação Regional de Manaus.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;

Foram encaminhadas as Notificações via Coordenação Regional, para que a chefia imediata notificasse os servidores a optar por um dos cargos no prazo de 10 (dez) dias a contar do ciente do servidor.

**O resultado das notificações realizadas;**

Dos 4 (quatro) servidores notificados 2(dois) processos foram concluídos com o termo de opção do notificado pelo cargo da união/FUNAI, ficando pendente de conclusão dois processos, 01 da Coordenação Regional de Manaus e outro da Coordenação Regional do Nordeste I – CTL em Recife.

**A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.**

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

**6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC**

QUADRO 6.1.7.1.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos | Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU | | Quantidade de atos cadastrados no SISAC | |
|---|---|---|---|---|
| | Exercícios | | Exercícios | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| **Admissão** | 0 | 62 | 224 | 62 |
| **Concessão de aposentadoria** | 28 | 16 | 27 | 16 |
| **Concessão de pensão civil** | 21 | 22 | 17 | 22 |
| **Concessão de pensão especial a ex-combatente** | | | | |
| **Concessão de reforma** | | | | |
| **Concessão de pensão militar** | | | | |
| **Alteração do fundamento legal de ato concessório** | 43 | 02 | 31 | 02 |
| **Totais** | 92 | 102 | 299 | 102 |

*FONTE : SISAC/SIAPE*

QUADRO 6.1.7.1.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| *Tipos de Atos* | *Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU* | | *Quantidade de atos cadastrados no SISAC* | |
|---|---|---|---|---|
| | *Exercícios* | | *Exercícios* | |
| | *2012* | *2011* | *2012* | *2011* |
| **Desligamento** | | | | |
| **Cancelamento de concessão** | 01 | 04 | 01 | 04 |
| **Cancelamento de desligamento** | | | | |
| **Totais** | 01 | 04 | 01 | 04 |

*FONTE : SISAC/SIAPE*

QUADRO 6.1.7.1.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

| *Tipos de Atos* | *Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC* | | | |
|---|---|---|---|---|
| | *Exercício de 2012* | | | |
| | *Até 30 dias* | *De 31 a 60 dias* | *De 61 a 90 dias* | *Mais de 90 dias* |
| ***Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)*** | | | | |
| | | | | |
| **Admissão** | | | | |
| **Concessão de aposentadoria** | 10 | 14 | 04 | |
| **Concessão de pensão civil** | 03 | 05 | 03 | |
| **Concessão de pensão especial a ex-combatente** | | | | |
| **Concessão de reforma** | | | | |
| **Concessão de pensão militar** | | | | |
| **Alteração do fundamento legal de ato concessório** | 15 | 16 | 12 | |
| **Total** | 28 | 35 | 19 | |
| ***Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)*** | | | | |
| **Desligamento** | | | | 53 |
| **Cancelamento de concessão** | 01 | | | |
| **Cancelamento de desligamento** | | | | |
| **Total** | 01 | | | 53 |

*FONTE : SISAC/SIAPE*

### 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

QUADRO 6.1.7.2.1 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

| *Tipos de Atos* | *Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU* | | *Quantidade de atos enviados ao TCU* | |
|---|---|---|---|---|
| | *Exercícios* | | *Exercícios* | |
| | *2012* | *2011* | *2012* | *2011* |
| **Pensões graciosas ou indenizatórias** | 01 | 01 | | |
| **Outros atos fora do SISAC (especificar)** | | | | |
| **Totais** | | | | |

*FONTE : SISAC/SIAPE*

### 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO 6.1.7.3.1 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

| *Tipos de Atos* | *Quantidade de atos com diligência pelo OCI* | | *Quantidade de atos com parecer negativo do OCI* | |
|---|---|---|---|---|
| | *Exercícios* | | *Exercícios* | |
| | *2012* | *2011* | *2012* | *2011* |
| **Admissão** | | | | |
| **Concessão de aposentadoria** | 73 | - | - | - |
| **Concessão de pensão civil** | 71 | - | - | - |
| **Concessão de pensão especial a ex-combatente** | | | | |
| **Concessão de reforma** | | | | |
| **Concessão de pensão militar** | | | | |
| **Alteração do fundamento legal de ato concessório** | | | | |
| **Totais** | 144 | - | - | - |

*FONTE : SISAC/SIAPE*

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UJ não dispõe de indicadores Gerenciais de Recursos Humanos desenvolvidos. Ressalta-se que não há análise qualitativa dos dados apresentados.

- Absenteísmo:

Considerando o absenteísmo como as ausências do trabalho devidamente justificadas ou não, segue abaixo dos dados quantitativos que tratam do referido conceito:

- Afastamento por licença para tratamento da própria saúde: 603 registros de servidores.

- Afastamento por falta não justificadas: 75 registros de servidores com a ocorrência de falta no exercício.

Ressalta-se que não há análise qualitativa dos dados apresentados. No entanto, no que se refere às ocorrências de afastamento para tratamento da própria saúde, concentra-se no Museu do Índio e Coordenações Regionais.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais: 01 (uma) ocorrência no decorrer do exercício de 2012.

- Rotatividade (turnover): As maiores ocorrências são verificadas nas funções de confiança

- Educação Continuada:

No ano de 2012, a FUNAI proporcionou a seus servidores 47 ações de capacitação nas modalidades presencial, Pós-Graduação lato sensu, Especialização ou MBA, mestrado/doutorado e educação à distância (EAD / Treinamento Virtual / E-Learning), totalizando 3214 horas-aulas. O quantitativo geral de servidores capacitados foi de 891 servidores, sendo 600 servidores sem cargo em comissão e 291 servidores ocupantes de cargo em comissão. A maior parte das ações de capacitação é resultado do Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação da Fundação, organizado pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEP) da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP /Diretoria de Administração e Gestão. Este Plano prioriza as escolas de Governo como instituições parceiras, em especial a Escola Nacional de Administração Pública Federal – ENAP, a Escola de Administração Fazendária – ESAF e o Tribunal de Contas da União, e oferece cursos para todas as unidades da FUNAI – Sede e Unidades Descentralizadas (Coordenações Regionais).

A CGGP iniciou a implantação da Gestão por Competência na Fundação, conforme Decreto nº 5.707/2006. A gestão por competências busca planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos

diferentes níveis da organização (individual, grupal e organizacional), as competências necessárias para atingir os objetivos estratégicos da Instituição. A partir da definição dos indicadores de desempenho e das metas da organização, elaborados no Planejamento Estratégico de 2013, será possível o mapeamento de competências com a consequente identificação da lacuna de competências a serem captadas e/ou desenvolvidas. As ações de capacitação, de avaliação de desempenho e seleção de servidores serão, dessa forma, mais eficazes.

- Disciplina: não há registro de ocorrências de indisciplina remetidas à CGGP.

- Aposentadoria versus reposição do quadro: Contatou-se 27 ocorrências de aposentadorias. A reposição ocorrida no exercício de 2012, refere-se ao provimento de cargos das 212 vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão correspondente a 50% das vagas autorizadas do concurso de 2010, esse provimento foi autorizado em outubro/2011, sendo que as nomeações ocorreram a partir de janeiro/2012.

Para o exercício de 2013 foi solicitada a autorização de concurso público ao Ministério da Justiça com vista ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, contemplando 1.100 vagas, para a reposição da força de trabalho desta Fundação, por meio do memorando nº 151/PRES/2012 e Notas Técnicas nºs 008/2012/COAP/CGGP/FUNAI e 013/2012/COAP/CGGP/FUNAI.

## 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 6.2.1.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

| ***Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados*** | ***Quantidade no Final do Exercício*** | | | ***Ingressos no Exercício*** | ***Egressos no Exercício*** |
|---|---|---|---|---|---|
| | ***2012*** | ***2011*** | ***2010*** | | |
| APOIO ADMINISTRATIVO | 327 | 327 | 304 | - | 327 |
| | | | | | |
| | | | | | |
| ***Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão*** | | | | | |
| Os contratos de Prestação de Serviços Terceirizados no cargo de Apoio Administrativo foram rescindidos no exercício de 2012, conforme Artigo 4º, Inciso III da Portaria nº 335/2011 e acordão nº 2081/2012-TCU. | | | | | |

Fonte: Unidades Administrativas da FUNAI

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO 6.2.2.1 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

| | | |
|---|---|---|
| MÁRIO JOSÉ DE MIRANDA FILHO | APOIO ADMINISTRATIVO | BELEM / PA |
| RESCINDIDO EM MAI/2012 | | |
| MIGUEL RESQUE SANTIAGO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SUELEN GLAFIRA CARDOSO ABDON | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| YURI MARTINS SOUZA DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DEYVID ENISON DA SILVA CAMPOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ROBSON GUIMARÃES COSTA | APOIO ADMINISTRATIVO | BOA VISTA/RR |
| RESCINDIDO EM DEZ/2012 | | |
| WASHIGTON SILVA DE LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MAYRA CELINA DA SILVA PEREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |

| | | |
|---|---|---|
| MÁRIO AFONSO DA SILVA LUCENA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MÁRCIA PITA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FRANCISCO GOMES DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| THAYRINE RODRIGUES DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| ANDRÉ ALVES SERAFIM | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RESCINDIDO EM ABR/2012 | | |
| CLEIDIANE DA SILVA CARMO | APOIO ADMINISTRATIVO | CACOAL/RO |
| LUANA NACOÇA CINTA LARGA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JAQUELINE SOVETE VICENTE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| IRENE OLIVEIRA DA SILVA FONSECA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| ALEXANDRA DAMAZIO DA CRUZ | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RESCINDIDO EM JAN/2012 | | |
| BEATRIZ BRAGA SODRÉ | APOIO ADMINISTRATIVO | CAMPO GRANDE/MS |
| NILMARA SOUZA ROSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PATRÍCIA DA SILVA MORANDE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SANDRA PAULA CAMARINI MARTINS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RODRIGO CÁCERES GONÇALVES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| CAROLINE DA COSTA FIGUEIREDO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARIO ANTUNES | APOIO ADMINISTRATIVO | CHAPECÓ/PR - RESCINDIDO EM JAN/2012 |
| JOSIANE LÚCIA PORTES DE MATTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| WILIANN DOS SANTOS PINTO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GRACIELA LUCHETTA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| BIANCA CRISTINA RATTACASO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DULCINÉIA PERES BEZERRA DIAS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RAMON MARTINS DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| WEVERTON DA COSTA CARCERES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ENÉIAS RONDON DE JESUS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GISELI FÁTIMA BARBOSA LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RENATO TEODORO DE SOUZA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DIONE GUIMARÃES MACHADO | APOIO ADMINISTRATIVO | CUIABÁ/MT - RESCINDIDO EM JUL/2012 |
| JOSÉLIA DE SOUSA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARCIANO AIGO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JOSÉ ARLINDO JEREGUINHO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JOÃO LOURENÇO GOMES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUCIANA OLIVEIRA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| IRENE DE LUCA MELO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CLEIDE MARA OLIVEIRA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| HELENO COREZOMAE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| ARIANE CHAGAS NONATA | APOIO ADMINISTRATIVO | GOV.VALADARES/MG - RESCINDIDO EM ABR/2012 |
| ISABELLA CHRISTINA MOREIRA XAVIER | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| ANTONIO FILHO BENTO CAVALCANTE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DILCILENE FERREIRA BARROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| IVANILDE SOUSA GOMES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JADIEL GOMES DOS SANTOS FILHO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PAULO JEOVANY BARROSO GARCES | APOIO ADMINISTRATIVO | IMPERATRIZ/MA - RESCINDIDO EM OUT/2012 |
| POLYANNA SAMPAIO DA LUZ | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RENATA ARAÚJO DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANA CARLA ARAÚJO COSTA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUCÉLIA COSTA CARVALHO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LENILDE ALENCAR LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |

| | | |
|---|---|---|
| MÁRCIA ROBERTA DE CASTRO MELO SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| NIEDNA VENI DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PATRÍCIA DE ABREU CHAVES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VALMIRIA DE SOUSA LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| PATRÍCIA ZONCANELA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RENATA VERONESE | APOIO ADMINISTRATIVO | JUÍNA/MT - RESCINDIDO EM JULHO/2012 |
| CAMILA RODRIGUES CORREIA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ILDA DANIELLY FARESIN OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CLAIR ELVINAS TSAIBATA TSE TSIOCA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VALMIR CINTA LARGA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| MARIA IVONEI FERNANDES DA COSTA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| NILZETE FLORIANA DA SILVA SANTANA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GISELE TEIXEIRA DA CUNHA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ÉRIKA RIBEIRO TAKAKI | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANDRESSA MAURICIO DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | LITORAL SUDESTE/SP - RESCINDIDO EM JULHO/2012 |
| CINTIA DE PAOLA MACCHIA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ALINE SOARES SCHWITTAY | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| STEFANY LIMA FERREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PATRÍCIA SANCHES DE MIRANDA ARAÚJO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARGARETE SANTOS ABREU | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EDVÂNIA DE ALBUQUERQUE LEITE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FANELA CRISI HERERO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| | | |
| EVELIN FERNANDES M. ROCHA | APOIO ADMINISTRATIVO | MADEIRA/AM - RESCINDIDO EM JULHO/2012 |
| EDIANE COLARES DE LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LELANE DOS SANTOS GARCIA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| ANNE FABIOLA GUIMAS DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELDER DÁCIO MARQUES | APOIO ADMINISTRATIVO | MANAUS/AM - RESCINDIDO EM JUN/2012 |
| GEICILENE VASCONCELOS BARROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MIQUEIAS DA SILVA MOREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ROSANGELA CAMPOS SOBREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| JANAINA MACIEL DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARINEUSA DIAS MARINHO DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | PALMAS/TO - RESCINDIDO EM JUL/2012 |
| POLIANA PEREIRA LOPES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FLAVIANE CORREIA DO NASCIMENTO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SAVIA REGINA AYRES BATISTA DE ARAUJO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| AMANDA DE GOES RODRIGUES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANDRESSA CAGNINI | APOIO ADMINISTRATIVO | CR PASSO FUNDO-RS/ RESCINDIDO EM JUL/2012 |
| FABIANE ARRUDA SILVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARLISE PINHEIRO DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| THALITA PINHEIRO PILLA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VANESSA SALETE DE RAMOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| KATIA RAQUEL LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DANIEL RIBEIRO SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ROCICLEIDE DE AMORIM MOURA ROPIÁRIO | APOIO ADMINISTRATIVO | PAULO AFONSO-BA/RESCINDIDO EM JUL/2012 |
| LIVIA REJANE DA SILVA CAVALCANTE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CASSIA MARIA BARBOSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CLAUDIO ADEMAR | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| DANIELI CRISTINA DA SILVA VALDEZ | APOIO ADMINISTRATIVO | PONTA PORÃ-MS/RESCINDIDO |
| EDNA SILVA JORGE | APOIO ADMINISTRATIVO | |

| | | |
|---|---|---|
| ELAINE CHAVES AVELAR | APOIO ADMINISTRATIVO | EM JAN/2012 |
| ELIANE PAZETO RIGOTTI | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JACKSON LIMA OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JÉSSICA ELIZABETH RIBEIRO ESPINDOLA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| NÉDER BORBA COENGA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SÉRGIO FERNANDES QUADROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DIONÍSIO TOLEDO CORREA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DOUGLAS MURIEL | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DOUGLAS ROUCHES RATHKE MOURA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EDVANIO PIGOZZO NASCIMENTO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EVALDO LUIZ RAMIRES DE OLIVEIRA ESCOBAR | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARCOS ALMEIDA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SÉRGIO ROBERTO GALLO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EDMAR VIEIRA LEMES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| TATIANE DIAS SOARES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ALBERTO DUARTE LOPES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PAULO APOLINÁRIO BISPO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| CARLOS EDUARDO SANTOS REIS | APOIO ADMINISTRATIVO | RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT / RESCENDIDO EM JUL/2012 |
| DAGSON GONÇALVES MOURA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DAVI TSERE'RURA TSERENHI'RU | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUCIANO NUNES BRANDÃO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUCÍDIO TOMOPTSE TSERENHI'OMO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| NAIARA REJANE GOMES DIMAS | APOIO ADMINISTRATIVO | RIO BRANCO-AC/RESCINDIDO EM JUL/2012 |
| MARIA ANTÔNIA VIANA PESSOA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JAMILEN DE PAULA LIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GLEICIANE DA CRUZ ALENCAR | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| DARCILENE HENRIQUE LIZARDO | APOIO ADMINISTRATIVO | RIO NEGRO-AM/RESCINDIDO EM JUL/2012 |
| GELCYARA RAMAN ALMEIDA AFTO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| IVETE FERRAZ MUNIZ | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LEONEL DIAS DE LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUCINEIDE BASILIO DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DINALVA DIAS CAMPOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA NETO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| ALEX DIAS CAVASSANE | APOIO ADMINISTRATIVO | SUL DA BAHIA/BA - RESCINDIDO EM JUN/2012 |
| ANA PAULA DE SÁ E SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PAULA LUCIANA DOS REIS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RODRIGO PASSOS DA ROCHA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ÉRICA CRISTINA VELOSO GALIANO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LINÉIA ALMEIDA DE AZEVEDO SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| JOSIANE BATISTA DOS REIS | APOIO ADMINISTRATIVO | TAPAJOS-PA/RESCINDIDO EM JUL/2012 |
| ROSALETE AKAY MUNDURUKU | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| THIANE DOS SANTOS FREITAS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ADEMIR MACEDO DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JACIRA MUOU | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FABIA LUCY SILVA SOARES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| | | |
| CRISTIANE SANTANA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | TUCUMÃ-PA/RESCINDIDO EM MAIO/2012 |
| DAVI ALVES DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FELIX ROGERIO DE SOUSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FRANCINE WOBETO MACHIO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FRANCISCO JOSE DE CALDAS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GECIVANE ARAUJO DE MENEZES | APOIO ADMINISTRATIVO | |

| | | |
|---|---|---|
| GILVANIA GOMES DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GLEICIANE PIRES DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| HUMBERTO RIBEIRO BORGES FILHO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JUCELINO BEZERRA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| KLEYMEFER SANTOS DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SELANY MAYRA DE SOUSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SUSANA APARECIDA JABUINSKI | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| THAIS DHEYZA OLIVEIRA DE SOUSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GESSYCAR LEMOS DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| | | |
| FILOMENA ALVES DE SOUZA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JHONATAN VALERIANO FERREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| NEIDE COSTA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PATRÍCIA JOANA RODRIGUES BORGES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SONYELE PALMEIRA DE SOUZA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELIZABETH PEREIRA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JOSUÉ COSTA DE FARIAS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LAURINDO MACIEL DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DÉBORA JAYANE DE MELO LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DOUGLAS DA SILVA GOMES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SAMARAH DE OLIVEIRA RABELO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| TARGELIA ALVES E ALVES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EDGAR ALVES SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LENITA TEIXEIRA RABELO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUCINEIA SANTANA BORGES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RENATA VIEIRA LINS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JANAINA ASSIS DA CONCEIÇÃO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EMANUELLA ALMEIDA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FABIO MIRANDA BEZERRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JAQUELINE CARDOSO DA CONCEIÇÃO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARCELLA JHESSICA SANTANA BORBA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SIMONE RITA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ADRIANO FARIAS SIPAULOS | APOIO ADMINISTRATIVO | SEDE/BRASILIA - RESCENDIDO EM JUN/2012 |
| CARLOS JOÃO MENDES CARVALHO LEAL | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ÉLISTON NOGUEIRA ALVES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LEONARDO DO ROSARIO BASTOS FERREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VANESSA PEREIRA DOS SANTOS RONCO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VINÍCIUS RODRIGUES MARQUES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| WESLEY SOUZA DE DEUS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JOELMA CARDOSO MACEDO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LOYANNE SELESTINO BARBOSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LEONÁRIA ALVES L. MEDEIROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARC ARAUJO RICHA PINTO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CAMILA VALÉRIA DE JESUS SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| KEYLA CRISTINA DA SILVA LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELIUDE OLIVEIRA DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARIA DELÂNE DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PATRICIA FABRICIO VIGNOLI | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VERA LUCIA DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| HIGOR MIRANDA FERREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MIRIAN NUNES RODRIGUES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SANDRA CONCEIÇAO DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| TAMYRIS SOUSA MATHEUS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANDRÉIA LEMOS NEIVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ADRIANA DA SILVEIRA SOUTO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANTONIA CARVALHO DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELISANGELA DE S.COSTA | APOIO ADMINISTRATIVO | |

| | | |
|---|---|---|
| KEILA DE OLIVEIRA SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANDRÉ JOBERTO BOMBARDIERI | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| KARINA NUNES BARRETO SOUZA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUMA LIDIA KAMAIURA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PAULO VICTOR SANTOS MOREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| WYCRAFF AYALA COSTA DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CAMILA BARBOZA AMARO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DIOGO GOMES NUNES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MAIZA GUIMARÃES DOS REIS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARIA ELILÁ DE CASTRO LIMA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RAFAEL DAS NEVES CAMPOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VALERIA RIBEIRO SOARES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EDUARDO SOUZA RIBEIRO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LAYSE DA SILVA MENDES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GLEISSON BATISTA JUVINO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELIELSON SEVERINO DA SILVA JUNIOR | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MAYRA MARTINS COELHO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MIQUEIAS COSTA DE ABREU | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PEDRO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RONALDO PEREIRA CABRAL | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SILVANA DE OLIVEIRA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ÉRIKA OLIVEIRA DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DAVI FERREIRA FELIX | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FABIANA OLIVEIRA DE ARAUJO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LARISSA CRISTINA LEITE DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PAULO HENRIQUE MEDEIROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| THIAGO BOTELHO PEREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SARAH DE OLIVEIRA RABELO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANGÉLICA DORNELAS NORONHA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DARLENE GOMIDES DOS REIS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PEDRO LUCAS MARTINS SIQUEIRA CUNHA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| REINALDO FLORINO FILHO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| RAFAEL SILVEIRA DE BRITO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANTONIO LUIZ BRAGA NETO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VINICIUS QUARESMA NUNES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| BERNARDO BOECHAT CORREA LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EWERTON EUSTAQUIO DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JAQUELINE DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VALÉRIA MOREIRA FERNANDES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| KAMILA LOPES NUNES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SILVANIA MARIA MEDEIROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARCO ANTÔNIO FREIRE DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| WILKENS NUMERIANO TEMOTE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FERNANDA GOMES FERREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARIA DA GLÓRIA PEREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VILMAR OLIVEIRA PAIVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DAYANE MARTINS FEITOSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| WILSON DA SILVA OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CAROLINA BATISTA LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GERCIANE BARBOSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELLIS ANGELA LELIS LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MAURÍCIO BARROS DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANTÔNIO RICARDO DE JESUS PAIXÃO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| INDIARA RODRIGUES DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARISTELA PEREIRA VASCONCELOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ANA CRISTINA BARBOSA TAVARES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| EDENIA SABINO DE OLIVEIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LUANA PEIXOTO DE LIMA | APOIO ADMINISTRATIVO | |

| | | |
|---|---|---|
| ELIANE FERREIRA ARAUJO GOMES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DARCY MARTINS DE SOUSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DIEBSON RODRIGUES COSTA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELVIS PEREIRA DE SOUZA CARNEIRO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GABRIELE FELICIANO PIRES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ILEANA CUSTÓDIO DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SEBASTIÃO TAVARES RIBEIRO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| SUZELY DE SOUSA SUDRÉ | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MIRLAY NERES BARROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DANIELA ÂNGELO DE SOUSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARCELO DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARIA JÚLIA PEREIRA VAZ | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PRISCILA SOUZA DE O. ALVES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| GIULIANE SOARES MARTINS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LOURIVALDO BATISTA CAMELO | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MAURICÉIA DE MEDEIROS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| BRUNA ALVES DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| CARLOS ANDRÉ MANIÇOBA DE ANDRADE | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| LETICIA PEREIRA LIMA XAVIER | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| ELISMAR PEREIRA NUNES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| VALÉRIO PEREIRA COSTA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JONAS FIGUEIRA MINDUCA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JOSÉ ROBERTO DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARISA MACEDO BRAZ DE ALMEIDA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PRISCILLA CARVALHO SOUSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| TIAGO GOMES DUTRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DANIELLE CAMILA SANTOS FERREIRA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| FABIANA AUGUSTA BORGES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARIA AURICÉLIA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| DEBORA SILVA DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| PATRÍCIA RODRIGUES | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| JACQUELINE GUEDES DOS SANTOS | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| HERMERSON VIANA DA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| THIAGO COSTA SILVA | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| MARLLON FONTES SOUSA | APOIO ADMINISTRATIVO | |

Obs.: A relação completa referente ao desligamento dos profissionais terceirizados foi publicada no Diário Oficial da União nº 07, de 10 de janeiro de 2012, Seção 2, folhas 20-21, cujo os postos de trabalho foram extintos de forma escalonada.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO 6.2.3.1 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

| ***Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional*** | ***Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores*** | | ***Quantidade Autorizada de Servidores*** |
|---|---|---|---|
| | ***Número*** | ***Data*** | |
| Fundação Nacional do Índio - FUNAI | Portarias nºs 191/2009 e 335/MP/2011 | 14 de julho de 2009 e 2 de setembro de 2011 respectivamente. | 637 |

***Fonte:*** *Fonte: D.O.U.; 15/7/2009, Seção 1 Pág.: 157 e D.O.U; 05/09/2011, seção 1 pág: 171*

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.2.4.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Vale do Javari** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194007** | | | | | **CNPJ: 00.059.311/0065-90** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2012 | V | O | 151/2012 | 04718633/0001-90 | 19/09/12 | 18/09/13 | | | | | | | A |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | | |
| ***LEGENDA*** <br> ***Área:*** *(L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.* <br> ***Natureza:*** *(O) Ordinária; (E) Emergencial.* <br> ***Nível de Escolaridade:*** *(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.* <br> ***Situação do Contrato:*** *(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.* | | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:***

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional BAIXO TOCANTINS** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194011** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0054-38** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2011 | V | O | **078/2011** | **02650833/0001-23** | **15/06/11** | **14/06/13** | | | | | | | P |
| 2010 | L | O | **255/2010** | **11883936/0001-24** | **26/11/10** | **25/11/13** | | | | | | | P |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | |
| **LEGENDA** <br> **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <br> **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. <br> **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <br> **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Baixo São Francisco** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194018** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0040-32** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2009 | V | O | **127/2009** | **05248988/0001-26** | **31/07/09** | **31/07/12** | | | | | | | E |
| 2012 | L | O | **205/2012** | **12939762/0001-37** | **23/10/12** | **22/10/13** | | | | | | | A |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194019** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0012-89** | | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2007 | L | O | **067/2007** | **05296914/0001-65** | **01/08/07** | **31/07/12** | | | | | | | E |
| 2009 | V | O | **144/2009** | **03108004/0001-86** | **12/08/09** | **11/08/13** | | | | | | | P |
| 2010 | V | O | **060/2010** | **07834205/0001-11** | **20/05/10** | **19/05/12** | | | | | | | E |
| 2012 | V | O | **053/2012** | **03108004/0001-86** | **20/05/12** | **19/05/13** | | | | | | | A |
| 2012 | L | O | **014/2012** | **11871623/0001-56** | **01/08/12** | **31/07/13** | | | | | | | A |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.<br>**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.<br>**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.<br>**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | |

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Passo Fundo** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194027** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0028-46** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2008 | V | O | **163/2008** | **07038238/0001-55** | **10/10/08** | **09/10/13** | | | | | | | P |
| 2011 | L | O | **050/2011** | **11619685/0001-75** | **01/04/11** | **31/03/12** | | | | | | | E |
| 2012 | L | O | **227/2012** | **00192886/** | **01/11/1** | **13/02/1** | | | | | | | E |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **0001-12** | **2** | **3** | | | | | | | |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Xavante** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194029** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0009-83** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2009 | V | O | **310/2009** | **06236934/0001-03** | **07/12/09** | **06/12/13** | | | | | | | P |
| 2009 | L | O | **331/2009** | **10512105/0001-83** | **21/10/09** | **20/10/12** | | | | | | | E |
| 2009 | V | O | **345/2009** | **09130034/0001-75** | **15/12/09** | **14/12/12** | | | | | | | E |
| 2009 | L | O | **347/2009** | **03790751/0001-47** | **07/12/09** | **06/12/13** | | | | | | | P |
| 2009 | V | O | **354/2009** | **09130034/0001-75** | **11/12/09** | **10/12/12** | | | | | | | E |
| 2009 | L | O | **379/2009** | **10512105/0001-83** | **21/12/09** | **20/12/13** | | | | | | | P |
| 2009 | V | O | **380/2009** | **09130034/0001-75** | **21/12/09** | **20/12/12** | | | | | | | E |
| 2009 | L | O | **383/2009** | **10512105/0001-83** | **20/12/09** | **19/12/13** | | | | | | | P |
| 2009 | V | O | **389/2009** | **09130034/0001-75** | **01/12/09** | **30/11/12** | | | | | | | E |
| 2010 | V | O | **155/2010** | **04667389/0001-84** | **11/08/10** | **10/08/13** | | | | | | | P |
| 2011 | V | O | **029/2011** | **04667389/0001-84** | **02/02/11** | **01/02/14** | | | | | | | P |
| 2011 | L | O | **124/2011** | **10919956/0001-45** | **18/08/11** | **17/08/13** | | | | | | | P |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | |

**LEGENDA**
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional do Xingu** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194031** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0061-67** | | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2012 | L | O | **213/2012** | **04075740/0001-48** | 15/10/12 | 14/02/13 | | | | | | | A |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | | |

**LEGENDA**
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Norte de Mato Grosso** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194036** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0067-52** | | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2010 | L | O | 301/2010 | **10405110/0001-97** | 09/11/10 | 08/11/12 | | | | | | | E |
| 2011 | V | O | 181/2011 | **04667389/0001-84** | 09/11/11 | 08/11/13 | | | | | | | P |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2012 | L | O | 245/2012 | **10405110/0001-97** | 09/11/12 | 09/11/13 | | | | | | | A |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194042** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0068-33** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2011 | L | O | 022/2011 | **06273710/0001-71** | 03/01/11 | 02/01/12 | | | | | | | E |
| 2012 | V | O | 038/2012 | **06236934/0001-03** | 18/04/12 | 17/04/13 | | | | | | | A |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Médio Purus** | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194048** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0074-81** | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades** | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | **Sit.** |
| | | | | | | **F** | **M** | **S** | |

| | | | | | Contratadas | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| | | | NÃO TEM | | | | | | | | | | |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Interior Sul** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194061** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0059-42** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2010 | L | O | 272/2010 | **03767254/0001-28** | 01/12/10 | 30/11/12 | | | | | | | E |
| 2010 | L | O | 382/2010 | **05822551/0001-54** | 27/12/10 | 26/12/12 | | | | | | | E |
| 2012 | L | O | 142/2012 | **07809721/0001-96** | 01/09/12 | 31/08/13 | | | | | | | A |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Maranhão** | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194074** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0057-80** | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | |
| **Ano do** | **Áre** | **Natureza** | **Identificaç** | **Empresa** | **Período** | **Nível de Escolaridade Exigido** | **Sit.** |

| Contrato | a | | ão do Contrato | Contratada (CNPJ) | Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | dos Trabalhadores Contratados | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2008 | V | O | 276/2008 | **08070938/0001-90** | 20/01/09 | 19/01/13 | | | | | | | P |
| 2009 | L | O | 254/2009 | **07965721/0001-85** | 29/10/09 | 28/10/12 | | | | | | | E |
| 2010 | L | O | 051/2010 | **09259198/0001-05** | 27/04/10 | 26/04/12 | | | | | | | E |
| 2010 | V | O | 226/2010 | **11029232/0001-99** | 04/11/10 | 03/11/13 | | | | | | | P |
| 2012 | L | O | 281/2012 | **07965721/0001-85** | 03/01/13 | 02/01/14 | | | | | | | A |
| 2012 | L | O | 282/2012 | **07965721/0001-85** | 03/01/13 | 02/01/14 | | | | | | | A |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Nordeste I** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194077** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0046-28** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2009 | V | O | 210/2009 | **01873815/0001-48** | 18/09/09 | 17/09/13 | | | | | | | P |
| 2009 | L | O | 280/2009 | **10633938/0001-00** | 16/11/09 | 15/11/13 | | | | | | | P |
| 2011 | V | O | 122/2011 | **08165946/0001-10** | 09/08/11 | 08/08/13 | | | | | | | P |
| 2011 | L | O | 192/2011 | **10633938/0001-00** | 01/12/11 | 30/11/13 | | | | | | | P |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Ponta Porã** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194085** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0050-04** | | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2010 | V | O | 319/2010 | **10599807/0001-46** | 23/12/10 | 22/07/12 | | | | | | | E |
| 2011 | L | O | 232/2011 | **04231640/0001-63** | 28/10/11 | 27/10/12 | | | | | | | E |
| 2012 | V | O | 137/2012 | **07293694/0003-03** | 23/07/12 | 22/07/13 | | | | | | | A |
| 2012 | L | O | 338/2012 | **09016469/0001-93** | 28/12/12 | 27/12/13 | | | | | | | A |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.<br>**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.<br>**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.<br>**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | |

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Diretoria de Administração e Gestão - DAGES** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194035** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0001-26** | | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2010 | V | O | 028/2010 | **09267406/** | 16/03/1 | 15/03/1 | | | | | | | P |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **0001-00** | 0 | 3 | | | | | | | |
| 2010 | V | O | 108/2010 | **72619976/ 0001-58** | 07/07/10 | 06/07/13 | | | | | | | P |
| 2011 | L | O | 146/2011 | **10782186/ 0001-31** | 05/10/11 | 04/10/13 | | | | | | | P |
| 2012 | L | O | 016/2012 | **10782186/ 0001-31** | 27/02/12 | 26/02/13 | | | | | | | A |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Diretoria de Proteção Territorial - DPT** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194151** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0001-26** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| | | | **NÃO TEM** | | | | | | | | | | |

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194152** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0001-26** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| | | | **NÃO TEM** | | | | | | | | | | |

| **Observações:** |
| --- |
| **LEGENDA**<br>**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.<br>**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.<br>**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.<br>**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. |

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 6.2.5.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194035** | | | | | **CNPJ: 00.059.311/0001-26** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os Contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2012 | 4 | O | 186/2012 | 01.757.138/0001-00 | 22/10/2012 | 22/10/2013 | | | 11 | 11 | | | A |
| 2010 | 1 | O | 108/2010 | 72.619.976/0001-58 | 07/07/2012 | 06/07/2013 | 28 | 10 | | 18 | | | P |
| 2011 | 12 | O | 146/2011 | 10.782.186/0001-31 | 05/10/2011 | 05/10/2013 | 40 | 25 | | 15 | | | P |
| 2009 | 9-10 | O | 115/2009 | 02.895.841/0001-30 | 13/07/2009 | 13/03/2013 | | | 24 | 24 | | | E |
| 2010 | 06 | O | 205/2010 | 10.538.946/0001-60 | 30/09/2010 | 17/10/2013 | | | 01 | 01 | | | A |
| 2012 | 12 | O | 187/2012 | 01.588.672/0001-22 | 22/10/2012 | 21/10/2013 | | | 04 | 04 | | | A |
| 2008 | 7 | O | 024/2008 | 06.119.899/0001-42 | 24/06/2008 | 23/06/2013 | | | 01 | 01 | | | P |
| **Observações:** | | | | | | | | | | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Área:**<br>1. Segurança;<br>2. Transportes;<br>3. Informática;<br>4. Copeiragem;<br>5. Recepção;<br>6. Reprografia;<br>7. Telecomunicações;<br>8. Manutenção de bens móvies<br>9. Manutenção de bens imóveis<br>10. Brigadistas<br>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes<br>12. Outras | | | | | **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.<br>**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.<br>**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.<br>**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. | | | | | | | | | |
| **Fonte:** | | | | | | | | | | | | | | |

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional do Vale do Javari** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194007** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0065-90** | | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| ***Ano do Contrato*** | ***Área*** | ***Natureza*** | ***Identificação do Contrato*** | ***Empresa Contratada (CNPJ)*** | ***Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas*** | | ***Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados*** | | | | | | ***Sit.*** |
| | | | | | | | ***F*** | | ***M*** | | ***S*** | | |
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| | | *NÃO TEM* | | | | | | | | | | | |
| ***Observações:*** | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Baixo Tocantins** | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:194011** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0054-48** | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | |
| ***Ano do Contrato*** | ***Área*** | ***Natureza*** | ***Identificação do Contrato*** | ***Empresa Contratada (CNPJ)*** | ***Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas*** | | ***Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados*** | | | | | | ***Sit.*** |
| | | | | | | | ***F*** | | ***M*** | | ***S*** | | |
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| *2012* | *5* | *O* | *208/2012* | ***13096822/0001-60*** | *01/10/12* | *30/09/13* | | | | | | | *A* |
| ***Observações:*** | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| Unidade Contratante | |
|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Baixo São Francisco** | |
| **UG/Gestão: 194018** | **CNPJ: 00.059.311/0040-32** |
| ***Informações sobre os Contratos*** | |

| *Ano do Contrato* | *Área* | *Natureza* | *Identificação do Contrato* | *Empresa Contratada (CNPJ)* | *Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas* | | *Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados* | | | | | | *Sit.* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | *F* | | *M* | | *S* | | |
| | | | | | *Início* | *Fim* | *P* | *C* | *P* | *C* | *P* | *C* | |
| 2009 | 11 | O | 134/2009 | 03140521/0001-32 | 05/08/09 | 31/12/12 | | | | | | | P |
| 2010 | 8 | O | 122/2010 | 07280740/0001-78 | 27/07/10 | 26/07/12 | | | | | | | E |
| 2011 | 2 | O | 149/2011 | 08237639/0001-05 | 25/10/11 | 24/10/12 | | | | | | | E |
| 2012 | 8 | O | 024/2012 | 07280740/0001-78 | 02/01/12 | 01/01/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 2 | O | 196/2012 | 937729475-49 | 23/10/12 | 31/12/12 | | | | | | | E |
| 2012 | 5 | O | 277/2012 | 12939762/0001-37 | 10/12/12 | 09/12/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 2 | O | 278/2012 | 05674519/0001-79 | 10/12/12 | 30/06/13 | | | | | | | A |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Minas e Espírito Santo** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:194019** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0012-89** | | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| *Ano do Contrato* | *Área* | *Natureza* | *Identificação do Contrato* | *Empresa Contratada (CNPJ)* | *Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas* | | *Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados* | | | | | | *Sit.* |
| | | | | | | | *F* | | *M* | | *S* | | |
| | | | | | *Início* | *Fim* | *P* | *C* | *P* | *C* | *P* | *C* | |
| 2010 | 8 | O | 008/2010 | 07862134/0001-60 | 19/02/10 | 18/02/12 | | | | | | | E |
| 2010 | 8 | O | 009/2010 | 19795533/0001-35 | 19/02/10 | 18/02/12 | | | | | | | E |
| 2010 | 8 | O | 010/2010 | 71467096/0001-40 | 19/02/10 | 18/02/12 | | | | | | | E |
| 2010 | 11 | O | 045/2010 | 08984115/0001-70 | 20/04/10 | 31/07/12 | | | | | | | E |
| 2010 | 7 | O | 128/2010 | 33530486/0001-29 | 04/08/10 | 03/08/13 | | | | | | | P |
| 2011 | 7 | O | 066/2011 | 33000118/0001-79 | 19/05/11 | 18/05/13 | | | | | | | P |
| 2012 | 8 | O | 082/2012 | 00604122/0001-97 | 24/05/12 | 23/05/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 7 | O | 152/2012 | 40432544/0001-47 | 27/08/12 | 26/0813 | | | | | | | A |
| 2012 | 5 | O | 257/2012 | 13964979/0001-60 | 12/11/12 | 11/11/13 | | | | | | | A |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional de Passo Fundo** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194027** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0028-46** | | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| ***Ano do Contrato*** | ***Área*** | ***Natureza*** | ***Identificação do Contrato*** | ***Empresa Contratada (CNPJ)*** | ***Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas*** | | ***Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados*** | | | | | | ***Sit.*** |
| | | | | | | | ***F*** | | ***M*** | | ***S*** | | |
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| 2010 | 11 | O | 166/2010 | 06888220/0001-80 | 02/08/10 | 01/08/12 | | | | | | | E |
| 2011 | 7 | O | 157/2011 | 33530486/0001-29 | 30/09/11 | 29/09/13 | | | | | | | P |
| 2011 | 8 | O | 169/2011 | 92022128/0001-74 | 24/11/11 | 23/11/12 | | | | | | | E |
| 2011 | 8 | O | 171/2011 | 08105716/0001-65 | 24/11/11 | 23/11/13 | | | | | | | P |
| 2011 | 8 | O | 175/2011 | 91225557/0001-86 | 24/11/11 | 23/11/12 | | | | | | | E |
| 2011 | 8 | O | 176/2011 | 91584896/0001-59 | 24/11/11 | 23/11/13 | | | | | | | P |
| 2011 | 8 | O | 170/2011 | 11707184/0001-40 | 25/11/11 | 24/11/13 | | | | | | | P |
| 2011 | 8 | O | 177/2011 | 89034151/0001-74 | 25/11/11 | 24/11/13 | | | | | | | P |
| 2011 | 8 | O | 205/2011 | 03742238/0001-80 | 08/12/11 | 07/12/12 | | | | | | | E |
| 2011 | 2 | O | 247/2011 | 02579062/0001-25 | 11/01/12 | 25/12/13 | | | | | | | A |
| 2011 | 2 | O | 248/2011 | 07324689/0001-59 | 11/01/12 | 10/01/14 | | | | | | | P |
| 2012 | 7 | O | 172/2012 | 76535764/0001-43 | 09/08/12 | 08/08/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 7 | O | 188/2012 | 40432544/0001-47 | 07/11/12 | 06/11/14 | | | | | | | P |
| 2012 | 5 | O | 265/2012 | 68774033/0001-22 | 19/12/12 | 18/12/13 | | | | | | | A |
| 2013 | 8 | O | 023/2013 | 10504006/0001-50 | 11/02/13 | 10/02/14 | | | | | | | A |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | |
|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Xavante** | |
| **UG/Gestão: 194029** | **CNPJ: 00.059.311/0009-83** |

*Informações sobre os Contratos*

| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2009 | 8 | O | 359/2009 | 07106714/0001-28 | 21/12/09 | 20/12/13 | | | | | | | P |
| 2009 | 11 | O | 378/2009 | 10492129/0001-18 | 12/01/10 | 11/01/12 | | | | | | | E |
| 2010 | 11 | O | 092/2010 | 07863504/0001-84 | 21/06/10 | 20/06/12 | | | | | | | E |
| 2012 | 2 | O | 074/2012 | 07823523/0001-87 | 25/06/12 | 24/06/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 7 | O | 276/2012 | 71208516/0001-74 | 28/12/12 | 27/12/13 | | | | | | | A |

***Observações:***

**Unidade Contratante**

**Nome: Coordenação Regional do Xingu**

**UG/Gestão: 194031** **CNPJ: 00.059.311/0061-97**

*Informações sobre os Contratos*

| *Ano do Contrato* | *Área* | *Natureza* | *Identificação do Contrato* | *Empresa Contratada (CNPJ)* | *Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas* | | *Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados* | | | | | | *Sit.* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | *F* | | *M* | | *S* | | |
| | | | | | *Início* | *Fim* | *P* | *C* | *P* | *C* | *P* | *C* | |
| 2012 | 2 | O | 157/2012 | 07823523/0001-87 | 24/09/12 | 23/09/13 | | | | | | | A |

***Observações:***

**Unidade Contratante**

**Nome: Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso**

**UG/Gestão: 194036** **CNPJ: 00.059.311/0067-52**

*Informações sobre os Contratos*

| *Ano do* | *Área* | *Natureza* | *Identificação* | *Empresa Contratada* | *Período Contratual de* | *Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados* | *Sit.* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|

| *Contrato* | | | *do Contrato* | *(CNPJ)* | *Execução das Atividades Contratadas* | | *F* | | *M* | | *S* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | *Início* | *Fim* | *P* | *C* | *P* | *C* | *P* | *C* | |
| 2010 | 8 | O | 397/2010 | 04127232/0001-66 | 25/04/11 | 24/04/12 | | | | | | | E |
| 2012 | 8 | O | 128/2012 | 04127232/0001-66 | 23/07/12 | 22/07/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 8 | O | 129/2012 | 04127232/0001-66 | 23/07/12 | 22/07/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 8 | O | 130/2012 | 04127232/0001-66 | 23/07/12 | 22/07/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 8 | O | 131/2012 | 04127232/0001-66 | 23/07/12 | 22/07/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 8 | O | 132/2012 | 04127232/0001-66 | 23/07/12 | 22/07/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 7 | O | 203/2012 | 71208516/0001-74 | 03/09/12 | 02/09/13 | | | | | | | A |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194042** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0068-33** | | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| *Ano do Contrato* | *Área* | *Natureza* | *Identificação do Contrato* | *Empresa Contratada (CNPJ)* | *Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas* | | *Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados* | | | | | | *Sit.* |
| | | | | | | | *F* | | *M* | | *S* | | |
| | | | | | *Início* | *Fim* | *P* | *C* | *P* | *C* | *P* | *C* | |
| 2010 | 11 | O | 197/2010 | 10836886/0001-61 | 06/09/10 | 05/09/12 | | | | | | | E |
| 2012 | 8 | O | 066/2012 | 04918982/0001-56 | 14/05/12 | 13/05/13 | | | | | | | A |
| ***Observações:*** | | | | | | | | | | | | | |

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Médio Purus** | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194085** | | | | **CNPJ: 00.059.311/0050-04** | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | |
| *Ano do Contrato* | *Área* | *Natureza* | *Identificação do Contrato* | *Empresa Contratada (CNPJ)* | *Período Contratual de Execução das Atividades* | *Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados* | | | *Sit.* |
| | | | | | | *F* | *M* | *S* | |

| | | | | | *Contratadas* | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| | | | NÃO TEM | | | | | | | | | | |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Interior Sul** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194061** | | | | | **CNPJ: 00.059.311/0059-42** | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| ***Ano do Contrato*** | ***Área*** | ***Natureza*** | ***Identificação do Contrato*** | ***Empresa Contratada (CNPJ)*** | ***Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas*** | | ***Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados*** | | | | | | ***Sit.*** |
| | | | | | | | ***F*** | | ***M*** | | ***S*** | | |
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| 2008 | 11 | O | 284/2008 | 79283065/0001-41 | 21/01/09 | 20/01/12 | | | | | | | E |
| 2011 | 8 | O | 172/2011 | 00976102/0001-47 | 16/11/11 | 15/11/12 | | | | | | | E |
| 2013 | 8 | O | 017/2013 | 47866934/0001-74 | 03/01/13 | 02/01/14 | | | | | | | A |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Maranhão** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194074** | | | | | **CNPJ: 00.059.311/0057-80** | | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | | | F | | M | | S | | |
| | | | | | Início | Fim | P | C | P | C | P | C | |
| 2008 | 11 | O | 286/2008 | 06234467/0001-82 | 23/01/09 | 22/01/13 | | | | | | | P |
| 2010 | 11 | O | 006/2010 | 06234467/0001-82 | 22/02/10 | 21/02/13 | | | | | | | P |
| 2010 | 8 | O | 102/2010 | 00975911/0001-34 | 30/06/10 | 29/06/13 | | | | | | | P |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2010 | 1 | O | 226/2010 | 11029232/0001-99 | 04/11/10 | 03/11/13 | | | | | | | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Nordeste I** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194077** | | | | | **CNPJ: 00.059.311/0046-28** | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| ***Ano do Contrato*** | ***Área*** | ***Natureza*** | ***Identificação do Contrato*** | ***Empresa Contratada (CNPJ)*** | ***Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas*** | | ***Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados*** | | | | | | ***Sit.*** |
| | | | | | | | ***F*** | | ***M*** | | ***S*** | | |
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| | | | NÃO TEM | | | | | | | | | | |
| ***Observações:*** | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Coordenação Regional Ponta Porá** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 194085** | | | | | **CNPJ:00.059.311/0050-04** | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| ***Ano do Contrato*** | ***Área*** | ***Natureza*** | ***Identificação do Contrato*** | ***Empresa Contratada (CNPJ)*** | ***Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas*** | | ***Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados*** | | | | | | ***Sit.*** |
| | | | | | | | ***F*** | | ***M*** | | ***S*** | | |
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| 2011 | 2 | O | 015/2011 | 07223558/0001-85 | 09/02/11 | 08/02/13 | | | | | | | P |
| ***Observações:*** | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** |
|---|
| **Nome: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES** |

| UG/Gestão: 194035 | | | | CNPJ:00.059.311/0001-26 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *Informações sobre os Contratos* | | | | | | | | | | | | |
| *Ano do Contrato* | *Área* | *Natureza* | *Identificação do Contrato* | *Empresa Contratada (CNPJ)* | *Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas* | | *Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados* | | | | | | *Sit.* |
| | | | | | | | *F* | | *M* | | *S* | | |
| | | | | | *Início* | *Fim* | *P* | *C* | *P* | *C* | *P* | *C* | |
| 2007 | 7 | O | 001/2007 | 33530486/0001-29 | 26/01/07 | 24/01/12 | | | | | | | E |
| 2007 | 7 | O | 004/2007 | 76535764/0001-43 | 13/02/07 | 2/2/2012 | | | | | | | E |
| 2007 | 11 | O | 191/2007 | 06948355/0001-93 | 20/12/07 | 17/06/12 | | | | | | | E |
| 2008 | 8 | O | 022/2008 | 01601285/0001-89 | 16/04/08 | 15/04/12 | | | | | | | E |
| 2008 | 7 | O | 024/2008 | 06119899/0001-42 | 24/06/08 | 23/06/13 | | | | | | | P |
| 2008 | 8 | O | 098/2008 | 05926726/0001-73 | 15/08/08 | 14/08/13 | | | | | | | P |
| 2008 | 7 | O | 248/2008 | 26420687/0001-08 | 02/01/09 | 01/01/14 | | | | | | | P |
| 2009 | 7 | O | 092/2009 | 03420926/0011-04 | 09/06/09 | 08/06/13 | | | | | | | P |
| 2009 | 9 | O | 115/2009 | 02895841/0001-30 | 13/07/09 | 13/03/13 | | | | | | | P |
| 2009 | 8 | O | 220/2009 | 01514533/0001-54 | 29/09/09 | 28/09/13 | | | | | | | P |
| 2009 | 12 | O | 287/2009 | 07666203/0001-60 | 19/11/09 | 18/11/12 | | | | | | | E |
| 2010 | 7 | O | 029/2010 | 01685903/0001-16 | 28/01/10 | 27/01/14 | | | | | | | P |
| 2010 | 6 | O | 205/2010 | 03462349/0001-33 | 18/10/10 | 17/10/13 | | | | | | | P |
| 2011 | 7 | O | 214/2011 | 02421421/0001-11 | 19/12/11 | 18/12/13 | | | | | | | P |
| 2012 | 7 | O | 022/2012 | 76535764/0001-43 | 01/03/12 | 28/02/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 5 | O | 048/2012 | 06090065/0001-51 | 17/05/12 | 16/05/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 2 | O | 050/2012 | 03557312/0001-99 | 04/06/12 | 03/06/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 4 | O | 078/2012 | 11135051/0001-47 | 14/06/12 | 09/08/12 | | | | | | | E |
| 2012 | 2 | O | 186/2012 | 01757138/0001-00 | 22/10/12 | 21/10/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 2 | O | 187/2012 | 01588672/0001-22 | 22/10/12 | 21/10/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 2 | O | 253/2012 | 10692684/0001-93 | 03/12/12 | 02/12/13 | | | | | | | A |
| 2012 | 2 | O | 263/2012 | 01588672/0001-22 | 06/12/12 | 05/12/13 | | | | | | | A |
| *Observações:* | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | |
|---|---|
| **Nome: DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT** | |
| **UG/Gestão: 194151** | **CNPJ:00.059.311-0001-26** |

| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano do Contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas** | | **Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| | | | NÃO TEM | | | | | | | | | | |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

| **Unidade Contratante** | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: DIRETORIA DE PROMOÇÃO AOS DIREITOA SUSTENTÁVEL - DPDS** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão:** | | | | **CNPJ:** | | | | | | | | | |
| ***Informações sobre os Contratos*** | | | | | | | | | | | | | |
| ***Ano do Contrato*** | ***Área*** | ***Natureza*** | ***Identificação do Contrato*** | ***Empresa Contratada (CNPJ)*** | ***Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas*** | | ***Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados*** | | | | | | ***Sit.*** |
| | | | | | | | ***F*** | | ***M*** | | ***S*** | | |
| | | | | | ***Início*** | ***Fim*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | ***P*** | ***C*** | |
| | | | ***NÃO TEM*** | | | | | | | | | | |
| ***Observações:*** | | | | | | | | | | | | | |

***Fonte:SIASG***

**LEGENDA**

Área:

13. Segurança;
14. Transportes;
15. Informática;
16. Copeiragem;
17. Recepção;
18. Reprografia;
19. Telecomunicações;
20. Manutenção de bens móvies
21. Manutenção de bens imóveis

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

22. Brigadistas
23. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
24. Outras

***Fonte:SIASG***

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 6.2.6.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R$ 1,00) |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| **1. Nível superior** | | | | | 549.825,45 |
| 1.1 Área Fim | 108 | 106 | 113 | 105 | |
| 1.2 Área Meio | 105 | 101 | 101 | 109 | |
| **2. Nível Médio** | | | | | 716.280,21 |
| 2.1 Área Fim | 294 | 337 | 321 | 299 | |
| 2.2 Área Meio | 150 | 167 | 148 | 143 | |
| **3. Total (1+2)** | 657 | 711 | 683 | 656 | 1.266.105,66 |

***Fonte: SECA/DAGES***

## 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

## 7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

| **Grupo III - Transporte Institucional (Veículo Próprio)** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **UG** | **Quantidade** | **Idade Média/ Anos** | **Km** | **Gastos com Combustível** | **Gastos com Manutenção** |
| 194035 - Sede | 1 | 4 | 27.200 | R$ 6.114,24 | R$ 164,00 |
| **Total** | 1 | 4 | 27.200 | - | - |

| **Grupo IV - Serviços Comuns (Veículos Próprios)** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **UG** | **Quantidade** | **Idade Média/ Anos** | **Km/Média** | **Gastos com Combustível** | **Gastos com Manutenção** |
| 194035 - Sede | *13* | *4* | *126.809* | *R$ 47.746.76* | *R$ 70.344,76* |
| 194011 - Baixo Tocantins | *23* | *5* | *288.000* | *R$ 24.924,84* | *R$ 35.990,34* |
| 194007 - Vale do Javari | *2* | *20* | *12.350* | *R$ 146.443,06* | *R$1.540,00* |
| 194042 - Ribeirão Cascalheira | *12* | *6* | *303.000* | *R$ 7.902,01* | *R$ 48.514,57* |
| 194027 - Passo Fundo | *53* | *4* | *420.000* | *R$ 237.635,70* | *R$ 109.521,94* |
| 194085 - Ponta Porã | *15* | *2,27* | *225.000* | *R$ 77.113,02* | *R$ 64.947,84* |
| 194018 - Baixo São Francisco | *25* | *9* | *27.148* | *R$ 128.908,44* | *R$94.480,77* |
| 194019 - Regional MG e ES | *37* | *0* | *28.000* | *R$ 40.231,34* | *R$ 35.557,04* |
| 194048 - Médio Purus | *4* | *6,25* | *0* | *R$ 317.795,74* | *R$ 5.075,00* |
| 194036 - Norte do MT | *13* | *0* | *0* | *R$ 122.729,74* | *R$ 84.732,24* |
| 194061 – Interior Sul | *72* | *9* | *546.250* | *R$ 217.606,00* | *R$ 269.823,67* |
| 194031 – Xingu | *8* | *6* | *320.000* | *R$ 186.192,62* | *R$ 30192,62* |
| 194074 – Maranhão | *16* | *6* | *20.000* | *R$ 123.085,20* | *R$ 98.115,90* |
| 194029 - Xavante | *204* | *9* | | *R$ 106.176,20* | *R$ 131.644,91* |
| 194077 – Nordeste I | *16* | *9* | *15.000* | *R$ 34.165,61* | *R$ 2.887,00* |
| **Total** | ***197*** | ***56,52*** | ***1.430.307*** | ***R$ 533.551,74*** | ***R$ 422.658,24*** |

* Os valores dos gastos foram extraídos do SIAFI

** Mantida a informação da CR, porquanto os dados do SIAFI são bastante inferiores aos valores informados pela unidade gestora.

*** Não recebi os dados da frota de veículos da CR Nordeste I

| **Frota de Veículos Automotores Contratados de Terceiros** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **UG** | **CNPJ / Nome** | **Tipo de Licitação** | **Nº do Contrato/ Vigência** | **Valor do Contrato** | **Valores pagos até o exercício de referência do Relatório** | **Quantidade** | **Idade Média/Ano** | **Gastos com Combustível** | **Gastos com Manutenção** |
| *194027 - Passo Fundo* | *07.324.689/0001-59 DMR Projetos* | *Pregão Eletrônico* | *248/2011 10/01/2014* | *R$ 57.500,00* | *R$ 31.311,26* | *1* | 5 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| | *02.579.062/0001-25 Viagens Chapecó Ltda* | *Pregão Eletrônico* | *247/2011 25/12/2013* | *R$ 36.450,00* | *R$ 32.449,78* | *1* | 5 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| | *90.020.389/0001-20 Fabiano Veículos Ltda* | *Pregão Eletrônico* | *140/2010 10/08/2013* | *R$ 93.880,00* | *R$ 80.255,48* | *4* | 3 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| *194018 - Baixo São Francisco ** | *05.892.244/0001-40 Empresa Sandes Gomes Locações Ltda* | *Pregão Eletrônico* | *196/2012 31/12/2012* | *R$ 55.424,09* | *R$ 0,00* | *2* | 2 | - | - |
| *194036 - Norte do Mato Grosso ** | *02.910.474/0001-04 Marcos A. da Silva* | - | *134/2012* | - | - | *9* | - | - | - |
| *194011 – Baixo Tocantins* | *09.552.699/0001-77 Kl Representações E Prestações de Serviços Ltda -ME* | *Pregão Eletrônico/SRP* | *107/2012 20/09/2013* | *R$ 103.460,00* | *R$ 16.530,87* | *2* | 2 | - | - |
| *194074 – Maranhão* | *07.546.978/0001-00 Geraldo Araújo Oliveira Júnior ME* | *Pregão Eletrônico* | *364/2010 12/12/2013* | *R$ 788.382,00* | | | | | |
| | *03.569.276/0001-01 Imperatriz Veículo e Locadora Ltda* | *Pregão Eletrônico* | *369/2010 13/12/2013* | *R$ 465.000,00* | | | | | |
| *194029 - Xavante* | *07.324.689/0001-59 MJ de Carvalho Locadora* | *Pregão Eletrônico* | *074/2012 24/06/2013* | *R$ 338.367,99* | *R$ 270.356,58* | *11* | 2 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| ***Total*** | | | | *R$ 346.714,09* | *R$ 160.547,39* | *19* | *17* | - | - |

**Análise Crítica:**

**1.** Constam consolidadas nas planilhas acima informações sobre gestão de frota de veículos, consoante prestadas pelo Serviço de Transporte/Coordenação de Administração e Logística referente à frota sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme Unidades Gestoras discriminadas.

**INFORMAÇÕES SOLICITADAS NAS ALÍNEAS "A", "B", "G", "H", "I" referentes à frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada:**

**a) Legislação que regulamenta a forma de constituição e utilização da frota:**

Instrução Normativa nº.03/2008/SLTI/MPOG.

Não há na Fundação Nacional do Índio norma interna que regulamente o uso da frota de veículos

**b) Importância e impacto da frota:**

A Fundação Nacional do Índio mantém frota de veículo própria desde a sua criação, considerando a sua missão de atendimento às comunidades indígenas. A frota é utilizada nos serviços administrativos em geral e nas suas atividades finalísticas com viagens de servidores a localidades de difícil acesso, aldeias indígenas, sem atendimento por linhas convencionais de transporte urbano e interestadual.

Assim a manutenção de frota própria para atendimento às comunidades indígenas é de grande relevância, haja vista a localização geográfica das unidades gestoras, com grandes distâncias das terras indígenas ou na proximidade de áreas de fronteiras, locais não atendidos por outros meios de transporte comercial, inclusive em localidades nas quais não há atendimento de empresas de locação de veículos, porquanto as estradas são de difícil trafego.

**g) Plano de Substituição da frota:**

A FUNAI vem substituindo a frota, dentro da meta de modernização e reestruturação da FUNAI, adquirindo veículos novos, mais econômicos e procedendo a baixa daqueles inservíveis e cujos custos de manutenção ou recuperação são inviáveis.

**h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação:**

Em razão da economicidade, considerando que a manutenção da frota atual é mais viável do que a locação, haja vista a sua utilização, em alguns casos, com grandes distâncias a serem a serem percorridas, trânsito diário a terras indígenas, cujas estradas não são pavimentadas, o que aumenta em muito o custo da locação. Em algumas localidades não há empresas de locação de veículos, não se mostrando viável em face das dificuldades operacionais relativas à troca de veículos e reposição de peças quando necessário. Também, há falta de interesse das empresas, em contratar com a FUNAI, considerando o atendimento em áreas de difícil acesso e terras indígenas.

Somente em casos especiais, quando há necessidade de serviço, que exija muitas viaturas tracionadas para Grupos de Trabalhos de demarcação de terras indígenas ou operações de extrusão.

**i) Estrutura de controles para assegurar uma prestação mais eficiente do serviço de transporte:**

O controle na prestação dos serviços e despesas com manutenção dos veículos desta Sede é realizado na Coordenação de Administração e Logística, por meio do Serviço de Transporte, o qual mantém planilha de acompanhamento e controle da frota de veículos, de tráfego, de consumo, de manutenção e autoriza as requisições de uso dos veículos.

## 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 7.2.1.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2012 | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL | **DISTRITO FEDERAL** | **06** | **06** |
| | Brasília | 06 | 06 |
| | **PARÁ** | **13** | **13** |
| | Marabá | 02 | 02 |
| | Tucurui | 02 | 02 |
| | Bom Jesus do Tocantins | 02 | 02 |
| | Moju | 01 | 01 |
| | São Domingos do Araguaia | 02 | 02 |
| | Paragominas | 02 | 02 |
| | Parauapebas | 02 | 02 |
| | **MATO GROSSO DO SUL** | **01** | **00** |
| | Tacuru | 01 | 00 |
| | **ALAGOAS** | **14** | **14** |
| | Maceió | 01 | 01 |
| | Água Branca | 01 | 01 |
| | Campo Grande | 02 | 02 |
| | Joaquim Gomes | 01 | 01 |
| | Porto Real do Colégio | 01 | 01 |
| | São Brás | 01 | 01 |
| | São Sebastião | 06 | 06 |
| | Traipu | 01 | 01 |
| | **SANTA CATARINA** | **08** | **08** |
| | Chapecó | 03 | 03 |
| | Imarui | 01 | 01 |
| | Porto União | 01 | 01 |
| | Seara | 01 | 01 |
| | Abelardo Luz | 02 | 02 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | **PARANA** | **13** | **13** |
| | Ramilandia | 01 | 01 |
| | Abatia | 01 | 01 |
| | Inacio Martins | 01 | 01 |
| | Laranjeiras Do Sul | 01 | 01 |
| | Londrina | 01 | 01 |
| | Manoel Ribas | 01 | 01 |
| | Ortigueira | 02 | 02 |
| | Palmas | 01 | 01 |
| | Pitanga | 01 | 01 |
| | Santa Amélia | 01 | 01 |
| | São Jerônimo Da Serra | 02 | 02 |
| | **BAHIA -** | **12** | **12** |
| | Muquém de São Francisco (Tuxá e Kiriri) | 02 | 02 |
| | Banzaê (Tuxá) | 01 | 01 |
| | Barreiras (Kiriri) | 01 | 01 |
| | Euclides da Cunha (Kaimbé) | 01 | 01 |
| | Glória (Pankararé, Kantaruré, Brejo do Burgo) | 03 | 03 |
| | Ibotirama (Tuxá) | 01 | 01 |
| | Paulo Afonso (Brejo do Burgo) | 01 | 01 |
| | Ribeira do Pombal (Kiriri) | 01 | 01 |
| | Rodelas (Brejo do Burgo) | 01 | 01 |
| | **PERNAMBUCO** | **15** | **15** |
| | Jatobá ( Pankararu e Entre Serras) UG 194018 | 02 | 02 |
| | Cabrobó (Truká) UG 194018 | 01 | 01 |
| | Petrolândia (Pankararu e Entre Serras) UG 194018 | 02 | 02 |
| | Tacaratu (Pankararu e Entre Serras) UG 194018 | 02 | 02 |
| | Carnaubeira da Penha UG 194018 | 01 | 01 |
| | Buique UG 194077 | 01 | 01 |
| | Floresta UG 194077 | 01 | 01 |
| | Ibimirim UG 194077 | 01 | 01 |
| | Inajá UG 194077 | 01 | 01 |
| | Pesqueira UG 194077 | 02 | 02 |
| | Recife UG 194077 | 01 | 01 |
| | **SERGIPE** | **01** | **01** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Porto da Folha | 01 | 01 |
| | **RIO GRANDE DO SUL** | **24** | **24** |
| | Benjamin Constant do Sul | 01 | 01 |
| | Caraa | 02 | 02 |
| | Maquine | 02 | 02 |
| | Muliterno | 01 | 01 |
| | Gramado dos Loureiros | 01 | 01 |
| | Trindade do Sul | 01 | 01 |
| | Riozinho | 01 | 01 |
| | Erebango | 01 | 01 |
| | Cacique Doublé | 01 | 01 |
| | Camaquã | 01 | 01 |
| | Ibiraiaras | 01 | 01 |
| | Iraí | 01 | 01 |
| | Liberato Sauzano | 01 | 01 |
| | Nonoai | 01 | 01 |
| | Planalto | 01 | 01 |
| | Santo Augusto | 01 | 01 |
| | São Valentim | 01 | 01 |
| | Tapejara | 02 | 02 |
| | Tenente Portela | 01 | 01 |
| | Palmares do Sul | 01 | 01 |
| | Salto do Jacuí | 01 | 01 |
| | **MINAS GERAIS** | **11** | **11** |
| | Bertópolis | 01 | 01 |
| | Caldas | 01 | 01 |
| | Carmésia | 01 | 01 |
| | Itacarambi | 02 | 02 |
| | Resplendor | 01 | 01 |
| | São João das Missões | 01 | 01 |
| | Senhora do Porto | 01 | 01 |
| | Teófilo Otoni | 03 | 03 |
| | **ESPÍRITO SANTO** | **04** | **04** |
| | Aracruz – ES | 04 | 04 |
| | **AMAZONAS** | **02** | **01** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Atalaia do Norte | 01 | 01 |
| | Eirunepé | 01 | 00 |
| | **MATO GROSSO** | **13** | **13** |
| | Água Boa | 02 | 02 |
| | Barra do Garças | 01 | 01 |
| | Campinápolis | 02 | 02 |
| | Canarana | 01 | 01 |
| | General Carneiro | 01 | 01 |
| | Nova Xavantina | 01 | 01 |
| | Novo São Joaquim | 02 | 02 |
| | Paranatinga | 01 | 01 |
| | Poxoréo | 01 | 01 |
| | Ribeirão Cascalheira | 01 | 01 |
| | **MARANHÃO** | 04 | 04 |
| | Imperatriz | 01 | 01 |
| | Santa Inês | 01 | 01 |
| | Barra do Corda | 01 | 01 |
| | **TOTAL BRASIL** | **137** | **135** |

***Análise crítica:***

1. Constam consolidadas no QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme segue:

UG 194011 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) – UF: PARÁ
UG 194018 - COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO – UF: BAHIA e PERNAMBUCO
UG 194019 - COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – UF: MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO
UG 194027 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UF: RIO GRANDE DO SUL
UG 194061 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL – UF: PARANÁ E SANTA CATARINA
UG 194077 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I – UF: ALAGOAS, SERGIPE e PERNAMBUCO
UG 194085 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ – UF: MATO GROSSO DO SUL
UG 194007 - COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI – UF: AMAZONAS.
UG 194029 – COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE – UF: MATO GROSSO
UG 194074 – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO – UF: MARANHÃO

*2. A COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS/**UG 194048** informou o seguinte:* "A UJ tem dois imóveis sob sua responsabilidade: um imóvel medindo 900m² no município de Lábrea – AM e outro imóvel medindo 900m² no município de Pauini – AM. Estes imóveis não estão regularizados, por isso não foram objeto do preenchimento dos quadros anteriores. O primeiro foi doado pela Prefeitura de Lábrea – AM, mas a FUNAI nunca buscou regularizar a situação do imóvel. Desde 2012 a atual gestão está procedendo os trâmites devidos para sanar a situação documental do imóvel. O segundo imóvel foi doado pela Prefeitura de Pauini – AM, os documentos foram tirados em nome da FUNAI, quando estava sob jurisdição da AER Rio Branco. A CTL de Pauini só passou para a jurisdição da CR Médio Purus em outubro de 2011, mas os documentos do terreno não foram encontrados. O Chefe da CTL está procedendo os trâmites para obtenção da segunda via destes documentos. Ou seja, nenhum dos dois imóveis está em situação regular e, por isso, ainda não foram inscritos no SPU para obtenção do RIP."

2. As COORDENAÇÕES REGIONAIS DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/**UG – 194042,** NORTE DE MATO GROSSO/**UG – 194036** e XINGU – **194031** informaram não deter imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade.

## 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 7.2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2012 | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL | **DISTRITO FEDERAL** | **02** | **01** |
| | Brasília | 02 | 01 |
| | **RIO GRANDE DO SUL** | **03** | **03** |
| | Passo Fundo | 01 | 01 |
| | Tapejara | 01 | 01 |
| | Nonoai | 01 | 01 |
| | **MATO GROSSO** | **12** | **10** |
| | Canarana – UG 194031 | 01 | 01 |
| | Colider - UG 194036 | 01 | 00 |
| | Guarantã do Norte - UG 194036 | 01 | 00 |
| | Ribeirão Cascalheira - UG 194042 | 01 | 01 |
| | Água Boa – UG 194029 | 01 | 01 |
| | Barra do Garças – UG 194029 | 01 | 01 |
| | Campinápolis – UG 194029 | 02 | 02 |
| | Nova Xavantiva – UG 194029 | 03 | 03 |
| | Primavera do Leste – UG 194029 | 01 | 01 |
| | **MATO GROSSO DO SUL** | **03** | **03** |
| | Ponta Porã | 02 | 02 |
| | Amambai | 01 | 01 |
| | **PARANA** | **04** | **04** |
| | Guaíra | 01 | 01 |
| | Guarapuava | 01 | 01 |
| | Curitiba | 01 | 01 |
| | Londrina | 01 | 01 |
| | **PERNAMBUCO** | **01** | **01** |
| | Cabrobó | 01 | 01 |
| | **BAHIA** | **05** | **05** |
| | Euclides da Cunha | 01 | 01 |
| | Paulo Afonso | 01 | 01 |
| | Ibotirama | 01 | 01 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Abaré | 01 | 01 |
| | Glória | 01 | 01 |
| | **MINAS GERAIS** | **06** | **01** |
| | Governador Valadares - MG | 01 | 01 |
| | Santa Helena de Minas - MG | 01 | 00 |
| | Teófilo Otoni – MG | 01 | 00 |
| | Resplendor – MG | 01 | 00 |
| | Carmésia – MG | 01 | 00 |
| | São João das Missões - MG | 01 | 00 |
| | **ESPIRÍTO SANTO** | **01** | **00** |
| | Aracruz | 01 | 00 |
| | **MARANHÃO** | **01** | **01** |
| | Jenipapo dos Vieiras | 01 | 01 |
| **Total Brasil** | | **38** | **29** |
| **Fonte:** Serviço de Patrimônio da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Administração e Gestão da FUNAI e Unidades Gestoras. | | | |

***Análise crítica:***

1. Constam consolidadas no QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme segue:
UG 194018 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PAULO AFONSO – UF: BAHIA e PERNAMBUCO
UG 194019 - COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – UF: MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO
UG 194027 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UF: RIO GRANDE DO SUL
UG 194061 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL – UF: PARANÁ E SANTA CATARINA
UG 194085 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ – UF: MATO GROSSO DO SUL
UG 194042 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – UF: MATO GROSSO
UG 194036 – COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO – UF: MATO GROSSO
UG 194029 – COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE – UF: MATO GROSSO
UG 194074 – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO – UF: MARANHÃO
UG 194031 – COORDENAÇÃO REGIONAL XINGU – UF: MATO GROSSO

2. As Coordenações Regionais/Unidades Gestoras a seguir listadas não informaram imóveis locados de terceiros.

UG 194048 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS – UF: AMAZONAS.
UG 194007 - COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI – UF: AMAZONAS.
UG 194011 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS – UF: PARÁ.
UG 194077 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I – UF: ALAGOAS.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO 7.2.3.1 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção |
| 194007 | - | 5 | 5 | | | 250.000,00 | | 4.500,00 |
| 194007 | - | 12 | 5 | | | 100.000,00 | | |
| 194011 | - | 21 | 4 | | | | | |
| 194011 | - | 22 | 4 | | | | | |
| 194011 | - | 21 | 3 | | | | | |
| 194011 | - | 21 | 8 | | | | | |
| 194011 | - | 22 | 5 | | | | | |
| 194011 | - | 22 | 3 | | | | | |
| 194011 | - | 22 | 5 | | | | | |
| 194011 | - | 23 | 5 | | | | | |
| 194011 | - | 23 | 5 | | | | | |
| 194011 | - | 21 | 5 | | | | | |
| 194011 | - | 23 | 3 | | | | | |
| 194011 | - | 21 | 4 | | | | | |
| 194011 | - | 21 | 5 | | | | | |
| 194011 | - | 21 | 5 | | | | | |
| 194018 | 3005.00008.500-3 | 22 | 3 | | 30/05/2012 | 456.133,05 | | |
| 194018 | 3261.00001.500-9 | 22 | 3 | | 30/05/2012 | 1.004.028,66 | | |
| 194018 | 3363.00020.500-5 | 22 | 3 | | 10/10/2012 | 519.876,00 | | |
| 194018 | 3513.00019.500-6 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 5.014.875,94 | | |
| 194018 | 3527.00004.500-4 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 76.005.357,14 | | |
| 194018 | 3527.00005.500-0 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 4.652.863,89 | | |
| 194018 | 3527.00006.500-5 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 14.239.359,47 | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 194018 | 3565.00003.500-1 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 2.817.492,52 | | |
| 194018 | 3781.00084.500-8 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 2.040.859,47 | | |
| 194018 | 3833.00006.500-9 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 29.829.530,45 | | |
| 194018 | 3843.00001.500-9 | 22 | 3 | | 31/05/2012 | 29.750.436,32 | | |
| 194018 | 0550.00003.500-7 | 22 | 3 | | 26/11/2010 | 159.050,98 | | |
| 194018 | 0550.00005.500-8 | 22 | 3 | | 06/06/2012 | 5.181.660,41 | | |
| 194018 | 2359.00003.500-9 | 22 | 3 | | 06/06/2012 | 1.465.067,19 | | |
| 194018 | 2519.00033.500-6 | 22 | 3 | | 26/11/2010 | 23.692,72 | | |
| 194018 | 2519.00037.500-8 | 22 | 3 | | 06/06/2012 | 2.106.061,94 | | |
| 194018 | 2595.00002.500-2 | 22 | 3 | | 06/06/2012 | 2.304.676,49 | | |
| 194018 | 2595.00003.500-8 | 22 | 3 | | 06/06/2012 | 4.679.077,65 | | |
| 194018 | 2635.00002.500-5 | 22 | 3 | | 24/09/2012 | 39.096.454,32 | | |
| 194019 | 0718.00001.500-5 | 22 | 3 | 10.026.885,30 | 27/092012 | 10.026.885,30 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 4131.00003.500-7 | 22 | 3 | 15.386.448,51 | 27-09-2012 | 15.386.448,51 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 4205.00002.500-9 | 22 | 3 | 1.313.000,00 | 27-09-2012 | 1.404.281,66 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 4275.00002.500-0 | 22 | 3 | 18.992.047,80 | 27-09-2012 | 18.992.047,80 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 4641.00004.500-1 | 22 | 3 | 143.886.265,02 | 27-09-2012 | 143.886.265,02 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 4641.00005.500-7 | 22 | 3 | 352.753,65 | 27-09-2012 | 352.753,65 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5085.00010.500-3 | 22 | 3 | 21.007.085,32 | 27-09-2012 | 21.007.085,32 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5321.00002.500-2 | 22 | 3 | 542.730,76 | 27-09-2012 | 542.730,76 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5371.00034.500-3 | 22 | 3 | 2.927.232,00 | 27-09-2012 | 3.105.625,33 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5371.00037.500-0 | 22 | 3 | 421.606,28 | 27-09-2012 | 600.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5371.00039.500-0 | 22 | 3 | 3.394.672,40 | 27-09-2012 | 3.486.508,32 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5611.00012.500-9 | 22 | 5 | 15.133.145,15 | 25-07-2012 | 15.133.145,15 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5611.00013.500-4 | 22 | 5 | 28.579.021,40 | 25-07-2012 | 28.579.021,40 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5611.00014.500-0 | 22 | 5 | 28.709.310,62 | 25-07-2012 | 28.709.310,62 | 0,00 | 0,00 |
| 194019 | 5611.00020.500-2 | 22 | 5 | 549.745,93 | 25-07-2012 | 549.745,93 | 0,00 | 0,00 |
| 194027 | 0958.00002.500-2 | 22 | 8 | 2.652.618,95 | 2010 | | | |
| 194027 | 0964.00001.500-1 | 22 | 8 | 294.422,00 | 2010 | | | |
| 194027 | 0964.00003.500-2 | 22 | 8 | 296.750,72 | 2010 | | | |
| 194027 | 5783.00001.500-2 | 22 | 8 | 696.203,00 | 2010 | | | |
| 194027 | 5783.00003.500-3 | 22 | 8 | 74.874,28 | 2010 | | | |
| 194027 | 5935.00002.500-0 | 22 | 8 | 391.020,23 | 2010 | | | |
| 194027 | 0958.00002.500-2 | 22 | 8 | 2.652.618,95 | 2010 | | | |
| 194027 | 5949.00001.500-5 | 22 | 8 | 873.044,22 | 2010 | | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 194027 | 7325.00001.500-0 | 22 | 8 | 69.623,49 | 2010 | | | |
| 194027 | 7353.00001.500-6 | 22 | 8 | 125.986,00 | 2010 | | | |
| 194027 | 8417.00001.500-1 | 22 | 8 | 7.229.895,05 | 2010 | | | |
| 194027 | 8563.00003.500-2 | 22 | 8 | 3.080.162,02 | 2010 | | | |
| 194027 | 8569.00008.500-9 | 22 | 8 | 1.296.543,50 | 2010 | | | |
| 194027 | 8699.00003.500-0 | 22 | 8 | 368.573,70 | 2010 | | | |
| 194027 | 8711.00003.500-2 | 22 | 8 | 153.703,24 | 2010 | | | |
| 194027 | 8733.00001.500-2 | 22 | 8 | 2.872.781,98 | 2010 | | | |
| 194027 | 8797.00006.500-6 | 22 | 8 | 913.678,98 | 2010 | | | |
| 194027 | 8859.00003.500-3 | 22 | 8 | 2.925.263,25 | 2010 | | | |
| 194027 | 8897.00003.500-6 | 22 | 8 | 569.551,43 | 2010 | | | |
| 194027 | 8921.00005.500-3 | 22 | 8 | 4.872.622,42 | 2010 | | | |
| 194027 | 8921.00006.500-9 | 22 | 8 | 568.427,04 | 2010 | | | |
| 194027 | 8931.00003.500-0 | 22 | 8 | 19.319.163,12 | 2010 | | | |
| 194027 | 8967.00002.500-5 | 22 | 8 | 30.066,00 | 2010 | | | |
| 194027 | 8975.00001.500-0 | 22 | 8 | 173.939,00 | 2010 | | | |
| 194035 | 9701.22153.500-6 | 15 | 3 | | 08/02/2012 | R$ 921.000,00 | | |
| 194035 | 9701.17767.500-6 | 15 | 3 | | 08/02/2012 | R$ 918.000,00 | | |
| 194035 | 9701.22146.500-8 | 15 | 3 | | 08/02/2012 | R$ 1.295.000,08 | | |
| 194035 | 9701.17667.500-2 | 21 | 3 | R$ 10.000.000,00 | 18/12/2012 | R$ 14.135.000,00 | | |
| 194035 | 9701.22180.500-3 | 21 | 3 | | 28/12/2012 | R$ 13.700.000,00 | | |
| 194035 | 9701.19562.500-7 | 21 | 3 | R$10.764.000,00 | 10/01/2013 | R$ 13.124.000,00 | | |
| 194036 | ** | | | | | | | |
| 194042 | ** | | | | | | | |
| 194048 | *** | 12 | 3 | | | | | |
| 194061 | 8141.00004.500-1 | 22 | 2 | 53.720,65 | 21/10/2010 | 53.720,65 | | |
| 194061 | 7401.00003.500-0 | 22 | 2 | 380.998,16 | 21/10/2010 | 380.998,16 | | |
| 194061 | 7599.00003.500-8 | 22 | 2 | 1.020.504,75 | 21/10/2010 | 1.020.504,75 | | |
| 194061 | 7659.00021.500-3 | 22 | 2 | 29.201.803,88 | 21/10/2010 | 29.201.803,88 | | |
| 194061 | 7681.00004.500-7 | 22 | 2 | 5.810.595,80 | 21/10/2010 | 5.810.595,80 | | |
| 194061 | 7727.00010.500-1 | 22 | 2 | 5.142.629,52 | 21/10/2010 | 5.142.629,52 | | |
| 194061 | 7727.00011.500-7 | 22 | 2 | 1.436.823,27 | 21/10/2010 | 1.436.823,27 | | |
| 194061 | 7771.00011.500-4 | 22 | 2 | 5.314.755,60 | 21/10/2010 | 5.314.755,60 | | |
| 194061 | 7839.00004.500-9 | 22 | 2 | 322.217,75 | 21/10/2010 | 322.217,75 | | |
| 194061 | 7869.00008.500-2 | 22 | 2 | 6.469.245,31 | 21/10/2010 | 6.469.245,31 | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 194061 | 7869.00009.500-8 | 22 | 2 | 2.310.087,42 | 21/10/2010 | 2.310.087,42 | | |
| 194061 | 8081.00020.500-1 | 22 | 2 | 889.796,25 | 21/10/2010 | 889.798,25 | | |
| 194061 | 8001.00003.500-0 | 22 | 2 | 7.964.766,48 | 21/10/2010 | 7.964.766,48 | | |
| 194061 | 8267.00036,500-6 | 22 | 2 | 303.304,56 | 21/10/2010 | 303.304,56 | | |
| 194061 | 8345.00002.500-6 | 22 | 2 | 549.958,67 | 21/10/2012 | 549.958,67 | | |
| 194061 | 7667.00108.550-7 | 22 | 2 | 6.300.000,00 | 21/10/2012 | 6.300.000,00 | | |
| 194061 | 5527.00001.500-9 | 22 | 2 | 546.325,43 | 11/03/2008 | 546.325,43 | | |
| 194061 | 7733.00012.500-7 | 22 | 2 | 312.051,70 | 04/04/2011 | 312.051,70 | | |
| 194061 | 8001.00004.500-6 | 22 | 2 | 448.124,18 | 04/04/2011 | 448.124,18 | | |
| 194061 | 8081.00034.500-8 | 22 | 2 | 190.814,16 | 06/04/2011 | 190.814,16 | | |
| 194061 | 8081.00017.500-5 | 21 | 2 | 261.643,68 | 11/09/2012 | 261.643,68 | | |
| 194077 | 2701.00017.500-9 | 22 | 3 | 334.000,00 | | | | |
| 194077 | 2729.00003.500-2 | 22 | 3 | 1.330.000,00 | | | | 5.104,81 |
| 194077 | 2729.00005.500-3 | 22 | 3 | 1.410.000,00 | | | | |
| 194077 | 2775.00002.500-0 | 22 | 3 | 9.115.500,00 | | | | |
| 194077 | 2849.00007.500-5 | 22 | 3 | 823.781,59 | | | | |
| 194077 | 2863.00006.500-5 | 22 | 3 | 1.085.465,74 | | | | |
| 194077 | 2875.00007.500-4 | 22 | 3 | 494.000,00 | | | | |
| 194077 | 2875.00009.500-5 | 22 | 3 | 2.878.785,00 | | | | |
| 194077 | 2875.00011.500-6 | 22 | 3 | 268.282,37 | | | | |
| 194077 | 2875.00013.500-7 | 22 | 3 | 213.175,72 | | | | |
| 194077 | 2875.00015.500-8 | 22 | 3 | 1.595.192,50 | | | | |
| 194077 | 2875.00017.500-9 | 22 | 3 | 902.500,00 | | | | |
| 194077 | 2883.00009.500-6 | 22 | 3 | 482.015,16 | | | | |
| 194077 | - | 7 | 2 | | | | | |
| 194077 | 2355.00007.500-8 | 22 | 3 | 12.403.091,70 | | | | |
| 194077 | 2413.00019.500-4 | 22 | 3 | 16.107.117,84 | | | | |
| 194077 | 2431.00638.500-8 | 22 | 3 | 2.773.692,00 | | | | |
| 194077 | 2439.00004.500-6 | 22 | 3 | 5.354.813,10 | | | | |
| 194077 | 2517.00012.500-5 | 22 | 3 | 27.555.058,30 | | | | |
| 194077 | - | 22 | 3 | 587.786,16 | | | | |
| 194077 | 2531.00675.500-6 | 7 | 5 | 1.270.360,59 | | | | |
| 194077 | 3211.00004.500-9 | 22 | 3 | 21.405.510,81 | | | | |
| 194085 | 9815.00009.500-0 | 4 | 3 | 65.854,54 | | | | |

**Análise crítica:**
Constam consolidadas no **QUADRO A.7.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035. O Quadro foi preenchido de acordo com as informações prestadas pelas Unidades Gestoras.
(*) NÃO APRESENTARAM AS INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO as COORDENAÇÕES REGIONAIS DO MARANHÃO/UG 194074, XAVANTE/UG 194029 e XINGU/UG 194031.
(**) COORDENAÇÕES REGIONAIS NORTE DO MATO GROSSO/UG **194036** e RIBEIRÃO CASCALHEIRA/**UG – 194042** não informaram deter imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade.
(***) COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS/**UG 194048** informou o seguinte: "A UJ tem dois imóveis sob sua responsabilidade: um imóvel medindo 900m² no município de Lábrea – AM e outro imóvel medindo 900m² no município de Pauini – AM. Estes imóveis não estão regularizados, por isso não foram objeto do preenchimento dos quadros anteriores. O primeiro foi doado pela Prefeitura de Lábrea – AM, mas a FUNAI nunca buscou regularizar a situação do imóvel. Desde 2012 a atual gestão está procedendo os trâmites devidos para sanar a situação documental do imóvel. O segundo imóvel foi doado pela Prefeitura de Pauini – AM, os documentos foram tirados em nome da FUNAI, quando estava sob jurisdição da AER Rio Branco. A CTL de Pauini só passou para a jurisdição da CR Médio Purus em outubro de 2011, mas os documentos do terreno não foram encontrados. O Chefe da CTL está procedendo os trâmites para obtenção da segunda via destes documentos. Ou seja, nenhum dos dois imóveis está em situação regular e, por isso, ainda não foram inscritos no SPU para obtenção do RIP."
(-) A Unidade Gestora não apresentou informação referente ao RIP/SPIUNet. A Coordenação Regional do Baixo Tocantins – UG 194011 informa que o servidor responsável pelo levantamento patrimonial não possui a senha do SPIUNet.

## 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
## 8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO 8.1.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

| | Quesitos a seremavaliados |
|---|---|
| | **1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:** |
| | Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor. |
| | monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional. |
| | Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI. |
| | aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto. |
| X | aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa. |
| | aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional. |
| | aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição. |
| X | Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI. |
| X | Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI. |
| | Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI. |
| | **2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:** |
| | Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012. |
| | Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| | Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles. |
| X | Os indicadores e metas de TI são monitorados. |
| | Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas. |
| | Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição. |
| | **3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:** |
| | Auditoria de governança de TI. |
| | Auditoria de sistemas de informação. |
| | Auditoria de segurança da informação. |
| | Auditoria de contratos de TI. |
| | Auditoria de dados. |
| | Outra(s). Qual(is)? _____ |
| X | Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012. |
| | **4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:** |
| | A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente. |
| X | A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente. |
| X | A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio. |
| | A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores. |
| X | O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI. |
| | O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.). |

| | |
|---|---|
| X | O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição. |
| X | O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio. |
| | O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão. |
| | O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI. |
| X | O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____http://www.funai.gov.br/acessoinfo/Acesso.html_____ _____ |
| **5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:** | |
| | Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados. |
| X | Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição. |
| X | Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio. |
| **6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:** | |
| X | Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações). |
| | Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito). |
| | Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. |
| | Gestão dos incidentes de segurança da informação. |
| **7. Em relação às contratações de serviços de TI:**utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre | |
| ( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação. | |
| (4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação. | |
| ( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato. | |
| ( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos. | |
| ( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato. | |
| ( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos). | |
| **8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (**assinale apenas uma das opções abaixo) | |
| | O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada. |
| | Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada. |
| | A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov). |
| | A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov). |
| | A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| | A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| **9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?** | |
| | Entre 1 e 40%. |
| | Entre 41 e 60%. |
| | Acima de 60%. |
| X | Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov). |
| **Comentários** | |
| Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário. | |
| | |

### 8.1.2 Análise Crítica

As aquisições e contratações realizadas em 2012 tiveram por objetivo prover meios físicos e lógicos para dar suporte à própria Sede da FUNAI e as suas Coordenações Regionais. Houve a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da FUNAI; aquisição de

microcomputadores com sistema operacional para substituir equipamentos com tecnologias ultrapassadas que dificultam a reposição de peças e partes; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup para substituir equipamentos antigos, que apresentam constantes defeitos, sem garantia de manutenção e que já não suportam as demandas das aplicações da instituição; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai com suas Coordenações Regionais e vice-versa, além de poder gerar economia de custos e maior produtividade. O atual sistema de telefonia utilizado na FUNAI é composto por equipamentos com muitos anos de uso e utiliza algumas tecnologias já ultrapassadas, acarretando muita dificuldade para reposição de peças e partes e aquisição de Link de Internet contratação de link para acesso à Internet para melhoria do acesso com aumento da velocidade de conexão.

Os fatores que contribuíram para a gestão da TI foi o cumprimento de normas estabelecidas pela SLTI para os órgãos que compõem o SISP (IN/SLTI nº 4/2010); a observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; a atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI; a modernização da infraestrutura de TI e a dotação de infraestrutura física e lógica, suficiente para atender demandas operacionais na rede corporativa" do PDTI 2012-2015 da FUNAI.

Os fatores que dificultaram a gestão foi a reduzida equipe técnica e deficiente quadro de servidores, acarretando considerável esforço para execução das atividades rotineiras e das aquelas necessárias à implementação de novos projetos.

## *9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL*

## 9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - FUNAI - SEDE - UG – 194035

| **Aspectos sobre a gestão ambiental** | **Avaliação** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | **X** | | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | **X** | | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( X )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | **X** | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | **X** | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | **X** | | | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: A Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio/CCCOMP informou que faz uso e descarte adequado de produtos de limpeza e recebe materiais reciclados que estejam em conformidade com o pedido. | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) - UG – 194011

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | **X** | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | **X** | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | | | **X** | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | **Houve redução nos custos** | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | **Papel** | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | | | **X** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( X )** | | **Não ( )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | **X** | |
| 11- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | **X** | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | **X** |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: Os quesitos foram respondidos de acordo com as informações obtidas junto a comissão permanente de licitação, a qual analisou os últimos licitatórios de compras e prestação de serviços. | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.<br>**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.<br>**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR PAULO AFONSO - UG – 194018

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | **X** | | | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | **X** | | | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | | | **X** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( X )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | **X** | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | **X** | | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | **X** | | | | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | **X** | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: Os quesitos foram respondidos de acordo com as informações obtidas junto a comissão permanente de licitação, a qual analisou os últimos licitatórios de compras e prestação de serviços. | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - UG – 194019

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | | | **X** | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | | | **X** |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | | **X** |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | | | | **X** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | **Redução no consumo de energia elétrica** | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | | | **X** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi | **Sim ( X )** | | **Não ( )** | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| incluído no procedimento licitatório? | | | | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | | **X** |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | **X** | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | **X** |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | | | | **X** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | **Mural de Sustentabilidade** | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR PASSO FUNDO - UG – 194027

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | **X** | | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | **X** | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | | **X** | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | | | **X** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( X )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | **X** | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | **X** | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | **X** | | | | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA - UG – 194042

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | **X** | | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | **X** | | | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | **X** | | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | **X** | | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | **X** | | | | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | **Memorando Circular** | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.<br>**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.<br>**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR MÉDIO PURUS - UG – 194048

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | **X** | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | **X** | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | **X** | | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | **X** | | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | **X** | | | | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | | | | **X** |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | Palestras em reuniões com os servidores | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | | | | **X** |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | Palestras em reuniões com os servidores, especialmente depois da aprovação da PNGATI. | | | | |
| Considerações Gerais: Esta análise foi feita pelo SEPLAN, com base nos poucos processos licitatórios e de aquisições diretas feitas pela unidade desde que a unidade passou a utilizar a UG (meados de 2011), com contribuição do SEAD e da DIT. | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Níveis de Avaliação:**<br>**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.<br>**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.<br>**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.<br>**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR INTERIOR SUL - UG – 194061

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | **X** | | | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | **X** | | | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | **X** | | | | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | **X** | | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | **X** | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR NORDESTE I (MACEIÓ) - UG – 194077

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | **X** | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza | | | | **X** | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| biodegradáveis). | | | | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | | **X** |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | **X** | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | **X** | | | | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: Consolidado | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR PONTA

PORÃ - UG – 194085

| **Aspectos sobre a gestão ambiental** | **Avaliação** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | **X** | | | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | **X** | | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | | | | **X** | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( X )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | **X** | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | **X** | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | **X** | | | | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Níveis de Avaliação:**<br>**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da | | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| UJ.<br>**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.<br>**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.<br>**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CR VALE DO JAVARI - UG – 194007

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | **X** | | | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | **X** | | | | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | **Sim ( )** | | **Não ( )** | | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | **X** | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | **X** | | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | **X** | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | | **X** | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CR NORTE DO MATO GROSSO (COLÍDER) - UG – 194036

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | | |
| 2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | **X** | | |
| 3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | | **X** | |
| 4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. | **X** | | | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | | |
| 5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). | | | | **X** | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | **Apresentado no item 5 do tópico 9.2, "c".** | | | | |
| 6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). | | | **X** | | |
| • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | **O procedimento será adotado nas** | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| | **próximas licitações.** | | | | |
| 7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | | **X** | |
| | **Sim ( )** | | | **Não ( X )** | |
| 8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | **X** | |
| | Há reutilização dos suprimentos de impressoras, como cartuchos e tonners. Como a demanda anual apresentada pela CR e suas CTL's ficam abaixo do limite de dispensa previsto no Art. 24, inciso II da Lei 8666/93, não é feita licitação. | | | | |
| 9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | | | | **X** | |
| 10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | **X** | | | | |
| 11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | **X** | |
| 12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | **X** | |
| | **Reuniões periódicas.** | | | | |
| 13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | **X** | | |
| | | | | | |

Considerações Gerais:

1. Quanto ao questionamento 01, 02 e 04, informamos que esta Regional não adota os critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações, conforme expresso no art. 5º da IN n 01/2010/SLTI/MP. Isso, em decorrência do tema em comento ser recente, carecendo de treinamento específico aos servidores envolvidos nos processos licitatórios, a fim de que estes imbuídos de conhecimento legal e técnica adequada possam adotar futuramente os critérios mencionados, sem ferir o art. 3º, §1º, inciso I da Lei 8666/93 e legislação correlata.
2. Não obstante, na maioria das licitações realizadas por esta Regional há o comparecimento ínfimo de licitantes interessados, e grande parte deles atende aos requisitos mínimos exigidos pelo art. 27 da Lei 8666/93. Ainda, sem a compreensão exata do mercado disponível poderíamos frustrar a competitividade do certame, vindo até mesmo a ser deserta a pretensa licitação.
3. Ao que se refere ao questionamento 03, esclarecemos que os itens de limpeza são de responsabilidade da empresa terceirizada contratada para a prestação de serviços de limpeza e higienização do prédio desta CR e CTL's, tendo sido anotado no instrumento convocatório a responsabilidade da empresa em adotar boas práticas de aproveitamento de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
   a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
   b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
   c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |

d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;
e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
f) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (água de chuva, poços cuja água certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
g) Desenvolver adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
h) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerosóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

4. Ao questionamento 10, esclarecemos que esta Regional não necessitou de realizar projeto básico ou executivo para a contratação de obras e serviços de engenharia, logo não houve a possibilidade de aplicação dos quesitos trazidos no bojo desta questão.

Por fim, ressaltamos o comprometimento dos servidores envolvidos nos procedimentos licitatórios desta CR, na busca da aplicação efetiva do arcabouço jurídico que trata no tema trazido a baila, contudo não podemos enveredar pelo mesmo sem o necessário conhecimento de aplicação, sob pena estar prejudicando o caput do art. 3º da Lei Geral de Licitações e Contratos.

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

**Obs.:**As Coordenações Regionais, abaixo, não enviaram relatório de gestão:UG 194029 – CR Xavante (Barra do Garça); UG 194031 – CR Xingu; UG 194074 – CR do Maranhão (Imperatriz)

## 9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

*Valores em R$ 1,00*

| Adesão a Programas de Sustentabilidade | | |
|---|---|---|
| **Nome do Programa** | **Ano de Adesão** | **Resultados** |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

| **Recurso Consumido** | **Quantidade** | | | **Valor** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Exercícios** | | | | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | ***2010*** |
| **Papel** | 7.500 | - | 6.000 | 61.500,00 | - | *52.560,00* |
| **Água** | 18.523 | 21.228 | 20.633 | 286.918,67 | 305.876,28 | *269.903,30* |
| **Energia Elétrica** | 885.415 | 890.595 | 823.618 | 405.939,77 | 390.195,47 | *361.881,43* |
| | | | **Total** | **754.358,44** | **696.071,75** | ***684.344,73*** |

**Fonte:** Fonte: Serviço de Almoxarifado da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio - SEAL/CCCOMP e Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística - SEAPRE/COAL/Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL

**QUADRO 9.2.1– CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - COORDENAÇÃO REGIONAL DO**

**BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) - UG – 194011**

| Nome do Programa | Ano de Adesão | | | Resultados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| - | - | | | - | | |
| | | | | | | |
| **Recurso Consumido** | **Quantidade** | | | **Valor (R$)** | | |
| | **Exercícios** | | | | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | **2010** |
| Papel (resmas) | 50 | 50 | 45 | 650,00 | 550,00 | 450,00 |
| Água (m³) | - | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica (KW/H) | 6.637 | 6.450 | 5.940 | 20.607,66 | 20.027,03 | 18.443,50 |
| | | | **Total** | **21.257,66** | **20.577,03** | **18.893,50** |
| Fonte: Coordenação Regional do Baixo Tocantins. | | | | | | |

* Informa que utiliza poço artesiano.

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PAULO AFONSO - UG – 194018**

| Nome do Programa | Ano de Adesão | | | Resultados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| - | - | | | - | | |
| | | | | | | |
| **Recurso Consumido** | **Quantidade** | | | **Valor (R$)** | | |
| | **Exercícios** | | | | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | **2010** |
| Papel (resmas) | 924 | 900 | 810 | 11.088,00 | 10.800,00 | 9.720,00 |
| Água (m³) | 27,65 | 24,26 | 20,15 | 3.678,73 | 2.797,67 | 1.834,33 |
| Energia Elétrica (KW/H) | 23,073 | 24,452 | 22,851 | 14.784,63 | 17.514,29 | 11.520,34 |
| | | | **Total** | **29.551,36** | **31.111,96** | **23.074,67** |
| Fonte: Coordenação Regional de Paulo Afonso. | | | | | | |

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - UG – 194019**

| Nome do Programa | Ano de Adesão | | | Resultados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Auto Gestão para Sustentabilidade da Coordenação Regional MG-ES | 2011 | | | Redução real de consumo conforme descrição abaixo. | | |
| | | | | | | |
| **Recurso Consumido** | **Quantidade** | | | **Valor (R$)** | | |
| | **Exercícios** | | | | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | **2010** |
| Papel (resmas) | 137 | 219 | 216 | 1.653,45 | 2.526,44 | 2.434,14 |
| Água (m³) | 888* | 125 | 388 | 4.027,04* | 501,78 | 1.750,43 |
| Energia Elétrica (KW/H) | 41.665* | 39.585 | 36.361 | 19.020,13* | 18.070,88 | 16.599,25 |
| | | | **Total** | **24.700,62** | **21.099,10** | **20.783,82** |
| Fonte: Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo. | | | | | | |

* Informa que o aumento em 2012 se deve à instalação de seis novas Coordenações Técnicas Locais.

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO - UG – 194027**

| Nome do Programa | Ano de Adesão | Resultados |
|---|---|---|
| - | - | - |
| | | |

| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor (R$) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercícios | | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel (resmas) | 500 | 482 | 423 | 5.000,00 | 4.820,00 | 4.230,00 |
| Água (m³) | 150 | 147 | 76 | 5.662,90 | 5.225,62 | 2.788,97 |
| Energia Elétrica (KW/H) | 31.200 | 34.560 | 28.670 | 25.125,48 | 28.708,24 | 21.004,98 |
| | | | **Total** | **35.788,38** | **38.753,86** | **28.023,95** |
| Fonte: Coordenação Regional de Passo Fundo. | | | | | | |

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - UG – 194042**

| Nome do Programa | Ano de Adesão | Resultados |
|---|---|---|
| - | - | - |

| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor (R$) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercícios | | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel (resmas) | 140 | 130 | 130 | 2.100,00 | 1.885,50 | 1.820,00 |
| Água (m³) | - | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica (KW/H) | 15.600 | 13.320 | 12.000 | 8.510,07 | 6.329,88 | 5.372,69 |
| | | | **Total** | **10.934,07** | **8.569,12** | **7.436,32** |
| Fonte: Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira. | | | | | | |

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS - UG – 194048**

| Nome do Programa | Ano de Adesão | Resultados |
|---|---|---|
| - | - | - |

| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor (R$) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercícios | | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel (resmas) | 310 | 170 | * | 4.884,00 | 2.494,95 | - |
| Água (m³) | ** | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica (KW/H) | 13.353,25 | 7.298,02 | * | 4.418,19 | 2.213,78 | - |
| | | | **Total** | **9.302,19** | **4.708,73** | **-** |
| Fonte: Coordenação Regional do Médio Purus. | | | | | | |

* UG criada no exercício de 2011.

** Na sede da CR Médio Purus e das CTL's não é utilizado o sistema de água público. A água utilizada é proveniente de poço artesiano, gerando impactos nos gastos com energia elétrica.

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL - UG – 194061**

| Nome do Programa | Ano de Adesão | Resultados |
|---|---|---|
| - | - | - |

| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor (R$) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercícios | | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel (resmas) | 366 | 291 | 530 | 3.511,00 | 3.088,50 | 5.612,35 |
| Água (m³) | 980 | 703 | 2.039 | 4.044,24 | 2.563,05 | 3.924,88 |
| Energia Elétrica (KW/H) | 59.854 | 73.617 | 76.757 | 26.948,38 | 31.446,07 | 32.124,27 |
| | | | **Total** | **34.503,62** | **37.097,62** | **41.661,50** |
| Fonte: Coordenação Regional de Interior Sul. | | | | | | |

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I (MACEIÓ) - UG – 194077**

| **Nome do Programa** | **Ano de Adesão** | | | **Resultados** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **-** | **-** | | | **-** | | |
| | | | | | | |
| **Recurso Consumido** | **Quantidade** | | | **Valor (R$)** | | |
| | **Exercícios** | | | | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | **2010** |
| Papel (resmas) | - | - | 500 | - | - | 4.985,50 |
| Água (m³) | 594 | 698 | 1003 | 11.356,86 | 10.944,94 | 13.325,57 |
| Energia Elétrica (KW/H) | 107.420 | 101.528 | 124.793 | 49.965,14 | 83.950,56 | 127.445,24 |
| | | | **Total** | **61.322,00** | **94.895,50** | **145.756,31** |
| Fonte: Coordenação Regional de Nordeste I. | | | | | | |

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ - UG – 194085**

| **Nome do Programa** | **Ano de Adesão** | | | **Resultados** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **-** | **-** | | | **-** | | |
| | | | | | | |
| **Recurso Consumido** | **Quantidade** | | | **Valor (R$)** | | |
| | **Exercícios** | | | | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | **2010** |
| Papel (resmas) | 318 | 300 | 20 | 3.049,62 | 3.000,00 | 248,00 |
| Água (m³) | 720 | 634 | - | 2.515,59 | 2.213,00 | - |
| Energia Elétrica (KW/H) | 43.547 | 73.998 | 1.552 | 17.643,61 | 29.289,02 | 518,24 |
| | | | **Total** | **23.201,89** | **34.502,02** | **766,24** |
| Fonte: Coordenação Regional de Ponta Porã. | | | | | | |

**QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI - UG – 194007**

| **Nome do Programa** | **Ano de Adesão** | | | **Resultados** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **-** | **-** | | | **-** | | |
| | | | | | | |
| **Recurso Consumido** | **Quantidade** | | | **Valor (R$)** | | |
| | **Exercícios** | | | | | |
| | **2012** | **2011** | **2010** | **2012** | **2011** | **2010** |
| Papel (resmas) | 160 | 38 | 28 | 2.400,00 | 580,00 | 420,00 |
| Água (m³) | - | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica (KW/H) | 24.948 | 4.299,55 | 9.905 | 8.521,03 | 3.868,11 | 4.747,68 |
| | | | **Total** | **10.921,03** | **4.448,11** | **5.167,68** |
| Fonte: Coordenação Regional de Vale do Javari. | | | | | | |

***** Informa que em Atalaia do Norte não há cobrança de tarifa de água.

## *Análise Crítica:*

Conforme informações prestadas pelas Unidades Gestoras discriminadas.

(*) Não apresentaram as informações para o relatório de gestão as Coordenações Regionais do Maranhão/UG **194074**, Xavante/UG **194029** e Xingu/UG **194031**.

(*) A Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira/UG 104042, não prestou informação referente ao consumo de água.

(**) Coordenações Regionais Norte do Mato Grosso /UG **194036** não prestou suas informações de acordo com o quadro solicitado, não sendo possível consolidar.

**10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

## 10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 10.1.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 1 | 08620.051772/2012-66 | 4439/2012 - TCU - 2ª Câmara | 9.8.1 | DE | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| Ressarcimento ao erário dos valores relativos ao veículo acidentado Kombi, placa HQH-1946 - Processo 08752.000.493/2003 - DV, que redundou em processo administrativo disciplinar contra o servidor Vacilio Elias (item 9.6 do Acórdão 664/2008- Plenário); | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| Corregedoria | | | | | |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| Instaurada Sindicância Administrativa através da Portaria nº 241 de 02/05/2012- Conlcuido o trabalho o processo foi julgado conforme Julgamento nº 52/2012 | | | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | | | |
| Apliaca penalidade de advertência que por esta prescrita restou o registro na Ficha Funcional do servidor. Pelo Despacho nº 341 de 24/07/2012 encaminhado para a DAGES para efeito de ressarcimento. | | | | | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | | | | | |
| Sem Comentários | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 2 | 08620.051772/2012-66 | 4439/2012 - TCU - 2ª Câmara | 9.8.4 | DE | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| Conclusão da sindicância relacionada ao Processo Funai 08769.000024/2010-DV, para cumprimento do item 9.3 do Acórdão 766/2008 - Plenário; | | | | | |

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Corregedoria | |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Instauração de PAD, através da Portaria nº 222 de 16/05/2011. Conlcuido os trabalhos foi julgadodo pelo Julgamento nº 84, concluindo pelo arquivamento dos processo por insuficiência de provas. | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| Pelo Despacho nº 473 de 25/11/2011, publicado na mesma data procedeu-se o arquivamento | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| Sem comentários. | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 3 | 08620.051773/2012-19 | 4254/2012 - TCU - 2ª Câmara | 9.4 | DE | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| Determinar à Fundação Nacional do Índio que apresente ao Tribunal, no próximo Relatório da Gestão 2012, de forma circunstanciada, resultado conclusivo sobre o cumprimento do subitem 1.5.1.3 do Acórdão n. 6.584/2009 - TCU - 1ª Câmara. | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| | | | | | |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| | | | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | | | |
| | | | | | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | | | | | |
| | | | | | |
| OBSERVAÇÃO: O processo encontra-se em fase de instrução. | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 4 | 08620.051774/2012-55 | 3.841/2012 - TCU - 2ª Câmara | 1.5.1 | DE | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |

| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
|---|---|
| **Descrição da Deliberação** | |
| Determinar à Fundação Nacional do Índio que: 1.5.1.1. elabore normativo estabelecendo o nível de equivalência das atividades a serem cumpridas por colaboradores eventuais, na forma prescrita no art. 10, § 1º, do Decreto 5.992/2006. | |
| **Providências Adotadas** | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Corregedoria da Funai | |
| **Síntese da Providência Adotada** | |
| Emissão da Portaria 1.265, de 03 de outubro de 2012, publicada no DOU em 09 de outubro de 2012. | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | |
| | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| OBS: O Processo não ingressou na Unidade Correcional. Segundo MJDOC esta na Auditoria Interna desde 06/07/2012. | |

| **Unidade Jurisdicionada** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 5 | | 8.556/2012 - TCU - 2ª Câmara | 9.3 | DE | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Descrição da Deliberação** | | | | | |
| Determinar à Fundação Nacional do Índio que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU. | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SEAPEN | | | | | |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | | | |
| Foi providenciada a exclusão dos benefiários de pensão civil por motivo de óbito da aposentada ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA, em 10/12/2012, tendo em vista o Acórdão nº 8556/2012-TCU- 2 ª Câmara.<br>Informamos que foi encaminhado o Oficio nº130/CGGP/2013 ao TCU informando as providências adotadas.<br>Foi encaminhado ato de cancelamento ao TCU via Sisacnet sob o nº10485406-09-2013-000007-9. | | | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | | | |
| Cumprimento no prazo. | | | | | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | | | | | |
| Cumprimento no prazo. | | | | | |

| **Unidade Jurisdicionada** |
|---|

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Deliberações do TCU | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 6 | | 7848/2012 – 2ª Câmara | 9.1 | DE | |

| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Deliberação**

Nos termos do art. 6º, §1º, da Resolução TCU 206/2007, considerar legal e ordenar o registro do ato de aposentadoria de Wilma Correia de Melo, observando que, com o advento da Emenda Constitucional n° 70, de 29/3/2012, a interessada obteve o direito de ter seus proventos calculados com base no vencimento do cargo efetivo ocupado à data de sua aposentadoria por invalidez permanente, o que sanou a irregularidade identificada na versão original do ato submetido a esta Corte de Contas; nos termos do art. 6º, §1º, incisos I e II, da Resolução TCU 206/2007, determinar: à Fundação Nacional do Índio - FUNAI - que promova as devidas anotações nos assentamentos funcionais de Wilma Correia de Melo, de modo a incluir entre os fundamentos legais do respectivo ato de concessão de aposentadoria o art. 6ºA da Emenda Constitucional n° 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional n° 70/2012.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES- SEAPEN | |

**Síntese da Providência Adotada**

A servidora foi aposentada, inicialmente, sem paridade, no entanto, após parecer da junta medica foi identificado que a servidora fazia jus a paridade, uma vez, que foi acometida de doença incapacitante desde 01/03/2002, apresentando continuamente atestados que culminou em sua aposentadoria em 30/6/2008. Sendo assim, foi providenciada a alteração do fundamento para regra de paridade, conforme o § 2º do artigo 47 da ON nº 03/2004/MPS/SPS.
O ato foi analisado pela CGU/PR com parecer pela legalidade.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Manutenção do fundamento.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não altera aposentadoria nem a paridade da aposentada.

## 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

## QUADRO 10.1.2.1 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Aguardado resposta da Corregedoria

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | | | 00173 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações Expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 1 | 08620.051772/2012-66 | 4439/2012 - TCU - 2ª Câmara | 9.8.3 | DE | |

| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Deliberação**

Apuração de responsabilidades quanto à inscrição indevida, por parte da então AER da Funai em Recife/PE, de restos a pagar no exercício de 2007, com pagamentos efetuados em 2008 a favorecidos que não participaram de processos licitatórios, conforme irregularidade originalmente apontada no item 3.1.8.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 224610, da Secretaria Federal de Controle Interno;

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

OBS: O Processo encontra-se em fase de instalação de instrução, tendo em vista a quantidade de processos em apuração na instituição e o quantitativo de pessoal envolvido nesta atividade.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Deliberações do TCU**

**Deliberações Expedidas pelo TCU**

| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 08620. 051853/2012-66 | 2.255/2012 - TCU – Plenário | 1.7.1 | DE | |

| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Deliberação**

Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, proceda à adequação na distribuição de seus cargos DAS 1, 2 e 3, como forma de harmonizá-la aos ditames da Lei 8.460/1992, informando a este tribunal, por ocasião da apresentação do Relatório de Gestão 2012, o resultado das providências adotadas.

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Diretoria de Admiitração e Gestão – DAGES/FUNAI | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

A FUNAI está cumprindo a determinação exarada no referido Acórdão, efetuando de forma gradativa a exoneração de servidores sem vínculo dos cargos de DAS 1, substituindo-os por servidores efetivos.

Tal medida tem sido enfrentada de maneira que não sejam gerados prejuízos à Administração, principalmente no tocante ao atendimento aos povos indígenas.

Desde dezembro de 2012, as nomeações de servidores sem vínculo estão suspensas. Foi implantado um controle junto à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração e Gestão, no intuito de efetuar o monitoramento das nomeações, com vistas ao cumprimento da determinação legal.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Foi expedido pela Diretoria de Administração e Gestão Memorando-Circular nº 12/2013, que expõe a determinação do TCU no que concerne à regularização da situação funcional dos ocupantes dos cargos em comissão, a fim de que as Unidades Regionais e demais Diretorias acompanhem e controlem as novas indicações para nomeação de não servidores de carreira.

Vale ressaltar que a Fundação Nacional do Índio tem se empenhado para efetivar nomeações, desde dezembro de 2012, de servidores efetivos e que as nomeações de DAS l para servidores sem vínculo foram suspensas até que o número de cargos em comissão ocupados por não servidores diminua e esteja dentro da média permitida pela Lei 8.460/1992.

## 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

### QUADRO 10.1.3.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

| **Unidade Jurisdicionada** | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | 00173 |
| **Recomendações do OCI** | | | |
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 11 | 201203649 | 3.1.4.2 | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | 00173 |
| **Descrição da Recomendação** | | | |
| **Recomendação 1:** Aprimorar os mecanismos de controle reiterando aos Órgãos Cessionários a solicitação de informação do valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, promovendo a inclusão no SIAPE dos valores eventualmente percebidos pelos servidores cedidos pela Entidade. | | | |
| **Providências Adotadas** | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio - CGGP | | | 00173 |
| **Síntese da Providência Adotada** | | | |
| Esta Fundação notificou os Órgãos cessionários a prestar informações sobre o valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança. | | | |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** | | | |
| Recebida as informações as mesmas foram registradas e implementadas no Sistema SIAPE | | | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | | | |
| A manifestação dos Órgãos cessionários realizou-se de maneira tempestiva o que possibilitou os devidos lançamentos no SIAPE | | | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 22 | 201203649 | 3.1.5.1 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Estabelecer cláusula relativa à duração de contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 adstringindo à vigência dos respectivos créditos orçamentários (excetuando-se aqueles contratos cujos produtos estão previstos no PPA, aos serviços de natureza contínua, a locação de equipamentos e utilização de programas de informática).

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL. | |

**Síntese da Providência Adotada**

Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012).

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Providência implementada. Está sendo observada a regra do art. 57, caput, da Lei 8.666/93, relativamente ao prazo de vigência dos contratos com cláusula específica nos instrumentos contratuais pertinentes, quanto à vigência do contrato adstrita aos respectivos créditos orçamentários.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |

| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
|---|---|

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **Ordem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 3 | 201203649 | 3.1.5.2 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Entidade, em especial no que se refere ao bom andamento dos processos licitatórios, com seu adequado planejamento e a adoção de todas as cautelas possíveis na elaboração e aprovação dos documentos que instruam o procedimento de licitação, de forma a estarem adequados ao objeto que se pretende contratar e com as exigências dispostas na Lei nº 8.666/93, em outras normas relacionadas à contratação, em especial quanto à contratação direta para atender as necessidades emergenciais.

**Providências Adotadas**

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Licitações da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPROL/CCCOMP/CGRL. | |

**Síntese da Providência Adotada**

Por meio da Portaria nº. 117/DAGES, de 14.02.2012, publicada no DOU em 16.02.2012, esta Fundação determinou às unidades organizacionais responsáveis pela realização de licitações para contratação de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, inclusive nos casos em que tais operações sejam feitas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a adoção, como norma de referência em todas as fases dos respectivos procedimentos, a publicação "LICITAÇÕES & CONTRATOS – Orientações e Jurisprudência do TCU" (Anexo II).

A referida portaria foi levada ao conhecimento de todas as unidades que compõem a Funai, por meio do Memorando Circular n° 282/2012-DAGES/FUNAI, de 23.03.2012, para adoção e ainda, acompanhada de três cartilhas da Controladoria Geral da União com as orientações sobre "Licitações e Contratos Administrativos", "Sistema de Registro de Preços" e "Diárias e Passagens".

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 44 | 201203649 | 3.1.5.2 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 2:** Submeter previamente as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes ao exame da assessoria jurídica da Administração, em cumprimento ao parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos CCCOMP/CGRL. | |

**Síntese da Providência Adotada**

Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e todas as contratações seguem os procedimentos recomendados, inclusive as eventuais emergenciais. Observamos ainda, que são submetidas ao exame da Procuradoria Federal Especializada as minutas de editais e contratos, previamente, à autorização do ordenador de despesas.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Todas as contratações passam pelo exame da Procuradoria Federal Especializada.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 55 | 201203649 | 3.1.5.2 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 3:** Apurar responsabilidade quanto aos erros cometidos na elaboração do Termo de Referência para a contratação emergencial.

**Providências Adotadas**

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Corregedoria da Funai | |

**Síntese da Providência Adotada**

Foi autuado o Processo nº 08620.021.289/2012-57, e instaurada Sindicância por meio da Portaria nº 28/2012/CORREGEDORIA, que ao final dos trabalhos a Comissão sugeriu a instauração de PAD. O processo encontra-se no rol de procedimentos aguardando instauração.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Os fatos foram apurados através de Sindicância, e no Relatório final a Comissão sugere a instauração de PAD.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A não instauração do citado PAD até a presente data deve-se a três fatores interligados: a) ao grande número de processos mais antigos e carentes de instauração, com risco de prescrição. b) a falta de servidores capacitados para atuarem em Processos Disciplinares; c) dificuldade de liberação por suas chefias imediatas para servidores comporem comissões disciplinares.

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 66 | 00190028541/2011-73 | 2.1.1.1 | Ofício nº 36053/2012/DCOPE/DC/SFC/C |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | GU-PR |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1**: Apurar responsabilidade em relação ao processo de dispensa de licitação emergencial em decorrência de:

- indícios de montagem processual para contratação de serviços de limpeza e conservação;

- ausência de caracterização da situação de emergência que deu origem ao processo de dispensa de licitação.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Corregedoria da Funai | |

**Síntese da Providência Adotada**

A descrição da Recomendação contida neste item é insuficiente para que esta Corregedoria localize com exatidão qualquer procedimento disciplinar em nossos arquivos, porém correndo vistas no Processo nº 08620.021.289/2012-57, citado na Recomendação 03, item nº 3.1.5.2, entendemos que provavelmente estes fatos sejam conexos e presentes no mesmo processo.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 67 | 00190028541/2011-73 | 2.1.1.1 | Ofício nº 36053/2012/DCOPE/DC/SFC/CGU-PR |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Descrição da Recomendação |
|---|
| **Recomendação 2**: Apurar responsabilidade em relação ao Pregão Eletrônico nº 04/2010em decorrência de:<br><br>- descumprimento do prazo de 05 (cinco) dias úteis para decisão sobre os recursos administrativos, previsto no § 4º do artigo 109 da Lei 8.666/93;<br><br>- anulação do certame licitatório sem o cumprimento dos requisitos constantes no artigo 49 da Lei 8.666/93. |

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Corregedoria da Funai | |

| Síntese da Providência Adotada |
|---|
| Foi autuado pela Corregedoria o Processo nº 08620.078385/2012-77, que tem por finalidade apurar possíveis irregularidades constatadas em Relatório de Demandas especiais da CGU (fraude em dispensa de licitação), ( irregularidade no Pregão nº 04/2010), na Regional de Ponta Porã-MS. O referido processo está no rol de procedimentos aguardando instauração. |

| Síntese dos Resultados Obtidos |
|---|
| Autuado o processo nº 08620.078.385/2012-77, que aguarda instauração. |

| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
|---|
| A demanda contida neste item chegou ao conhecimento desta Corregedoria em dezembro de 2012. A não instauração do citado PAD até a presente data deve-se a três fatores interligados: a) ao grande número de processos mais antigos e carentes de instauração, com risco de prescrição. b) a falta de servidores capacitados para atuarem em Processos Disciplinares; c) dificuldade de liberação por suas chefias imediatas para servidores comporem comissões disciplinares. |

**CGRL**

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| Oordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 2 | 201203649 | 3.1.5.1 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Descrição da Recomendação |
|---|
| **Recomendação 1:** Estabelecer cláusula relativa à duração de contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 adstringindo à vigência dos respectivos créditos orçamentários (excetuando-se aqueles contratos cujos produtos estão previstos no |

| |
|---|
| PPA, aos serviços de natureza contínua, a locação de equipamentos e utilização de programas de informática). |
| **Providências Adotadas** |

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL. | |

| **Síntese da Providência Adotada** |
|---|
| Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.<br><br>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012). |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** |
| Providência implementada. Está sendo observada a regra do art. 57, caput, da Lei 8.666/93, relativamente ao prazo de vigência dos contratos com cláusula específica nos instrumentos contratuais pertinentes, quanto à vigência do contrato adstrita aos respectivos créditos orçamentários. |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| |

**CGRL**

| **Unidade Jurisdicionada** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| **Recomendações do OCI** | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **Ordem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 3 | 201203649 | 3.1.5.2 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| **Descrição da Recomendação** |
|---|
| **Recomendação 1:** Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Entidade, em especial no que se refere ao bom andamento dos processos licitatórios, com seu adequado planejamento e a adoção de todas as cautelas possíveis na elaboração e aprovação dos documentos que instruam o procedimento de |

| |
|---|
| licitação, de forma a estarem adequados ao objeto que se pretende contratar e com as exigências dispostas na Lei nº 8.666/93, em outras normas relacionadas à contratação, em especial quanto à contratação direta para atender as necessidades emergenciais. |

| **Providências Adotadas** | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Na sede o Serviço de Licitações da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPROL/CCCOMP/CGRL. | |

| **Síntese da Providência Adotada** |
|---|
| Por meio da Portaria nº. 117/DAGES, de 14.02.2012, publicada no DOU em 16.02.2012, esta Fundação determinou às unidades organizacionais responsáveis pela realização de licitações para contratação de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, inclusive nos casos em que tais operações sejam feitas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a adoção, como norma de referência em todas as fases dos respectivos procedimentos, a publicação "LICITAÇÕES & CONTRATOS – Orientações e Jurisprudência do TCU" (Anexo II).<br><br>A referida portaria foi levada ao conhecimento de todas as unidades que compõem a Funai, por meio do Memorando Circular n° 282/2012-DAGES/FUNAI, de 23.03.2012, para adoção e ainda, acompanhada de três cartilhas da Controladoria Geral da União com as orientações sobre "Licitações e Contratos Administrativos", "Sistema de Registro de Preços" e "Diárias e Passagens". |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** |
| |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| |

**CGRL**

| **Unidade Jurisdicionada** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| **Recomendações do OCI** | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 4 | 201203649 | 3.1.5.2 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
| **Descrição da Recomendação** | |
| **Recomendação 2:** Submeter previamente as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, | |

| |
|---|
| convênios ou ajustes ao exame da assessoria jurídica da Administração, em cumprimento ao parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93. |

| **Providências Adotadas** | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos CCCOMP/CGRL. | |

| **Síntese da Providência Adotada** |
|---|
| Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.<br><br>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e todas as contratações seguem os procedimentos recomendados, inclusive as eventuais emergenciais. Observamos ainda, que são submetidas ao exame da Procuradoria Federal Especializada as minutas de editais e contratos, previamente, à autorização do ordenador de despesas. |
| **Síntese dos Resultados Obtidos** |
| Todas as contratações passam pelo exame da Procuradoria Federal Especializada. |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| |

| |
|---|
| |

## 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 11.1.4.1 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

| **Unidade Jurisdicionada** | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | 00173 |
| **Recomendações do OCI** | | | |
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 11 | 201203649 | 3.1.2.1 | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | 00173 |
| **Descrição da Recomendação** | | | |
| **Recomendação 1:** Aprimorar os controles internos da Entidade, priorizando a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, a fim de cumprir o disposto no Decreto nº 6.932/2009. | | | |
| **Providências Adotadas** | | | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | | | **Código SIORG** |
| Coordenação-Geral de Gestão Estratégica-CGGE/DAGES | | | |
| **Justificativa para o seu não Cumprimento** | | | |
| A pendência foi equacionada com publicação da Portaria nº 116/DAGES, de 27 de março de 2013, publicada na Separata do Boletim de Serviços nº 06, de 27/03/2013, que institui a Carta de Serviço ao Cidadão no âmbito da Funai. | | | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | | | |
| Não ocorreram. | | | |

| **Unidade Jurisdicionada** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
| **Recomendações do OCI** | |
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | |

| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 2 | 201203649 | 3.1.3.2 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Aprimorar os mecanismos de controles internos da Unidade, reavaliando os bens imóveis e atualizando os registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Patrimônio da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPAT/CCCOMP/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Na sede foi adotada a providência, com a reavaliação dos bens imóveis e atualização dos registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI, contudo, as Coordenações Regionais encontram-se em procedimentos de regularização dos imóveis, tendo em vista inúmeras dificuldades, desde à obtenção das senhas do SPIUnet junto à Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados à se realizar as avaliações dos imóveis e a carência de servidores.

Encaminhado Memorando Circular nº 646, de 14.09.2012, às Coordenações Regionais, Museu do Índio e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, com orientações e determinando providências no sentido de solicitar as senhas necessárias à Superintendência do Patrimônio da União para acesso ao sistema SPIUNET, bem assim regularizar o registro e atualizações dos valores dos imóveis sob suas responsabilidades.

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio e ao Serviço de Patrimônio (Memorando 240/CGRL, 19.09.2012) e os imóveis na Sede, foram reavaliados e atualizados os registros cadastrais no SPIUnet.

No que pertine às terras indígenas, informamos que a Diretoria de Proteção Territorial–DPT, por meio da Coordenação Geral de Assuntos Fundiários–CGAF, em sua área de atuação, promove o cadastro das terras indígenas demarcadas no referido sistema a partir do registro imobiliário no cartório da comarca pertinente, para fins de expedição da certidão de cadastro pela Superintendência Regional do Patrimônio da União, nas diversas Unidades da Federação, gerando o Registro Imobiliário Patrimonial–RIP.

Quanto à atualização dos valores das terras indígenas, conforme os Registros Imobiliários Patrimoniais–RIP cadastrados, consoante orientado no Memorando Circular DAGES/DPT, deverão ser adotadas as mesmas providências pelas Unidades Descentralizadas da FUNAI, no sentido de solicitar e acompanhar junto à Superintendência do Patrimônio da União no seu Estado, senha de acesso ao Sistema SPIUnet, para servidores lotados naquela Unidade Gestora, com perfil que permita o registro e atualização dos Bens Imóveis de Uso Especial.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 33 | 201203649 | 3.1.4.1 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Aperfeiçoar os mecanismos de controle no que se refere à implantação tempestiva dos descontos relativos às faltas dos servidores.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

A recomendação foi acatada a partir da elaboração do projeto de descentralização das ações relativas aos dados dos servidores. Para tanto, no novo regimento interno foi contemplada a criação dos Núcleos de Recursos Humanos. O projeto encontra-se em fase de implementação.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Fator Positivo: Foi demandada pela CGGP a criação do módulo de registro e controle de freqüência no Sistema de Recursos Humanos. O sistema está em fase de teste conduzido pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 44 | 201203649 | 3.1.4.1 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|

| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
|---|---|
| **Descrição da Recomendação** | |
| **Recomendação 2:** Providenciar a reposição ao erário relativa aos Servidores de Matrículas nºs 444363, 1821941 e 444435. | |
| **Providências Adotadas** | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio - CGGP | 00173 |
| **Justificativa para o seu não Cumprimento** | |
| A curadora especial do ex-servidor de matricula nº 444363 foi notificada, mas não restituiu o erário. A mesma entrou com recurso e o processo que trata do assunto foi encaminhado para Procuradoria Federal Especializada-PFE, que restituiu à Coordenação de Contabilidade para atualização de valor e inscrição no CADIN, devendo a curadora ser notificada novamente nos termos do artigo 37A, da Lei 10.522/2002, combinado com Artigo 61 da Lei 9.430/96; atualmente o processo encontra-se em tramitação para a Unidade Administrativa competente.<br><br>O servidor de matricula nº 1821941, que encontra-se em regime de prisão semiaberto, foi notificado do débito no dia 05/11/2012, mas não quitou o débito, desta forma, o processo está sendo encaminhado à Procuradoria Federal Especializada para manifestação quanto a inscrição no CADIN. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| Houve dificuldade para notificar o servidor de matricula 1821941 , tendo em vista os trâmites burocráticos adotados pelo Centro de Ressocialização de Araçatuba. | |

| **Unidade Jurisdicionada** | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação Completa** | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | 00173 |
| **Recomendações do OCI** | | | |
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 55 | 201203649 | 3.1.4.1 | |
| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | | | 00173 |
| **Descrição da Recomendação** | | | |
| **Recomendação 6:** Verificar se os demais registros de ocorrência de faltas foram devidamente lançados no cadastro e na folha de pagamentos, em especial para os oriundos da Coordenação Regional de Campo Grande/MS. | | | |
| **Providências Adotadas** | | | |

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio - CGGP | 00173 |

| Justificativa para o seu não Cumprimento |
|---|
| A recomendação foi acatada e está sendo cumprida, inclusive os lançamentos relativos à Coordenação Regional de Campo Grande estão normalizados. |

| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
|---|
| Fatores positivos: Foi demandada pela CGGP a criação do módulo de registro e controle de freqüência no Sistema de Recursos Humanos. O sistema está em fase de teste conduzido pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação. |

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 66 | 201203649 | 3.1.4.2 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Descrição da Recomendação |
|---|
| **Recomendação 1:** Aprimorar os mecanismos de controle reiterando aos Órgãos Cessionários a solicitação de informação do valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, promovendo a inclusão no SIAPE dos valores eventualmente percebidos pelos servidores cedidos pela Entidade. |

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| | |

| Justificativa para o seu não Cumprimento |
|---|
| Esta Fundação notificou os Órgãos cessionários a prestar informações sobre o valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Recebida as informações as mesmas são registradas e implementadas no Sistema SIAPE |

| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |
|---|
| A manifestação dos Órgãos cessionários realizou-se de maneira tempestiva o que possibilitou os devidos |

| |
|---|
| lançamentos no SIAPE. |

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 77 | 201203649 | 3.1.6.1 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente, exigindo que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura." Os referidos documentos deverão compor o Processo de Pagamento, devendo a fiscalização mensal ser feita antes do pagamento da fatura.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede a Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – COAL/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e à Coordenação de Administração e Logística (anterior Coordenação de Serviços Gerais – Memorando 236/CGRL, 27.09.2012).

Foi amplamente divulgada a recomendação, aos fiscais dos contratos, para que promovesse o registro da execução, em planilhas mensais, de acordo com as orientações constantes do ANEXO IV, da INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG/SLTI Nº 2, de 30 de Abril de 2.008, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993 (Anexos XIX e XXI). Informamos que foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.001316/2013-56), visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30/04/2013.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 88 | 201203649 | 3.1.6.1 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 2:** Aprimorar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de forma a estabelecer no Contrato nº 191/2007, bem como quando da celebração dos próximos contratos, as atribuições dos fiscais de serviços terceirizados de natureza continuada alinhadas com o conteúdo dos artigos 31 a 35 e do Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/2008, especialmente quanto à elaboração das planilhas resumo e mensal, de forma a evitar a condenação da Administração Pública na esfera trabalhista por falhas na gestão contratual, bem como obter uma execução contratual sem o acarretamento de prejuízo ao Erário.

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado. A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012).

Foi incluída cláusula específica em nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados, as atribuições dos fiscais de contrato, inclusive estão sendo elaboradas e apresentadas as planilhas resumo e mensal, consoante recomendado.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |

| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
|---|---|

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **Ordem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 9 | 201203649 | 3.1.6.2 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Promover estudos visando otimizar os postos de vigilância, de forma a extinguir aqueles que não forem essenciais, substituir por recepcionistas aqueles que tenham como efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades da Entidade, para postos de escala 44h semanais, visando eliminar postos de 12 x 36h que ficam ociosos nos finais de semana, conforme item 9.1.3 do Acórdão TCU nº 1753/2008 – Plenário.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Foi elaborada Nota Técnica com proposta de readequação e redução de postos de trabalho, que foi realizada a partir de 15.11.2012, visando otimizar os postos de vigilância de forma a extinguir aqueles que não estavam se mostrando essenciais, foi realizada a supressão de 04 (quatro) postos de trabalho em regime de escala de 12x36 diurnos, bem como a readequação de 02 (dois) postos em regime de escala 12x36 diurnos para 02 postos de trabalho em regime de escala 5x12, tendo sido a empresa informada a respeito da redução contratual, consoante Ofício nº. 283/DAGES, de 23.07.2012. Contudo, com a mudança da sede da FUNAI para outro edifício e a transferência parcial de bens patrimoniais a partir do mês de dezembro/2012 foi necessário voltar ao "status quo" de modo a manter postos de vigilância nos dois edifícios, tendo sido acordado com a empresa contratada. Assim foram eliminados dois postos 12X36 e readequados dois para 44 horas semanais. Desse modo, estão mantidos 06 postos em escala 12x36 e 02 postos de 44 horas semanais, no atual prédio e 03 postos 12X36 e 01 posto 44 horas semanais no novo edifício sede. Não há quantitativo de postos excessivos no contrato, sendo mantido o mínimo suficiente para atender aos dois edifícios, até a conclusão da transferência da sede da FUNAI. Cabe informar que está sendo elaborado novo estudo para a contratação de vigilância para nova sede.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
| **Recomendações do OCI** | |

| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 110 | 201203649 | 3.1.6.2 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 2:** Fortalecer os mecanismos de controles internos administrativos, formando servidores para o desempenho de atividades de elaboração de estudos de viabilidade para a contratação de mão-de-obra terceirizada, em especial para a prestação de serviços de vigilância.

**Providências Adotadas**

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Coordenação Geral de Gestão de Pessoas | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística, contudo a formação de servidores para atividade de elaboração de estudos de viabilidade para contratação de mão-de-obra especializada, implica em alguns conhecimentos pré-existentes de segurança relativos ao assunto. Entretanto os servidores vêm buscando informações básicas para suporte do estudo das necessidades do ´rgão para tal contratação.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A especificidade quanto à análise de riscos, internos e externos, condições de vulnerabilidade da operação de segurança patrimonial, especialmente, exigem amplo conhecimento técnico de especialistas que trabalham no ramo da segurança.

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

| Recomendações Expedidas pelo OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Ordem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 11 | 201203649 | 3.1.6.3 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Envidar esforços no sentido de promover o aperfeiçoamento dos servidores, para que estes

promovam os controles internos administrativos necessários que garantam observância aos dispositivos legais quanto à execução dos contratos administrativos celebrados com a FUNAI, em especial para os de prestação de mão-de-obra terceirizada.

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Coordenação Geral de Gestão de Pessoas | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística tais como: Licitação e Contratos Administrativos, à distância – treinamento virtual e presenciais de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimento; Gestão e Fiscalização de Contratos; Formação e atualização em Licitações e Contratos; Formação de Pregoeiros, Elaboração de Editais; Registro de Preços; Fiscalização de Contratos Administrativos, Gestão de Materiais e Planejamento da Logística de Suprimentos; Melhores Práticas em Elaboração e Avaliação de Planilhas de Formação de Custos em Contratos de Locação de Mão-de-obra e Contratação de Serviços na Administração Pública.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 112 | 201203649 | 3.1.6.4 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 2:** Aprimorar os controles internos administrativos da Unidade de forma a designar, quando da celebração dos próximos contratos, servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, consignando as atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, na portaria de nomeação do servidor ou então publicar ato administrativo - portaria, resolução ou instrução, que disponha de todas as atividades relacionadas à função, de forma a garantir o cumprimento das obrigações avençadas pela contratada, e, consequentemente, obter uma execução sem o acarretamento de prejuízo ao Erário, consoante ao contido nos Acórdãos TCU nºs 2.632 e 468/2007, ambos Plenário.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Acatada a recomendação. Informamos que encontra-se na fase final de elaboração o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.001316/2013-56), visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes. Quando da celebração dos contratos é designado, por portaria da Diretoria de Administração e Gestão, o servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93. As atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, estão incluídas em cláusula específica nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados. O Fiscal de Contrato designado recebe do Setor de Contratos, cópia da portaria que o designou, do contrato e das "Orientações Básicas para Fiscais de Contrato" elaboradas pelo Serviço de Contratos.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 113 | 201203649 | 3.1.6.4 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 3:** Adotar as providências necessárias para que a fiscalização da execução contratual seja realizada de forma tempestiva e efetiva, com o devido atendimento às disposições contidas no Anexo IV da IN nº 02/MPOG/2008, quando da celebração de contratos de prestação de serviços, e ainda, incluir no processo os Relatórios de Acompanhamento/Fiscalização ou documentos equivalentes que mencionem todas as ocorrências sobre a execução do Contrato nº 191/2007, conforme Cláusula Nona – Do Acompanhamento e da Fiscalização e art. 67, Parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL. | |

| Justificativa para o seu não Cumprimento |
|---|
| O contrato de que se cuida foi extinto em maio de 2012. Foram adotadas providências junto ao Ministério Público do Trabalho para o encerramento do contrato e pagas as rescisões contratuais com crédito retido da empresa pela própria Fundação Nacional do Índio.<br><br>As recomendações em questão foram divulgadas no âmbito das Coordenações desta Fundação e adotadas providências de inclusão de cláusula específica nos contratos de prestação de serviços relativamente à fiscalização e atribuições do fiscal, onde restou consignado que a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá o disposto nos §§4º e 5º do art. 34 da IN SLTI/MP nº. 02/2008, bem como, ao disposto no seu Anexo IV.<br><br>Ademais, encontra-se em fase final de elaboração o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30/04/2013. |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| Não ocorreram. |

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 14 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Descrição da Recomendação |
|---|
| **Recomendação 1:** Instruir os autos do Processo com as apólices de seguro, relativa ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, de 01/06/2010 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato. |

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL. | |

| Justificativa para o seu não Cumprimento |
|---|
| Informamos que foi encaminhado Ofício à empresa locadora solicitando cópia da apólice de seguro e comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguros, que nos reportou informando que não trabalhava com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. A declaração da empresa não informa se os prêmios de seguro estavam sendo liquidados pela empresa ou |

| |
|---|
| por terceiros. Cabe informar que esta Fundação procedeu à contratação de outro prédio e está em procedimentos de transferência de sua sede. |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| Não ocorreram. |

| **Unidade Jurisdicionada** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
|---|---|---|---|
| 115 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| **Descrição da Recomendação** |
|---|
| **Recomendação 2:**Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locadora relativo ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, 01/06/2010 a 31/05/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato. |

**Providências Adotadas**

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| CGRL/DAGES | |

| **Justificativa para o seu não Cumprimento** |
|---|
| A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro da Habitação-SFH e documentos (fls. 631 a 730). |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| Não ocorreram. |

| **Unidade Jurisdicionada** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 116 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 3:** Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamento dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locatária, no caso da prorrogação da vigência relativa ao período de 31/05/2011 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato nº 110/2010.

**Providências Adotadas**

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| CGRL/DAGES | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro da Habitação-SFH e documentos (fls. 631 a 730).

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 117 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

| |
|---|
| **Recomendação 4:** Publicar na imprensa oficial os instrumentos de contratos e seus aditivos, condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao parágrafo único do art. 61 da citada Lei. |
| **Providências Adotadas** |

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Análise de Contratos e Convênios da Coordenação de Contabilidade da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças – SEAC/CCONT/CGOF. | |

| **Justificativa para o seu não Cumprimento** |
|---|
| Foi acatada a recomendação e esta Fundação tem procedido tal como determina a legislação. Não obstante, foi amplamente divulgada a recomendação, por meio do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012, à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos com determinação para adoção do recomendado.<br><br>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) com a determinação do contido na referida recomendação. |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** |
| Não ocorreram. |

| **Unidade Jurisdicionada** | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| **Recomendações do OCI** | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **Ordem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 18 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| **Descrição da Recomendação** |
|---|
| **Recomendação 5:** Formalizar o termo de contrato, independentemente da modalidade de licitação utilizada para contratação, sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento serviços, conforme preconizado no artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93. |
| **Providências Adotadas** |

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material | |

| | |
|---|---|
| e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Esclarecemos que a Fundação-Sede regularmente cuida de formalizar os seus contratos, consoante disposições contidas no artigo 62, § 4º, da Lei nº. 8.666/93. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI (Memorando Circular nº 647) e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012).

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

**Unidade Jurisdicionada**

| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 19 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| **Órgão/Entidade Objeto da Recomendação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 6:** Instruir os autos do Processo de locação de imóvel com toda a documentação pertinente, em atendimento ao estabelecido na Cláusula décima oitava do Termo de Contrato nº 110/2010.

**Providências Adotadas**

| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Foram adotadas providências no sentido de juntar ao processo a documentação conforme recomendação. Documentos constantes às fls 02 a 13 (Contrato social e alteração contratual) e 318 a 443 (Certidões do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal).

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 220 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 7:** Cumprir o rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóvel, instruindo o Processo com toda a documentação relativa aos estudos realizados para averiguação das características relevantes e determinantes do imóvel, quanto a localização, destinação, dimensão e edificação de maneira que fique comprovado que o imóvel a ser locado satisfaz o interesse da administração, em cumprimento ao estabelecido no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL. | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

Acatada a recomendação. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos o cumprimento do rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóveis e ainda, para que os fiscais dos contratos observem a comprovação da regularidade fiscal das empresas contratadas e que os documentos comprobatórios sejam anexadas aos respectivos processos de pagamentos, consoante consta do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012 à Coordenação Geral de Recursos Logísticos.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 221 | 201203649 | 3.1.6.6 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 8:** Efetuar o pagamento a Empresa contratada, mediante a confirmação da regularidade fiscal, por meio de consulta prévia ao SICAF, devendo o resultado ser impresso e juntado, também, aos autos do Processo próprio, em atendimento ao contido no item 8.8 da Instrução Normativa MARE-GM nº 5, de 21/07/1995, bem como ao Parágrafo Quarto da Cláusula Sexta - "Do Pagamento" do instrumento contratual.

**Providências Adotadas**

| Setor Responsável pela Implementação | Código SIORG |
|---|---|
| Coordenação Financeira-COFIN/CGOF | |

**Justificativa para o seu não Cumprimento**

O fato em questão, ocorrido em fevereiro de 2011, conforme Ordem Bancária 2011OB800145, de 01/02/2011, referiu-se a quitação do aluguel do mês de janeiro de 2011 do imóvel onde funciona a Sede da Funai em Brasília/DF, que em de um lapso, não foi possível juntar ao respectivo processo a consulta ao SICAF.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Não ocorreram.

**Unidade Jurisdicionada**

| Denominação Completa | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Recomendações do OCI**

**Recomendações Expedidas pelo OCI**

| OOrdem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
|---|---|---|---|
| 222 | 201203649 | 3.1.6.7 | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

**Descrição da Recomendação**

**Recomendação 1:** Aprimorar os mecanismos de controle da Entidade realizando os pagamentos referentes aos contratos celebrados somente mediante o cumprimento das obrigações da contratada conforme previsto no Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/MPOG/2008.

| Providências Adotadas | |
|---|---|
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| | |
| **Justificativa para o seu não Cumprimento** | |
| O texto final do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Funai, que integra o Processo nº 08620.001316/2013-56., foi finalizado em março de 2013 encontrando-se na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica-CGGE desta Fundação, para análise final do texto, para posterior publicação e divulgação junto a todas Unidades descentralizadas desta Fundação. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |
| Não ocorreram. | |

| Unidade Jurisdicionada | |
|---|---|
| **Denominação Completa** | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |

| Recomendações do OCI | | | |
|---|---|---|---|
| **Recomendações Expedidas pelo OCI** | | | |
| **OOrdem** | **Identificação do Relatório de Auditoria** | **Item do RA** | **Comunicação Expedida** |
| 223 | 201203649 | 3.1.6.8. | |

| Órgão/Entidade Objeto da Recomendação | Código SIORG |
|---|---|
| Fundação Nacional do Índio | 00173 |
| **Descrição da Recomendação** | |
| **Recomendação 1:** Aprimorar os mecanismos de controle da Entidade no que se refere à realização de fiscalização da execução contratual de forma tempestiva e efetiva. | |
| **Providências Adotadas** | |
| **Setor Responsável pela Implementação** | **Código SIORG** |
| Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CRGL/DAGES | |
| **Justificativa para o seu não Cumprimento** | |
| O aprimoramento dos mecanismos de controle da Funai serão aprimorados com publicação e divulgação junto a todas Unidades Descentralizadas da Fundaçao do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Funai, cujo texto final foi finalizado em março de 2013 encontrando-se na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica-CGGE desta Fundação, para análise final do texto. | |
| **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor** | |

| |
|---|
| Não ocorreram. |

CGGE

| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Ordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *1* | *201203649* | *3.1.2.1* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| *Recomendação1: Aprimorar os controles internos da Entidade, priorizando a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão , a fim de cumprir o disposto no Decreto nº 6.932/2009.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio/CGGE* | | | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | | | |
| | | | |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** | | | |
| *Pendência equacionada com a publicação da Portaria nº 116/DAGES, 27 de março de 2013, na Separata do Boletim de Serviço nº 6, em 27 de março de 2013.* | | | |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Ordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *2* | *201203649* | *3.1.3.2* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 1:*** *Aprimorar os mecanismos de controles internos da Unidade, reavaliando os bens imóveis e atualizando os registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |

| *Setor Responsável pela Implementação* | *Código SIORG* |
|---|---|
| *Na sede o Serviço de Patrimônio da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPAT/CCCOMP/CGRL.* | |

***Justificativa para o seu não Cumprimento***

*Na sede foi adotada a providência, com a reavaliação dos bens imóveis e atualização dos registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI, contudo, as Coordenações Regionais encontram-se em procedimentos de regularização dos imóveis, tendo em vista inúmeras dificuldades, desde à obtenção das senhas do SPIUnet junto à Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados à se realizar as avaliações dos imóveis e a carência de servidores.*

*Encaminhado Memorando Circular nº 646, de 14.09.2012, às Coordenações Regionais, Museu do Índio e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, com orientações e determinando providências no sentido de solicitar as senhas necessárias à Superintendência do Patrimônio da União para acesso ao sistema SPIUNET, bem assim regularizar o registro e atualizações dos valores dos imóveis sob suas responsabilidades.*

*A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio e ao Serviço de Patrimônio (Memorando 240/CGRL, 19.09.2012) e os imóveis na Sede, foram reavaliados e atualizados os registros cadastrais no SPIUnet.*

*No que pertine às terras indígenas, informamos que a Diretoria de Proteção Territorial–DPT, por meio da Coordenação Geral de Assuntos Fundiários–CGAF, em sua área de atuação, promove o cadastro das terras indígenas demarcadas no referido sistema a partir do registro imobiliário no cartório da comarca pertinente, para fins de expedição da certidão de cadastro pela Superintendência Regional do Patrimônio da União, nas diversas Unidades da Federação, gerando o Registro Imobiliário Patrimonial–RIP.*

*Quanto à atualização dos valores das terras indígenas, conforme os Registros Imobiliários Patrimoniais–RIP cadastrados, consoante orientado no Memorando Circular DAGES/DPT, deverão ser adotadas as mesmas providências pelas Unidades Descentralizadas da FUNAI, no sentido de solicitar e acompanhar junto à Superintendência do Patrimônio da União no seu Estado, senha de acesso ao Sistema SPIUnet, para servidores lotados naquela Unidade Gestora, com perfil que permita o registro e atualização dos Bens Imóveis de Uso Especial.*

***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor***

**CGRL**

| *Unidade Jurisdicionada* | |
|---|---|
| ***Denominação Completa*** | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

***Recomendações do OCI***

***Recomendações Expedidas pelo OCI***

| *OOrdem* | *Identificação do Relatório de Auditoria* | *Item do RA* | *Comunicação Expedida* |
|---|---|---|---|
| *7* | *201203649* | *3.1.6.1* | |

| *Órgão/Entidade Objeto da Recomendação* | *Código SIORG* |
|---|---|
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | |
| ***Recomendação 1:*** *Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente, exigindo que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura." Os referidos documentos deverão compor o Processo de Pagamento, devendo a fiscalização mensal ser feita antes do pagamento da fatura.* | |
| ***Providências Adotadas*** | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | ***Código SIORG*** |
| *Na sede a Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – COAL/CGRL.* | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | |
| *Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.*<br><br>*A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e à Coordenação de Administração e Logística (anterior Coordenação de Serviços Gerais – Memorando 236/CGRL, 27.09.2012).*<br><br>*Foi amplamente divulgada a recomendação, aos fiscais dos contratos, para que promovesse o registro da execução, em planilhas mensais, de acordo com as orientações constantes do ANEXO IV, da INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG/SLTI Nº 2, de 30 de Abril de 2.008, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993 (Anexos XIX e XXI). Informamos que foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.1316/2013-56), visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30.04.2013.* | |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** | |
| | |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Oordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| *8* | *201203649* | *3.1.6.1* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 2:*** *Aprimorar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de forma a estabelecer no Contrato nº 191/2007, bem como quando da celebração dos próximos contratos, as atribuições dos fiscais de serviços terceirizados de natureza continuada alinhadas com o conteúdo dos artigos 31 a 35 e do Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/2008, especialmente quanto à elaboração das planilhas resumo e mensal, de forma a evitar a condenação da Administração Pública na esfera trabalhista por falhas na gestão contratual, bem como obter uma execução contratual sem o acarretamento de prejuízo ao Erário.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.* | | | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | | | |
| *Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado. A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012).*<br><br>*Foi incluída cláusula específica em nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados, as atribuições dos fiscais de contrato, inclusive estão sendo elaboradas e apresentadas as planilhas resumo e mensal, consoante recomendado.* | | | |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** | | | |
| | | | |

**CGRL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Ordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *9* | *201203649* | *3.1.6.2* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |

| | |
|---|---|
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | |
| ***Recomendação 1:*** *Promover estudos visando otimizar os postos de vigilância, de forma a extinguir aqueles que não forem essenciais, substituir por recepcionistas aqueles que tenham como efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades da Entidade, para postos de escala 44h semanais, visando eliminar postos de 12 x 36h que ficam ociosos nos finais de semana, conforme item 9.1.3 do Acórdão TCU nº 1753/2008 – Plenário.* | |
| ***Providências Adotadas*** | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | ***Código SIORG*** |
| *Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.* | |
| *Justificativa para o seu não Cumprimento* | |
| *Foi elaborada Nota Técnica com proposta de readequação e redução de postos de trabalho, que foi realizada a partir de 15.11.2012, visando otimizar os postos de vigilância de forma a extinguir aqueles que não estavam se mostrando essenciais, foi realizada a supressão de 04 (quatro) postos de trabalho em regime de escala de 12x36 diurnos, bem como a readequação de 02 (dois) postos em regime de escala 12x36 diurnos para 02 postos de trabalho em regime de escala 5x12, tendo sido a empresa informada a respeito da redução contratual, consoante Ofício nº. 283/DAGES, de 23.07.2012. Contudo, com a mudança da sede da FUNAI para outro edifício e a transferência parcial de bens patrimoniais a partir do mês de dezembro/2012 foi necessário voltar ao "status quo" de modo a manter postos de vigilância nos dois edifícios, tendo sido acordado com a empresa contratada. Assim foram eliminados dois postos 12X36 e readequados dois para 44 horas semanais. Desse modo, estão mantidos 06 postos em escala 12x36 e 02 postos de 44 horas semanais, no atual prédio e 03 postos 12X36 e 01 posto 44 horas semanais no novo edifício sede. Não há quantitativo de postos excessivos no contrato, sendo mantido o mínimo suficiente para atender aos dois edifícios, até a conclusão da transferência da sede da FUNAI. Cabe informar que está sendo elaborado novo estudo para a contratação de vigilância para nova sede.* | |
| | |

**CGRL / CGGP**

| | | | |
|---|---|---|---|
| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***OOrdem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *10* | *201203649* | *3.1.6.2* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 2:*** *Fortalecer os mecanismos de controles internos administrativos, formando servidores para o* | | | |

| |
|---|
| *desempenho de atividades de elaboração de estudos de viabilidade para a contratação de mão-de-obra terceirizada, em especial para a prestação de serviços de vigilância.* |
| ***Providências Adotadas*** |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** \| ***Código SIORG*** |
| *Coordenação Geral de Gestão de Pessoas* \| |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** |
| *Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística, contudo a formação de servidores para atividade de elaboração de estudos de viabilidade para contratação de mão-de-obra especializada, implica em alguns conhecimentos pré-existentes de segurança relativos ao assunto. Entretanto os servidores vêm buscando informações básicas para suporte do estudo das necessidades do órgão para tal contratação.* |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** |
| *A especificidade quanto à análise de riscos, internos e externos, condições de vulnerabilidade da operação de segurança patrimonial, especialmente, exigem amplo conhecimento técnico de especialistas que trabalham no ramo de segurança.* |

**CGRL/ CGGP**

| | | | |
|---|---|---|---|
| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Ordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *11* | *201203649* | *3.1.6.3* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 1:*** *Envidar esforços no sentido de promover o aperfeiçoamento dos servidores, para que estes promovam os controles internos administrativos necessários que garantam observância aos dispositivos legais quanto à execução dos contratos administrativos celebrados com a FUNAI, em especial para os de prestação de mão-de-obra terceirizada.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Coordenação Geral de Gestão de Pessoas* | | | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | | | |

| |
|---|
| *Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística tais como: Licitação e Contratos Administrativos, à distância – treinamento virtual e presenciais de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimento; Gestão e Fiscalização de Contratos; Formação e atualização em Licitações e Contratos; Formação de Pregoeiros, Elaboração de Editais; Registro de Preços; Fiscalização de Contratos Administrativos, Gestão de Materiais e Planejamento da Logística de Suprimentos; Melhores Práticas em Elaboração e Avaliação de Planilhas de Formação de Custos em Contratos de Locação de Mão-de-obra e Contratação de Serviços na Administração Pública.* |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** |
| |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | |
|---|---|
| ***Denominação Completa*** | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

| ***Recomendações do OCI*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***OOrdem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *12* | *201203649* | *3.1.6.4* | |

| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | |
| ***Recomendação 2:*** *Aprimorar os controles internos administrativos da Unidade de forma a designar, quando da celebração dos próximos contratos, servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, consignando as atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, na portaria de nomeação do servidor ou então publicar ato administrativo - portaria, resolução ou instrução, que disponha de todas as atividades relacionadas à função, de forma a garantir o cumprimento das obrigações avençadas pela contratada, e, consequentemente, obter uma execução sem o acarretamento de prejuízo ao Erário, consoante ao contido nos Acórdãos TCU nºs 2.632 e 468/2007, ambos Plenário.* | |
| ***Providências Adotadas*** | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | ***Código SIORG*** |
| *Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.* | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | |
| *Acatada a recomendação. Informamos que foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.1316/2013-56) visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30.04.2013. Quando da celebração dos contratos é designado, por portaria da Diretoria de Administração e Gestão, o servidor responsável para* | |

| |
|---|
| *acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93. As atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, estão incluídas em cláusula específica nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados. O Fiscal de Contrato designado recebe do Setor de Contratos, cópia da portaria que o designou, do contrato e das "Orientações Básicas para Fiscais de Contrato" elaboradas pelo Serviço de Contratos.* |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** |
| |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***OOrdem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *13* | *201203649* | *3.1.6.4* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 3:*** *Adotar as providências necessárias para que a fiscalização da execução contratual seja realizada de forma tempestiva e efetiva, com o devido atendimento às disposições contidas no Anexo IV da IN nº 02/MPOG/2008, quando da celebração de contratos de prestação de serviços, e ainda, incluir no processo os Relatórios de Acompanhamento/Fiscalização ou documentos equivalentes que mencionem todas as ocorrências sobre a execução do Contrato nº 191/2007, conforme Cláusula Nona – Do Acompanhamento e da Fiscalização e art. 67, Parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.* | | | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | | | |
| *O contrato de que se cuida foi extinto em Maio/2012. Foram adotadas providências junto ao Ministério Público do Trabalho para o encerramento do contrato e pagas as rescisões contratuais com crédito retido da empresa pela própria Fundação Nacional do Índio.*<br><br>*As recomendações em questão foram divulgadas no âmbito das Coordenações desta Fundação e adotadas* | | | |

| |
|---|
| *providências de inclusão de cláusula específica nos contratos de prestação de serviços relativamente à fiscalização e atribuições do fiscal, onde restou consignado que a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá o disposto nos §§4º e 5º do art. 34 da IN SLTI/MP nº. 02/2008, bem como, ao disposto no seu Anexo IV.*<br><br>*Ademais, foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30.04.2013.* |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** |
| |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Ordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *14* | *201203649* | *3.1.6.6* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 1:*** *Instruir os autos do Processo com as apólices de seguro, relativa ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, de 01/06/2010 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.* | | | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | | | |
| *Informamos que foi encaminhado Ofício à empresa locadora solicitando cópia da apólice de seguro e comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguros, que nos reportou informando que não trabalhava com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. A declaração da empresa não informa se os prêmios de seguro estavam sendo liquidados pela empresa ou por terceiros.*<br><br>*Cabe informar que esta Fundação procedeu à contratação de outro prédio e está em procedimentos de* | | | |

| |
|---|
| *transferência de sua sede.* |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** |
| |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | |
|---|---|
| ***Denominação Completa*** | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

| ***Recomendações do OCI*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***OOrdem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *15* | *201203649* | *3.1.6.6* | |

| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | |
| ***Recomendação 2:****Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locadora relativo ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, 01/06/2010 a 31/05/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato.* | |

| ***Providências Adotadas*** | |
|---|---|
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | ***Código SIORG*** |
| | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | |
| *A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e documentos (fls. 631 a 730)* | |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** | |
| | |

| ***Unidade Jurisdicionada*** | |
|---|---|
| ***Denominação Completa*** | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

| *Recomendações do OCI* | | | |
|---|---|---|---|
| *Recomendações Expedidas pelo OCI* | | | |
| ***OOrdem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *16* | *201203649* | *3.1.6.6* | |

| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

***Descrição da Recomendação***

***Recomendação 3:*** *Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamento dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locatária, no caso da prorrogação da vigência relativa ao período de 31/05/2011 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato nº 110/2010.*

***Providências Adotadas***

| ***Setor Responsável pela Implementação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|
| | |

***Justificativa para o seu não Cumprimento***

*A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e documentos (fls. 631 a 730)*

***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor***

**CGRL**

| *Unidade Jurisdicionada* | |
|---|---|
| ***Denominação Completa*** | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

| *Recomendações do OCI* | | | |
|---|---|---|---|
| *Recomendações Expedidas pelo OCI* | | | |
| ***OOrdem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *17* | *201203649* | *3.1.6.6* | |

| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

***Descrição da Recomendação***

| |
|---|
| ***Recomendação 4:*** *Publicar na imprensa oficial os instrumentos de contratos e seus aditivos, condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao parágrafo único do art. 61 da citada Lei.* |
| ***Providências Adotadas*** |

| ***Setor Responsável pela Implementação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|
| *Na sede o Serviço de Análise de Contratos e Convênios da Coordenação de Contabilidade da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças – SEAC/CCONT/CGOF.* | |

| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** |
|---|
| *Foi acatada a recomendação e esta Fundação tem procedido tal como determina a legislação. Não obstante, foi amplamente divulgada a recomendação, por meio do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012, à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos com determinação para adoção do recomendado.*<br><br>*A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) com a determinação do contido na referida recomendação.* |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** |
| |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | |
|---|---|
| ***Denominação Completa*** | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

| ***Recomendações do OCI*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Ordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *18* | *201203649* | *3.1.6.6* | |

| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|
| *Fundação Nacional do Índio* | *00173* |

| ***Descrição da Recomendação*** |
|---|
| ***Recomendação 5:*** *Formalizar o termo de contrato, independentemente da modalidade de licitação utilizada para contratação, sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento serviços, conforme preconizado no artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93.* |
| ***Providências Adotadas*** |

| ***Setor Responsável pela Implementação*** | ***Código SIORG*** |
|---|---|

| | |
|---|---|
| *Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.* | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | |
| *Esclarecemos que a Fundação-Sede regularmente cuida de formalizar os seus contratos, consoante disposições contidas no artigo 62, § 4º, da Lei nº. 8.666/93. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI (Memorando Circular nº 647) e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012).* | |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** | |
| | |

**CGRL**

| ***Unidade Jurisdicionada*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***Ordem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *19* | *201203649* | *3.1.6.6* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 6:*** *Instruir os autos do Processo de locação de imóvel com toda a documentação pertinente, em atendimento ao estabelecido na Cláusula décima oitava do Termo de Contrato nº 110/2010.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.* | | | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | | | |
| *Foram adotadas providências no sentido de juntar ao processo a documentação conforme recomendação. Documentos constantes às fls. 02 a 13 (Contrato social e alteração contratual) e 318 a 443 (Certidões do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal).* | | | |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** | | | |

| |
|---|
| |

**CGRL**

| *Unidade Jurisdicionada* | | | |
|---|---|---|---|
| ***Denominação Completa*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Recomendações do OCI*** | | | |
| ***Recomendações Expedidas pelo OCI*** | | | |
| ***OOrdem*** | ***Identificação do Relatório de Auditoria*** | ***Item do RA*** | ***Comunicação Expedida*** |
| *20* | *201203649* | *3.1.6.6* | |
| ***Órgão/Entidade Objeto da Recomendação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Fundação Nacional do Índio* | | | *00173* |
| ***Descrição da Recomendação*** | | | |
| ***Recomendação 7:*** *Cumprir o rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóvel, instruindo o Processo com toda a documentação relativa aos estudos realizados para averiguação das características relevantes e determinantes do imóvel, quanto a localização, destinação, dimensão e edificação de maneira que fique comprovado que o imóvel a ser locado satisfaz o interesse da administração, em cumprimento ao estabelecido no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93.* | | | |
| ***Providências Adotadas*** | | | |
| ***Setor Responsável pela Implementação*** | | | ***Código SIORG*** |
| *Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.* | | | |
| ***Justificativa para o seu não Cumprimento*** | | | |
| *Acatada a recomendação. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos o cumprimento do rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóveis e ainda, para que os fiscais dos contratos observem a comprovação da regularidade fiscal das empresas contratadas e que os documentos comprobatórios sejam anexadas aos respectivos processos de pagamentos, consoante consta do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012 à Coordenação Geral de Recursos Logísticos.* | | | |
| ***Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor*** | | | |
| | | | |

## 10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

As recomendações consignadas pela Auditoria Interna da Fundação são consideradas relevantes pela UJ e respondidas por meio do SIAUDI – Sistema de Auditoria Interna, em caso de implementação/esclarecimentos. Em caso de não acatamento das recomendações, a UJ procura esgotar todos os meios de esclarecimento da situação apresentada.

## 10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 10.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

| **Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR** | **Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93** | **Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR** | | |
|---|---|---|---|---|
| | | **Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função** | **Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função** | **Final do Exercício Financeiro** |
| **Autoridades** (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | - | - | - |
| | Entregaram a DBR | - | - | - |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |
| **Cargos Eletivos** | Obrigados a entregar a DBR | - | - | - |
| | Entregaram a DBR | - | - | - |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |
| **Funções Comissionadas** (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 257 | 226 | 955 |
| | Entregaram a DBR | 257 | 226 | 955 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |

*Análise Crítica*

**- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR**

**- P**ara fins do cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, bem como o disposto na Portaria Interministerial

MP/CGU nº 298, de 06/09/2007 e na Instrução Normativa TCU nº 67, de 06/07/2011, do Tribunal de Contas da União – TCU e à Controladoria Geral da União – CGU, foi providenciado novo formulário de Declaração para autorização de acesso aos dados de Bens e Rendas, para assinatura dos servidores ocupantes do cargo efetivo e comissionado, lotados na Sede, Unidades Regionais e Museu do Índio, às declarações Todos os servidores fizeram os devidos encaminhamentos, optando pela autorização de acesso às declarações anuais.

Desde então há um acompanhamento, no ato da posse para novos servidores nomeados para cargo efetivo, função de confiança ou em comissão e contratos temporários, quanto à entrega de um dos formulários solicitados, sendo que todos no exercício de 2011 optaram pela autorização de acesso às declarações anuais.

**- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR**

- Serviço de Cadastro, Lotação e Movimentação - SECAD

**- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento**

Não.

**- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá**

Em papel, formulário específico.

**- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida**

Não. Tendo em vista que foi autorizado o acesso às declarações anuais.

**- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações**

As Declarações de Bens e Rendas e/ou Autorizações de Acesso às declarações anuais, são arquivados nos assentamentos funcionais do servidor.

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício | |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Cargos em Comissão** | **777** | **694** | **396** | **344** |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | **0** | **0** | **0** | **0** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | **777** | **694** | **198** | **172** |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | **-** | **262** | **91** | **71** |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | **-** | **4** | **3** | **4** |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | **-** | **20** | **9** | **7** |
| 1.2.4. Sem Vínculo | **391** | **402** | **94** | **90** |
| 1.2.5. Aposentados | **-** | **6** | **1** | **0** |
| **2. Funções Gratificadas** | **323** | **261** | **59** | **54** |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | **-** | **258** | **58** | **54** |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | **-** | **0** | **0** | **0** |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | **-** | **3** | **1** | **0** |
| **3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)** | **1554** | **955** | **455** | **398** |
| Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013 | | | | |

## 10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, **AntônioCarlos Paiva Futuro,** CPF n°**509.440.457-15**, **Diretor de Administração e Gestão**, exercido na **Fundação Nacional do Índio**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e parcialmente atualizadas e em processo de atualização, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV,

conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2013.

**AntônioCarlos Paiva Futuro**
**509.440.457-15**
**Diretor de Administração e Gestão**
**Fundação Nacional do Índio**

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

## 11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A Unidade Jurisdicionada Fundação Nacional do Índio por intermédio das Unidades Gestoras 194035 – FUNAI/SEDE-DF e 194022 – MUSEU DO ÍNDIO/RJ, em cumprimento às determinações exaradas na norma MACROFUNÇÃO 020300: Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES da Secretaria do Tesouro Nacional - harmônica à NBC T 16.9 e NBC T 16.10 - que dispõe sobre as orientações quanto aos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, está aplicando os critérios e procedimentos inerentes ao registro da depreciação na conta contábil 142900000 – Depreciação, Amortização e Exaustão, por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS/SIAFI.

No exercício de 2012 foram empreendidas ações no sentido de realizar o inventário patrimonial das Unidades Gestoras remanescentes vinculadas à sobredita Unidade Jurisdicionada. Finalizadas tais ações, será constituída comissão com o propósito de proceder a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, o que possibilitará que aludidas Unidades Gestoras realizem o cálculo da depreciação.

Os procedimentos relativos à reavaliação ainda não foram definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo, em decorrência, ainda não aplicável à Unidade Jurisdicionada.

Não são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada a amortização e a exaustão, visto que a amortização destina-se à redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado e a exaustão se refere à redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

Seguem as orientações e critérios da norma MACROFUNÇÃO 020300 – Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES, a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação e as taxas utilizadas para os cálculos, os quais são realizados pelo mencionado Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Não foi mensurado o impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

## 11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 DECLARAÇÃO COM RESSALVA

QUADRO 11.2.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

| **DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA** | |
|---|---|
| **Denominação completa (UJ)** | **Código da UG** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL DO VALE DO JAVARI/AM** | **194007** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS/PA** | **194011** |
| **FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO/BA** | **194018** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/MG** | **194019** |
| **FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO/RS** | **194027** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/MT** | **194029** |
| **FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU/MT** | **194031** |
| **FUNAI – SEDE BRASÍLIA/DF** | **194035** |
| **FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO/MT** | **194036** |
| **FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT** | **194042** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/AM** | **194048** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL/SC** | **194061** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL MARANHÃO/MA** | **194074** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE 1/AL** | **194077** |
| **COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ/MS** | **194085** |
| **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – U.O.** | **194088** |
| **FUNAI – DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL** | **194151** |
| **FUNAI – DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** | **194152** |

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZADO;
*b) FALTA DE REAVALIAÇÃO/REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES;*
c) CONVÊNIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA;
d) CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA;
e) TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIGÊNCIA EXPIRADA;
f) ACORDO COOP.TÉCNICA A COMPROVAR – DATA EXPIRADA;
g) FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO;
h) FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB.

Destaco que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizadas no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Local** | Brasília-DF | **Data** | 04 de março de 2013 |
| **Contador Responsável** | Maria Raquel Bastos de Carvalho | **CRC n°** | 4.803/DF |

## *CONCLUSÃO*

Da Constituição Federal de 1988, a Funai encontra toda sua razão de ser e é fonte inspiradora de toda sua ação. Sua missão e visão de futuro são reflexos da fonte diretiva constitucional. Nopresente Relatório de Gestão estão espelhados o Programa Temático, os objetivos, metas, ações e iniciativas do Plano Plurianual da Funai.

O Estado Brasileiro se estrutura por meio da Funai para dar cumprimento às diretivas constitucionais aplicadas às populações indígenas brasileiras, que, por sua vez, são delimitadas na legislação infraconstitucional e instrumentalizadas por meio de atos normativos para sua ação junto às populações indígenas.

Dessa forma, a Funai realiza a regularização fundiária das terras indígenas, a promoção dos direitos sociais, aa salvaguarda e proteção das populações indígenas mais fragilizadas, que são os assim chamados índios isolados e de recente contato.Acrescenta-se a isso um dado animador: as terras indígenas abrangem cerca de 13% do território nacional demarcado como Terras Indígenas e mais de 95% desse território está efetivamente preservado sob o aspecto ambiental e protegido sob o aspecto legal, para posse e usufruto das populações indígenas brasileiras. Esses dados dimensionam a atuação do órgão indigenista de Estado. Essa é a dimensão da Funai. Sabe-se que terra demarcada significa a garantia da reprodução física e cultural das comunidades indígenas, segundo seus usos, costumes e tradições.

## NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

A seguir, apresenta-se o **Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI)**, exercício de 2012. A Lista de Abreviaturas, a Lista de Quadros e o Sumário são os mesmos do início do texto.

À guisa de esclarecimento, a Funai solicitou, em vídeo conferência realizada no auditório da sede do Departamento da Polícia Federal - Brasília, em 19 de fevereiro de 2013, orientações sobre a elaboração do Relatório de Gestão Consolidado da Funai, exercício de 2012, que requeria também por determinação da DN 119 do TCU a consolidação de informações sobre a gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI). Considerando que os recursos da RPI são extraorçamentários, com dinâmica própria de gestão orçamentária e financeira e considerando que os recursos da Funai são provenientes do Orçamento Geral da União, foram solicitadas informações sobre como proceder para prestar as informações requeridas, especialmente as que diziam respeito à programação e execução da despesas orçamentárias e financeiras de fontes distintas, no formato dos quadros exigidos na Parte A do Anexo II da DN nº 119/2012. Na ocasião e por orientação da DSSEG/CGU, essas questões foram formalizadas e encaminhadas, via mensagem eletrônica, no mesmo dia 19 de fevereiro. Em 21 de fevereiro, via mensagem eletrônica, foram encaminhadas pela Funai/DAGES/CGGE informações adicionais solicitadas pela DSSEG/CGU em mensagem de 20 de fevereiro de 2013.

Em 5 de março de 2013, em nova mensagem eletrônica para a Chefia da DSSEG/CGU, a Funai/DAGES/CGGE reiterou os questionamentos contidos na mensagem de 21 de fevereiro de 2013 sobre a RPI com vistas a consolidação de seus dados no Relatório de Gestão da Funai, relativo ao exercício de 2012. Nas mensagens eletrônicas trocadas, foram encaminhadas pela Funai informações solicitadas pela CGU na data de 20 de fevereiro de 2013.

*MINISTÉRIO DA JUSTIÇA*
**FUNCAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**
**RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA**

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão da **RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA** do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**BRASÍLIA**
**MARÇO/2013**

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| ***Poder e Órgão de Vinculação*** | | | |
|---|---|---|---|
| ***Poder:*** *Executivo/ Função essencial à Justiça* | | | |
| ***Órgão de Vinculação****: Ministério da Justiça* | | | ***Código SIORG****: 316* |
| ***Identificação da Unidade Jurisdicionada*** | | | |
| ***Denominação Completa****: Renda do Patrimônio Indígena* | | | |
| ***Denominação Abreviada****: Renda Indígena* | | | |
| ***Código SIORG****:* | ***Código LOA:*** *nao se aplica* | | ***Código SIAFI:*** *194040* |
| ***Situação:*** *ativa* | | | |
| ***Natureza Jurídica****: Fundação do Poder Executivo* | | | ***CNPJ:*** *00.059.311/0019-55* |
| ***Principal Atividade****: Admnistração Pública em Geral* | | | ***Código CNAE:8411-6/00*** |
| ***Telefones/Fax de contato****:* | *(061)3313-3501* | *(061)3313-3502* | |
| ***Endereço Eletrônico****:* | | | |
| ***Página na Internet****: http://wwwfunai.gov.br* | | | |
| ***Endereço Postal****: SEPS 702/902 Projeção A Ed. LEX, 3º andar CEP 70340-904* | | | |
| ***Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*** | | | |
| *Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada* | | | |
| *Lei 5.371/67 Art. 1º item II e Art. 3º itens I, II e III; Lei n. 6.001/73, e Decreto nº. 7.778 de 27/07/2012.* | | | |
| *Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada* | | | |
| *Portaria 990 de 07/07/2010* | | | |
| *Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada* | | | |
| | | | |
| *Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada* | | | |

| ***Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*** | |
|---|---|
| *Código SIAFI* | *Nome* |
| *194202* | *PROJETO CHIQUITANO - CUIABA - MT* |
| *194203* | *PROJETO CVRD - IMPERATRIZ - MA* |
| *194204* | *RENDA INDIGINA - FUNAI - MARABA - PA* |
| *194205* | *PROJETO KAIAPO - COLIDER - MT* |
| *194206* | *FUNAI-R.I PROJETO LEILAO MAD. T.I MEQUENS-RO* |
| *194207* | *PROJETO AVA-CANOEIRO - GOIANIA - GO* |
| *194208* | *PROJETO GUARANI - BR 101* |
| *194209* | *PROJETO GUARANI BR 101 - PASSO FUNDO - RS* |
| *194211* | *FUNAI-COLIDER - PROJETO ACAO PILOTO- BR-163* |
| *194212* | *FUNAI-COLIDER AREA INFLUENCIA PROJETO BR 163* |
| *194216* | *RENDA ARTINDIA - MUSEU DO INDIO - RJ* |
| *194218* | *R.I-PROJETO PCH CASCATA CHUPINGUAIA/CUIABA/MT* |
| *194221* | *PROJETO PITAGUARY - NAL - CEARA - CE* |
| *194222* | *PROJETO DA RESERVA KONDA - CHAPECO - SC* |
| *194223* | *LOJA ARTINDIA CUIABA - MT* |
| *194224* | *PROGRAMA SARARE - CUIABA - MT* |
| *194226* | *LOJA ARTINDIA DE GOIANIA - GO* |
| *194229* | *PROJETO JUDICIAL - T.I ALTO TURIACU - MA* |
| *194230* | *LOJA ARTINDIA MUSEU DO INDIO - RJ* |
| *194231* | *PATRIMONIO CULTURAL - ARTINDIA BRASILIA - DF* |
| *194232* | *GESTAO TERRITORIAL INDIGENA SARARE - MT* |
| *194233* | *PROJETO INTEGRADO APYTEREWA E IPIXUNA* |
| *194234* | *PROJETO GUAJAJARA/CARU - T.I CARU - MA* |
| *194235* | *PROJETO JURITI/GUAJA - T.I AWA-GUAJA - MA* |
| *194236* | *PROJETO COMUNIDADE INDIGENA FULNI-O - PE* |

| | |
|---|---|
| *194238* | *FUNAI - PROJETO COMUNIDADE INDIGENA COMBOIOS* |
| *194239* | *PROJETO COMUNIDADE INDIGENA KAYAPO* |
| *194240* | *PROGRAMA COMUNIDADE INDEGENA TERENA BR-163* |
| *194241* | *FUNAI-TUCUMA - PROJETO BR-163* |
| *194242* | *FUNAI-TUCUMA PROJETO VALE DO RIO DOCE* |
| *194243* | *PROGRAMA ENAWENE-NAWE PCH JURUENA-FUNAI JUINA* |
| *194244* | *PROGRAMA RIKBAKTSA PCH JURUENA-FUNAI JUINA* |
| *194245* | *PROGRAMA PARESI PCH JURUENA TANGARA SERRA MT* |
| *194246* | *PROGRAMA MENKU PCH JURUENA-FUNAI JUINA - MT* |
| *194247* | *PROGRAMA NAMBIKWARA PCH JURUENA TANGARA SERRA* |
| *194248* | *FUNAI-PROJETO NAMBIKWARA-CUIABA MT* |
| *194250* | *PROJETO AREA DE INFLUENCIA INDIRETA - BR163* |
| *194251* | *FUNAI - JI-PARANA - BR 429* |
| *194252* | *PROJETO C. I. ZO'E INDIOS ISOLADOS* |
| *194040* | *RENDA DO PATRIMôNIO INDíGINA - CGPIMA* |
| *194200* | *RENDA INDIGENA - FUNAI - SEDE* |
| ***Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada*** | |
| *Código SIAFI* | *Nome* |
| *19209* | Depto. de Patrimônio Indígena e meio Ambiente |
| ***Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões*** | |
| *Código SIAFI da Unidade Gestora* | *Código SIAFI da Gestão* |
| Não há outras unidades gestoras relacionadas. | Não há outra gestão relacionada. |

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, instituída por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, tem a atribuição de gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização, conforme determina o art. 1º, inciso II da referida lei. Ainda, determina o art. 3º do mesmo instituto legal que as rendas do Patrimônio Indígena devem ser administradas com o objetivo de emancipação econômica das tribos; acréscimo do patrimônio rentável; e custeio dos serviços de assistência ao índio.

Com o intuito de contextualizar, a definição do que compõe o Patrimônio Indígena e dos seus titulares é objeto do Título IV, “Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena”, arts. 39 a 43, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. E, as rendas do Patrimônio Indígena, ou comumente chamadas de renda indígena, resultam da aplicação de bens e utilidades integrantes do Patrimônio Indígena, e devem ser administradas com o objetivo de emancipação econômica das tribos; acréscimo do patrimônio rentável; e custeio dos serviços de assistência ao índio. A lei recomenda ainda que a renda indígena seja, preferencialmente, reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio, e que a reaplicação seja revertida principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômica.

Os recursos que compõem a renda do patrimônio indígena são provenientes da comercialização de produtos culturais indígenas resultantes das ações de promoção e preservação cultural desenvolvidas ou apoiadas pela Funai, indenizações ou compensações como forma de mitigar os impactos socioambientais causados por empreendimentos, tais como hidroelétricas ou estradas, que por ventura impactam as terras e/ou os povos indígenas, de leilões de recursos extraídos ilicitamente das terras indígenas, de doações, além dos recursos decorrentes da exploração do patrimônio indígena.

A Funai, na gestão do Patrimônio Indígena, propicia a participação das comunidades indígenas na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstram capacidade efetiva para o seu exercício.

As Coordenações Regionais em conjunto com as Coordenações Gerais e com os indígenas elaboram o Plano de Aplicação do portfólio de projetos ou programas, em conformidade com as finalidades e objetivos acima citados. A união desses planos formam o Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, aprovado pelo Ministro do Estado de Justiça.

Ressalte-se a participação efetiva das comunidades em todas as fases: no planejamento; na elaboração; na execução e; no controle. Registre-se ainda, que as comunidades indígenas absorvem com qualidade a proposta de gestão participativa, a despeito e, plenamente compreensível, das dificuldades naturais. Todavia, a constante capacitação dos atores envolvidos vem alcançando resultados satisfatórios.

A execução dos projetos fica a cargo das Coordenações Regionais, que seguem as legislações inerentes aos recursos públicos, a execução orçamentária e financeira, e os devidos registros contábeis ocorrem no SIAFI, no órgão 30205 – Renda do Patrimônio Indígena, conforme alínea "d" do despacho nº 594 do senhor Ministro de Estado da Justiça de 22/12/2004, ocorre pertinentes às coordenações regionais a quem cabe a execução, e o controle contábil.

## 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

A Renda do Patrimônio Indigena não possui organograma funcional. A Renda do Patrimônio Indigena não é uma unidade administrativa típica da FUNAI. Conforme mencioando acima, os programas e projetos que compõem o plano de aplicao da renda indigena são executados pelas coordenações regionais, e às responsabilidades institucionais serão tratadas no item 3.1.

# 2. INTRODUÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

O Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena, consolidado de acordo com os relatórios de gestão de cada programa/projeto recebidos pelas Coordenações Regionais – exercício 2012 – buscou estruturar o referido relatório conforme a DN TCU nº. 119 e 121/2012 e a Portaria TCU nº. 150/2012. No entanto, em virtude da Renda do Patrimônio Indígena não fazer parte do Orçamento Geral da União, além de suas especificidades na aplicação dos recursos, alguns itens serão apresentados de forma distinta ou não apresentados quando não aplicáveis à Renda.

Quanto à apresentação dos itens 3.1.2, 3.2.1 e 3.2.2 deste relatório de gestão, informaram que os mesmos serão apresentados de maneira diferenciada, uma vez que a Renda do Patrimônio Indígena é composta por 26 (vinte e sete) projetos/programas.

Os itens 1.4, 1.5, 1.6, 3.4, 4.1, quadro 4.2.1, item 4.2.2, item 4.3, 4.4, item 5.1, 5.1.1, quadro 5.1.1.1, item 5.1.1.2, 5.1.2, quadro 5.1.2.1, item 5.1.2.2, quadro 5.1.3.1, item 5.1.3.2, quadro 5.1.4.1, item 5.1.4.2, quadro 5.1.5.1, item 5.1.5.2, quadro 5.1.6.1, item 5.1.6.2, item 5.2, 5.2.1, quadro 5.2.1.1, item 5.2.2, item 5.2.2.1, quadro 5.2.2.1.1, item 5.2.2.2, quadro 5.2.2.2.1, item 5.2.2.3, quadro 5.2.2.3.1, item 5.2.2.4, item 5.2.3, item 5.2.3.1, item 5.2.4, item 5.2.4.1.1, quadro 5.2.4.1.1.1, item 5.2.4.1.2, quadro 5.2.4.1.2.1, item 5.2.4.2, item 6.1, item 6.1.1, quadro 6.1.1.1, item 6.1.2, todo item 6.4, todo item 7, todo item 8, todo item 9, item 10.2, quadro 11.1.1.1, item 11.1.2, quadro 11.1.2.1, item 11.1.3, quadro 11.1.3.1, item 11.1.4, quadro 11.1.4.1,

todo item 11.3, item 12.1, item 12.1.1, item 12.2.1, quadro 12.2.1.1, item 12.3, itens 14, 15, 16, todo item 17 e item 19 não se aplicam à natureza jurídica das UG's da Renda do Patrimônio Indígena. Os servidores detentores de cargos e funções de confiança que atuam na Renda Indígena são os mesmos servidores da FUNAI, razão pela qual esta informação deverá constar de forma consolidada no Relatório de Gestão da Unidade Central da Fundação.

As principais dificuldades para o cumprimento dos objetivos propostos foram às limitações encontradas pelas Unidades Descentralizadas da FUNAI na execução imediata dos programas/projetos, tendo em vista que o Decreto 7.778/2012 extinguiu e criou algumas Coordenações Regionais. Com a publicação da Portaria nº. 990 de 07 de julho de 2010, que subordinou a jurisdição de algumas Coordenações Técnicas Locais às respectivas Coordenações Regionais, pode-se observar uma melhora na execução desses projetos/programas. Com a publicação do referido Decreto e com a conclusão do Regimento Interno, as atribuições da Sede e das Coordenações Regionais quanto à execução e acompanhamento das atividades da Renda do Patrimônio Indígena estão contribuindo para o aprimoramento dos projetos/programas.

Em 2013 será dada continuidade na execução de todos os projetos/programas do exercício de 2012.

Este Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena segue agregado ao Relatório de Gestão da Funai sem as orientações da CGU sobre a RPI reequeridas tempestivamente.

## 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

### 3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

*3.1) Responsabilidades institucionais*

3.1.1) Competência institucional

De acordo com o Decreto nº. 7.778/2012 cabe à FUNAI a administração dos bens do Patrimônio Indígena.

Ao Presidente da Fundação cabe gerir o Patrimônio Indígena, estabelecer normas sobre sua gestão, além de ordenar despesas da Renda Indígena.

No início de cada exercício é elaborado o Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena. Esse plano será analisado e aprovado pela Diretoria Colegiada e submetido à aprovação do Ministro de Estado da Justiça.

Ao Conselho Fiscal compete fiscalizar a administração econômica e financeira do Patrimônio Indígena.

Cabe à Auditoria Interna da FUNAI o exame da prestação de contas anual da Renda do Patrimônio Indígena.

As atribuições para elaboração dos planos de aplicação e a execução dos programas/projetos da Renda foram definidas no Regimento Interno conforme Portaria n. 1.733/Pres de 27/12/2012.

À Diretoria de Administração e Gestão – DAGES incumbe: coordenar, controlar e executar financeiramente os recursos da Renda Indígena; gerir o Patrimônio Indígena; formalizar instrumentos que envolvam a transferência de recursos da Renda Indígena e analisar a prestação de contas dos mesmos.

À Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – DPDS incumbe: acompanhar e prestar informações sobre o planejamento, programação e execução orçamentária, física, financeira, quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob

responsabilidade da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS, inclusive daquelas provenientes da aplicação da renda do patrimônio indígena;

À Diretoria de Proteção Territorial – DPT incumbe: acompanhar e prestar informações sobre o planejamento, programação e execução orçamentária, física, financeira, quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob responsabilidade da DPT, inclusive daquelas provenientes da aplicação da renda do patrimônio indígena.

3.1.2) Objetivos estratégicos

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, conforme estabelece o Artigo 10 inciso VI do Decreto nº. 7.778/2012, integra o planejamento global da FUNAI, objetivando, além da preservação e valorização do Patrimônio Indígena, o fortalecimento da articulação entre os povos indígenas através dos recursos oriundos da Renda Indígena; o desenvolvimento sustentável, por meio da capacitação técnica na área socioambiental; a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, da gestão de recursos e projetos, e da disseminação dos conhecimentos tradicionais, além de demonstrar, os principais desafios por meios de experiências inovadoras de cunho sócio ambiental.

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena e suas respectivas ações - exercício de 2012 contou com receita total de R$ 42.446.937,80 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) e com despesa prevista no valor de R$ 29.028.696,12 (vinte e nove milhões, vinte e oito mil e seiscentos e noventa e seis reais e doze centavos), consolidado pela Coordenação de Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças e encaminhado pela Diretoria de Administração e Gestão à Presidência desta Fundação, para conhecimento e encaminhamento à Diretoria Colegiada para análise e aprovação, em cumprimento ao Despacho nº. 399 de 31 de outubro de 2007 do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

**DA RECEITA TOTAL**

A arrecadação dos recursos constantes no referido Plano de Aplicação do exercício de 2012 foi no montante de R$ 31.013.474,16 (trinta e um milhões, treze mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), sendo o valor de R$ 21.442.502,28 (vinte e um milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos e dois reais e vinte e oito centavos) referentes ao saldo de exercício anterior e o restante no valor de R$ 9.570.971,88 (nove milhões, quinhentos e setenta mil e novecentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos), referentes às parcelas recebidas em 2012 no valor de R$ 7.077.059,65 (sete milhões, setenta e sete mil e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), aos rendimentos da aplicação financeira em 2012 no valor de R$ 1.804.472,26 (um milhão e iotocentos e quatro mil e quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos) e ao cancelamento de restos a pagar no valor de R$ 689.439,97 (seiscentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos).

**DA DESPESA TOTAL**

Do valor total das despesas previstas no referido Plano de Aplicação foi realizada o montante de R$ 8.417.732,41 (oito milhões, quatrocentos e dezessete mil e setecentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), resultando assim um superávit no valor de R$ 22.595.741,75 (vinte e dois milhões e quinhentos e noventa e cinco mil e setecentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Como a Renda do Patrimônio Indígena é composta por programas/projetos específicos, serão apresentados os objetivos estratégicos de cada um deles, como segue:

**3.1.2.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.**

Este programa é elaborado e executado pela Diretoria de Administração e Gestão – DAGES, tendo como objetivo resgatar, promover, fortalecer e divulgar as manifestações artísticas e culturais das Sociedades Indígenas Brasileiras por meio da comercialização de artesanatos indígenas; oferecer às Sociedades Indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas e, executar o Plano de Recuperação do estoque e acervo do depósito da Artíndia, conforme determinação do Exmo.Sr. Ministro da Justiça – Despacho 291 de 26.12.2005.

**3.1.2.02 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano - 194202**

Apoiar as ações de segurança alimentar e geração de renda, revitalização cultural, inserção nas redes de sustentação social e gestão territorial, em benefício da etnia Chiquitano, composta por cerca de 2.400 indígenas, na área de influência do gasoduto Bolívia - Mato Grosso, segundo acordado pelo Convênio nº. 08/2002, celebrado entre GASMAT/FUNAI.

**3.1.2.03 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203**

Melhorar a qualidade de vida das Comunidades Indígenas Awa-Guajá, Guajajara e Urubu-K'aapor, composta por cerca de 1.954 indígenas, localizadas na área de influência da Estrada de Ferro Carajás, via aplicação de projetos produtivos que auxiliem a busca pelo autodesenvolvimento das referidas comunidades.

**3.1.2.04 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205**

O Projeto Kayapó está direcionado para as aldeias Kóróróti, Õmeikrãkum e Kakãkubem, compostas por cerca de 258 indígenas, localizadas no limite sul da TI. Mekrãgnoti para suprir as deficiências vividas nas aldeias. Os recursos para a manutenção deste projeto são oriundos de Leilão Público, da apreensão de madeira no KM 14 (Trecho São Felix do Xingu/Tucumã/São Felix do Xingu – PA).

A proposta inicial tem a função principal de apoiar e fortalecer essas novas Aldeias, com investimento e custeio de materiais de acordo com o Projeto proposto, auxiliando e mantendo as famílias, a construção das casas, apoiando as roças tradicionais, o plantio de grãos e o cultivo de alimentos tradicionais.

Sendo assim a implantação e o apoio a essas aldeias fortalecem a presença indígena ao sul da TI Mekrãgnoti, garantindo a vigilância e a fiscalização nas áreas até então vulneráveis a invasões e interferência da pressão do empreendedorismo de entorno.

**3.1.2.05 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233**

O projeto objetiva proporcionar o uso sustentável das Terras Indígenas Apyterewa e Araweté Igarapé Ipixuna, compostas por cerca de 425 indígenas, por meio da implantação de sistemas agroflorestais múltiplos, ampliação da agricultura de subsistência, execução do extrativismo vegetal, ações de proteção/recuperação/conservação das nascentes/cursos d'águas das terras indígenas/entorno e criação de gado leiteiro como suplemento alimentar para crianças.

**3.1.2.06 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó – 194204**

Dar continuidade aos projetos de atividades produtivas em desenvolvimento na Aldeia Sororó, que buscam a autossuficiência de forma a valorizar a participação, a integração e a organização da Comunidade Indígena Surui/Aikewaranas atividades fins, compostas por cerca de 360 indígenas.

**3.1.2.07 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG - – 194208 e 194209**

Implementar programas e/ou projetos de apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), compostas por cerca de 790 indígenas, afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis -SC e Osório-RS.

**3.1.2.08 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207**

Solucionar carências e problemas nas ações de fiscalização/vigilância, bem como solucionar deficiências instrumentais, empecilhos e dificuldades administrativas e proporcionar a continuidade e aperfeiçoamento das ações indigenistas junto aos índios Avá-Canoeiro, com 6 indígenas, e implantação do Programa de Apoio aos Ava - Canoeiro – PAAC.

**3.1.2.09 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó– 194239**

Proporcionar o uso sustentável da Terra Indígena Mekrãgnotire, aldeias Kubenkokre e Pykany, etnia Kayapó, compostas por cerca de 947 indígenas, bem como a gestão territorial coibindo possíveis invasões da terra indígena. Será dada continuidade às atividades de agricultura de subsistência, Infra-estrutura e corte e costura.

**3.1.2.10 – Programa Museu do índio/Renda Indígena - 194216**

Promover a valorização do artesão e do artesanato indígena, por meio de ações que contribuam para as relações de comércio baseado em valores de justiça socioeconômica, de solidariedade, de valorização cultural, de responsabilidade social e ambiental e com transparência na gestão.

As atividades desenvolvidas consistem no apoio a eventos visando sensibilizar o público visitante do Museu para assuntos relacionados às culturas Mbya, Marubo, Kalapalo, Yamanawa, Kaxinawa, entre outras. Foram feitos investimentos em suporte para exposições fotográficas produzidas pelos próprios indígenas.

**3.1.2.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221**

Trata-se de promover o desenvolvimento, escalonado em fases evolutivas, da comunidade Pitaguary, compostas por cerca de 4.185 indígenas, como um todo, com a consequente multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento dos recursos agroflorestais e aquáticos disponíveis, aliando conhecimentos tradicionais e técnicos, adaptados em parceria entre FUNAI, EMATERCE, UFC, Prefeituras locais e outros atores como IBAMA e Polícia Federal, visando à sobrevivência e a reprodução dos Pitaguary e seus modos de existência tradicionais, incluindo-se aqui a soberania sobre o seu território original, oficialmente regularizado pela Presidência da República. Destaca-se, assim, que o principal fator para a efetivação hábil destes objetivos e metas é a garantia legal de coexistência e trabalho dos Pitaguary em suas próprias terras.

Com sua implantação, o Projeto visou garantir às comunidades um amplo conhecimento nas questões referentes à organização das atividades previstas, participando das iniciativas nos trabalhos comunitários e tendo clareza e consciência das tarefas coletivas.

O Projeto visou também buscar a construção de sistemas produtivos, fortalecendo a subsistência, assim como a diversificação de atividades, visando à segurança alimentar e nutricional sustentável das comunidades. Dentro das atividades/ações está a criação de abelhas em apiários para a extração de mel para a melhoria na alimentação das famílias e comercialização do excedente; da mesma forma as atividades de piscicultura e criação de bovinos; a melhoria dos salões de corte e costura será dada continuidade à produção de artesanatos diversos e roupas em geral para a comercialização proporcionando a geração de renda.

O Projeto visou ainda dar continuidade a melhoria da infraestrutura das aldeias e na manutenção da frota de veículos.

**3.1.2.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazâ – Chupinguaia – 194218**

Assegurar a implementação e a execução de medidas mitigatórias/compensatórias aos povos indígenas beneficiados, impactados pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia - RO.

Este projeto tem como objetivo desenvolver e executar os programas de sustentabilidade organizacional, sustentabilidade socioeconômica e sustentabilidade socioambiental junto às comunidades indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã da TI Tubarão Latundê, compostas por cerca de 273 indígenas. As ações têm como objetivo fortalecer a capacidade organizacional, o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade cultural dessas comunidades. Promover o acompanhamento e a gestão do território e das comunidades indígenas, através de implementações de roças tradicionais, fiscalização e gestão estratégica de seus territórios, através da implementação de expedições de vigilância nos limites de suas divisas e melhoria da malha viária.

**3.1.2.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina – 194232**

Desenvolver na Terra Indígena Sararé, em benefício da etnia Nambikwara, grupos Katitaurlu, Nuntatesu e Waihatesu, compostas por cerca de 130 indígenas, ações socioambientais e econômicas, com vistas ao fortalecimento da Comunidade indígena na ocupação territorial e no usufruto da Terra Indígena, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida, geração de renda, apoio à gestão territorial e domínio pleno sobre seu território, oportunizando a reversão de atividades clandestinas na área, principalmente corte ilegal de madeira e garimpo.

**3.1.2.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224**

Desenvolver na Terra Indígena Vale do Guaporé, ações de construção de moradia, com vistas a fortalecer a Comunidade para incremento no usufruto da Reserva Indígena, de modo, a melhoria de qualidade de vida, geração de renda e à gestão territorial.

**3.1.2.15 – Kondá – 194222**

Atingir uma otimização eficaz e suficiente para desenvolver sustentavelmente, garantindo o completo usufruto dos recursos naturais e o impulsionamento sustentável das atividades de organização econômica indígena, benefiando cerca de 130 famílias indígenas.

**3.1.2.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235**

Reformar parte elétrica do posto da Terra Indígena Awa-Guajá, benefiando cerca de 46 indígenas.

**3.1.2.17– Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios – 194238**

Viabilizar a autossustentação da Comunidade Indígena Tupiniquim da Terra Indígena Comboios e a preservação de seus recursos naturais a partir do desenvolvimento de atividades que levem em consideração a realidade social, cultural e econômica da Etnia Tupiniquim, composta por cerca de 100 famílias da Etnia Tupiniquim, bem como as condições ambientais de seu território.

**3.1.2.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236**

Oferecer melhores condições, de vida aos indígenas Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, a fim de suprir as necessidades das famílias carentes em termos nutricionais, como também produzir renda para própria subsistência da comunidade.

**3.1.2.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242**

O objetivo maior do projeto é auxiliar as comunidades kayapó nas Terras Indígenas Kayapó e Mekragnotire, composta por cerca de 3.000 indígenas, na coleta da castanha, estimulando a organização entre os Mebengokre para fins de geração de renda, a partir do extrativismo e comercialização das sementes da Bertholletia excelsa, visto que, anualmente, essa é uma das principais fontes de renda das famílias por meio da comercialização.

**3.1.2.20 – Projeto Alto Turiaçu - 194229**

Atender às solicitações do povo Awá, localizado na aldeia Guaja, na Terra Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas, com a construção do prédio destinado ao atendimento de alunos indígenas e alojamento de professor.

**3.1.2.21 - Projeto Guajarara/Caru - 194234**

Apoiar a autossustentação da comunidade indígena, beficiando cerca de 380 indígenas.

**3.1.2.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250**

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR 163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas das Etnias Mebengokre, Paraná, Kayabí, Apiaká e Terena, composta por cerca de 2.045 indígenas, assim como a preservação de suas terras e recursos naturais.

**3.1.2.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena - 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248**

O Plano de Compensação Ambiental visa atender às exigências legais, decorrente dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs. Estão incluídas no Plano Básico Ambiental, as medidas mitigatórias/compensatórias para as Terras Indígenas Erikbaktsa, Japuira, Escondido e Enawene-Nawé, composta por cerca de 5.348 indígenas.

**3.1.2.24 - Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 - 194251**

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-429/Rondônia de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas isoladas, assim como a preservação de suas terras e recursos naturais.

Desenvolver nas terras indígenas e nas referências de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente.

**3.1.2.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo'e Índios Isolados - 194252**

Desenvolver na terra indígena Zo'é, composta por cerca de 432 indígenas, com os grupos étnicos locais, ações socioambientais e econômicas, com vistas ao empoderamento da comunidade indígena na ocupação territorial e no usufruto da terra demarcada.

**3.1.2.26 – CGPIMA – 194040/194200**

Apoiar os projetos e/ou programas de desenvolvimento econômico de iniciativa da comunidade indígena, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros consignados à conta da Renda do Patrimônio Indígena.

3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

3.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Conforme citado no item 3.1.2, a análise do andamento do plano estratégico também será apresentada por programas/projetos específicos, como segue:

**3.2.1.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231**

Comercializar artesanatos indígenas, bem como oferecer às sociedades indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas.

**3.2.1.02 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano - 194202**

Para a execução do "Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano" a Coordenação Regional de Cuiabá utiliza sua própria infraestrutura e equipe técnica, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília.

Por gestão do Projeto/FUNAI procurou-se implementar a inserção da Comunidade dos Chiquitanos, com cerca de 2.400 indígenas, nas redes de sustentação social e institucional, inclusive projetos ligados a FUNAI, objetivando a sustentabilidade futura de suas comunidades quando do termino do projeto.

As articulações entre FUNAI, Polícia Federal-DPF e Ministério Público Federal-MPF possibilitaram o apoio às comunidades de Vila Nova Barbecho, Nossa Senhora Aparecida, Pescaria (Monte Cristo) e Portal do Encantado, compostas por cerca de 2.400 indígenas, além de medidas para apurar constrangimentos e ameaças àquelas comunidades.

**3.2.1.03 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão – MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, que contou com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados/Parceiros e da própria comunidade indígena, benefiando cerca de 1.954 indígenas.

**3.2.1.04 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205**

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT executou, acompanhou e avalia o projeto relativo a Comunidade Indígena Kayapó, que conta com cerca de 258 indígenas, conforme as expectativas da própria população, visando assim o fortalecimento e o incentivo à melhoria das condições de vida nas comunidades indígenas. Buscou-se a participação efetiva das famílias para o bom uso dos investimentos, através de diagnósticos "in loco" sempre que necessários e de deliberações na própria sede da Coordenação com a presença de algumas lideranças indígenas, promovendo assim o bem-estar das populações.

Para a excelência na execução do Projeto a mencionada Coordenação Regional dispõe dos equipamentos e servidores da própria FUNAI. Em casos excepcionais a utilização de serviço de terceiros, principalmente meios de transporte e locomoção.

**3.2.1.05 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233**

A Coordenação Regional da Funai do Centro Leste do Pará/PA utilizou servidores e infraestrutura disponíveis no município de Altamira/PA, para consecução do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, no intuito de beneficiar cerca de 425 indígenas.

**3.2.1.06 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó - 194204**

A Coordenação Regional da Funai do Baixo do Tocantins disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó, compostas por cerca de 360 indígenas, servidores e infraestrutura, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, visando garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

**3.2.1.07 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG - 194208 e 194209**

A partir do Decreto nº. 7.778/2012 foi criada a Coordenação Regional do Litoral Sul/SC, que se tornou a responsável por todas as terras indígenas Guarani no litoral da região Sul do País, incluindo aí as terras indígenas participantes do PACIG, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, o que implicou na adequação de todos os procedimentos e das unidades administrativas (antes em Curitiba e Passo Fundo) para que os programas em andamento não tivessem qualquer prejuízo. Aliado a isso, a nomeação de novos servidores na Funai pelo Concurso Público Edital nº 01/2010, incrementou a equipe responsável pelo atendimento às comunidades Guarani da região Sul.

Cabe salientar que a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente – CGPIMA, antes responsável pela coordenação das atividades e gestão financeira dos recursos alocados na Renda do Patrimônio Indígena foi extinta, dando lugar à Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM.

Cabe à CGGAM, nesse novo desenho institucional coordenar as ações técnicas no Convênio, contanto com a colaboração das demais Coordenações Gerais no acompanhamento das ações inerentes a cada uma. Por exemplo, cabe à CGETNO – Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - coordenar as ações de etnodesenvolvimento, à CGPDS – Coordenação Geral de Promoção aos Direitos Sociais - as ações de infraestrutura e à CGGAM de coordenar e orientar essas Coordenações Gerais. A execução, deste modo, é responsabilidade das unidades locais da FUNAI.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas na execução do PACIG desde 2007 (quando do início de sua execução) é relacionada ao período de execução do mesmo. Como houve grande atraso no repasse dos recursos e consequentemente do início das atividades, o Convênio sempre foi prorrogado anualmente, pelo prazo igual de 1(um) ano. Essa ação inviabilizou algumas

atividades, especialmente aquelas que envolvem licitação ou outras modalidades de contratação. Os processos demoram cerca de 4 a 5 meses em análises jurídicas e quando encaminhados para a CGGAM, acabam por não ter mais prazos exeqüíveis para a realização das atividades. Assim, no ano seguinte, o processo deveria começar outra vez.

**3.2.1.08 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207**

A Coordenação Regional da Funai do Araguaia Tocantins/TO em conjunto com o Chefe do Posto Indígena Avá-Canoeiro, compsota por cerca de 6 indígenas, disponibilizou para a execução do Projeto os servidores e infraestrutura, além de contar com suporte de contratados para a fiscalização da terra indígena Avá-Canoeiro.

**3.2.1.09 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó – 194239**

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA na execução do "Projeto Comunidade Indígena Kayapó", composta por cerca de 947 indígenas, utiliza seus servidores, bem como sua infra-estrutura, como equipamentos e veículos disponíveis no município de Itaituba/PA, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, visando dar continuidade e sustentabilidade aos subprojetos implementados em parceria com a Comunidade Indígena.

**3.2.1.10 – Programa Museu do Índio/Renda Indígena - – 194216**

As atividades desenvolvidas pelos programas do Museu do Índio necessitam de diferentes estratégias de divulgação – banners, folders, sites e outros – e materiais artesanais que produzidos por artesãos de diferentes etnias, servindo de apoio às atividades desenvolvidas, em especial com alunos da rede pública que visitam o Museu do Índio.

O Museu do Índio tem dado ênfase a atividades como, mostras, palestras, projeções de vídeos e cursos de curta duração para cumprir sua missão de divulgação de informações sobre seu acervo e, em especial, sobre os povos indígenas.

Para acondicionar o artesanato adquirido e liberar espaços no Museu para desenvolver atividades junto ao público e estratégia encontrada foi à locação de contêineres.

O Museu do Índio, através do programa índios no Museu, promove exposições etnográficas, mostras fotográficas e venda de objetos. Todo o processo, da concepção à montagem, conta participação de índios. As fotos são produzidas em oficinas de fotografia nas aldeias e os artesanatos adquiridos servem de suporte para as atividades educativas e de divulgação.

Os objetivos propostos para o ano de 2012 foram plenamente alcançados, expressos através de mostras, palestras que visam ampliar os debates sobre a temática indigena. Os públicos visitantes do Museu do Índio, em geral e, em especial, aqueles oriundos das escolas públicas e particulares do estado, puderam incormporar novos conhecimentos sobre a dinâmica socioeconômica dos povso indígenas brasileiros, tranformendo-se, eles próprios em consumidores e divulgadores dos valores históricos dessas populações ancestrais.

**3.2.1.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221**

A Coordenação Regional do Nordeste II/CE tem a competência, em termos de recursos físicos e orçamentários, de disponibilizar servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento adequado do Projeto inerente a Comunidade Indígena Pitaguary, composta por cerca de 4.185 indígenas.

Além de contra com a mencionada estrutura, a mencionada Coordenação Regional, conta com a supervisão da FUNAI-sede em Brasília/DF, por meio da Coordenação Geral de

Orçamento, Contabilidade e Finanças-CGOF, da Diretoria de Administração e Gestão-DAGES, tanto quanto da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS, com a colaboração de técnicos convidados / parceiros e, ainda, da própria Comunidade Indígena.

### 3.2.1.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazâ – Chupinguaia - 194218

Após a criação do Conselho Gestor, foi solicitada e criada uma Unidade Gestora para a execução dos recursos recebidos em favor do Programa Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã, compostas por cerca de 273 indígenas, em benefício aos índios impactados direta e indiretamente pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia – RO.

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT disponibiliza para a execução do Projeto, servidores lotados naquela regional bem como de suas Coordenações Técnicas Locais de Vilhena, além de infraestrutura, com equipamentos e veículos, contando ainda com o suporte técnico de servidores lotados na Funai em Brasília/DF.

A aplicação dos recursos referentes ao Plano e Aplicação do exercício de 2012, consistiu em dar prioridade à manutenção dos equipamentos adquiridos com recursos o Projeto, bem como apoiar as atividades já implantadas (roças tradicionais e criação em pequena escala de bovinos), foi programado a realização de um curso de corte e costura para as mulheres da aldeia, porém não foi possível sua execução, ficando sua realização pra ser novamente discutida com a comunidade indígena no próximo exercício.

### 3.2.1.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Sararé” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena Sararé”, compostas por cerca de 130 indígenas, a reversão para a legalidade dos índios aliciados pelos madeireiros, valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida com segurança alimentar e bem estar nas aldeias; a inclusão da comunidade na gestão sócio econômica de sua realidade como: renda local gerada pelo artesanato, palmito, criação de gado e manejos; zelo com os recursos financeiros, bens materiais e serviços bem como, a vigilância indígena regular cominada com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional em questão firmou parcerias locais com as prefeituras de Conquista D´Oeste e Vila Bela/MT, Funasa e com a Escola Indígena Sararé.

### 3.2.1.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Hahaintsu” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena”, a reversão para a melhoria de moradias dos índigenas, dando qualidade de vida aos mesmos e barrando dos aliciamentos de madeireiros, bem como valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida e bem estar nas aldeias; a inclusão da comunidade na gestão sócio econômica de sua realidade com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional firmou parcerias locais com as prefeituras de Comodoro/MT.

### 3.2.1.15 – Kondá - 194222

A Coordenação Técnica Local da Funai de Chapecó/SC disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto. Além da estrutura utilizada, o Projeto conta com o suporte técnico de servidores da Coordenação Regional Interior

Sul/RS, FUNAI Brasília/DF, Técnicos Convidados bem como de Parceiros e da própria Comunidade Indígena.

**3.2.1.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, com equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto em referência.

Além da estrutura utilizada pela regional em questão, o Projeto contou com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena, composta por cerca de 46 indígenas.

**3.2.1.17 – Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios -– 194238**

A Coordenação Regional de MG – ES utiliza na execução do "Projeto Comunidade Indígena Comboios, composta por cerca de 100 famílias indígenas, servidores, infra-estrutura, equipamentos e veículos disponíveis nos municípios de Governador Valadares/MG e Aracruz/ES onde encontra-se localizada a Terra Indígena Comboios, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF.

A referida Regional, por meio da Coordenação Técnica de Comboios, tem buscado construir parcerias com instituições públicas e privadas localizadas no Estado do Espírito Santo, principalmente com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/INCAPER, visando oportunizar a Comunidade IndígenaTupiniquim de Comboios acesso a conhecimentos técnicos que poderão garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

**3.2.1.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236**

A Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas.

**3.2.1.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – Tucumã – 194242**

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contanto ainda com o suporte técnico de servidores desta Fundação lotados em Brasília/DF e com indígenas da própria comunidade da região, composta por cerca de 3.000 indígenas.

**3.2.1.20 – Projeto Alto Turiaçu - 194229**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contanto com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena do Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas.

**3.2.1.21 - Projeto Guajarara/Caru – 194234**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contando também com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena, composta por cerca de 380 indígenas.

**3.2.1.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250**

**194211 - BR 163**

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria FUNAI e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

**194212 - BR 163**

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria Funai e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

**194240 - BR 163**

A Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria FUNAI e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

**194241 - BR 163**

No PBA, cada um dos subprogramas tem projetos específicos para atender a um grupo de impactos socioambientais previamente identificados e assim contribuir para o objetivo geral do programa. Com relação à duração do programa, apresentam-se uma proposta de cinco anos de duração para os subprogramas de Alternativas Econômicas Sustentáveis, Educação Ambiental e Melhoramento de Vias de Acesso. A necessidade de continuidade ou alteração das atividades deverá ser objeto de avaliação, tendo como base os resultados do subprograma de Coordenação e Monitoramento. Para os subprogramas de Coordenação e Monitoramento e de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas, sugere-se que os mesmos tenham duração permanente e que sua continuidade esteja condicionada à avaliação e ao planejamento baseado nos dados de monitoramento.

**194250 - BR 163**

Não houve plano de aplicação no exercício de 2012.

**3.2.1.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena - 194243,**

**194244, 194245, 194246, 194247 e 194248**

**194243 - Programa Juruena Enawene-Nawe**

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT tem buscado na execução do Programa Enawene-Nawe PCH Juruena, estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

**194244 - Juruena Rikbaktsa**

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT tem buscado, na execução do Programa Rikbaktsa PCH Juruena, estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

**194245 - Juruena Paresi**

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, o que demanda alterações no programa original.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, governamentais ou não, e das Prefeituras Municipais de Conquista do Oeste, Tangara da Serra e Sapezal.

**194246 - Juruena Menku**

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões, que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, com isso serão necessárias algumas alterações nos programas iniciais, em razão de algumas atividades estarem sendo articuladas através da Prefeitura Municipal e outros parceiros governamentais e não governamentais.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis, com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, como a Prefeitura Municipal de Brasnorte, o IBAMA, a OPAN, entre outros.

**194247 - Juruena Nambikwara**

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela execução do programa. As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, tais como a Prefeitura Municipal de Sapezal, Associação Moxi, Associação Waklitsu, IBAMA, OPAN e Universidade.

**194248 - Juruena Nambikwara**

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela coordenação e execução do programa. Para isso, utilizam servidores lotados na CR Cuiabá e na CTL Vilhena, infraestrutura, equipamentos e veículos dessas unidades, além de contar com o suporte técnico de servidores lotados em Brasília/DF.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a

finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dado pela Prefeitura Municipal de Comodoro e pela Associação Nambikwara.

**3.2.1.24 - Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251**

Gestão junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, quanto à liberação da primeira parcela dos recursos destinados ao referido programa a fim de atender à Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato – CGIIRC/DPDS/FUNAI.

**3.2.1.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo'e Índios Isolados - 194252**

A Coordenação Regional do Centro Leste do Pará – PA utilizou na execução do Projeto Comunidade Indígena Zo'e, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos disponíveis na Coordenação.

**3.2.1.26 – CGPIMA – 194040/194200**

A Renda do Patrimônio Indígena utiliza a toda a estrutura funcional da Funai em Brasília/DF no apoio técnico à todas Unidades Descentralizadas da Função que executam recursos da mencionada renda.

## 3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

3.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Conforme citado no item 2.1.2 a analise do plano de ação também será apresentado por programas/projetos específicos, como segue:

**3.2.2.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.**

No Plano de Aplicação, exercício de 2012, no programa Artindia, a receita prevista foi de R$ 1.783.568,73 (cento e cinquenta e três mil reais). Atingiu-se o montante de R$ 1.696,172,82 (cem mil e quinhentos e dez reais e vinte centavos), sendo R$ 1.119,048,23 (setenta e oito mil e cento e setenta e seis reais e vinte centavos) referentes ao saldo do exercício anterior e R$ 577.124,59 (vinte e dois mil e trezentos e trinta a quatro reais) como previsão de vendas de artesanato indígena. Conforme determina a Portaria nº. 643/PRES/2010 de 05 de maio de 2010, a Loja Artíndia do Museu do Índio fica vinculada ao Museu do Índio.

O valor das despesas previstas para o exercício de 2012 foi de R$ 560.606,20 (quinhentos e sessenta mil e seiscentos e seis reais e vinte centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 21.625,00 (vinte e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais), sendo R$ 13.980,00 (treze mil e novecentos e oitenta reais) como crédito empenhado liquidado e R$ 7.645,00 (sete mil e seiscentos e quarenta e cinco reais) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 1.674.547,82 (um milhão e seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos) na conta única das UG's: 194230, 194231, 194223 e 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 1.783.568,73

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 1.696.172,82

Percentual alcançado: 95,10 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 560.606,20

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira ....R$ 13.980,00
Percentual alcançado: 2,49 %

A loja CEV – Artíndia Brasília - está subordinada à Diretoria de Administração e Gestão - DAGES.

**3.2.2.02 – 194202 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano**

No Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano a receita prevista foi de R$ 23.278,65 (vinte e três mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos). Atingiu-se o montante de R$ 41.571,82 (quarenta e um mil e quinhentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 20.978,65 (vinte mil e novecentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) e o restante no valor de R$ 20.593,17 (vinte mil e quinhentos e noventa e três reais e dezessete centavos) é proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional e do cancelamento de restos a pagar. Foi prevista uma despesa no montante de R$ 23.278,65 (vinte e três mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), tendo sido empenhadas despesas no valor de R$ 19.586,85 (dezenove mil e quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), sendo R$ 18.907,82 (dezoito mil e novecentos e sete reais e oitenta e dois centavos) como valores pagos e R$ 679,03 (seiscentos e setenta nove reais e três centavos) inscritos em restos a pagar, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 22.664,00 (vinte e dois mil e seiscentos e sessenta e quatro reais) aplicado na conta única da UG: 194202, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 23.278,65
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 41.571,82
Percentual alcançado: 178,58 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 23.278,65
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira ....R$ 19.586,85
Percentual alcançado: 84,14 %

- Em relação à atividade de Reocupação e Gestão Territorial foi promovido o acompanhamento junto ao MPF, DPF, PFE, de Regularização Fundiária e ameaças contra os Chiquitanos. Foi promovida a recuperação e construção de moradas e roças. Feito acordo judicial MPF, PFE/AGU e Fazendeiro garantindo a permanência da Comunidade Vila Nova Barbecho em suas terras até a identificação e demarcação.

- Na atividade de revitalização cultural na etapa de edição de cartilha histórico e cultural, não foi realizado a edição de cartilha em função da priorização de outras mentas. Apoio ao IPHAN no levantamento arqueológico e cultural objetivando a comprovação da ocupação tradicional chiquitano.

- Na atividade de Segurança Alimentar e Geração de Renda foram implementados parcialmente roças comunitárias em decorrência da manutenção do maquinário e conflito fundiário, aquisição e distribuição de cestas básicas, foi realizado acompanhamento Projeto MMA, não realizado reforma no barracão/Projeto em função da demora na construção do barracão MME, impossibilitando a desocupação do mesmo para instalação do maquinário de arroz.

- No que tange ao Fortalecimento das redes de sustentação social, foi realizado o apoio e construção do centro comunitário (escola/saúde) Vila Nova Barbecho e escolas em Acorizal e Central, apoio a atuação da pastoral da criança e melhoria da casa da FUNAI, não foi realizado

em função da priorização de outras metas.

**3.2.2.03 – 194203 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD**

Para o exercício de 2012, foi previsto recurso no montante de R$ 902.563,98 (novecentos e dois mil e quinhentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos). Atingiu-se um montante de R$ 1.071.091,25 (um milhão, setenta e um mil, noventa e um reais e vinte e cinco centavos), sendo proveniente do saldo do exercício de 2011 o valor de R$ 812.563,98 (oitocentos e doze mil e quinhentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos), somados aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2012 no valor de R$ 114.398,22 (cento e quatorze mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos) e do valor de R$ 144.129,05 (cento e quarenta e quatro mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos) devido a cancelamento de restos a pagar.

O valor previsto das despesas para o cumprimento do programa, no exercício de 2012, foi de R$ 902.562,38 (novecentos e dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 489.476,05 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinco centavos), sendo R$ 348.256,77 (trezentos e quarenta e oito mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 141.219,28 (cento e quarenta e um mil e duzentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 722.834,48 (setecentos e vinte e dois mil e oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos) aplicado na conta única da UG: 194203, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem..... R$ 902.563,98
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 1.071.091,25
Percentual alcançado: 118,67 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 902.562,38
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R$ 489.476,05
Percentual alcançado: 54,23 %

| PI | FINALIDADE |
|---|---|
| ADMINISTRAÇÃO | Aquisição de Óleo Diesel para execução de projetos |
| | Diárias para deslocamento de servidores |
| | Serviços Técnicos Profissionais |
| | Aquisição de Peças para veículos |
| | Manutenção e Conservação de Veículos |
| | Locação de Veículos |
| AWÁ | Aquisição de Veículo Caminhão Mercedes Benz |
| | Aquisição de Aparelhos e equipamentos de comunicação (rádio receptor portátil) |
| | Aquisição de Aparelhos e utensílios domésticos (Freezer Horizontal) |
| | Aquisição de semoventes e equipamentos de montaria |
| | Aquisição de Máquinas e ferramentas e utensílios para oficina |
| | Aquisição de utensílios hidráulicos e elétricos (bomba dágua) |
| BACURIZEIRO | Aquisição de Materiais e Bens Imóveis/Instalação |
| | Aquisição de sementes, mudas de plantas e insumos |

| | |
|---|---|
| GUAJÁ | Aquisição de fornos quadrados |
| | Aquisição de prensas metálicas para mandioca |
| JANUARIA | Aquisição de Cevador para ralar mandioca |
| | Manutenção de Veículos |
| JURITI | Aquisição de Bomba d água manual |
| | Serviços de instalação elétrica casa de farinha |
| MAÇARANDUBA | Aquisição de Veiculo Caminhão Mercedes |
| | Aquisição e Arame Farpado, areia, cimento, pregos, parafusos e estacas |
| NOVO PLANETA | Aquisição de 2 gadanhos destinados as comunidades indígenas da aldeias novo planeta inerentes ao acordo de cooperação FUNAI/VALE |
| PIÇARRA | Aquisição de forno quadrado para aldeia capitão mira, fim atender plano anual de trabalho relativo ao acordo de cooperação firmado entre FUNAI/VALE |
| | Aquisição de 55 rolos de arame farpado destinado a atender demandas constantes no acordo de cooperação funai/vale 2011, relativo a aldeia piçarra preta |
| | Reforço a NE fim complementar quantidade solicitada e constante certame licitatório |
| | Aquisição de facao de 20´´para atender as atividades das comunidades indígenas da aldeia piçarra preta |
| | Aquisição de enxadas destinadas à utilização nas atividades produtivas das comunidades indígenas da aldeia piçarra preta |
| | Aquisição de novilha bovina destinada à comunidade indígena da aldeia piçarra |
| | Aquisição de garrote e boi reprodutor destinado as comunidades indígenas residentes na aldeia piçarra, pregão 08/2011 |
| | Aquisição de pacotes de 1 kg contendo grampos para cerca destinados a comunidade indígena contemplada no acordo de cooperação funaixvale |
| | Aquisição de cavadeiras as comunidades indígenas da aldeia piçarra preta fim atender o objeto do acordo de cooperação funiaxvale |
| PIQUIZEIRO | Aquisição de enxadas fim atenderem o constante no plano anual oriundo do acordo de cooperação funaixvale, pregao 022011 |
| | Aquisição de lima chata para atender as atividades de projetos estruturantes do acordo de cooperação funaixvale |
| | Aquisição de 3 martelos destinados a utilização pelas comunidades indígenas da aldeia piquezeiro |
| | Aquisição de machados fim atenderem demanda das comunidades indígenas da aldeia piquizeiro conf. Pat/2011 |
| | Aquisição de foices destinadas as comunidades indígenas da aldeia piquizeiro, conforme plano anual de trabalho 2011 do acordo de cooperação funaixvale |
| | Aquisição de cavadeira destinada às comunidades indígenas da aldeia piquizeiro |
| | Aquisição de grampos para cerca pacotes de 1 kg destinados as |

| | |
|---|---|
| | comunidades indigenas contempladas no acordo de cooperaçao funaixvale |
| TABOCAL | Aquisição de boi reprodutor destinado comunidade indígenas aldeia tabocal conforme acordo de cooperação funaixvale |
| | Aquisição de reprodutor e matriz suína destinadas as comunidades indígenas da aldeia tabocalo, pregão 08/2011 |
| | Aquisição de novilhas destinadas às comunidades indígenas da aldeia tabocal |
| TIRACAMBU | Aquisição de tijolos e cimento destinados a comunidade indígenas contempladas com acordo FUNAI/VALE |
| | Aquisição de lima chata destinada às comunidades indígenas da aldeia tiracambu, conf. Acordo de cooperação FUNAI/VALE |
| | Aquisição de ferramenta facão de 18´´ destinados as comunidades indígenas da aldeia tiracambu conforme acordo de cooperação funaixvale |
| | Aquisição de plantadeiras destinadas as comunidades da aldeia tiracambu conforme acordo de cooperaçao funaixvale |
| TURIZINHO | Aquisição de cocho de madeira destinado a comunidade indígena da aldeia turizinho - pregão 007/2011 |
| | Aquisição de bomba d´agua destinada a comunidade indígena da aldeia turizinho - pregão 07/2011 |
| | Aquisição de prensa metálica destinadas a casa de farinha da aldeia turizinho - pregão 07/2011 |
| | Aquisição de radio receptor destinado a aldeia turizinho conforme plano de trabalho anual oriundo do acordo de cooperação FUNAI/VALE-pregão 07/2011 |
| | Aquisição de equipamentos para indígenas contempladas com acordo FUNAI/VALE |
| | Construção de casa de farinha na aldeia turizinho conforme consta em autos de processo |
| | Elaboração de projeto básico para reforma de casa de farinha nas aldeias contempladas com o acordo FUNAI/VALE |
| ZÉ GURUPI | Aquisição de fornos destinados a comunidade indígena da aldeia zé gurupi - pregão 007/2011 |
| | Aquisição de roçadeira costal a gasolina com corte de fio destinada atender programa de trabalho 2011 oriundo do acordo de cooperação FUNAI/VALE - pregão 07/2011 |
| | Aquisição de radio destinado as comunidades indígenas da aldeia zé gurupi conforme pta do acordo FUNAI/VALE 2011-pregão 07/2011 |
| | Aquisição de equipamentos para comunidades indígenas contempladas com acordo FUNAI/VALE |
| | Prestação de serviços com construção de casa de farinha em conformidade com o constante nos autos do processo |
| | Referente prestação de serviço na elaboração de projeto básico destinado a definir padrões de reforma de casas de farinha e tanque de psicultura nas aldeias contempladas com acordo FUNAI/VALE |
| | Aquisição de lima chata destinadas as comunidades indígenas da aldeia zé gurupi em atendimento ao constante no plano anual de trabalho funaixvale |

| | |
|---|---|
| | Aquisição de cavadeira boca de lobo destinada a utilização pelas comunidades indígenas da aldeia ze gurupi, conf. Plano anual |
| | Aquisição de facao de 18´´ destinados a atender plano anual de trabalho do acordo funaixvale na aldeia aldeia zé gurupi |
| | Aquisição de facão tipo catana curta destinados as comunidades indígenas da aldeia ze gurupi visando continuidade dos projetos oriundos do acordo de cooperação funaixvale 2011, pregão 02/2011 |
| | Aquisição de mudas frutiferas para atender projetos produtivos oriundos do acordo funaixvale 2011 na aldeia ze gurupi |
| | Aquisição de muda de abacate v.s.f. destinados a comunidade indígena da aldeia ze gurupi em continuidade aos projetos oriundos do acordo funaixvale pregao 02/2011 |
| | Aquisição de mudas frutíferas destinadas atender projetos das comunidades indígenas da aldeia ze gurupi, pregao 02/2011 |
| | Aquisição de mudas frutíferas de limão, manga, caju e jaca destinada às comunidades indígenas da aldeia ze gurupi |
| | Aquisição e mudas de acerola destinadas as comunidades indigenas contempladas no acordo cooperaçao funaixvale |
| | Aquisição de roçadeiras manual sem cabo - foice - destinado as comunidades indígenas ze gurupi |
| | Aquisição de mudas de coco anão destinado as comunidades indígenas da aldeia ze gurupi destinados as comunidades indígenas contempladas no acordo de cooperação funaixvale pregão 02/2011 |
| | Aquisição de plantadeiras destinadas às comunidades indígenas residentes na aldeia ze gurupi fim atender plano de trabalho 2011, pregao 06/2011 |
| | Aquisição de limas destinadas as comunidades indígenas da aldeia ze gurupi em cumprimento ao objeto do acordo de cooperação funaixvale |

**3.2.2.04 – 194205 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó**

No Plano de Aplicação, exercício de 2012, deste projeto, foi prevista uma receita de R$ 28.204,34 (vinte e oito mil e duzentos e quatro reais e trinta e quatro centavos). Atingiu-se o montante de R$ 30.437,62 (trinta mil e quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 o valor R$ 28.204,34 (vinte e oito mil e duzentos e quatro reais e trinta e quatro centavos) proveniente do leilão de madeira apreendida em Terras Indígenas, o valor de R$ 29,79 (vinte e nove reais e setenta e nove centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar e o restante no valor de R$ 2.203,49 (dois mil e duzentos e três reais e quarenta e nove centavos) é proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional. Foi prevista uma despesa no montante de R$ 28.204,34 (vinte e oito mil e duzentos e quatro reais e trinta e quatro centavos, atingindo-se um montante de despesas realizadas no valor de R$ 22.613,13 (vinte e dois mil e seiscentos e treze reais e treze centavos), sendo o valor de R$ 21.582,71 (vinte e um mil e quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos) como despesas pagas e o restante no valor de R$ 1.030,42 (um mil e trinta reais e quarenta e dois centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 8.854,91 (oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos) na conta única da UG: 194205, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 28.204,34

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 30.437,62
Percentual alcançado: 107,92 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 28.204,34
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 22.613,13
Percentual alcançado: 80,18%

O projeto em questão tem por objetivo aplicação dos recursos provenientes do leilão de madeira Kayapó km 14 em beneficio das comunidades indígenas das aldeias Kororotí, Omeikrãkum e Kakâkubem assim discriminados com a proteção e fiscalização da Terra Indígena e apoio a produção de roças tradicionais.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 9.512,61 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 2.396,68 |
| MATERIAL DE CACA E PESCA | 2.000,00 |
| MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 199,44 |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 2.580,21 |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | 994,25 |
| SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES | 2.881,00 |
| FERRAMENTAS | 198,94 |
| MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 850,00 |
| EMBARCACOES | 1.000,00 |

**3.2.2.05 – 194233 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã)**

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, sob a gestão da Coordenação Regional de Belém, possuía uma receita prevista de R$ 752.953,57 (setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos). Atingiu-se uma receita de R$ 748.218,20 (setecentos e quarenta e oito mil e duzentos e dezoito reais e vinte centavos), oriundos do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 678.353,57 (seiscentos e setenta e oito mil e trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R$ 69.268,63 (sessenta e nove mil e duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos) e o restante no valor de R$ 596,00 (quinhentos e noventa e seis reais) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 199.630,00 (cento e noventa e nove mil e seiscentos e trinta reais), tendo sido empenhadas despesas no valor de R$ 29.008,01 (vinte e nove mil e oito reais e um centavo), sendo R$ 7.804,31 (sete mil e oitocentos e quatro reais e trinta e um centavos) como valores pagos e R$ 21.203,70 (vinte e um mil e duzentos e três reais e setenta centavos) inscritos em restos a pagar, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 740.413,89 (setecentos e quarenta mil e quatrocentos e treze reais e oitenta e nove centavos) aplicado na conta única da UG: 194233, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 752.953,57

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 748.218,20
Percentual alcançado: 99,37%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 199.630,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R$ 29.008,01
Percentual alcançado: 14,53 %

O projeto em questão tem por objetivo proporcionar o uso sustentável das Terras Indígenas Apyterewa e Araweté Igarapé Ipixuna por meio da implantação de sistemas agroflorestais múltiplos, ampliação da agricultura de subsistência, execução do extrativismo vegetal, ações de proteção/recuperação/conservação das nascentes/cursos d'águas das terras indígenas/entorno e criação de gado leiteiro como suplemento alimentar para crianças.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 7.804,31 |
| MATERIAL DE CACA E PESCA | 3.709,60 |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 5.561,10 |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | 5.640,00 |
| FERRAMENTAS | 4.093,00 |
| MAQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL | 2.200,00 |

### 3.2.2.06 – 194204 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó possuía uma receita prevista de R$ 16.269,67 (dezesseis mil e duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos). Atingiu-se um montante de R$ 16.965,90 (dezesseis mil e novecentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 7.326,98 (sete mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos), mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R$ 1.506,23 (um mil e quinhentos e seis reais e vinte e três centavos) e do valor de R$ 8.132,69 (oito mil e cento e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 8.132,69 (oito mil e cento e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 7.689,24 (sete mil e seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), sendo o valor de R$ 3.157,00 (três mil e cento e cinquenta e sete reais) como créditos empenhado liquidado e R$ 4.532,24 (quatro mil e quinhentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 9.276,66 (nove mil e duzentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos) aplicados na conta única da UG: 194204; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 16.269,67
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 16.965,90
Percentual alcançado: 104,28%
Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 8.132,69
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R$ 7.689,24
Percentual alcançado: 94,55%

Para atender os veículos da Associação Indígena Aikewara foram adquiridos combustíveis, óleo diesel, lubrificantes e para o veiculo Nissan Frontier pertencente à Associação Aikewara foi feito manutenção com aquisição de filtro de óleo, filtro de ar, correia dentada, filtro de combustível, e pastilhas de freio.

**3.2.2.07 – 194208 e 194209 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 - PACIG**

Da receita prevista, no ano de 2012, no valor de R$ 16.636.555,20 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), atingiu-se o montante de R$ 6.622.491,66 (seis milhões, seiscentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), sendo o saldo do exercício anterior no valor de R$ 6.249.555,20 (seis milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), do valor de R$ 352.617,66 (trezentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos) proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional, do valor de R$ 20.318,80 (vinte mil e trezentos e dezoito reais e oitenta centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar, tendo sido realizadas despesas no montante de R$ 4.590.956,01 (quatro milhões, quinhentos e noventa mil e novecentos e cinquenta e seis reais e um centavo), passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 2.031.535,65 (dois milhões, trinta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), sendo parte dele aplicada na conta Única do Tesouro Nacional – UG: 194040, Gestão: 19209 e o restante disponível na conta limite de saque das UG's:194208 e 194209, Gestão: 19209.

Com relação à Gestão Financeira do Convênio, informamos que no exercício de 2012, os recursos foram utilizados da seguinte maneira:

Em Reais (R$):

| SEDE | CR LITORAL SUL | CR PASSO FUNDO | TOTAL |
|---|---|---|---|
| *0,00* | *4.590.956,01* | *0,00* | *4.590.956,01* |

| PI Monit | PI Fund | PI Infra | PI Socio | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| *6.000,00* | *0,00* | *4.558.229,47* | *26.726,54* | 4.590.956,01 |

Saldo Previsto para 2013: R$ 2.031.535,65

Ressalta-se que os recursos do Convênio estão aplicados na Renda Indígena e podem ser realocados de acordo com a necessidade de cada subprograma.

Os rendimentos provenientes da Renda Indígena serão utilizados nos subprogramas do PACIG, uma vez que já foi verificada uma defasagem orçamentária e financeira para a execução do Convênio, tendo-se em vista o atraso em sua execução.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 16.636.555,20

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 6.622.491,66

Percentual alcançado: 39,81%

Total das Despesas Previstas/Meta Fínanceira.....R$ 16.636.555,20
Total das Despesas Realizadas/Meta Fínanceira:....R$ 4.590.956,01
Percentual alcançado: 27,60%

O projeto em questão tem por objetivo implementar programas e/ou projetos de apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis -SC e Osório-RS, assim discriminados com a subprograma fundiário, monitoramento, sócio econômico ambiental e infra estrutura com a construção de casas para moradias para atender as famílias das Comunidades Guaranis.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| DIARIAS NO PAIS | 27.187,00 |
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 4.225,00 |
| MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO | 5.500,00 |
| SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS | 7.349,39 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS | 9.555,80 |
| FERRAMENTAS | 10.370,15 |
| PASSAGENS PARA O PAIS | 7.800,00 |
| LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE | 6.000,00 |
| MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS | 2.745,00 |
| OBRAS EM ANDAMENTO | 4.510.223,67 |

**3.2.2.08 – 194207 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro**

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Avá-Canoeiro apresentou uma receita prevista no valor de R$ 4.589.895,21 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos). Atingiu-se um montante de R$ 4.574.499,44 (quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 2.764.924,08 (dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e oito centavos); o pagamento de royalties em 2012 no valor de R$ 209.909,13 (duzentos e nove mil, novecentos e nove reais e treze centavos), o pagamento do PAAC – Programa de Apoio aos Ava - Canoeiro no Valor de R$ 1.199.071,13 (um milhão, cento e noventa e nove mil e setenta e um reais e treze centavos), dos rendimentos de aplicação financeiro na ordem de R$ 361.995,10 (trezentos e sessenta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e dez centavos) e do valor de R$ 38.600,00 (trinta e oito mil e seiscentos reais) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, não houve execução de atividades, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 4.574.499,44 (quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos) aplicados na conta única da UG: 194207 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 4.589.895,21
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 4.574.499,44
Percentual alcançado: 99,66%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 0,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%

**3.2.2.09 – 194239 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó**

O Plano de Aplicação, exercício de 2011, do Projeto Comunidade Indígena Kayapó, sob a gestão da Coordenação Regional de Tucumã possuía uma receita prevista de R$ 603.284,63 (seiscentos e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Atingiu-se o montante de R$ 593.561,82 (quinhentos e noventa e três mil e quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos) compostos pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 543.284,63 (quinhentos e quarenta e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos) mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R$ 15.332,69 (quinze mil e trezentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) no exercício de 2012 e de cancelamento de restos a pagar no valor de R$ 34.944,50 (trinta e quatro mil e novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 256.418,12 (duzentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e dezoito reais e doze centavos), sendo R$ 232.229,20 (duzentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 24.188,92 (vinte e quatro mil e cento e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 337.143,70 (trezentos e trinta e sete mil e cento e quarenta e três reais e setenta centavos) aplicado na conta única das UGs: 194239 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 603.284,63
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 593.561,82
Percentual alcançado: 98,39 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 400.000,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 256.418,12
Percentual alcançado: 64,10 %

O projeto em questão tem por objetivo de proporcionar o uso sustentável da Terra Indígena Mekrãgnotire, aldeias Kubenkokre e Pykany, etnia Kayapó, bem como a gestão territorial coibindo possíveis invasões da terra indígena. Será dada continuidade às atividades de agricultura de subsistência, infraestrutura, corte e costura e coleta de castanha.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| DIARIAS NO PAIS | 12.390,00 |
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 41.058,22 |
| ALIMENTOS PARA ANIMAIS | 4.004,00 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 18.241,80 |
| ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE | 11.200,00 |
| MATERIAL DE CACA E PESCA | 15.055,50 |
| MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 12.496,00 |

| | |
|---|---|
| MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO | 45.994,90 |
| MATERIAL DE COPA E COZINHA | 3.597,50 |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 11.493,20 |
| MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES | 5.442,00 |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | 5.308,00 |
| FERRAMENTAS | 12.972,00 |
| LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE | 57.165,00 |

**3.2.2.10 – 194216 – Programa Museu do índio/Renda Indígena**

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Museu do Índio – Renda Indígena possuía uma receita prevista de R$ 103.092,00 (cento e três mil e noventa e dois reais). Atingiu-se um montante de R$ 80.231,82 (oitenta mil e duzentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2011 na ordem de R$ 46.921,98 (quarenta e seis mil e novecentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos) e o restante no valor de R$ 33.309,84 (trinta e três mil e trezentos e nove reais e oitenta e quatro centavos) referentes à taxa de visitação, aos cancelamentos de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 103.092,00 (cento e três mil e noventa e dois reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 60.940,50 (sessenta mil e novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos), sendo R$ 52.963,40 (cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e três reais e quarenta centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 7.977,10 (sete mil e novecentos e setenta e sete reais e dez centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 19.291,32 (dezenove mil e duzentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) disponível na conta única das UGs: 194216 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 103.092,00
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 80.231,82
Percentual alcançado: 77,83%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 103.092,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 52.963,40
Percentual alcançado: 51,37 %

A presença de público nas dependências do Museu foi de 21.208 visitantes dos quais 8010 pagantes. Foram alcançados os objetivos programados para o ano de 2012, expressos no apoio às iniciativas indígenas de registro e divulgação de saberes tradicionais. As oficinas atingiram as metas de transmissão de conhecimentos sobre matérias-primas, técnicas e estética de objetos tradicionais desses povos.

O Museu organizou oficinas especificas com as etnias. A produção cultural material e os objetos produzidos serviram para desenvolver atividades com o objetivo de integrar atividades de divulgação a um público mais amplo.

O Museu do Índio realizou junto ao público visitante a divulgação de manifestações culturais dos povos indígenas, promovendo oficinas abertas e apresentações de cantos e danças tradicionais, exposições, mostras de filmes, etc..

**3.2.2.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary – 194221**

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R$ 229.531,33 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e trinta e um reais e trinta e três centavos). Atingiu-se

uma arrecadação de R$ 259.526,02 (duzentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e vinte e seis reais e dois centavos), provenientes do saldo financeiro de 2011 no valor de R$ 100.883,20 (cem mil e oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos); da liberação da parcela de 2012, com a devida correção, no valor de R$ 105.948,13 (cento e cinco mil e novecentos e quarenta e oito reais e treze centavos); dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R$ 27.653,38 (vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos) e do cancelamento de restos a pagar no valor de R$ 25.041,31 (vinte e cinco mil e quarenta e um reais e trinta e um centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 172.153,00 (cento e setenta e dois mil e cento e cinquenta e três reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 38.426,12 (trinta e oito mil e quatrocentos e vinte e seis reais e doze centavos), sendo R$ 25.361,08 (vinte e cinco mil e trezentos e sessenta e um reais e oito centavos), como crédito empenhado liquidado e R$ 13.065,04 (treze mil e sessenta e cinco reais e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 221.099,90 (duzentos e vinte e um mil e noventa e nove reais e noventa centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194221 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 229.531,33
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 259.526,02
Percentual alcançado: 113,07%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 172.153,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 25.361,08
Percentual alcançado: 14,73 %

Objetivando a implementação do Projeto para a melhoria de vida da Comunidade Indígena Pitaguary, foram elaboradas Agendas de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades Monguba, Santo Antônio, Horto e Olho D'Água, com os seguintes subprojetos:

ALDEIA MONGUBA*:* Oficina de Corte e Costura; Manutenção e Melhorias na Casa de Apoio; Reforma e Melhorias Na Escola Indígena; Participação em Eventos; Manutenção de Veículo Utilitário e Manutenção do Projeto de Apicultura.

01 – PROJETO DE OFICINA DE CORTE E CUSTURA – Este projeto foi contemplado com valor de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), para a execução das ações de Manutenção de Máquinas de Costura, Aquisição de Máquinas de Costura Industrial e Aquisição de Aviamentos. Após reuniões na comunidade indígena já no final do exercício de 2012, a comunidade decidiu que iria dar continuidade ao referido Projeto. Das ações acima descritas foi possível realizar somente a manutenção das 05 (cinco) máquinas de costura no valor de R$ 1.260,00, atingindo assim um percentual de execução de 15%.

02 – PROJETO DE MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA CASA DE APOIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 20.464,00 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), para execução das ações: Pagamento de Energia Elétrica, Material de Limpeza, Pintura Artística, Aquisição de Equipamentos, Serviço de Pintura, Serviço de Revisão das Instalações Elétricas, Materiais de Construção, Manutenção de Equipamentos e Informática e Serviço Técnico Profissional. Das ações acima descritas somente foi possível executar o pagamento de energia elétrica, aquisição de material de limpeza no valor total de R$ 1.706,55 (hum mil, setecentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos), atingindo um percentual de execução de 8,34% do programado.

03 – PROJETO DE REFORMA E MELHORIAS NA ESCOLA INDÍGENA – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a execução da ação

de construção de 02 (duas) salas de aulas com banheiros na Escola Indígena da Monguba, não houve manifestação da comunidade, ficando os recursos para o serem gastos no exercício seguinte.

4 – PROJETO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS– Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução da ação: Ajuda de custo para participação de indígenas em evento cultural. Houve a participação de 06 indígenas no acampamento livre na cidade do Rio de Janeiro – RJ, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), atingido assim 100% da execução.

05 - PROJETO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 7.490,00 (sete mil, quatrocentos e noventa reais), para a execução das ações: Aquisição de peças, Serviços Mecânicos, Seguro Veicular, Taxas DETRAN, Pagamentos de Despachante, para a manutenção do veículo Van Citroën Jumper, com capacidade para transportar 16 pessoas, foi adquirida em 2010. Foram executadas as ações de Aquisição de Peças, Serviços Mecânicos e Pagamento de Taxas DETRAN (Licenciamento e Seguro Obrigatório), no valor de R$ 2.013,56 (dois mil, treze reais e cinquenta e seis centavos), atingido assim 26,88% da execução. A ação de Seguro Veicular foi devidamente empenhada e passou como restos a pagar e ação de Pagamentos de Despachante não foi executado porque os serviços foram executados pelos servidores da Coordenação regional Nordeste II. O veículo foi abastecido com recursos da FUNAI; com recursos do próprio projeto inscrito em restos as pagar (processo licitatório) e também com recursos da própria da comunidade indígena.

06 – PROJETO DE MANUTENÇÃO DO PROJETO DE APICULTURA – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução das ações: Gêneros Alimentícios (cera), Instalações e Equipamentos. Não houve a execução de nenhuma das ações. Em virtude da seca que o Estado do Ceará vem enfrentando o Projeto tornou inviável resumindo apenas em algumas colmeias depositadas nos fundos da casa de uma família, sem a devida assistência por parte dos responsáveis pelo Projeto.

ALDEIA SANTO ANTÔNIO: Oficina de Corte e Costura; Sistema de Abastecimento de Água; Reforma e Melhorias na Escola Indígena; Manutenção de Veículo Utilitário; Manutenção do Projeto de Apicultura; Manutenção do Projeto de Piscicultura e Manutenção do Projeto da Despolpadeira.

01 - PROJETO OFICINA DE CORTE E COSTURA– Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para a execução da ação: Manutenção das Máquinas de Costura. Não houve a execução da ação. As obras Centro de Trabalhos Alternativos (Reforma do Prédio) foram iniciadas em meados de 2011 e concluídas somente no final do segundo semestre de 2012. Finalizado, o Centro de Trabalhos Alternativos conta com um salão para oficinas de corte e costura e outros trabalhos com confecções. Acreditamos que com a entrega do referido centro o Projeto terá continuidade em 2013. O recurso para o pagamento da terceira e última medição da obra foi pago através de restos a pagar de 2010.

02 – PROJETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 23.960,00 (vinte e três mil, novecentos e sessenta reais), para a execução das ações: Aquisição de Tubos Soldáveis para condução de água e Serviços de Automoção do Poço 01. Foi executada somente a ação de aquisição de tubos soldáveis no valor de R$ 6.998,94 (seis mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos), atingindo 29,21% do programado. Este projeto foi bastante prejudicado em virtude do atraso da conclusão da obra de adequação do Sistema de Abastecimento de Água Bruta, para atender a comunidade indígena envolvida. Este projeto teve seu início em 2010 e seu termino somente no final de 2012, sendo pago com recursos de restos a pagar de 2010.

03 – PROJETO DE REFORMA E MELHORIAS NA ESCOLA INDÍGENA – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 8.690,00 (oito mil, seiscentos e noventa reais), para a execução das ações: Serviço de Construção de uma telhoça na Escola Indígena; Manutenção de Equipamentos de Informática e Pagamento de Serviços Técnicos Profissionais (Contabilidade). Foi executada somente a ação de Manutenção de Equipamentos de Informática no valor de R$ 747,60 (setecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos). Quanto à ação de construção da telhoça ficou no aguardo de definição por parte da Comunidade Indígena envolvida.

4) - PROJETO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta), para a execução das ações: Aquisição de peças, Serviços Mecânicos, Seguro Veicular, Taxas Detran, Pagamentos de Despachante, para a manutenção do veículo Kombi. Foi executada somente a ação de Pagamento de Taxas DETRAN (Licenciamento e Seguro Obrigatório) no valor de R$ 146,54 (cento e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), atingido assim 3,09% da execução. A ação de Seguro Veicular foi devidamente empenhada e passou como restos a pagar e ação de Pagamentos de Despachante não foi executado porque os serviços foram executados pelos servidores da Coordenação regional Nordeste II. O veículo foi abastecido com recursos da FUNAI; com recursos do próprio projeto inscritos em restos as pagar (processo licitatório) e também com recursos da própria da comunidade indígena.

5) - MANUTENÇÃO DO PROJETO DE APICULTURA– Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução das ações: Gêneros Alimentícios (cera), Instalações e Equipamentos. Não houve a execução de nenhuma das ações. Em virtude da seca que o Estado do Ceará vem enfrentando o Projeto tornou inviável resumindo apenas em algumas colmeias depositadas nos fundos da casa de uma família, sem a devida assistência por parte dos responsáveis pelo Projeto.

06 – MANUTENÇÃO DO PROJETO DE PISCICULTURA - Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução das ações: Instalações de Equipamentos e Ração para Peixes. Não houve a execução de nenhuma das ações. A conclusão da construção das três lavanderias comunitárias inviabilizou a execução do referido Projeto. Fizemos, ainda, contato com a EMATERCE, através do seu Setor de Agronegócio, e estávamos com uma boa perspectiva para essa capacitação acontecer também em 2013, mas, pelo mesmo motivo supracitado, não aconteceu. A Prefeitura de Maracanaú através de seus técnicos responsáveis pela obra nos informou que as mesmas ficariam prontas até o final do exercício de 2013, as obras estão em fase de acabamento. Esperamos que quando da elaboração do Plano de Aplicação de 20013 seja dada a continuidade neste Projeto, buscando assim nova fonte de alimentação e de renda.

07 – MANUTENÇÃO DO PROJETO DA DESPOLPADEIRA - Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 12.830,00 (doze mil, oitocentos e trinta reais), para a execução da ação: Aquisição de uma Câmara. Não houve a execução da ação. As obras do Centro de Trabalhos Alternativos ( Reforma do Prédio) foram iniciadas em meados de 2011 e concluída somente no final do segundo semestre de 2012. Finalizado, o Centro contará com sala para armazenamento de mel de abelhas e ainda outras três salas nas quais serão desenvolvidos trabalhos relacionados à produção de polpa de frutas. Acreditamos que com a entrega do referido centro o Projeto terá continuidade em 2013.

ALDEIA HORTO:Manutenção do Centro Cultural; Agricultura de Subsistência Irrigada; Reforma e Melhorias na Casa de Farinha e Oficina de Corte e Costura.

01 – PROJETO DE MANUTENÇÃO DO CENTRO CULTURAL

Não houve execução.

02 – PROJETO DE AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA IRRIGADA

Não houve execução.

03 – PROJETO DE REFORMA E MELHORIAS NA CASA DE FARINHA

Não houve execução.

04 – PROJETO DE OFICINA DE CORTE E COSTURA

Não houve execução.

Observação: Com mudança da gestão das Associações Indígenas ficou acordado que os recursos alocados para a execução dos projetos acima citados serão reaplicados no Exercício de 2013, de acordo com a decisão do Conselho Gestor junto com a comunidade indígena.

ALDEIA OLHO D'ÁGUA:Manutenção e Melhorias no Salão de Corte e Costura; Festa do Milho; Criação de Gado Leiteiro e Manutenção de Veículo Utilitário.

01 – PROJETO DE MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SALÃO DE CORTE E COSTURA – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 11.259,00 (onze mil, duzentos e cinquenta e nove reais), para a execução das ações: Aquisição e Instalação de Prateleiras em Mármore; Construção de Muretas na área do Terraço, Conserto do Portão; Tampo de Mesa; Serviço Técnico Profissional (contabilidade); Portões de Entrada do Salão; Manutenção de Equipamentos de Informática; Serviços de Internet; Aquisição de Máquinas de Costura e Aquisição de Máquinas de Costura. Houve uma reprogramação de algumas ações deste Projeto para a o Projeto de Instalação e Pagamento de Energia Elétrica do Salão de Corte e Costura, uma vez que sem energia elétrica não seria possível executar algumas das ações programadas, utilizando assim o valor de R$ 1.352,95 (um mil e trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos). Atingindo assim 12,01% do programado. As demais ações envolvendo infra-estrutura por problemas técnicos na Coordenação regional não possível sua execução, esperamos que com a instalação da energia elétrica e com a vontade das mulheres indígenas envolvidas neste Projeto, o mesmo tenha continuidade no exercício de 2013.

02 – PROJETO FESTA DO MILHO – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 7.450,00 (sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), para a execução das ações: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Produtos descartáveis. Somente a ação de Aquisição de Gêneros alimentícios foi executada no valor de R$ 2.998,68 (dois mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos). O saldo restante da ação acima foi reprogramado par atender uma emergência na área assistência, com o pagamento de auxílio financeiro para o indígena Valdeci para aquisição de gêneros alimentícios durante o período de 04 (quatro) meses, período este onde o mesmo encontrava-se de atestado médico em virtude de um acidente quando o mesmo participava da construção de uma casa dentro da aldeia indígena. Portanto foi utilizado o valor de R$ R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), com a anuência da comunidade indígena devidamente registrada em ata. Valor total executado neste Projeto foi de R$ 4.398,68 (quatro mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos). As demais ações não foram executadas.

03 – PROJETO DE GADO LEITEIRO – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais) para a execução das ações de: Aquisição de Ração para Animais e Instalação e pagamento Energia Elétrica. A ação de aquisição de ração foi executada no valor de R$ 979,00 (novecentos e setenta e nove reais) atingindo assim 97,9% do programado e a ação referente à energia elétrica foi empenhada e esta no aguardo da instalação por parte do Órgão Estadual responsável (COELCE).

A Comunidade, com recursos próprios construiu algumas instalações e cercas de arame, porém constatamos a morte de alguns animais adquiridos com o Projeto em exercícios anteriores, em virtude da grande seca que vem afetando o Estado do Ceará. Também tivemos problemas para adquirir a ração necessária em tempo hábil pelo motivo da falta de

documentação dos fornecedores da ração. A Comunidade e os próprios servidores da Coordenação adquiriram as vacinas para imunizar os animais nas duas campanhas de 2012.

04 – PROJETO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R$ 6.940,00 (seis mil, novecentos e quarenta reais), para a execução das ações: Aquisição de peças, Serviços Mecânicos, Seguro Veicular, Taxas DETRAN, Pagamentos de Despachante, para a manutenção do veículo utilitário Kombi. Foram executadas as ações de Aquisição de Peças, Serviços Mecânicos e Pagamento de Taxas DETRAN (Licenciamento e Seguro Obrigatório), no valor de R$ 2.757,26 (dois mil e setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), atingido assim 39,72% do programado. A ação de Seguro Veicular foi devidamente empenhada e passou como restos a pagar e ação de Pagamentos de Despachante não foi executado porque os serviços foram executados pelos servidores da Coordenação regional Nordeste II. O veículo foi abastecido com recursos da FUNAI; com recursos do próprio projeto inscrito em restos as pagar (processo licitatório) e também com recursos da própria da comunidade indígena.

### 3.2.2.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazâ – Chupinguaia - 194218

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã apresentou uma receita prevista de R$ 88.928,25 (oitenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R$ 101.446,25 (cento e um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), sendo composta pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 88.928,25 (oitenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), e do valor de R$ 12.518,00 (doze mil e quinhentos e dezoito reais) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 88.928,25 (oitenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 65.040,70 (sessenta e cinco mil e quarenta reais e setenta centavos), sendo R$ 25.983,92 (vinte e cinco mil e novecentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 39.056,78 (trinta e nove mil e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 36.405,55 (trinta e seis mil e quatrocentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), disponível na conta das UG's: 194218, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 88.928,25
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 101.446,25
Percentual alcançado: 114,08%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 88.928,25
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 25.983,92
Percentual alcançado: 29,22%

**1. Sustentabilidade Organizacional**

- foram adquiridos combustíveis e lubrificantes.
- foram realizados serviços de manutenção e conservação de veículos.
- foram adquiridas passagens terrestres destinadas a indígenas e servidores, atendendo à programação.
- foram adquiridos materiais de construção.

- foram adquiridos peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator.
- despesas com deslocamento de servidores.

**2. Sustentabilidade Socioeconômica**

- Aquisição e materiais de construção.
-Aquisição e suplementação mineral para o gado.
-Aquisição e sementes e insumos agrícolas.
-Aquisição de peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator
-Aquisição de medicamentos de uso veterinário.
-Deslocamento de servidores.
- Serviços de manutenção e conservação de veículos
- foram adquiridos combustíveis e lubrificantes para veículo e trator agrícola.

**3. Sustentabilidade Socioambiental**

- Aquisição de combustíveis e lubrificantes.
- Aquisição de peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator.
-Deslocamento e servidores.
-Serviços de manutenção e conservação de veículos

**3.2.2.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232**

No Plano de Aplicação de 2012, para os recursos provenientes do Termo de Compromisso entre a Funai e a Mineração Santa Elina, foi previsto um montante no valor de R$ 735.705,02 (setecentos e trinta e cinco mil e setecentos e cinco reais e dois centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R$ 725.328,56 (setecentos e vinte e cinco mil e trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), provenientes do saldo financeiro de 2011 no valor de R$ 521.543,90 (quinhentos e vinte e um mil e quinhentos e quarenta e três reais e noventa centavos), somados à liberação da parcela de 2012, com a devida correção, no valor de R$ 141.261,12 (cento e quarenta e um mil e duzentos e sessenta e um reais e doze centavos) e aos rendimentos da aplicação financeira no valor de R$ 61.810,28 (sessenta e um mil e oitocentos e dez reais e vinte e oito centavos) e do valor de 713,26 (setecentos e treze mil e vinte e seis centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 413.887,10 (quatrocentos e treze mil e oitocentos e oitenta e sete reais e dez centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 90.772,95 (noventa mil e setecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), sendo R$ 55.028,21 (cinquenta e cinco mil e vinte e oito reais e vinte e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 35.744,74 (trinta e cinco mil e setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 634.555,61 (seiscentos e trinta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194232, Gestão: 19209 .

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 735.705,02
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 725.328,56
Percentual alcançado: 98,59 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 413.887,10
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 55.028,21
Percentual alcançado: 13,30 %

## 1. Gestão Socioambiental da Terra Indígena

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| ***1 - Gestão sócio ambiental da terra indígena*** | *- Implementar 3 acampamentos de pesca caça e coleta interiorizando o manejo comunitário indígena e ambiental na TI Sararé; manutenção operacional e de reparos dos tratores e barcos pelo Projeto Sararé* | - Foram feitas varias incursão com a comunidade, bem como a manutenção dos equipamentos e maquinários da comunidade. |
| | *- apoio em deslocamentos dos índios, viabilizar acesso terrestre e fluvial no interior e no entorno da reserva, sendo: 15 km p/acampamento Kananxuê, 12km p/ acampamento córregos Banhado / Paukalirajausu e 08 km p/limite sul (ex-garimpos 1996) no entorno interno da TI Sararé.* | - foram adquiridos motor de popa, para viabilizar a trafego dos indígenas no interior da T.I, bem como melhoria do acesso a no entorno da T.I |
| | *- aquisição de material permanente solicitado pelos índios: 1 oficina rural artesanal; implementos agrícolas complementares, máquina de solda, roçadeira motorizada, grade aradora com pneus e roçadeira motorizada; 02 celulares/cartão com antena móvel (15m);carreta agrícola; frezer; equipamentos e quatro animais de montaria.* | - foram adquiridos parte dos equipamentos e quanto aos demais foi devido a dificuldade de adquirem na praça local |
| | *- aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico para manutenção das reformas implantadas e previstas em 2011* | - foram adquiridas partes de materiais para recuperação e pequenos reparos |
| | *Colaboração eventual de servidores da Funai e outros na implementação do Projeto Sararé em campo.* | - foi feita atravez do Chefe da CTL |
| | *- 2 vistorias / mensal no entorno externo da TI Sararé e Paukalirajausu, 2 vistorias / mensal no entorno interno da TI Sararé;* | - foram feitas varias vistorias por parte da comunidade, chefe da CTL, serviores da CR, IBAMA e DPF |

## 2. Manejo econômico das dependências de bens e serviços entre os grupos étnicos da T.I. sararé

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| ***2 - Manejo sócio-econômico e cultural das dependências de bens e serviços entre os grupos étnicos da TI Sararé*** | *- Disponibilizar, em condições de uso, para as aldeias, trator, equipamentos, gerador e barco/motor de popa, cota mensal de diesel, gasolina e lubrificante; Manutenção e reparos de viaturas e equipamentos a serviço do Projeto Sararé.* | - foram dadas as condições, para manutenção dos equipamentos da comunidade no atendimento do dia a dia da comunidade |
| | *- Manutenção e manejo do rebanho bovino, como vetor* | - foram comprados insumos |

| | | |
|---|---|---|
| | *de renda aos índios da TI Sararé; manutenção de currais, cercas e pastagens.* | para atendimento de parte da demanda da comunidade. |
| | *- Manter a garagem oficina nas aldeias, em condições de atender as demandas de pequenos consertos que podem ser feitos pelos índios;* | - não foram feita esta atividade, tendo em vista as viaturas serem mandadas para oficinas regulares |
| | *- Aquisição e incentivo à manutenção de ferramentas e utensílios domésticos nas aldeias;* | - foram comprados utensílios e ferramentas conforme a solicitação da comunidade |
| | *-Manutenção operacional da base experimental do Projeto Sararé e da Coordenação local, incluindo viatura a disposição em serviço.* | - nada foi feito, pois se aguardava a reforma da sede da CTL, que não foi ainda concluida |
| | *- Implantação de um centro cultural de multi uso, destinado a guardar os equipamentos, oficina e atividades comunitárias e culturais.* | - não foi construído devido a problemas de licitatório |
| | *Manutenção operacional e aquisição de víveres em atenção a serviços prestados por índios na implementação do Projeto Sararé.* | - foi atendido de acordo com a demanda da comunidade |
| | *Realização de 2 intercâmbios para conhecimento de experiências de produção sustentável* | - não foi possível devido a outras demanda da comunidade |

**3. Colaboração de servidores da FUNAI e outros para implemento do projeto junto a comunidade indígena.**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **3 – Colaboração de servidores da FUNAI e outros para implemento do projeto junto à comunidade indígena** | - Colaboração eventual de servidores da FUNAI e outros na implementação do projeto | - Foi disponibilizado servidor desta Coordenação Regional para acompanhamento nas atividades de fiscalização dos garimpos e na retirada ilegal de madeira, bem como nas atividades cotidianas da comunidade<br>- Monitoramento do entorno da Terra Indígena |

### 3.2.2.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

Quanto aos recursos originados do leilão de madeira apreendida na terra indígena no ano de 1995, para o ano de 2012 foi previsto um montante de R$ 181.514,00 (centos e oitenta e um mil e quinhentos e quatorze reais). Atingiu-se uma arrecadação de R$ 184.696,84 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), provenientes do saldo financeiro de 2011 no valor de R$ 163.514,00 (cento e sessenta e três mil e quinhentos e quatorze reais), dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R$ 18.980,70 (dezoito mil

e novecentos e oitenta e reais e setenta centavos) e do valor de R$ 2.202,14 (dois mil e duzentos e dois reais e quatorze centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 0,00 (zero reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 0,00 (zero reais), sendo R$ 0,00 (zero reais) como crédito empenhado liquidado e R$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 184.696,84 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194224 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 181.514,00
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 184.696,84
Percentual alcançado: 101,75 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 0,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira.....R$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00 %

Não houve execução no exercício de 2012.

**3.2.2.15 – Kondá - 194222**

Dos recursos previstos para o exercício de 2012, no valor total de R$ 200.674,74 (duzentos mil e seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), atingiu-se o montante de R$ 207.444,33 (duzentos e sete mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 98.656,50 (noventa e oito mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos), do valor de R$ 17.558,94 (dezessete mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos) provenientes dos rendimentos da aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional, e o restante no valor de R$ 91.228,89 (noventa e um mil e duzentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos) provenientes do cancelamento de restos a pagar. No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 200.674,74 (duzentos mil e seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 128.842,94 (cento e vinte e oito mil e oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo R$ 128.842,94 (cento e vinte e oito mil e oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 78.601,39 (setenta e oito mil e seiscentos e um reais e trinta e nove centavos) aplicado na conta única da UG: 194222 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 200.674,74
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 207.444,33
Percentual alcançado: 103,37 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 200.674,74
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 128.842,94
Percentual alcançado: 64,20 %

No exercício de 2012 as seguintes atividades foram desenvolvidas na Comunidade Kaigang reserva do Kondá:

- **<u>Roças de subsistência e geração de renda</u>**

- Mutirão para limpeza do pomar da comunidade (aprox. 10 hectares de plantio de laranja).

OBS: A produção foi utilizada para consumo da comunidade e comercializada pela mesma.

- Agricultura: encontramos resistências por parte da comunidade, de forma geral, pois pelo despreparo, pela falta de aptidão e pelo tempo deslocado desta atividade, causando com isso o desperdício de tempo, recursos, constatados no baixo rendimento obtidos em todas as linhas de investimentos tidos até então. Exemplificamos:

Em 2012 houve plantio de soja e feijão em 60 hectares, sendo que na colheita não obtivemos a participação da Comunidade comprometendo a produção.

Foi investido R$ 25.111,52 (vinte e cinco mil cento e onze reais e cinquenta e dois centavos) em manutenção de tratores e implementos agrícola, porém constantemente necessitando de reparos e consertos. Da mesma forma, foi investido R$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinqüenta reais) em insumos e sementes, o que poderia produzir aproximadamente 1.500 sacas de soja, dessa previsão não foi colhido 100% devido a falta de colheitadeira e participação dos índios na colheita manual, bem como, a estiagem que assolou esta região, reduzindo drasticamente a colheita.

**Pecuária:**A Aldeia Kondá é uma área em processo de formação em que pequenas propriedades são adquiridas, já existem áreas com pastagens permanentes formadas, com diferentes espécies de grama.

- Foi investido em aquisição de materiais e medicamentos de uso veterinário R$ 6.645,00 (seis mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

**Área ambiental**: ainda não há delimitação final da referida Terra Indígena, o que dificulta a criação de espaços de reserva ambiental. No entanto, já havia nas propriedades adquiridas áreas reflorestadas, o que está sendo mantido.

- Há um projeto encaminhado ao MPT a ser executado na quantia de 7.500 mudas de eucalipto.

- ***Manutenção e conservação de veículos***

- Manutenção do veículo foi investida um valor de R$ 3.075,00 (três mil e setenta e cinco reais) para o veículo Ranger.

- **Manut. e conserv. de máquinas e equipamentos**

- Manutenção de tratores e implementos agrícolas.

- **Combustíveis e lubrificantes**

- Aquisição de combustíveis e Lubrificantes para tratores e veículo de apoio a comunidade.

- ***Suplementação Alimentar****(cestas básicas e alimentação índios em trânsito)*

- Distribuição de uma cesta básica mensal por família durante 6 meses.
- Fornecimento de Alimentação aos indígenas em trânsito.

- **Acompanhamento das ações do Projeto**

- Aquisição e fornecimento de passagens para o deslocamento dos indígenas da Aldeia a cidades, para comercialização dos artesanatos e obtenção de documentos.
- Locação de veículos para transporte de indígenas.

OBS: Estes veículos foram utilizados para transporte da comunidade a outras aldeias para

velórios, reuniões, busca de matéria prima para confecção dos seus artesanatos e outros, de acordo com a necessidade da comunidade.

### 3.2.2.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Juriti Guaja – Terra Indigena Awa-Guajá apresentou uma receita prevista no valor de R$ 2.943,51 (dois mil e novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos). Atingiu-se um montante de R$ 2.907,14 (dois mil e novecentos e sete reais e quatorze centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 2.652,51 (dois mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos) e dos rendimentos de aplicação financeiro na ordem de R$ 254,63 (duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 2.943,51 (dois mil e novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 500,00 (quinhentos reais), sendo R$ 500,00 (quinhentos reais) como crédito empenhado liquidado e R$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 2.407,14 (dois mil e quatrocentos e sete reais e quatorze centavos) aplicado na conta única das UGs: 194235; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 2.943,51
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 2.907,14
Percentual alcançado: 98,76%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 2.943,51
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 500,00
Percentual alcançado: 16,99%

O projeto em questão tem por objetivo de reformar parte elétrica do posto.
De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS | 500,00 |

### 3.2.2.17– Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios - – 194238

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Comboios possuía uma receita prevista de R$ 1.075.176,47 (um milhão e setenta e cinco mil e cento e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos). Atingiu-se o montante de R$ 1.074.768,82 (um milhão e setenta e quatro mil e setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos), sendo saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 968.176,47 (novecentos e sessenta e oito mil e cento e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), e dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única Tesouro Nacional no valor de R$ 106.592,35 (cento e seis mil e quinhentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 977.050,00 (novecentos e setenta e sete mil e cinquenta reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 155.524,03 (cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos e vinte e quatro reais e três centavos), sendo R$ 95.728,13 (noventa e cinco mil e setecentos e vinte e oito reais e treze centavos) como crédito empenhado liquidado e pago e o valor de R$ 59.795,90 (cinquenta e nove mil e setecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 919.244,79 (novecentos e

dezenove mil e duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos) aplicado na conta única da UG: 194238 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 1.075.176,47
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 1.074.768,82
Percentual alcançado: 99,96%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 977.050,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R$ 95.728,13
Percentual alcançado: 9,80 %

**1. Apoio a Atividade Silvicultura**

Foi adquirido combustível, peças para manutenção dos veículos que atendem os projetos de tratos culturais da rebrota de 400 ha de eucalipto.

**2. Construções**

Quanto à construção do píer, o material foi adquirido no exercício de 2009, segundo informação do servidor Ronaldo Pereira Batista – CTL Aracruz/ES, ainda não houve condições de iniciar a obra, ficando esta etapa para ser executada em 2013.

Foi elaborado o Projeto Arquitetônico, básico e executivo de um galpão e centro de convivência.

Quanto à construção do galpão para abrigar veículos e do centro de convivência na Terra Indígena Comboios, foi elaborado o Projeto Arquitetônico, básico e executivo, onde falta elaboração do termo de referencia e edital para licitação das duas obras, estamos dependendo da orientação do engenheiro civil da FUNAI, já solicitada.

**3. Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Matéria Prima**

Foi solicitada aquisição de um veiculo com capacidade para cinco passageiros, mas os preços apresentados, por duas vezes, foram superiores ao preço de mercado. O senhor pregoeiro esta encaminhando o processo de licitação para parecer jurídico (dispensa de licitação). Não houve solicitação para aquisição referente aos outros itens do subprojeto.

**4. Seguro e licenciamento do veículo**

As metas desse subprojeto foram realizadas de acordo com as solicitações da Comunidade para atender os veículos da Renda Indígena no desenvolvimento das atividades dos projetos.

**5. Apoio ao estudante**

Foi realizado nesse exercício cursos profissionalizantes na Fundação São João Batista e na Premier Educação Profissional Ltda. para alunos indígenas indicados pela comunidade.

**6. Projeto social de melhorias habitacionais**

Não houve solicitação da comunidade.

**7. Projeto social de apoio atividade pesqueira**

Foram adquiridos barcos para atender a comunidade indígena de Comboios.

**8. Projeto social aquisição de trator agrícola**

Aquisição encontra-se em fase de licitação.

**9. Projeto social agropecuária e silvicultura**

Foi adquirido material para construção de cerca para a criação de novilhas e aquisição de motosserras para manejo do eucalipto.

**10. Projeto social pagamento de energia elétrica**

Pagamento de debito de energia elétrica das famílias da comunidade indígena de Comboios.

### 3.2.2.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô possuía uma receita prevista de R$ 555.144,01 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e cento e quarenta e quatro reais e um centavo). Atingiu-se o montante de R$ 574.403,41 (quinhentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e três reais quarenta e um centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 130.144,01 (cento e trinta mil e cento e quarenta e quatro reais e um centavo), pelas parcelas de indenização do exercício de 2012 no valor de R$ 424.091,50 (quatrocentos e vinte e quatro mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) e pelos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R$ 20.167,90 (vinte mil e cento e sessenta e sete reais e noventa centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 553.912,67 (quinhentos e cinquenta e três mil e novecentos e doze reais e sessenta e sete centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 479.706,26(quatrocentos e setenta e nove mil e setecentos e seis reais e vinte e seis centavos), sendo R$ 479.706,26(quatrocentos e setenta e nove mil e setecentos e seis reais e vinte e seis centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 no valor de R$ 94.697,15 (noventa e quatro mil e seiscentos e noventa e sete reais e quinze centavos) disponível na conta única da UG: 194236 Gestão: 19209

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 555.144,01
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 574.403,41
Percentual alcançado: 103,47 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 553.912,67
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 479.706,26
Percentual alcançado: 86,60%

O projeto em questão tem por objetivo de oferecer melhores condições de vida aos indígenas, a fim de suprir as necessidades das famílias carentes em termos nutricionais, através de atividades de geração de renda que garantam a subsistência da comunidade, assim discriminados com as práticas sustentáveis de produção de alimentos, apoio à implantação, operação e manutenção da infraestutura de produção e comercialização de produtos indígenas, capacitação de indígenas na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos produtivos e apoio às mulheres indígenas.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| | |
|---|---|
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 7.989,00 |
| ALIMENTOS PARA ANIMAIS | 7.962,00 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 8.000,00 |
| ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE | 7.999,98 |
| MATERIAL DE EXPEDIENTE | 6.996,61 |
| MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES | 7.999,66 |
| SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS | 7.950,00 |
| FERRAMENTAS | 8.000,00 |
| LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE | 7.200,00 |
| SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL | 23.956,00 |
| CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS | 4.791,20 |

| | |
|---|---|
| SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA | 380.861,81 |

**3.2.2.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242**

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R$ 59.394,08 (cinquenta e nove mil e trezentos e noventa e quatro reais e oito centavos). Atingiu-se o montante de R$ 59.217,04 (cinquenta e nove mil e duzentos e dezessete reais e quatro centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 53.494,08 (cinquenta e três e quatrocentos e noventa e quatro reais e oito centavos) e o restante no valor de R$ 5.722,96 (cinco mil e setecentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 59.394,08 (cinquenta e nove mil e trezentos e noventa e quatro reais e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 0,00 (zero reais), sendo R$ 0,00 (zero reais) como crédito empenhado liquidado e R$ 0,06 (seis centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 59.217,04 (cinquenta e nove mil e duzentos e dezessete reais e quatro centavos) disponíveis na conta única da UG: 194242 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 59.394,08
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 59.217,04
Percentual alcançado: 99,70%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 59.394,08
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00 %

**3.2.2.20 – Projeto Alto Turiaçu – 194229**

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R$ 87.491,68 (oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos). Atingiu-se o montante de R$ 87.419,08 (oitenta e sete mil e quatrocentos e dezenove reais e oito centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R$ 82.492,00 (oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa e dois reais) e o restante no valor de R$ 4.927,08 (quatro mil e novecentos e vinte e sete reais e oito centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 87.491,68 (oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 8.650,51 (oito mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos), sendo R$ 8.650,51 (oito mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 8.650,51 (oito mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 78.768,57 (setenta e oito mil e setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) disponíveis na conta única da UG: 194229 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 87.491,68
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 87.419,08
Percentual alcançado: 101,15 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 87.491,68
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%

**3.2.2.21 - Projeto Guajajara/Caru – 194234**

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos). Atingiu-se o montante de R$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 1.248,00 (um mil e duzentos e quarenta e oito reais), sendo R$ 1.248,00 (um mil e duzentos e quarenta e oito reais) como crédito empenhado liquidado e R$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 60,15 (sessenta reais e quinze centavos) disponíveis na conta única da UG: 194234 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 1.308,15
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 1.308,15
Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 1.308,15
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 1.248,00
Percentual alcançado: 95,40%

O plano de aplicação elaborado contemplava 08 rolos de arame, no entanto, foram adquiridos 28 rolos, que serviu para ampliação do projeto inicial. Dessa forma as cercas em volta da pastagem foram recuperadas na totalidade.

**3.2.2.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250**

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto BR 163 apresentou uma receita prevista de R$ 8.535.862,07 (oito milhões e quinhentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e dois reais e sete centavos). Atingiu-se um montante de R$ 8.416.243,27 (oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e duzentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 3.571.881,71 (três milhões e quinhentos e setenta e um mil e oitocentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos) e de R$ 257.535,87 (duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) referentes aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2012, do valor de R$ 2.381,79 (dois mil e trezentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar e do valor de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) referentes à 2ª parcela do convenio FUNAI – DNIT.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 2.960.077,41 (dois milhões e novecentos e sessenta mil e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), tendo sido realizadas despesas no montante de R$ 2.585.689,17 (dois milhões e quinhentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos), sendo R$ 2.426.335,32 (dois milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) como valores pagos e R$ 159.353,85 (cento e cinquenta e nove mil e trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos) como restos a pagar a liquidar, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R$ 5.830.554,10 (cinco milhões e oitocentos e trinta mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) que estão disponíveis nas Unidades Gestoras: 194211, 194212, 194241 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 8.535.862,07

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 8.416.243,27
Percentual alcançado: 98,60%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R$ 2.960.077,41
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R$ 2.426.335,32
Percentual alcançado: 81,97%

**194211 BR 163**

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 19.282,25 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 4.673,71 |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 990,00 |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | 760,00 |
| SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES | 3.010,00 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS | 24.478,23 |
| FERRAMENTAS | 636,00 |
| LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE | 9.998,70 |
| SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL | 9.260,00 |
| MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 2.120,00 |
| MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS | 20.311,00 |
| CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS | 1.652,00 |
| OBRAS EM ANDAMENTO | 1.465,00 |
| APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO | 5.459,00 |
| EMBARCACOES | 45.340,00 |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS | 12.025,00 |

**194212 BR 163**

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como o subprograma fiscalização, subprograma atividadeseExtrativistas, subprograma fortalecimento cultural e subprograma atividades aviculturas.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 25.676,52 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 9.133,43 |

| | |
|---|---|
| ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE | 3.000,00 |
| MATERIAL DE CACA E PESCA | 1.720,00 |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 3.500,00 |
| MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES | 6.911,51 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS | 1.180,60 |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | 1.968,00 |
| SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS | 2.845,77 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS | 20.498,13 |
| FERRAMENTAS | 4.376,00 |
| LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE | 6.994,00 |
| DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS | 2.743,50 |
| SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL | 2.334,00 |
| MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 600,00 |
| MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS | 25.999,73 |
| SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO | 1.200,00 |
| HOSPEDAGENS | 1.477,98 |
| CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS | 466,80 |
| VEICULOS DIVERSOS | 2.982,42 |

**194240 BR 163**

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| **DESCRIÇÃO** | **VALOR – R$** |
|---|---|
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 1.080,00 |

**194241 BR 163**

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| **DESCRIÇÃO** | **VALOR – R$** |
|---|---|
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 4.189,68 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 3.999,40 |
| SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES | 7.998,30 |

**194200 CONVÊNIO BR 163**

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com o convênio FUNAI e o Instituto Kabu.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| INST.DE CARATER ASSIST.CULT.E EDUCACIONAL | 2.281.352,51 |

**3.2.2.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248.**

**194243 - Juruena Enawene-nawe**

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R$ 248.484,94 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), atingiu-se o montante de R$ 249.518,46 (duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 222.876,61 (duzentos e vinte e dois mil e oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), e no valor de R$ 25.581,36 (vinte e cinco mil e quinhentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R$ 1.060,49 (um mil e sessenta reais e quarenta e nove centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 248.484,94 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 243.014,08 (duzentos e quarenta e três mil e quatorze reais e oito centavos), sendo R$ 107.817,04 (cento e sete mil e oitocentos e dezessete reais e quatro centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 135.197,04 (cento e trinta e cinco mil e cento e noventa e sete reais e quatro centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 6.504,38 (seis mil e quinhentos e quatro reais e trinta e oito centavos) disponíveis na conta única da UG 194243 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 248.484,94
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 249.518,46
Percentual alcançado: 100,42%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 248.484,94
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 107.817,04
Percentual alcançado: 43,39%

Da totalidade dos recursos deste programa, foram definidas no Plano de Aplicação de 2012 despesas previstas no valor de R$ 248.484,94 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) que contemplariam inicialmente os seguintes subprogramas:

Sustentabilidade Organizacional (SUSTORG) – haviam ficado previsto somente as despesas com deslocamento das lideranças e diretores da Associação Indígena.

Sustentabilidade Econômica (SUTECON) – Duas ações formam o eixo de sustentabilidade econômica: avicultura e piscicultura; quanto ao primeiro (avicultura) pode-se afirmar que as ações que eram previstas para o ano anterior acabaram ficando para este exercício,

tendo sido executadas com êxito, a piscicultura teve sua implementação total, porem devido a questões ambientais ocorreu a perda dos alevinos.

Sustentabilidade Ambiental (SUSTAMB) – Algumas ações de monitoramento ambiental e territorial foram executadas no exercício, também foi adquirido um caminhão de porte médio para apoiar as ações de monitoramento.

Sustentabilidade Cultural (SUSTCULT) – Dentre as atividades previstas foram realizadas ações ligadas a pratica ritual do grupo, sendo adquirido combustível e pescado in natura. Todas as ações previstas foram executadas satisfatoriamente, sendo supridas as demandas previstas no Plano de Aplicação do exercício de 2012.

**194244 - Juruena Rikbaktsa**

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R$ 505.147,05 (quinhentos e cinco mil e cento e quarenta e sete reais e cinco centavos), atingiu-se o montante de R$ 511.249,61 (quinhentos e onze mil e duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 444.498,02 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e oito reais e dois centavos), do valor de R$ 55.034,45 (cinquenta e cinco mil e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R$ 11.717,14 (onze mil e setecentos e dezessete reais e quatorze centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 505.147,05 (quinhentos e cinco mil e cento e quarenta e sete reais e cinco centavos), tendo sidoempenhadas despesas no montante de R$ 80.998,44 (oitenta mil e novecentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), sendo R$ 68.111,63 (sessenta e oito mil e cento e onze reais e sessenta e três centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 12.886,81 (doze mil e oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 430.251,17 (quatrocentos e trinta mil e duzentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos) disponíveis na conta única da UG 194244 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 505.147,05
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 511.249,61
Percentual alcançado: 101,21 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 505.147,05
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 80.998,44
Percentual alcançado: 16,03 %

O Plano de Compensação Ambiental visa atender as exigências legais, decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas miligatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs, assim como a Sustentabilidade Organizacional, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Cultural.

| | |
|---|---|
| DIARIAS NO PAIS | 1.006,73 |
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 20.790,51 |
| ALIMENTOS PARA ANIMAIS | 39.860,18 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 4.998,21 |
| MATERIAL DE CACA E PESCA | 1.456,00 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS | 12.886,81 |

**194245 - Juruena Paresi**

Para o exercício de 2012 foram previstas recursos no montante de R$ 569.956,38 (quinhentos e sessenta e nove mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), atingiu-se o montante de R$ 557.120,87 (quinhentos e cinquenta e sete mil e cento e vinte reais e oitenta e sete centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 511.024,30 (quinhentos e onze mil e vinte e quatro reais e trinta centavos), e do valor de R$ 43.396,38 (quarenta e três mil e trezentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e do restante no valor de R$ 2.700,19(dois mil e setecentos reais e dezenove centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 569.956,38 (quinhentos e sessenta e nove mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 53.776,82 (cinquenta e três mil e setecentos e seis reais e oitenta e dois centavos), sendo R$ 46.221,51 (quarenta e seis mil e duzentos e vinte e um reais e cinquenta e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 7.555,31 (sete mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 503.344,05 (quinhentos e três mil e trezentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos), disponíveis na conta única da UG 194245 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 569.956,38
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 557.120,87
Percentual alcançado: 97,75 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 569.956,38
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 46.221,51
Percentual alcançado: 8,11 %

| **Objetivos/metas** | **Atividades/etapas** | **Obs/justificativa** |
|---|---|---|
| **1. Sustentabilidade Organizacional** | - Aquisição de combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos, aquisição de móveis e utensílios e diárias para servidores. | Foram feitos algumas ações na área de custeio, e apenas aquisição de móveis e utensílios em investimentos, os demais programas serão aplicados em 2013. |
| **2. Sustentabilidade Sócioeconômica** | - Aquisição de combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos e diárias para servidores. | O programa prevê o fortalecimento das organizações indígenas. |
| **3. Sustentabilidade** | - Manutenção de veículo, com aquisição de peças e prestação de serviço | O veículo presta apoio |

| | | |
|---|---|---|
| **Sócio Ambiental** | (Gol CTL Tangara)<br>- Aquisição de gêneros alimentícios.<br>- Aquisição de Ferramentas. | na busca de parceria e outras atividades do projeto.<br><br>- Aquisição de gêneros alimentícios e ferramentas para os trabalhos de fiscalização e proteção das Terras indígenas em parcerias com as Associações Indígenas. |

**194246 - Juruena Menku**

Para o exercício de 2012 foram previstas recursos no montante de R$ 849.252,33 (oitocentos e quarenta e nove mil e duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), atingiu-se o montante de R$ 863.157,20 (oitocentos e sessenta e três mil e cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 675.283,26 (seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos), e do valor de R$ 85.912,07 (oitenta e cinco mil e novecentos e doze reais e sete centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R$ 101.961,87 (cento e um mil e novecentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 849.252,33 (oitocentos e quarenta e nove mil e duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 184.786,41 (cento e oitenta e quatro mil e setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), sendo R$ 44.885,91 (quarenta e quatro mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 139.900,50 (cento e trinta e nove mil e novecentos reais e cinquenta centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 678.370,79 (seiscentos e setenta e oito mil e trezentos e setenta reais e setent e nove centavos), disponíveis na conta única da UG 194246 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 849.252,33
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 863.157,20
Percentual alcançado: 101,64 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 849.252,33
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 184.786,41
Percentual alcançado: 21,76 %

O Plano de Compensação Ambiental visa atender as exigências legais, decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas miligatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs, assim como a Sustentabilidade

Organizacional, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Cultural.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| DESCRIÇÃO | VALOR – R$ |
|---|---|
| DIARIAS NO PAIS | 3.487,78 |
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 100.328,93 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 841,32 |
| MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO | 7.893,00 |
| MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES | 1.440,00 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS | 4.000,00 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS | 25.000,00 |
| FERRAMENTAS | 4.459,24 |
| PASSAGENS PARA O PAIS | 320,64 |
| SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS | 1.500,00 |
| MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 536,50 |
| MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS | 12.500,00 |
| MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS | 5.000,00 |
| FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO | 4.150,00 |
| AUXILIO A PESSOAS FISICAS | 5.200,00 |
| MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS | 8.129,00 |

**194247 - Juruena Nambikwara**

Para o exercício de 2012 foi previsto recurso no montante de R$ 211.096,88 (duzentos e onze mil e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), atingiu-se o montante de R$ 209.380,94 (duzentos e nove mil e trezentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 181.551,44 (cento e oitenta e um mil e quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos), e o valor de R$ 18.294,89 (dezoito mil e duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R$ 9.534,61 (nove mil e quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e um centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 211.096,88 (duzentos e onze mil e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 82.966,14 (oitenta e dois mil e novecentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos), sendo R$ 58.494,14 (cinquenta e oito mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 24.472,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e setenta e dois reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$126.414,80 (centos e vinte e seis mil e quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos) disponíveis na conta única da UG 194247 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 211.096,88

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 209.380,94

Percentual alcançado: 99,19 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 211.096,88

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 58.494,14
Percentual alcançado: 27,71 %

**- Projeto 1 – Sustentabilidade Organizacional;**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **1 - Sustentabilidade Organizacional** | - Pequenos reparos na sede da Associação Moxi.<br>- Garantir a operacionalização e o fortalecimento das Associações; | - Foi feito pequenos reparos na Sede da Associação Moxi visando garantir a funcionalidade e o fortalecimento da referida Associação. |

**- Projeto 2 – Sustentabilidade Socioeconômica;**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **2 - Sustentabilidade sócio econômica** | - Aquisição de sementes e mudas para a implantação de pastagem e pomares.<br>- Aquisição de ração para galinhas.<br>- Aquisição de galinhas.<br>- Manutenção de veículo.<br>- Aquisição de Combustíveis e lubrificantes. | -Foram adquiridas as galinhas e ração por um ano até que as roças de milhos já estejam produzindo.<br>-Foram realizado a manutenção de veículo visando dar as condições de logística para a implementação dos programas. |

**- Projeto 3 – Sustentabilidade Sócio Ambiental.**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **3 - Sustentabilidade Sócio ambiental** | -Curso de formação de Conselheiro Ambiental Voluntário, instruindo os indígenas quanto aos aspectos básico da legislação ambientais.<br><br>– Aquisição de insumos e ferramentas para a realização de fiscalização no entorno da Terra Indígena Tirecatinga.<br>- Aquisição de combustíveis e lubrificantes. | Trata-se de um curso de noções básicas da legislação e de como proceder diante de uma infração ambiental, o que fazer como fazer e quem procurar.<br><br>Foram realizadas várias fiscalização no entorno da Terra Indígena Tirecatinga. |

**- Projeto 4 – Sustentabilidade Cultural.**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **4 - Sustentabilidade Cultural** | Fabricação de artesanatos | - Uma das alternativas encontradas e buscar os indígenas mais velhos para estimular os mais novos na fabricação de artesanatos, porque além de poder vender tem um valor cultural, ou seja, representa parte de sua cultura. |

**194248 - Juruena Nambikwara Cuiabá**

Para o exercício de 2012 foi previsto recurso no montante de R$ 120.936,35 (cento e vinte mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), atingiu-se o montante de R$ 208.446,00 (duzentos e oito mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 108.904,46 (cento e oito mil e novecentos e quatro reais e quarenta e seis centavos), e do valor de R$ 19.083,34 (dezenove mil e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R$ 80.458,20 (oitenta mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 120.936,35 (cento e vinte mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), tendo sido empenhadas no montante de R$ 77.189,41 (setenta e sete mil e cento e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), sendo R$ 45.834,66 (quarenta e cinco mil e oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 31.354,75 (trinta e um mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 131.256,59 (cento e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG 194248 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 120.936,35
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 208.446,00
Percentual alcançado: 172,36%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 120.936,35
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 45.834,66
Percentual alcançado: 37,90 %

O recurso disponível para execução do Projeto Nambikwara PCH Juruena em 2011 foi de R$ 120.936,35 (cento e vinte mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), todavia, foram gastos somente R$ 77.189,41 (setenta e sete mil e cento e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), nos seguintes subprogramas:

**- Projeto 1 – Sustentabilidade Organizacional;**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **1 - Sustentabilidade Organizacional** | Aquisição de insumos e manutenção de equipamentos das | - foram atendida a demanda de acordo com a solicitação da |

| | | |
|---|---|---|
| | associações indígenas nambiquara objetivando garantir sua operacionalização e fortalecimento; | comunidade |

**- Projeto 2 – Sustentabilidade Socioeconômica;**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **2 - Sustentabilidade sócio econômica** | Viagem de técnicos Funai/Índio na cidade de Colorado d'Oeste para visitar Cooperativa de Produtores de Urucum (Bixa orellana | - foram fitas duas visitas de técnicos da Funai e em acompanhamento dos indígenas , bem como produtor em visita à comunidade |
| | Aquisição de combustíveis, alimentação, insumos e ferramentas para produção em roças tradicionais e implementação de portos pesqueiros/bases de vigilância em novas aldeias dotando-as de roças tradicionais a serem edificadas em locais estratégicos, estimulando também o plantio de urucu como fonte de renda | - foram feitas as aquisiçoes de acordo com o programado, destinando a mosntagem dos portos pesqueiro. |
| | Aquisição de materiais e contratação de hora/máquina (trator de esteira), para construção de represa. Aquisição de alevinos e insumos para piscicultura. | - foi contratado trator para a construção de represa |

**- Projeto 3 – Sustentabilidade Sócio Ambiental.**

| Objetivos/metas | Atividades/etapas | Obs/justificativa |
|---|---|---|
| **3 - Sustentabilidade sócio ambiental** | Aquisição e manutenção equipamento, de combustível e insumos para implementação de um sistema de vigilância, melhoria de estradas e materiais de construção de bases rusticas de vigilância em locais estratégicos. | - foram feitas de acordo com o programado |

**3.2.2.24 – Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251**

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R$ 2.380.481,72 (dois milhões e trezentos e oitenta mil e quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos). Atingiu-se o montante de R$ 1.176.161,72 (um milhão e cento e setenta e seis mil e cento e

sessenta e um reais e setenta e dois centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 1.176.034,91 (um milhão e cento e setenta e seis mil e trinta e quatro reais e noventa e um centavos) e o restante no valor de R$ 126,81 (cento e vinte e seis reais e oitenta e um centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 1.176.161,72 (um milhão e cento e setenta e seis mil e cento e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 198.841,93 (cento e noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos), sendo R$ 85.146,54 (oitenta e cinco mil e cento e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 113.695,39 (cento e treze mil e seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 977.319,79 (novecentos e setenta e sete mil e trezentos e treze reais e setenta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG: 194251 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 2.380.481,72
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 1.176.161,72
Percentual alcançado: 49,41 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 1.176.161,72
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 198.841,93
Percentual alcançado: 16,91%

O projeto em questão tem por objetivo desenvolver nas terras indígenas e nas referencias de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente assim como a Gestão da Proteção a Índios Isolados, Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau e Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Massaco.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| **DESCRIÇÃO** | **VALOR – R$** |
|---|---|
| DIARIAS NO PAIS | 4.172,52 |
| COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 65.825,55 |
| GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS | 1.824,00 |
| GENEROS DE ALIMENTACAO | 7.896,90 |
| MATERIAL FARMACOLOGICO | 3.481,26 |
| MATERIAL DE CACA E PESCA | 5.076,00 |
| MATERIAL DE EXPEDIENTE | 6.443,34 |
| MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 8.431,54 |
| MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 2.612,00 |
| MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO | 942,00 |
| MATERIAL DE COPA E COZINHA | 1.948,90 |
| MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO | 6.438,46 |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 5.996,00 |
| MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES | 6.990,21 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS | 7.919,14 |

| | |
|---|---|
| MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO | 1.532,02 |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | 2.947,08 |
| MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA | 8.123,78 |
| MATERIAL HOSPITALAR | 919,50 |
| MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS | 6.660,00 |
| FERRAMENTAS | 3.979,59 |
| MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS | 1.996,00 |
| PASSAGENS PARA O PAIS | 2.431,29 |
| LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE | 7.700,00 |
| DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS | 12.567,00 |
| MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | 2.200,00 |
| MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS | 1.153,00 |
| SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS | 1.000,00 |
| CONFECCAO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLAMULAS | 4.485,00 |
| SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS | 599,85 |
| AUXILIO A PESSOAS FISICAS | 4.550,00 |

### 3.2.2.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo'e Índios Isolados - 194252

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos). Atingiu-se o montante de R$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 17.593,44 (dezessete mil e quinhentos e noventa e três reais e quanta e quatro centavos), sendo R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) como crédito empenhado liquidado e R$ 13.493,44 (treze mil e quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 43.052,39 (quarenta e três mil e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG: 194252 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 60.645,83
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 60.645,83
Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 60.645,83
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 17.593,44
Percentual alcançado: 29,01%

O projeto em questão tem por objetivo de desenvolver na terra indígena Zo'é, com a comunidade indígena local, ações socioambientais e econômicas, reforçando a comunicação entre as aldeias.

De acordo com o plano de aplicação foram relizadas as seguintes despesas:

| **DESCRIÇÃO** | **VALOR – R$** |
|---|---|

| | |
|---|---|
| MATERIAL DE CACA E PESCA | 2.532,10 |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 1.644,00 |
| MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO | 7.022,00 |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | 1.500,00 |
| MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA | 1.996,84 |
| FERRAMENTAS | 2.898,50 |

### 3.2.2.26 –CGPIMA - 194040/194200

Para o exercício de 2012 foi previsto recurso no montante de R$ 307.597,03 (trezentos e sete mil e quinhentos e noventa e sete reais e três centavos), atingiu-se o montante de R$ 7.842,27 (sete mil e oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R$ 6.847,03 (seis mil e oitocentos e quarenta e sete reais e três centavos) e do valor de R$ 586,57 (quinhentos e oitenta seis reais e cinquenta e sete centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R$ 408,67 (quatrocentos e oito reais e sessenta e sete centavos), referentes a parcelas recebidas em 2012.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R$ 307.597,03 (trezentos e sete mil e quinhentos e noventa e sete reais e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R$ 1.884,19 (um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), sendo R$ 1.884,19 (um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos) como crédito empenhado liquidado e R$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R$ 5.958,08 (cinco mil e novecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos) sendo que deste valor tem-se o valor de R$ 81,31 (oitenta e um reais e trinta e um centavos) a classificar perfazendo um valor de R$ 5.876,77 (cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos) disponíveis na conta única da UG 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R$ 307.597,03
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R$ 7.842,27
Percentual alcançado: 2,55 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R$ 307.597,03
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R$ 1.884,19
Percentual alcançado: 0,61 %

De conformidade com o foi previsto no plano de aplicação do mencionado projeto, foram adquiridos/contratados os seguintes itens:

| **DESCRIÇÃO** | **VALOR – R$** |
|---|---|
| OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | 1.884,19 |

## 4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 4.2.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

| *ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS* | *VALORES* |
|---|---|

| ***Ambiente de Controle*** | ***1*** | ***2*** | ***3*** | ***4*** | ***5*** |
|---|---|---|---|---|---|
| *31. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.* | | | | ***X*** | |
| *32. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.* | | | ***X*** | | |
| *33. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.* | | | ***X*** | | |
| *34. Existe código formalizado de ética ou de conduta.* | | | | | ***X*** |
| *35. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.* | | | | ***X*** | |
| *36. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.* | | | | ***X*** | |
| *37. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.* | | | | | ***X*** |
| *38. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.* | | | ***X*** | | |
| *39. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.* | | | | ***X*** | |
| ***Avaliação de Risco*** | ***1*** | ***2*** | ***3*** | ***4*** | ***5*** |
| *40. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.* | | | | | ***X*** |
| *41. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.* | | | | ***X*** | |
| *42. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.* | | | | ***X*** | |
| *43. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.* | | | | ***X*** | |
| *44. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.* | | | | ***X*** | |
| *45. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.* | | | | ***X*** | |
| *46. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.* | | | | ***X*** | |
| *47. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.* | | | | | ***X*** |
| *48. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.* | | | | | ***X*** |
| ***Procedimentos de Controle*** | ***1*** | ***2*** | ***3*** | ***4*** | ***5*** |
| *49. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.* | | | | ***X*** | |
| *50. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.* | | | | ***X*** | |
| *51. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.* | | | ***X*** | | |
| *52. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.* | | | | ***X*** | |
| ***Informação e Comunicação*** | ***1*** | ***2*** | ***3*** | ***4*** | ***5*** |
| *53. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.* | | | | ***X*** | |
| *54. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.* | | | | ***X*** | |
| *55. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.* | | | | ***X*** | |
| *56. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.* | | ***X*** | | | |
| *57. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.* | | ***X*** | | | |

| ***Monitoramento*** | ***1*** | ***2*** | ***3*** | ***4*** | ***5*** |
|---|---|---|---|---|---|
| *58. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.* | | | | ***X*** | |
| *59. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.* | | | | ***X*** | |
| *60. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.* | | | | ***X*** | |
| ***Análise Crítica:*** *A Funai tem envidado esforços no sentido de aprimorar seus controles internos tanto nas atividades desenvolvids em sua Sede em Brasília/DF, quanto em todas as suas Unidades Descentralizadas com medida de melhoria da gestão.* | | | | | |
| ***Escala de valores da Avaliação:***<br>***(1) Totalmente inválida:*** *Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente* ***não observado*** *no contexto da UJ.*<br>***(2) Parcialmente inválida:*** *Significa que o conteúdo da afirmativa é* ***parcialmente observado*** *no contexto da UJ, porém,* ***em sua minoria****.*<br>***(3) Neutra:*** *Significa que* ***não há como avaliar*** *se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.*<br>***(4) Parcialmente válida:*** *Significa que o conteúdo da afirmativa é* ***parcialmente observado*** *no contexto da UJ, porém,* ***em sua maioria****.*<br>***(5) Totalmente válido.*** *Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente* ***observado*** *no contexto da UJ.* | | | | | |

## 5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

### 5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

5.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 5.2.4.2.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R$ 1,00

| *Modalidade de Contratação* | *Despesa Liquidada* | | *Despesa paga* | |
|---|---|---|---|---|
| | *2012* | *2011* | *2012* | *2011* |
| ***13. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)*** | ***1.191.321*** | ***2.586.033*** | ***1.191.321*** | ***1.135.279*** |
| *a) Convite* | | | | |
| *b) Tomada de Preços* | | | | |
| *c) Concorrência* | | *8.337* | | |
| *d) Pregão* | *1.191.321* | *2.577.696* | *1.191.321* | *1.135.279* |
| *e) Concurso* | | | | |
| *f) Consulta* | | | | |
| ***14. Contratações Diretas (g+h)*** | ***640.266*** | ***1.977.120*** | ***637.084*** | ***763.381*** |
| *g) Dispensa* | *640.266* | *1.165.858* | *637.084* | *763.381* |
| *h) Inexigibilidade* | | *811.262* | | |
| ***15. Regime de Execução Especial*** | | | | |
| *i) Suprimento de Fundos* | | | | |
| ***16. Pagamento de Pessoal (j+k)*** | | | | |
| *j) Pagamento em Folha* | | | | |
| *k) Diárias* | | | | |
| ***17. Outros – não aplicável*** | ***6.501.279*** | ***1.563.240*** | ***6.501.279*** | ***1.465.661*** |
| ***18. Total (1+2+3+4+5)*** | ***8.332.866*** | ***6.126.393*** | ***8.329.684*** | ***3.364.321*** |

*Fonte:*

5.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 5.2.4.2.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

*Valores em R$ 1,00*

| ***DESPESAS CORRENTES*** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Grupos de Despesa*** | ***Empenhada*** | | ***Liquidada*** | | ***RP não processados*** | | ***Valores Pagos*** | |
| | | | | | | | | |
| ***3 – Outras Despesas Correntes*** | ***2012*** | ***2011*** | ***2012*** | ***2011*** | ***2012*** | ***2011*** | ***2012*** | ***2011*** |
| *Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica* | *2.583.138* | *2.396.589* | *2.466.880* | *2.396.589* | *116.257* | *915.973* | *2.466.880* | *1.477.465* |
| *Material de consumo* | *1.539.907* | *1.545.542* | *984.777* | *1.545.542* | *555.130* | *620.500* | *981.595* | *890.300* |
| *Outros serviços de terceiros – pessoa física* | *138.996* | *109.063* | *135.496* | *109.063* | *3.500* | *48.399* | *135.496* | *60.664* |
| *Demais elementos do grupo* | *290.211* | *208.706* | *226.623* | *208.706* | *63.588* | *52.533* | *226.235* | *156.172* |
| ***DESPESAS DE CAPITAL*** | | | | | | | | |
| ***Grupos de Despesa*** | ***Empenhada*** | | ***Liquidada*** | | ***RP não*** | | ***Valores Pagos*** | |

| | | | | | Processados | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***4 – Investimentos*** | ***2012*** | ***2011*** | ***2012*** | ***2011*** | ***2012*** | ***2011*** | ***2012*** | ***2011*** |
| *Obras e instalações* | *4.511.688* | *83.521* | *3.970.963* | *83.521* | *540.725* | *72.021* | *3.970.963* | *11.500* |
| *Equipamentos e material permanente* | *929.820* | *1.530.119* | *632.990* | *1.530.119* | *296.830* | *965.929* | *632.990* | *564.190* |
| *Despesas de exercícios anteriores* | | *0* | | *0* | | *0* | | *0* |
| *Demais elementos do grupo* | | | | | | | | |

### 5.2.4.2.3 Análise crítica

***- Alterações significativas ocorridas no exercício***

Item 5.2.4.2.1 – houve um decréscimo significativo quanto às modalidades de pregão e dispensa e um aumento significativo quanto às outras modalidades, em especial a "não aplicável", tendo em vista que as Coordenações Regionais valeram-se da execução por meio de convênios.

Item 5.2.4.2.2 – manteve-se a média nas despesas correntes na natureza de despesas "outros serviços de terceiros - pessoa jurídica" devido à celebração de Convênios com outras instituições para a execução de Projetos/Programas executados com recursos da renda do patrimônio indígena. Quanto às demais Naturezas de Despesas, mantiveram-se também a média das despesas para a execução dos Projetos/Programas, e quanto às demais Naturezas de Despesas do grupo de despesas "Investimentos", houve um aumento significativo nos valores decorrente da especifidade das despesas previsas nos Planos de Aplição no exercício de 2012.

***- Contigenciamento no exercício***

Os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não sofrem contingenciamento por não fazerem parte do Orçamento Geral da União.

***- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária***

Negativos:

Com a ausência do regimento interno, instituído por meio da Portaria/PRES nº 1.733 de 27/12/2012, se esperimentou indefinições ou sobreposições nas atribuições de cada Coordenação-Geral da FUNAI, o que gerou dificuldades no planejamento/execução dos projetos e na aplicação dos recursos da Renda;

Deficiência no quadro de servidores da FUNAI, principalmente nas unidades descentralizadas.

Positivos:

O não contingenciamento dos recursos;

Flexibilidade da execução orçamentária, com a possibilidade de adequações no plano de aplicação de acordo com a solicitação e necessidade dos povos indígenas envolvidos, desde que não ocorra alteração do escopo do plano aprovado.

No tocante a gestão dos recursos da Renda do patrimônio Indígena, são atendidos os objetivos legais de: emancipação econômica das tribos, acréscimo do patrimônio rentável e custeio dos serviços de assistência ao índio.

## 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
## 6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 6.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.2.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES– RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R$ 1,00

| ***Restos a Pagar Processados*** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ***Ano de Inscrição*** | ***Montante Inscrito*** | ***Cancelamentos Acumulados*** | ***Pagamentos Acumulados*** | ***Saldo a Pagar em 31/12/2012*** |
| *2011* | *38.492* | | *37.838* | *654* |
| *2010* | *7.444* | *248* | *7.195* | |
| *2009* | *277* | *277* | | |
| *2008* | | | | |
| *2007* | *280* | *280* | | |
| *...* | | | | |
| ***Restos a Pagar não Processados*** | | | | |
| ***Ano de Inscrição*** | ***Montante Inscrito*** | ***Cancelamentos Acumulados*** | ***Pagamentos Acumulados*** | ***Saldo a Pagar em 31/12/2012*** |
| *2011* | *2.680.380* | *363.211* | *1.585.321* | *731.847* |
| *2010* | *423.873* | *247.968* | *124.033* | *51.872* |
| *2009* | *52.730* | *60.388* | | *7.657* |
| *2008* | *864.358* | *17.065* | | *847.293* |
| *2007* | | | | |
| *...* | | | | |

***Fonte: SIAFI GERENCIAL***

### 6.2.2 Análise Crítica

A Renda do Patrimônio Indígena difere do Orçamento da União. Os registros de restos a pagar ocorrem deevido tanto ao controle contábil quanto às execuções orçamentária e financeira serem realizadas no SIAFI, seguindo o ciclo de registros e procedimentos à semelhança da execução do orçamento da União. Todavia, como no caso da execução dos recursos da União, ocorrem compromissos contratados cuja entrega dos bens e dos serviços ultrapassa o exercício financeiro, levando à necessidade de controle por meio do registro em RAP. Note que tais registros em RAP da Renda do Patrimônio Indígena não representam compromissos da União.

A permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício é justificada por dificuldades na execução e/ou entrega dos bens por parte dos fornecedores, tais como empresas que apresentam problemas ao longo do processo, entregas parciais de bens e serviços entre outros.

## 6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

6.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

| ***Unidade Concedente ou Contratante*** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI*** | | | | | | | | | |
| ***CNPJ:*** *00.059.311/0019-55* | | | ***UG/GESTÃO:*** *194040/19209* | | | | | | |
| ***Informações sobre as Transferências*** | | | | | | | | | |
| ***Modalidade*** | ***Nº do instrumento*** | ***Beneficiário*** | ***Valores Pactuados*** | | ***Valores Repassados*** | | ***Vigência*** | | ***Sit.*** |
| | | | ***Global*** | ***Contrapartida*** | ***No Exercício*** | ***Acumulado até o Exercício*** | ***Início*** | ***Fim*** | |
| *1* | *659153* | *Instituto Kabu* | *6.798.779* | | *2.281.352* | *4.985.320* | *29/03/10* | *31/12/14* | *1* |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

***LEGENDA***

***Modalidade:***
- *1 - Convênio*
- *2 - Contrato de Repasse*
- *3 - Termo de Cooperação*
- *4 - Termo de Compromisso*

***Situação da Transferência:***
- *1 - Adimplente*
- *2 - Inadimplente*
- *3 - Inadimplência Suspensa*
- *4 - Concluído*
- *5 - Excluído*
- *6 - Rescindido*
- *7 - Arquivado*

***Fonte: SIAFI GERENCIAL E OPERACIONAL***

6.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.2.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

| ***Unidade Concedente ou Contratante*** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Nome:*** | *FUNAI – CGPIMA* | | | | | |
| ***CNPJ:*** | *00.059.311/0019-55* | | | | | |
| ***UG/GESTÃO:*** | *194040/19209* | | | | | |
| ***Modalidade*** | ***Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício*** | | | ***Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)*** | | |
| | ***2012*** | ***2011*** | ***2010*** | ***2012*** | ***2011*** | ***2010*** |
| ***Convênio*** | | | *3* | *2.281.352* | *1.240.024* | *2.294.405* |
| ***Contrato de Repasse*** | | | | | | |
| ***Termo de Cooperação*** | | | | | | |
| ***Termo de Compromisso*** | | | | | | |
| ***Totais*** | | | *3* | *2.281.352* | *1.240.024* | *2.294.405* |

***Fonte: SIAFI OPERACIONAL E GERENCIAL***

## 6.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VICENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.3.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

| ***Unidade Concedente ou Contratante*** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ***Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI*** | | | | | |
| ***CNPJ:*** *00.059.311/0019-55* | | ***UG/GESTÃO:*** *194040/19209* | | | |
| ***Modalidade*** | ***Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes*** | ***Valores*** *(R$ 1,00)* | | | ***% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012*** |
| | | ***Contratados*** | ***Repassados até 2012*** | ***Previstos para 2013*** | |
| ***Convênio*** | *1* | *6.798.779* | *2.281.352* | *1.207.297* | *33,56* |
| ***Contrato de Repasse*** | | | | | |
| ***Termo de Cooperação*** | | | | | |
| ***Termo de Compromisso*** | | | | | |
| ***Totais*** | *1* | *6.798.779* | *2.281.352* | *1.207.297* | *33,56* |

*Fonte: SIAFI OPERACIONAL E GERENCIAL*

## 6.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.4.1 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R$ 1,00

| ***Unidade Concedente*** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ***Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI*** | | | | | |
| ***CNPJ:*** *00.059.311/0019-55* | | ***UG/GESTÃO:*** *194040/19209* | | | |
| ***Exercício da Prestação das Contas*** | ***Quantitativos e Montante Repassados*** | | ***Instrumentos*** *(Quantidade e Montante Repassado)* | | |
| | | | ***Convênios*** | ***Termo de Cooperação*** | ***Contratos de Repasse*** |
| ***2012*** | ***Contas Prestadas*** | ***Quantidade*** | *3* | | |
| | | ***Montante Repassado*** | *5.993.623,06* | | |
| | ***Contas NÃO Prestadas*** | ***Quantidade*** | | | |
| | | ***Montante Repassado*** | | | |
| ***2011*** | ***Contas Prestadas*** | ***Quantidade*** | | | |
| | | ***Montante Repassado*** | | | |
| | ***Contas NÃO Prestadas*** | ***Quantidade*** | | | |
| | | ***Montante Repassado*** | | | |
| ***2010*** | ***Contas Prestadas*** | ***Quantidade*** | | | |
| | | ***Montante Repassado*** | | | |
| | ***Contas NÃO Prestadas*** | ***Quantidade*** | | | |
| | | ***Montante Repassado*** | | | |
| ***Anteriores a 2010*** | ***Contas NÃO Prestadas*** | ***Quantidade*** | | | |
| | | ***Montante Repassado*** | | | |
| ***Fonte:*** | | | | | |

### 6.3.4.2 Análise Crítica

Em função da elevada demanda, e a insuficiência de servidores especializados, ficou prejudicada conclusão da análise das prestações de contas. As prestações relacionadas à primeira e à segunda parcela, referente ao convênio celebrado com o Kabu, foram encaminhadas para setor responsável em março de 2012, e atualmente estão em fase de elaboração da Nota Técnica, após a análise documental de cerca de 9.600 folhas.
Ressaltamos que por orientação da CGU/PR, foi realizada visita técnica no período de 20 a 24/08/12 com vistas a dirimir dúvidas do convenente, tais como, contratações, licitações, dispensas, documentos comprobatórios de despesa, entre outros, e ainda, sanear questionamentos do analista da Prestação de Contas, principalmente quanto ao Plano de Trabalho, instrumento fundamental para o exame da PC, o que propiciou o término e o realinhamento das conclusões acerca da documentação encaminhada.
Restam dois convênios pendentes de análise da prestação de contas: o convênio celebrado com a MBYA e, outro com a AKWÊ. A documentação foi encaminhada em setembro de 2012 encontra-se em análise.

## 6.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.5.1 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R$ 1,00

| ***Unidade Concedente ou Contratante*** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ***Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI*** | | | | | |
| ***CNPJ:*** *00.059.311/0019-55* | | | ***UG/GESTÃO:*** *194040/19209* | | |
| ***Exercício da Prestação das Contas*** | ***Quantitativos e Montantes Repassados*** | | | ***Instrumentos*** | |
| | | | | ***Convênios*** | ***Contratos de Repasse*** |
| ***2012*** | *Quantidade de Contas Prestadas* | | | | |
| | *Com Prazo de Análise ainda* ***não Vencido*** | *Quantidade* | *Contas Analisadas* | | |
| | | | *Contas Não Analisadas* | | |
| | | *Montante Repassado (R$)* | | | |
| | *Com Prazo de Análise V****encido*** | *Contas Analisadas* | *Quantidade Aprovada* | | |
| | | | *Quantidade Reprovada* | | |
| | | | *Quantidade de TCE* | | |
| | | *Contas NÃO Analisadas* | *Quantidade* | ***3*** | |
| | | | *Montante Repassado (R$)* | ***7.691.280,14*** | |
| ***2011*** | *Quantidade de contas prestadas* | | | | |
| | *Contas Analisadas* | *Quantidade Aprovada* | | | |
| | | *Quantidade Reprovada* | | | |
| | | *Quantidade de TCE* | | | |
| | *Contas NÃO Analisadas* | *Quantidade* | | | |
| | | *Montante repassado (R$)* | | | |
| ***2010*** | *Quantidade de Contas Prestadas* | | | | |
| | *Contas analisadas* | *Quantidade Aprovada* | | | |
| | | *Quantidade Reprovada* | | | |
| | | *Quantidade de TCE* | | | |
| | *Contas NÃO* | *Quantidade* | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | *Analisadas* | *Montante Repassado* | | |
| ***Exercícios Anteriores a 2010*** | *Contas NÃO Analisadas* | *Quantidade* | | |
| | | *Montante Repassado* | | |
| ***Fonte:*** | | | | |

i.Análise Crítica

**Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente**

Não há convenente inscrito como inadimplente.

**Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere**

Os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não constam no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e todos os empenhos relativos aos Convênios firmados, foram efetuados dentro da dotação orçamentária de cada exercício.

**Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos**

Nos últimos três exercícios houve a seguintes transferências de recursos conforme decrito abaixo:

2010: - Associação das Comunidades Indígenas MBYA no valor de R$ 150.900,00.
- Instituto KABU no valor de R$ 1.463.944,04.

2011: - Instituto KABU no valor de R$ 1.240.024,58.

2012: - Instituto KABU no valor de R$ 2.281.352,51.

**Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012**

O cumprimento das cláusulas do Convênio que estabelecem o encaminhamento do Relatório de Gestão da execução do Convênio, bem como a prestação de contas da parcela liberada no exercício de 2012.

**Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares**

Não ocorreu no exercício de 2012.

**Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto**

Há insuficiência de servidores especializados na análise das prestações de contas de contratos e convênios das 38 unidades regionais descentralizadas.

Os procedimentos adotados para o exame das prestações de contas são:

| |
|---|
| 0 - Termo de Convênio e Plano de Trabalho? |
| 1 - Relatório Execução Físico-Financeira? |
| 2 - Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa (contendo recursos recebidos, valor contra-partida, recursos auferidos e saldo)? |

| |
|---|
| 3 - Relação de Pagamento? |
| 4 - Relação de Bens Adquiridos e/ou Produzidos? |
| 5 - Extrato de conta bancárias, desde o início até o término? |
| 6 - Cópia de aceitação definitiva de obra, cópia do Despacho adjudicatório e homologatório e das dispensas? |
| 7 - A soma dos demonstrativos está correta? |
| 8 - Os valores constantes do Anexo Receita e Despesa são os mesmos da Relação de Pagamentos? |
| 9 - Os valores debitados nos extratos bancários são os efetivamente pagos, conforme relação de pagamentos? |
| 10 - Os demonstrativos de rendimentos e extratos bancários são concernentes à aplicação financeira? |
| 11 - O extrato bancário apresentava saldo zero antes da liberação dos recursos? |
| 12 - A conta corrente é a mesma indicada no Convênio? |
| 13 - Foram apresentados todos os demonstrativos de que trata a IN 01/1997, inclusive na Prestação de Contas Final, o Relatório de Cumprimento do Objeto? |
| 14 - Está anexado na Prestação de Contas comprovante de devolução de saldo de recursos? |
| 15 - Os despachos adjudicatórios/homologações das licitações realizadas, se for o caso, ou as dispensas/inexigibilidades estão de acordo com o estabelecimento na Lei nº 8666/93? |
| 16 - Os documentos de despesa (Folha de Pagamento, recibos, notas fiscais, etc) foram emitidos em nome do Convenente? |
| 17 - Estão identificados com o número e o título do Convênio? Artigo 30 da IN 01/1997 |
| 18 - Os documentos comprobatórios das despesas foram emitidos dentro da vigência do Convênio? |
| 19 - Os Relatórios de Atendimento foram apresentados mensalmente? |
| 20 - As metas indicadas no Campo Físico do Relatório de Execução Físico-Financeira estão contempladas no Plano de Trabalho e se as quantidades elencadas se coadunam com as estabelecidas no referido Plano de Aplicação, para o período da Prestação de Contas? |
| 21 - Os recursos permanceram por período de tempo considerados longos, 30 dias, na conta corrente do Convênio sem movimentação? Se sim, deverá se solicitada a devolução do valor correspondente ao período em que deveriam ter sido aplicados) § 1º , Artigo 20, IN 01/1997. |
| 22 - Os saques promovidos na conta do Convênio foram para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho e se ocorreu a emissão de cheque nominativo ao credor (IN 01/1997, artigo 20) |

| |
|---|
| 23 - Houve Transferências de recursos da conta específica para outras contas e/ou saques de recursos para pagamento em espécies? (IRREGULARIDADES) |
| 24 - Todos os demonstrativos estão datados, carimbados e assinados pelo responsável pela Unidade Executora e pelo Executor? |
| 25 - Foram descontados e recolhidos conforme legislação o IRRF, ISS e INSS (empregado e empregador)? |
| 26 - Os Salários pagos aos contratados estão de acordo com o estabelecido na Planilha de Custos anexada ao Plano de Trabalho? |
| 27 - Os recibos estão datados, assinados pelos contratados, constatando os respectivos números do RG, CPF, bem como se estão discriminados os serviços executados e a função exercida por cada contratado? |
| 28 - Todos os comprovantes de despesas estão lançados na Relação de Pagamentos, observando-se as datas e os respectivos valores? |
| 29 - Existem despesas ocorridas e não previstas no Plano de Trabalho? |
| 30 - Foram realizadas despesas com taxas bancárias, juros, multas, cujos valores deverão ser restituídos a esta Fundação devidamente atualizados? |
| 31 - A data de validade das notas fiscais, se as mesmas estão atestadas ou certificadas, e ainda seconsta o recebemos do fornecedor |
| 32 - Houve retirada de recursos para outras finalidades com posterior ressarcimento? (IRREGULARIDADE) |
| 33 - Os rendimentos da aplicação financeira foram aplicados conforme finalidade do Convênio? |

**Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados**

O gerenciamento das transferências é realizado através de relatório de gestão, prestação de contas e visitas in loco pelos servidores da sede e unidades descentralizadas da FUNAI, quando necessário.

**Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ**

Os recursos foram transferidos conforme disposições contidas nas cláusulas dos convênios.

## 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 10.1.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

| ***Aspectos sobre a gestão ambiental*** | ***Avaliação*** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ***Licitações Sustentáveis*** | ***1*** | ***2*** | ***3*** | ***4*** | ***5*** |
| *1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.* | | | ***X*** | | |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?* | ***Descarte adquado de entulho em construções de casas*** | | | | |
| *2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.* | | | ***X*** | | |
| *3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).* | | | ***X*** | | |
| *4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.* | | | ***X*** | | |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?* | ***Texto*** | | | | |
| *5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).* | | | ***X*** | | |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?* | ***Texto*** | | | | |
| *6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).* | | | ***X*** | | |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?* | ***Texto*** | | | | |
| *7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.* | | | ***X*** | | |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?* | ***Sim ( X )*** | | ***Não ( )*** | | |
| *8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).* | | | ***X*** | | |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?* | ***Texto*** | | | | |
| *9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.* | | | ***X*** | | |
| *10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.* | | | ***X*** | | |
| *11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.* | | | ***X*** | | |
| *12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.* | | | ***X*** | | |

| *Aspectos sobre a gestão ambiental* | *Avaliação* | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ***Licitações Sustentáveis*** | ***1*** | ***2*** | ***3*** | ***4*** | ***5*** |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?* | ***Texto*** | | | | |
| *13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.* | | | ***X*** | | |
| • *Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?* | ***Texto*** | | | | |
| *Considerações Gerais:* No que se refere ao nível de avaliação 3, informamos que a UJ não tem como se manifestar haja vista serem pontos novos abordados no Relatório de Gestão. É de responsabilidade das CRs a execução dos processos licitatórios para aquisição de bens ou serviços e, devido ao tempo exíguo, não obtivemos tais informações. | | | | | |
| ***LEGENDA*** <br> ***Níveis de Avaliação:*** <br> ***(1) Totalmente inválida:*** *Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.* <br> ***(2) Parcialmente inválida:*** *Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.* <br> ***(3) Neutra:*** *Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.* <br> ***(4) Parcialmente válida:*** *Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.* <br> ***(5) Totalmente válida:*** *Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.* | | | | | |

## 11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

A Funai não foi instada pelo Tribunal de Contas da UniãoTCU a apresentar esclarecimentos no tocante a execução orçamentária dos recursos da Renda do patrimônio Indígina no exercício de 2012.

## 11.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Este item será preenchido pela unidade de Auditoria Interna da Fundação.

## 11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 11.4.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Análise Crítica

Os contratos, bem como os convênios, os contratos de repasse e os termos de parceria celebrados no âmbito desta Fundação – Renda do Patrimônio Indígena – que envolva transferência de recursos, não são lançados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV uma vez que, os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não fazem parte do Orçamento da União (Fiscal e Seguridade Social). Portanto, os registros dos mesmos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Inclusive o assunto foi objeto de determinação da Controladoria Geral da União –

CGU/PR, no sentido de levar a efeito o registro dos convênios da Renda do Patrimônio Indígena no SICONV. Diante disso, foi consultado o Ministério do Planejamento e solicitado orientações de como registrar no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV os convênios e instrumentos congêneres da Renda do Patrimônio Indígena, e segundo o Ministério do Planejamento, como os recursos não são orindos do orçamento fiscal e/ou da seguridade social da União não devem ser registrados no referido sistema conforme Oficio nº 2151/DeGST/SLTI-MP de 20/07/2012.

## 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

12.2.1 Declaração Plena

QUADRO 12.2.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

| **DECLARAÇÃO DO CONTADOR** | | | |
|---|---|---|---|
| **Denominação completa (UJ)** | | | **Código da UG** |
| | | | |
| Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.<br><br>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. | | | |
| **Local** | **Brasília** | **Data** | |
| **Contador Responsável** | **Roberto da Costa Grangeiro** | **CRC nº** | **MT-009374/O-4-DF** |

## 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

As informações relativas à gestão estão contidas nos demais itens do presente relatório.

## 18. RESULTADOS E CONCLUSÕES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

18.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012 – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Os Planos de Aplicações são elaborados com a participação efetiva da comunidade indígena a ser beneficiada, que participa também da gestão dos recursos a elas destinados, por meio de manifestações expressas em reuniões de Conselho, Assembleias Deliberativas, dentre outros. Isso retrata a autonomia da comunidade indígena beneficiada de forma participativa na priorização das ações a serem desenvolvidas de acordo com os Planos de Aplicações de cada exercício.

As principais ações desenvolvidas pelos programas/projetos da Renda Indígena, referem-se a projetos nos setores agrícolas e pecuários, manejo agroflorestal e de matérias primas dos recursos naturais, proteção das terras indígenas, investimentos em infraestrutra, dentre outros, de forma a proporcionar às comunidades indígenas atendidas a possibilidade de promover sua autossustentabilidade, dando-lhes melhores condições de vida.

Os programas e projetos apresentados cumprem à determinação legal de conservação, ampliação e valorização do patrimônio indígena, bem como com os objetivos de: Emancipação econômica das tribos; Acréscimo do patrimônio rentável e Custeio dos serviços de assistência ao índio.

No que se refere à Elaboração do Relatório de Gestão, há pontos que merecem aperfeiçoamento:

a) A capilaridade do órgão e a força de trabalho insuficiente elevam a dificuldade de acompanhamento e gestão dos projetos/programas pela Sede e Coordenações Regionais;
b) A obtenção de informações qualificadas junto às Coordenações Regionais;
c) Alguns conteúdos solicitados no relatório de gestão, pela Portaria TCU nº. 150/2012, por não se amoldarem às idiosicrasias da Renda do Patrimônio Indígena, são de difícil atendimento;

Com o processo de reorganização da FUNAI, iniciado em 2010 e ainda em fase de ajustes, com a publicação do Regimento Interno, que envolve diversas unidades da estrutura da Fundação na execução e acompanhamento dos projetos/programas, cria-se condições propícias para elevar a eficiência e a eficácia na gestão da renda do patrimônio indígena. A exemplo da inciativa promovida pela instituição na realização da "1ª Oficina de Trabalho sobre a Renda Indígena e a Funai", no Centro de Formação de Política Indigenista – Sobradinho/DF, onde foram promovidos debates com as áreas envolvidas nos projetos da renda. O evento contou com a participação das Diretorias (DAGES, DPT e DPDS), Auditoria Interna, Procuradoria e Presidência, que teve por objetivo nivelar conhecimentos acerca do tema e, discutir propostas de trabalho em relação às atribuições organizacionais, com a participação de 50 servidores nesse evento.

## 18.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

No exercício de 2013 será dada a continuidade dos trabalhos da elaboração dos Planos de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, com a consequente execução orçamentária e financeira dos recursos, bem como o acompanhamento dos projetos apresentados de conformidade com a legislação em vigor, com os objetivos e finalidades preconizados pela legislação.